

piauí_232

janeiro

questões internacionais

CHILE

Roberto Simon e a vitória da ultradireita

ARGENTINA

Carolina Tarrio e os filhos dos torturadores

BÓSNIA

Simone Duarte e a vida entre vítimas e algozes

DECOLONIALISMO

A crítica de Vladimir Safatle

Como a maior traficante do país opera para corromper a Justiça, por **Allan de Abreu**

Fernando de Barros e Silva aborda a promiscuidade da República

A queda de Juliana Marins num vulcão da Indonésia, por **Angélica Santa Cruz**

Tiago Coelho fala do desafio de levar *Cem anos de solidão* para as telas

E mais:

Um texto inédito em português de Karel Kosík

A conversão direitista de Zuckerberg, por Victor Calcagno

Dois poemas de Moisés Alves

A ficção de Márcilio França Castro

Diário do Geraldo: "Flávio Bolsonaro já veio dizer que sua candidatura tem um preço. Pelo histórico dele, o pagamento deverá ser em dinheiro vivo"

Feliz 2026





AGORA TEM ESPECIALISTA

- ▶ Radioterapia para câncer em todos os estados.
- ▶ 93,1% das mulheres realizaram mamografia neste ano.
- ▶ 41 carretas em todas as regiões do Brasil.
- ▶ Mutirões de cirurgias e exames em todos os estados.
- ▶ Milhares de atendimentos em todo o país.

Eládio Kokama – AM
Cirurgia oftalmológica
em mutirão



Saiba mais em
gov.br/agoratemespecialistas

AS

GOVERNO DO BRASIL
**DO LADO
DO POVO
BRASILEIRO**

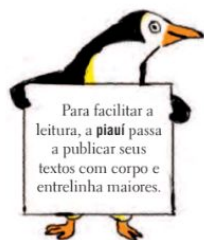


Agora tem
ESPECIALISTAS
Da consulta ao tratamento

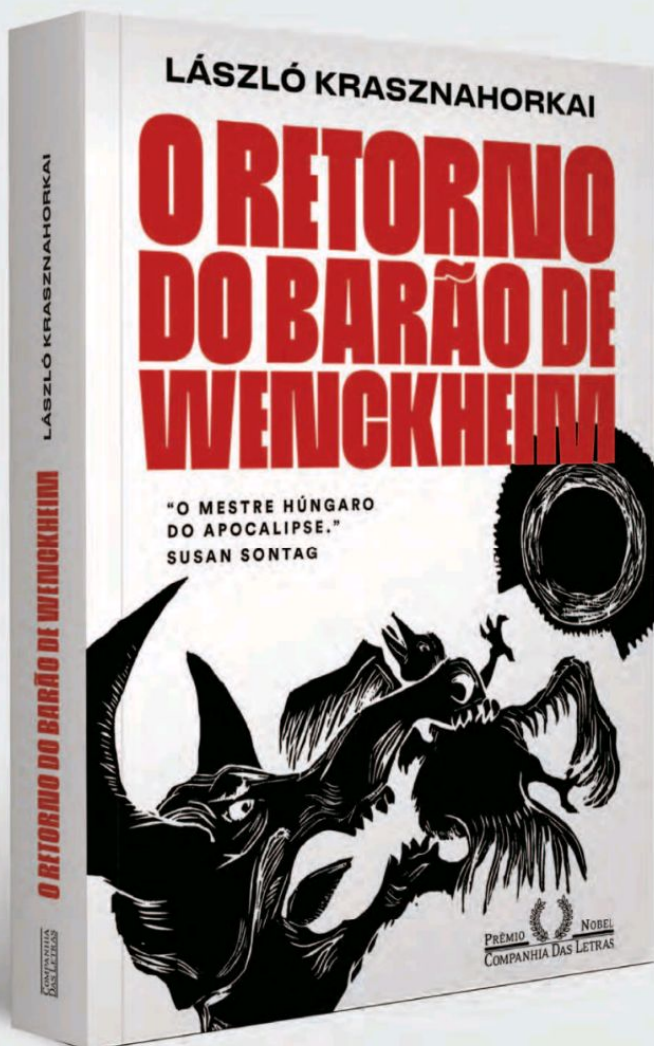


MINISTÉRIO DA
SAÚDE





- capa** *Operação Controle de Pragas*, de **Vito Quintans**
- colaboradores_6** Quem fez o quê na edição de janeiro
imagens **Caio Borges**
- questões vultosas_8** **A EROSÃO DA REPÚBLICA**
Promiscuidade, impropriedades, atitudes suspeitas. Recapitulemos
Fernando de Barros e Silva + imagem **George Grosz**
- esquina_10** Noites e madrugadas de vexames na Câmara dos Deputados; o presidente da ApexBrasil e sua robusta plantação de café; cientistas flagraram um cetáceo elusivo na Foz do Amazonas; um cozinheiro paraibano degusta o sucesso na música; um artista tem sua obra incluída na Bienal no meio do evento; uma travesti angolana muda de nacionalidade
imagens **Andrés Sandoval**
- diário do geraldo_15** **CHUCHU É A NOVA LENTILHA**
Aqui em casa, o amigo secreto é auditado pela Caixa Econômica
Renato Terra + imagem **Caco Galhardo**
- carta do chile_16** **A SOMA DE TODOS OS MEDOS**
Como a democracia chilena foi parar no colo do ultradireitista José Antonio Kast
Roberto Simon + imagem **Tamara Merino**
- carta da argentina_20** **LAÇOS OCULTOS**
O acerto de contas dos filhos com os pais torturadores
Carolina Tarrio + imagem **Emiliano Lasalvia**
- carta da bósnia_26** **LIÇÕES DA HISTÓRIA**
Trinta anos depois da guerra, vítimas cruzam nas ruas com seus algozes
Simone Duarte + imagem **Superikonoskop**
- carta das colônias_38** **O GRANDE FMI UNIVERSITÁRIO**
Como o colonialismo domina os estudos decoloniais
Vladimir Safatle + imagem **Beto Nejme**
- anais da corrupção_42** **“DUVIDO NÃO ACEITAR”**
A maior narcotraficante brasileira e os milhões de reais para corromper a Justiça
Allan de Abreu
- anais de um descalabro_48** **UMA QUEDA EM DOIS TEMPOS**
Como uma família tentou impedir sua caçula de ser engolida por um abismo do outro lado do mundo
Angélica Santa Cruz
- questões audiovisuais_58** **MUITO LITERÁRIO E MUITO POLÍTICO**
Os desafios da adaptação de *Cem anos de solidão* para o *streaming*
Tiago Coelho
- questões dialéticas_66** **HAŠEK E KAFKA, OU O MUNDO GROTESCO**
Contemporâneos, os dois escritores de Praga refletiram sobre a coisificação dos seres humanos
Karel Kosik + imagem **Oldřich Kuřánek**
- feixes do classicismo_72** **OU ZUCK, OU NADA**
A conversão ultradireitista de Mark Zuckerberg – e a interpretação implacável de sua irmã
Victor Calcagno + imagem **Kleber Sales**
- poesia_77** Todos querem alguma coisa por perto mas ninguém sabe o quê
Moisés Alves + imagem **Flávia Bomfim**
- ficção_78** **VINTE ESTUDOS PARA UMA MITOLOGIA PEQUENA**
É dessa maneira que os deuses vivem entre nós
Marcilio França Castro + imagens **Caio Borges**
- cartas_80** A carreira do editor de cartas por um fio
- despedida_82** **NEM OS BICHOS, NEM AS ÁRVORES, NEM AS PEDRAS**
Um veterinário morto na Faixa de Gaza
Roberto Kaz





Tiago Coelho



Angélica Santa Cruz



Moisés Alves



Simone Duarte



Allan de Abreu



Carolina Tarrio

Vito Quintans [Capal, artista plástico, assina a direção de arte do jogo virtual *Lampião Verde: a maldição da botija*.

Fernando de Barros e Silva [A erosão da república, p. 8] é repórter da *piauí* e apresentador do *Foro de Teresina*.

Renato Terra [Chuchu é a nova lentilha, p. 15] é documentarista e escritor. Dirigiu *O canto livre de Nara Leão, Narciso em férias e Uma noite em 67*, entre outros. Ilustração de **Caco Galhardo**.

Roberto Simon [A soma de todos os medos, p. 16] é jornalista e analista internacional, mestre em políticas públicas pela Kennedy School da Universidade Harvard.

Carolina Tarrio [Laços ocultos, p. 20] é jornalista e nasceu na Argentina, de onde veio com seus pais, exilados da ditadura. Foi diretora de redação na Editora Abril e é uma das fundadoras do Movimento

Boa Praça, que atua para ocupar e revitalizar espaços públicos.

Simone Duarte [Lições da história, p. 26], jornalista, chefiou o escritório da TV Globo em Nova York e foi diretora executiva do jornal português *Público*. É autora do livro *O vento mudou de direção: o Onze de Setembro que o mundo não viu* (Fosforo). Dirigiu o documentário *Sérgio Vieira de Mello – a caminho de Bagdá*.

Vladimir Safatle [O grande FMI universitário, p. 38] é professor titular do Departamento de Filosofia e docente do Instituto de Psicologia da USP, além de psicanalista. Publicou, entre outros livros, *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação* (Autêntica). Ilustração de **Beto Nejme**.

Allan de Abreu ["Dúvida não aceitar", p. 42], repórter da *piauí*, é autor dos livros *O delator, Cocaína: a rota caipira e Cabeça Branca* (Record).

Angélica Santa Cruz [Uma queda em dois tempos, p. 48] é jornalista da *piauí*.

Tiago Coelho [Muito literário e muito político, p. 58] é repórter da *piauí* e roteirista de cinema.

Karel Kosík (1926-2003) [Háček e Kafka, ou o mundo grotesco, p. 66], filósofo tcheco, publicou *Dialética do concreto* (Paz e Terra), entre outros livros. Tradução de **Filip Vavřínek**.

Victor Calcagno [Ou Zuck, ou nada, p. 72] é repórter e doutorando no programa de pós-graduação em literatura, cultura e contemporaneidade da PUC-Rio, onde pesquisa literatura e cultura online. Ilustração de **Kleber Sales**.

Moisés Alves [Poesia, p. 77] é professor de teoria literária na Universidade Estadual de Feira de Santana e autor, entre outros, de *Cadernos de artista, Onde late um cachorro doido, Coisas que fiz e*

ninguém notou mas que mudaram tudo (Editora Circuito) e *Mangue* (ed. Martelo). Ilustração de **Flávia Bomfim**.

Marcílio França Castro [Vinte estudos para uma mitologia pequena, p. 78] é escritor. Seu livro mais recente, *O último dos copistas* (Companhia das Letras) foi vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura, na categoria Melhor Romance de Estreia. Ilustrações de **Caio Borges**.

Roberto Kaz [Nem os bichos, nem as árvores, nem as pedras, p. 82] é jornalista e redator de *The piauí Herald*. É autor de *O livro dos bichos* (Companhia das Letras).

Cartuns desta edição: **Adão Iturrugarai, Alberto Benett, Aline Zouvi, Allan Sieber, André Dahmer, Caco Galhardo, Galvão Bertazzi, Reinaldo Figueiredo**.

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.

saiba mais

Com um catálogo plural e de alta qualidade, as **Edições Sesc** oferecem livros que promovem o acesso à educação, às artes e à cultura. Nossos títulos são cuidadosamente selecionados para estimular o pensamento crítico e o diálogo sobre temas relevantes da atualidade.

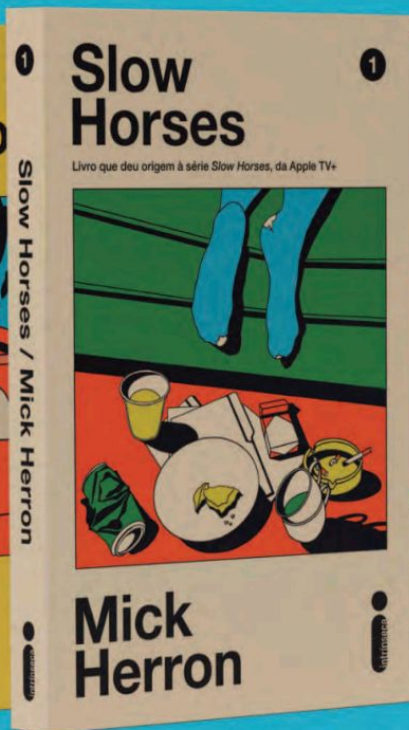
edições
Sesc

sescsp.org.br/edicoes

/edicoessescsp

Os mais charmosos e fracassados agentes britânicos na melhor série de espionagem dos últimos anos

intrínseca



Livros que inspiraram a série *Slow Horses*, da Apple TV+

Leões adormecidos / Mick Herron

Slow Horses / Mick Herron

Leões adormecidos / Mick Herron

"Mick Herron consegue a rara proeza de falar sobre a linha tênue entre o sucesso e o fracasso de forma irônica, perspicaz e instigante."

— The New York Times

"Uma leitura irresistível."

— Los Angeles Times



A EROÇÃO DA REPÚBLICA

Promiscuidade, impropriedades, atitudes suspeitas. Recapitulemos

FERNANDO DE BARROS E SILVA

O Brasil entra em 2026 com suas instituições em carne viva. O ano se inicia com a democracia de pé, mas mais vacilante do que parecia estar depois da condenação definitiva e da prisão de Jair Bolsonaro, em novembro do ano passado. Com o ex-presidente e seus generais de estimação atrás das grades, tivemos a sensação de que o país havia dado um passo histórico na boa direção. Não era uma sensação infundada.

A investigação diligente da Polícia Federal, a detenção sóbria e consistente do procurador-geral da República e a decisão do Supremo Tribunal Federal, amparada por um oceano de provas e evidências, foram construindo, passo a passo, um roteiro virtuoso, que reconhecia o país como o reino da legalidade. Além da punição inédita aos criminosos do andar de cima, havia o recado: não mexam com a democracia, isso daqui em diante custará muito caro.

Quando, enfim, Bolsonaro foi levado do Brasil às dependências da PF em Brasília, depois de ser flagrado com a tomoeleira avariada, numa evidente operação fracassada de fuga, a vitória sobre os golpistas, ao menos no campo legal, havia se consumado. E com esses ingredientes de pastelão, que rebaixavam ainda mais o personagem, devolvi, com o ferro de solda na mão, à sua condição de arruaceiro vagabundo, além de inepto. Falar em anistia, diante daquela cena grotesca e desmoralizante, era um problema estético, mais do que político.

E, no entanto, a imagem do país festejado mundo afora, como exemplo de maturidade política e institucional, não durou nem um mês. O Brasil de dar orgulho ainda não havia saído de cena quando o Brasil profundo invadiu o palco, mudando o curso do espetáculo.

A expressão se presta a leituras equivocadas. Penso aqui nas palavras de Nuno Ramos, no seu *Fofoqueiro* (um diário), publicado em 2022, pela Todavia: "O Brasil profundo saiu dos cafundós, da geologia severa da seca sertaneja, euclidianas, ou dos rios amazônicos, e se instalou em alguma coisa economicamente rica, estranhamente religiosa,

violenta e cara de pau." É deste Brasil profundo que estamos falando.

É o Brasil da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de Hugo Motta e Davi Alcolumbre, o Brasil de Sóstenes Cavalcante e de Paulinho da Força, o Brasil do marco temporal e da dosimetria. Mas é também o Brasil dos jatinhos de banqueiros e empresários que voam levando a bordo ministros do Supremo, convidados a participar de eventos esportivos internacionais, seminários no exterior para "pensar o país" repletos de atrativos mundanos e outras mumunhas mais. O Brasil profundo é profundamente antirrepublicano.

Uma parte do problema pode ser descrita nos termos mapeados por Raymond Faoro, no seu mítológico *Os donos do poder*, de 1958. Nele, o autor oferece uma interpretação ambiciosa do país, ou da "formação do patratônio político brasileiro", como diz seu subtítulo, a partir do conceito de patrimonialismo, emprestado da sociologia weberiana.

Entre os clássicos do pensamento social brasileiro aos quais é frequentemente associado – *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior –, o livro de Faoro é certamente o mais árido e difícil de atravessar. Sua leitura é muitas vezes maçante. A despeito disso, a ideia do patrimonialismo como princípio organizador da vida política nacional é intuitiva e de fácil assimilação para qualquer pessoa que acompanhe minimamente o noticiário.

A apropriação privada do que é público; o predomínio das relações pessoais, de favor e de arbítrio, sobre a impessoalidade das leis; o peso do compadrio, do parentesco e da lealdade política na definição das estruturas de poder; o alinhamento da burocracia estatal em relação aos problemas concretos da população – tudo isso cabe no guarda-chuva do patrimonialismo.

No excelente posfácio que fizeram à edição publicada pela Companhia das Letras em 2021, os cientistas políticos Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes

Ferreira notam que a recepção da obra muda sensivelmente quando ela é reeditada, em 1975, e se converte em fonte de "explicação clara para o autoritarismo que o país então enfrentava". Os donos do poder quase triplica de tamanho, transformando-se no catatui que conhecemos hoje, multiplicando suas notas de rodapé, que vão de 140 a 1 335, e "passa, significativamente, a prestar mais atenção às Forças Armadas".

Como é comum acontecer com os clássicos, ao longo do tempo o livro serviu a leituras diversas e interesses antagônicos. Como dizem Ricupero e Nunes Ferreira, "tornou-se frequente, nos anos 1990, a referência a Faoro tanto entre os que defendiam que seria preciso libertar a sociedade (e o mercado) do domínio sufocante do Estado patrimonialista como entre aqueles que denunciavam que privatizações e medidas afins estavam realizando o 'programa' do autor".

Nada disso faz muito sentido, pois, como explica o posfácio, "mais do que um programa positivo, Faoro fornece no livro uma visão desesperançada da política e da sociedade brasileiras. Sugestivamente, esse tom de desalento se acentua entre a edição de 1958 e a de 1975". Em entrevista à revista *Veja* em 1976, o autor dizia: "Acho que a história do Brasil é um romance sem heróis."

Mais de quarenta anos depois, em junho de 2017, Fernando Haddad publicou na *plu* um longo relato em primeira pessoa sobre o período em que esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 2013 e 2016. Seu texto se chama *Vivi na pele o que aprendi nos livros* e vem acompanhado do seguinte subtítulo: "Um encontro com o patrimonialismo brasileiro." A lembrança vem ao caso porque o atual ministro da Fazenda retoma os argumentos do livro de Raymond Faoro para falar da história recente do país.

A certa altura, já perto do final, Haddad lembra que havia escrito em 2003, logo depois da primeira eleição de Lula, um artigo em que alertava que o PT ainda não havia feito o diagnóstico adequado sobre a natureza do que chamou de "patrimonialismo moderno". Mais adiante, à luz das experiên-

cias do partido no poder, ele avança seu diagnóstico: "Hoje, se eu pudesse apontar um grande equívoco do PT, seria esse: o de subestimar o caráter patrimonialista do Estado brasileiro."

Escrevendo num momento em que Dilma Rousseff já havia sido impedida e as revelações da Operação Lava Jato galvanizavam a atenção de todos, Haddad arrisca uma interpretação sobre a natureza da corrupção no país, que vale citar por extenso:

Há um equívoco ao se falar de corrupção sistêmica ou de lobby no Brasil. A corrupção no país é mais do que sistêmica, ela é o corolário de nosso patrimonialismo. Afirmar que a corrupção, aqui, é sistêmica pode passar a impressão de que seria possível um patrimonialismo incorrupto. Da mesma forma como o lobby. Não há lobby no patrimonialismo. Na verdade, o lobby devidamente regulamentado seria até um avanço diante do que temos. O lobby pressupõe pelo menos dois lados, se não uma mesa quadrada, pelo menos um balcão. No patrimonialismo, o poder político e o poder econômico – os donos do poder –, na definição de Faoro – sentam-se a uma mesa redonda. Não se distinguem os lados. Em um contexto como esse, não há vítimas, a não ser os que não estão à mesa; há negócios.

Guardemos essas palavras. As coisas pioraram de 2017 para cá. O caráter patrimonialista da política brasileira não se alterou, pelo contrário; basta pensar na caixa-preta das emendas Pix e o que isso significa. A maior novidade da última década está na eclosão da extrema direita como opção efetiva de poder. Como dizia Bertolt Brecht, "de nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das novas e ruins". Ei-las.

Enfentemo, como se sabe, tem escala mundial. Na sua versão brasileira, a extrema direita ora disputa a hegemonia do campo conservador e reacionário com a direita convencional, ora atua ao lado dela para impor derrotas ao campo progressista e ameaçar a ordem democrática. Foi assim quando a Câmara aprovou a PEC da blindagem, cujo mentor era Arthur Lira, foi assim quando os deputados aprovaram o PL antífalange de Guilherme Derrite, foi assim mais recentemente, com o pro-

jeto da dosimetria. Será assim em 2026, muito provavelmente. Não se sabe quem estará a serviço de quem, mas a direita fisiológica e os neofascistas tendem a marchar unidos contra Lula num hipotético segundo turno, não importa quem seja o candidato.

É sintomático que figuras como Michel Temer e Aécio Neves tenham surgido na articulação que deu origem ao projeto assinado por Paulinho da Força para atenuar a condenação do ex-presidente. “Uma prendidinha já está bom”, é o que sinalizam. Logo eles, que tomaram parte na pré-história da erosão da democracia – Aécio em 2014, ao questionar o resultado das urnas, Temer em 2016, ao conspirar pela derrubada de sua companheira de chapa. Se quisermos abusar do oxímoro, eles, sim, são os verdadeiros golpistas que atuaram dentro das quatro linhas da Constituição. Prepararam a ascensão de Bolsonaro, estão fazendo o que podem (e talvez não possam muito mais) para pavimentar outra vez o caminho de volta ao pântano.

Também é muito sintomático que o acordo político para viabilizar a dosimetria, cujo primeiro efeito prático é a desqualificação da idoneidade e da solidez das sentenças, tenha sido costurado com a participação do próprio STF. Sem o aval dos caciques da Corte a chicana não tinha como prosperar.

Eaqui voltamos à imagem da mesa redonda formulada por Fernando Haddad. Daniel Vorceiro, o pirata do Banco Master, se sentou em torno dela na companhia de ministros do Supremo. A metáfora soa quase insuficiente diante da força dos fatos até aqui conhecidos e do constringimento que eles suscitam. Há níveis de promiscuidade, comportamentos impróprios, atitudes suspeitas. Recapitulemos.

Começando por Dias Toffoli. Viajou no jatinho de um empresário até Lima, no Peru, ao lado de Augusto de Arruda Botelho, advogado de Luiz Antônio Bull, que vinha a ser o diretor de Riscos, Compliance, RII, Operações e Tecnologia do Master – o nome do cargo é didático. Preso com Vorceiro, Bull também foi solto pela Justiça Federal



Os pilares da sociedade, de George Grosz: convесcotes em Londres, jatinhos nada republicanos

onze dias depois, em 28 de novembro, mesmo dia em que Toffoli foi sorteado relator do caso no STF. Horas depois, no dia seguinte, o ministro e o advogado voaram jatinhos para ver a final da Libertadores. Tinham muito a conversar sobre a escalada do Palmeiras.

No recurso feito para levar o escândalo do Master ao Supremo, a defesa de Vorceiro havia pedido que tudo fosse para as mãos de Kassio Nunes Marques, também conhecido por frequentar jatinhos pouco republicanos. O presidente da Corte, Edson Fachin, devia ter seus motivos quando decidiu sortear o relator.

Sob os cuidados de Toffoli, o caso foi mantido no STF, sob a alegação de que o inquérito havia chegado até um deputado federal da Bahia, que tinha direito ao foro especial. Conversa fiada. O rolo envolvendo o parlamentar – a compra e

venda de uma casa por 250 milhões de reais – não tinha absolutamente nada a ver com a investigação da venda fraudulenta do Master para o BRR. Dias depois, Toffoli decretou o mais alto grau de sigilo sobre o caso. E tudo caiu na escuridão.

O conjunto da obra e cada detalhe deste enredo são chocantes. Mas Toffoli não está sozinho. O Master gostava de patrocinar ou promover eventos com autoridades da República. Segundo um levantamento do *Estadão*, entre 2022 e 2025 foram ao menos seis, dentro e fora do Brasil, com a participação de ministros do STF.

Um deles, pomposamente chamado Fórum Jurídico Brasil de Ideias, ocorreu no hotel Peninsula, um dos mais caros de Londres, em abril de 2024. Além de Toffoli, estavam lá o decano da Corte, Gilmar Mendes, o procurador-

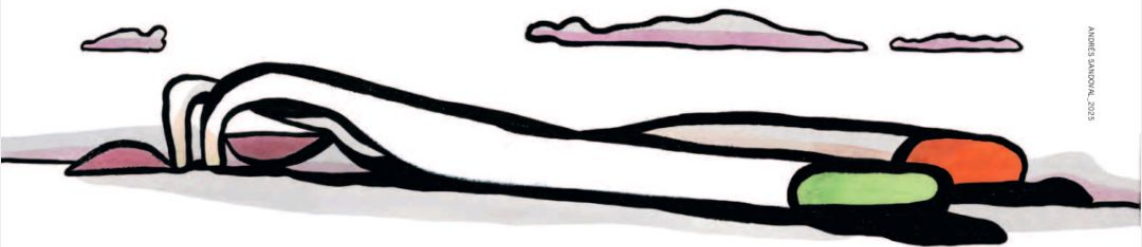
geral da República, Paulo Gonet, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o advogado-geral da União, Jorge Messias (agora indicado ao Supremo) e até o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues. Mas a estrela da festa (ops, seminário) era Alexandre de Moraes, a ponto de o evento ser chamado informalmente de “Fórum do Alexandre”. Embora tudo fosse supostamente de interesse público, a imprensa foi impedida de acompanhar o convесcote (ops, debate).

Um pouco mais de dois meses antes, em fevereiro de 2024, a PF havia deflagrado a megaoperação *Tempus Veritatis*, ou Hora da Verdade, que cumpriu mais de trinta mandados expedidos por Moraes contra os golpistas, entre eles Bolsonaro. Xandão estava na crista da onda.

O que não se sabia é que o escritório de advocacia da mulher do ministro, Viviane Barci de Moraes, onde também trabalhavam os dois filhos do casal, havia fechado, em janeiro de 2024, um contrato com o Banco Master com duração de três anos, no valor total de 129 milhões de reais, o que dá 3,6 milhões mensais. Se as parcelas tiverem sido pagas em dia, a banca advocatícia de Barci de Moraes recebeu 79 milhões até outubro de 2025, último mês antes da liquidação do Master pelo Banco Central.

De acordo com os dados do documento, revelados pela repórter Malu Gaspar, do jornal *O Globo*, o escritório da mulher do ministro deveria representar os interesses do Master junto ao BC, à Receita e ao Congresso, mas não há evidências materiais de que tenha de fato feito algum trabalho.

Mesmo que os valores não fossem astronômicos, discrepando de qualquer parâmetro deste mercado de luxo, o contrato já seria impróprio e imoral. Estamos, no entanto, diante de algo que vai além disso. Trata-se de um escândalo que põe sob suspeita a atuação do ministro e da própria Corte. E assim o homem que foi decisivo para salvar a democracia brasileira do naufrágio vai entrando pela porta dos fundos na galeria de personagens da obra de Raymond Faoro. E confirmando, ao dar sua contribuição para a esculhambação da República, que a história do Brasil é um romance sem heróis. ☹



ANTES DO SOL RAIAR

Noites e madrugadas de vexames na Câmara dos Deputados

Como os morcegos e as raposas, os deputados federais preferiram nos últimos meses de 2023 trabalhar sobretudo à noite — ou mesmo de madrugada. Ainda mais quando precisavam decidir sobre questões cruciais para o país. Foi assim com a votação do projeto de lei antifacção, na noite de 18 de novembro, e com o da dosimetria, na madrugada de 10 de dezembro. “Vai votar tudo hoje”, disse à imprensa no dia 9 de dezembro, terça-feira, o presidente da casa, Hugo Motta (Republicanos-PR), antecipando a longa jornada madrugada adentro.

Apelidado de anistia light, o projeto da dosimetria visa reduzir as penas dos golpistas que invadiram as casas dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, mas também as de Jair Bolsonaro e seus sequazes por tentativa de golpe de Estado. O PL era um substitutivo do deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) a outro projeto, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), que propunha total anistia aos participantes das manifestações golpistas.

Crivella, que é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, também ganhou fama entre bolsonaristas por outro feito: é o cantor da música *A anistia chegou*, lançada em outubro. O vídeo da canção no YouTube, que não disfarça a estética de propaganda eleitoral, exalta a anistia aos invasores mais conhecidos dos ataques de 8 de janeiro, como a Débora do Batom, a idosa da Bíblia e o piqueiro. Ele diz vagamente gospel, a canção diz:

*O choro da tristeza
pode até cair na madrugada.*

[...]

*Quando o amanhã deslata,
a história começa a brilhar.*

*A anistia renasce forte,
ninguém pode mais parar.*

A anistia chegou.

É a justiça mais ampla.

O batom na estátua

não apaga a esperança.

Na lanchonete interna do plenário da Câmara, por volta de dez da noite do dia 9 de dezembro, Crivella estava sentado, sozinho, aproveitando um café com leite. Perguntei a ele:

— O senhor vai atualizar o título da música agora, com o projeto da dosimetria?

— Que música? — ele respondeu.

— A sua.

— Ah, é mesmo! Agora vai ser assim: *A dosimetria chegou, é a justiça mais ampla, o batom na estátua não apaga a esperança* — cantou Crivella, dando uma risada.

Ele estava eufórico, confiante que o choro da tristeza não iria cair naquela madrugada. “Deus é maravilhoso”, repetia o tempo todo. E disse que achou um “ato de bravura” de Jair Bolsonaro aceitar o projeto da dosimetria, que não livra o ex-presidente da cadeia, mas pode reduzir seu encarceramento a apenas dois anos e quatro meses (sem a dosimetria, Bolsonaro terá que esperar até 2037 para ganhar liberdade condicional).

A uma hora da madrugada, no plenário da Câmara, com os debates em andamento, o deputado Merlong Solano (PT-PI) subiu ao púlpito. Folheando as páginas do passado brasileiro, bradou: “Colegas parlamentares! A noite de 12 de novembro de 1823 entrou para a história como a noite da agonia. Aquele foi o momento que dom Pedro I fechou a Assembleia Constituinte e, em seguida, impôs uma Constituição ao seu gosto, uma Constituição que lhe dava poderes quase absolutos.”

A referência era um tanto remota no tempo, ainda mais para pessoas insone, mas é com as lições da história que se aprende a governar o presente. A decisão autoritária de dom Pedro I foi para evitar que seus poderes acabassem

reduzidos na nova Constituição que se estava elaborando. Depois de mandar seus militares cercarem o Paço Imperial, onde os constituintes estavam reunidos, dom Pedro dissolveu a assembleia e promulgou ele próprio uma Constituição, em 1824, assegurando sua primazia no governo do país. Foi o primeiro golpe de uma série no Brasil.

E não foi o único capítulo da história brasileira que Solano coletoeu, em busca de exemplos. Ele também lembrou a conspiração militar que tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek em 1955 (o movimento foi contido por um contragolpe, na madrugada de 11 de novembro, liderado pelo ministro da Guerra Henrique Lott), e, claro, o golpe de 1964, iniciado com a marcha militar do general Olímpio Mourão Filho, que fez seus soldados deixarem Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro antes que a maioria dos brasileiros acordasse, no final da madrugada de 31 de março.

Com tantos fatos históricos eletrizantes acoplados ao debate, a decisão sobre o projeto da dosimetria tinha tudo para ser um momento de grande vibração na Câmara, apesar da hora. Mas não foi, porque a precedeu um episódio mais animado.

No fim da tarde de 9 de dezembro, o deputado Glauber Braga (Psol-RJ) se instalou na cadeira da presidência da Câmara, em mais um ato de protesto contra a votação de sua cassação, prevista para o dia seguinte. “Eu vou ficar aqui calmamente, com toda a tranquilidade, exercendo o meu legítimo direito político de não aceitar como fato consumado uma anistia para um conjunto de golpistas, a diminuição da pena para Bolsonaro por dois anos, e gerando para mim oito anos de inelegibilidade”, disse ele.

O deputado do Psol estava sendo julgado por quebra de decoro parlamentar

— ele chutou um militante do Movimento Brasil Livre (MBL), que, segundo Braga, xingara sua mãe. Antes, em abril, já fizera uma greve de fome que durou nove dias, pelo mesmo motivo.

Por volta de cinco da tarde, como Braga continuava grudado à cadeira, Motta determinou que o primeiro-secretário, o deputado Carlos Veras (PT-PE) suspendesse a sessão. De repente, sem aviso prévio, a TV Câmara interrompeu sua transmissão dos “trabalhos” no plenário e passou a exibir a reunião da Comissão de Saúde — o que durou cerca de uma hora.

Em torno de seis da tarde, agentes do Departamento de Polícia Legislativa (Depol) receberam a ordem de tirar do plenário todos os que não fossem parlamentares e bloquear a entrada da imprensa ao local, um fato incomum em uma democracia. Sem saber o que estava acontecendo lá dentro, jornalistas à porta gritavam: “Libera, libera, libera.”

O que estava acontecendo era um tipo de *kickboxing* de engravatados, com políticos e policiais se degladiando em torno de Braga — os que tentavam protegê-lo versus os homens da Depol, que também tinham recebido ordens de carregar o deputado insurgente para fora do plenário. (A pancadaria e a expulsão de Braga contrastaram com o tratamento respeitoso e delicado recebido pelos deputados bolsonaristas que ocuparam a mesa da Câmara durante 36 horas em 5 de agosto de 2025.)

Na saída, quando viram Braga arastado pelos policiais, dezenas de jornalistas correram para entrevistá-lo. Na tentativa de abrir caminho, os homens do Depol desferiram empurrões, cotoveladas e puxões de cabelo nos jornalistas. Braga conseguiu evitar a cassação, mas teve o mandato suspenso por seis meses.

Foi assim o memorável início da noite de 9 de dezembro no Congresso.

Restava viver a memorável madrugada de 10 de dezembro. Como se nada tivesse acontecido, às 19h04, Hugo Motta abriu a sessão plenária para a votação. O presidente da Câmara parecia tomado por um misto de cansaço e indiferença, como se cumprisse um serviço noturno.

O projeto da dosimetria seria apenas a última pauta a ser votada. Como outras pautas foram colocadas à frente, chegou-se a suspeitar que a votação mais vexaminosa não ocorreria. Mas ocorreu, com a vitória da dosimetria – às 21h28 do dia 10 de dezembro – por 291 votos a favor, 148 contra e 1 abstenção. (O projeto foi também aprovado pelo Senado.)

Exultantes, os parlamentares bolsanaristas na Câmara ainda se animaram a fazer fotos, apesar de ser alta madrugada – e um grupo se reuniu com Nikolas Ferreira (PL-MG) para o clique. A fim de garantir alguma compostura na pose, o deputado mineiro pediu: “Sem rir, pessoal, o assunto é sério.”

Pedro Tavares

MADE IN ACRE

O presidente da ApexBrasil e sua robusta plantação de café

Maior exportador de café do mundo, o Brasil vendeu ao exterior, só em novembro passado, 3,5 milhões de sacas de 60 kg do produto, volume que representa queda de 26,7% em relação aos 4,8 milhões vendidos no mesmo mês em 2024. Em receita cambial, no entanto, houve um incremento de 8,9% no mesmo período, com os rendimentos saltando de 1,4 bilhão de dólares para 1,5 bilhão. Mesmo depois do caos promovido pelo tarifaço de Donald Trump, os Estados Unidos continuam a ser o maior comprador.

Com tamanha relevância do café em nossa balança comercial, divulgá-lo faz parte das atribuições da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). No começo de novembro, a agência levou até o Acre um grupo com nove compradores internacionais de quatro continentes – América do Norte, Europa, África e Ásia.

O grupo foi conduzido por várias fazendas, nas quais era recepcionado por cafeicultores locais, ansiosos para convencer os estrangeiros a importar o robusta amazônico (que pertence à espécie *Coffea canephora*), café híbrido desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que se adaptou bem ao calor e à umidade da região amazônica. Mais denso e forte que o tipo arábica (*Coffea arabica*), o robusta vem sendo comercializado no Brasil e no exterior.

Ex-prefeito de Rio Branco, ex-senador e ex-governador do Acre, Jorge

Viana ocupa a presidência da ApexBrasil desde o início do atual governo de Lula. Durante o tour com os compradores gringos, ele se manifestou na imprensa local enaltecendo a produção cafeeira do estado, que estaria vivendo um “momento histórico”, cujos fundamentos seriam a sustentabilidade e a qualidade. Também elogiou o “trabalho extraordinário” do presidente da CooperCafé – uma cooperativa de cafeicultores –, Jonas Lima, que já foi deputado estadual pelo PT, partido de Viana. “Estamos construindo uma nova matriz econômica baseada em sustentabilidade e qualidade. Esse é apenas o começo”, disse o presidente da ApexBrasil.

Viana só não informou que uma das plantações visitadas pela comitiva de potenciais compradores de café foi a Colônia Floresta, em Senador Guimard, município a 25 km da capital Rio Branco. E que o proprietário é ele próprio, o presidente da agência. Na ocasião, Viana guiou os visitantes em um passeio por sua plantação de robusta amazônico.

No site da agência, não consta a lista de todas as fazendas visitadas. Mas quem confirma a visita é a pessoa cujo trabalho Viana cobriu de elogios, Jonas Lima. “Visitaram a fazenda do Jorge e de diversos outros produtores”, disse ele, em entrevista por telefone. O presidente da CooperCafé conta que o setor está em expansão no estado. “Hoje temos 182 cooperados, mas em março do ano que vem iremos para 320”, afirmou.



Lima explicou que o motivo do tour era ampliar as vendas e que já rendeu frutos a visita internacional promovida pela ApexBrasil – entidade autônoma ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. “Acabamos de vender dois containers para Dubai.” A CooperCafé também montou mostruários em eventos do programa Exporta Mais Brasil – duas vezes em Rio Branco e uma em Salvador. Lima contou que a ApexBrasil arca com os custos dos expositores, algo que a entidade nega. Em novembro passado, a Colônia Floresta também participou, junto com outros produtores do Acre, do evento Semana Internacional do Café, realizado em Belo Horizonte e promovido pela ApexBrasil para vender grãos para o mercado internacional.

Foi no segundo semestre de 2023 que Viana recebeu a Licença de Operação do Instituto de Meio Ambiente do Acre para plantar o café robusta amazônico em uma área relativamente pequena, de 20,44 hectares, o equivalente a 204 mil m². Em maio de 2024, já na ApexBrasil, ele promoveu uma celebração ecumênica: o padre Massimo Lombardi e o pastor Francisco Pereira da Silva foram abençoados a primeira colheita de café da Colônia Floresta. O evento recebeu cobertura da imprensa local.

Procurado pela **plaiu!**, o presidente da ApexBrasil não pôde dar entrevista, segundo sua assessoria, por não ter disponibilidade na agenda até o fechamento desta edição. A entidade, no entanto, enviou um comunicado, em que nega que Viana tenha favorecido sua própria plantação de café. Diz a nota que Jorge Viana recebeu possíveis importadores na Colônia Floresta, tal como fez em outros eventos da ApexBrasil, na condição de “anfitrião institucional”. “Nessas ocasiões, [ele] recepciona compradores dos mais variados produtos e se reúne com eles e com produtores locais.”

Agência diz que nenhuma saca de café da fazenda de Viana foi vendida durante a visita da comitiva internacional: “Jorge Viana não exporta café, e sua produção não integra os negócios da ApexBrasil.” Viana é próximo da CooperCafé, cujo presidente celebrou o fechamento de vendas para Dubai propiciadas pela iniciativa da agência.

Em outro trecho, a nota sugere que a passagem da comitiva pela fazenda do presidente da ApexBrasil se deu quase por acidente: “A visita à sua colônia, que fica no trajeto para a propriedade do presidente da Cooperacre [Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre], empresa exportadora que também fez parte da agenda oficial, teve o objetivo de mostrar aos empresários a parte da Floresta

Amazônica situada no local, onde são usadas práticas de cultivo compatíveis com a floresta. Como se sabe, este é um tema que desperta muito interesse entre compradores internacionais.”

A argumentação aqui encontra um tema recorrente no discurso político de Viana, que vem batendo na tecla do desenvolvimento econômico sustentável. “O Acre se sustenta convivendo com a floresta”, ele costuma repetir.

A proteína animal é outro setor ao qual a ApexBrasil dá especial atenção. Jorge Viana tem rodado o mundo em feiras para promover os produtores do país. Empresários do setor frigorífico têm se queixado do espaço privilegiado dado aos pecuaristas do Acre. Viana é pré-candidato ao Senado pelo estado na eleição de outubro, quando duas cadeiras estarão em disputa.

No ano passado, Murilo Leite, do frigorífico Frisacre, esteve em viagens da ApexBrasil na Malásia e na Indonésia, países do Sudeste Asiático, onde o Brasil busca homologação para exportar carne bovina. No primeiro semestre de 2025, a agência de promoção firmou um convênio com o Banco da Amazônia para disponibilizar 82 milhões de reais de crédito para produtores de carnes suínas e de aves do Acre.

Logo nos primeiros dias à frente da ApexBrasil, Viana afirmou que o seu estado era o que menos exportava – 20 milhões de dólares, em 2006 – e que batalharia para fomentar a economia local. Deu certo. Só em 2024, as exportações do Acre chegaram a 87 milhões de reais. Os números de 2025 ainda não estão fechados, mas devem bater em 100 milhões de reais. E estarão fechados antes da eleição para o Senado.

João Batista Jr.

O CLIQUE DA BALEIA

Cientistas flagram um cetáceo elusivo na Foz do Amazonas

Em dezembro de 2022, o biólogo marinho Raphael Machado coletou dados preciosos durante uma expedição oceanográfica realizada no Atlântico, nas imediações da Foz do Rio Amazonas. A bordo do Urano, um rebocador adaptado para conduzir pesquisas, o cientista captou registros sonoros e visuais de baleias-bicudas, que estão entre as espécies mais enigmáticas do seu grupo, e cuja presença naquela região do oceano era muito pouco conhecida até então.

Os sons desses mamíferos marinhos foram gravados com um hidrofone – um microfone submarino que os pesquisadores baixaram a profundidades de até 150 metros. Machado só ficou sabendo que o Urano havia

navegado em meio às baleias-bicudas já em terra, semanas depois da excursão, quando examinou as gravações num laboratório em Juiz de Fora, em Minas Gerais. Empolgado, ouviu então as vocalizações típicas da espécie. “A gente fica muito feliz quando consegue registrar esses animais”, disse ele à *piuí*.

O grupo das baleias-bicudas compreende mais de vinte espécies que se distinguem das demais baleias por uma série de características, a começar pelo bico – ou rostró, como preferem os cientistas – que lhes dá a aparência de um golfinho avantajado. Outro traço marcante é a nadadeira dorsal, que é miúda e fica posicionada na parte final das costas.

Enquanto as jubartes encantam turistas com verdadeiras exhibições de salto em áreas costeiras, as baleias bicu-

das são difíceis de observar. Gostam de nadar em grandes profundidades e raramente vêm à superfície para respirar. “Os mergulhos delas podem durar quase três horas e alcançar 3 mil metros de profundidade”, disse o biólogo. Até onde se sabe, nenhuma outra baleia chega tão fundo. “Além disso, elas são muito discretas, evitam saltar e possuem um comportamento na superfície muito tímido.” Por causa da sua raridade e discriminação, muito do que os cientistas sabem sobre as baleias-bicudas vem do estudo de animais mortos que acabam encalhando nas praias.

Como não conseguem avistá-las, resta aos pesquisadores estudar os sons que elas emitem. As vocalizações têm características únicas para cada espécie e ajudam os estudiosos a mapear sua distribuição pelos mares. Dentre os sons que as baleias-bicudas produzem estão os chamados cliques de ecolocalização, que lembram o barulho de um metal batendo no outro, conforme a descrição de Machado: “É um som muito específico e único no ambiente marinho.”

Em profundidades onde não chega a luz solar, as baleias-bicudas localizam-se por esses sons – e com eles encontram os peixes, lulas e crustáceos de que se alimentam. É uma estratégia parecida com a dos morcegos, que usam sons de alta frequência para se orientar. “As baleias-de-bico formam uma imagem acústica das suas presas e do ambiente em que elas se encontram”, explicou o biólogo.

Raphael Machado soube desde os 7 anos que queria ser biólogo marinho. A vocação foi despertada pelo padrasto de um colega seu, que exercia a mesma profissão – e falava dela com muito entusiasmo. “É isso que quero fazer da minha vida”, pensou o menino. Havia um pequeno obstáculo: natural de Valença, no Rio de Janeiro, Machado cresceu em Juiz de Fora, a cerca de 130 km em linha reta da praia mais próxima. Resignado, decidiu que cursaria biologia na sua cidade e que na pós-graduação tentaria se especializar no estudo do ambiente marinho em alguma cidade litorânea.

Longo o começo do curso na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ele conheceu Artur Andriolo, um paulistano de 59 anos que se especializou no estudo de cetáceos. O professor abriu muitos horizontes para o jovem pesquisador. “Descobri que era possível fazer pesquisa com baleias e golfinhos aqui em Minas”, disse Machado. O estudante colocou em Andriolo, com quem fez iniciação científica e mestrado, e acabou contratado pelo Instituto Aquilie, uma organização de pesquisa e conservação sem fins lucrativos da qual seu orientador é cofundador.

Aos 28 anos, Machado está entrando no segundo ano do doutorado e vai concluir sua formação acadêmica sem precisar sair das bordas da Serra da Mantiqueira. “É um grande mito que, para estudar o ambiente marinho, o cientista deva morar próximo ao mar”, disse Andriolo. “Hoje, nossos estudos são realizados em diferentes locais da costa brasileira, no continente antártico e em outros países.”

Foi representando o Instituto Aquilie que Machado participou dos cruzeiros oceanográficos na Foz do Amazonas. O objetivo das expedições – foram oito no total, realizadas em 2022 e 2023 – era caracterizar a biodiversidade daquela região. A bordo do Urano havia também pesquisadores dedicados a investigar aves marinhas, tartarugas e outros grupos de animais.

Bancado pela Petrobras, o estudo é parte do programa de monitoramento ambiental da Bacia da Foz do Amazonas, uma das condições que o Ibama impôs à empresa para emitir a licença para a perfuração de um poço experimental de petróleo naquela região (a licença foi concedida em outubro de 2025). A Petrobras confiou a tarefa a uma empresa que subcontratou o Aquilie para a coleta e análise dos dados bioacústicos e para aferir parâmetros como temperatura e acidez da água, teor de oxigênio e velocidade das correntes.

Os resultados saíram melhores que a encomenda: os pesquisadores fizeram doze identificações de baleias-bicudas. Oito registros foram acústicos; outros três, observações diretas realizadas pela equipe que, instalada no convés, fazia o monitoramento visual. Houve ainda uma identificação que combinou o registro visual e acústico, conforme os pesquisadores relataram num artigo publicado no ano passado no *Journal of the Acoustical Society of America*.

O estudo trouxe os primeiros registros acústicos de baleias bicudas do Brasil e de todo o Atlântico Sul Ocidental. Foram identificadas pelo menos três espécies do grupo em uma região sobre a qual se sabia “praticamente nada”, de acordo com Artur Andriolo. “Até há pouco tempo, acreditava-se que a diversidade de cetáceos na região era pequena, mas demonstramos que várias espécies de golfinhos e baleias ocorrem regularmente naquela área”, afirmou o professor da UFJF.

Resta verificar qual é a vulnerabilidade dessa fauna, ainda tão pouco conhecida pela ciência, a um eventual vazamento de petróleo na região – um dos grandes pesadelos dos ambientalistas que se opõem à exploração de combustíveis fósseis naquelas águas. “Ainda não temos como saber se um vazamento poderia prejudicar as es-

pécies na região, pois depende de vários fatores, inclusive a quantidade de óleo vazada, a localização do vazamento e a capacidade da empresa de contê-lo”, afirmou Andriolo. “Precisamos coletar mais dados para conhecer melhor a distribuição dessas espécies e como um acidente poderia impactá-las”, reiterou Machado. **O**

Bernardo Esteves

O SONHO E O TECLADO

Um cozinheiro paraibano degusta o sucesso na música

Em busca de melhores condições de vida no Rio de Janeiro, Edmilson Soares de Lima deixou a Paraíba, seu estado natal, em 1994, com o irmão Francisco. Os dois foram trabalhar num sítio em Maricá, mas Edmilson não gostou. “Porra, sai da roça para morar em outra roça?”, reclamou. Decidiu tentar a sorte na capital – e arranjou um apartamento bem no Centro do Rio, próximo à Central do Brasil, região onde mora até hoje, sozinho.

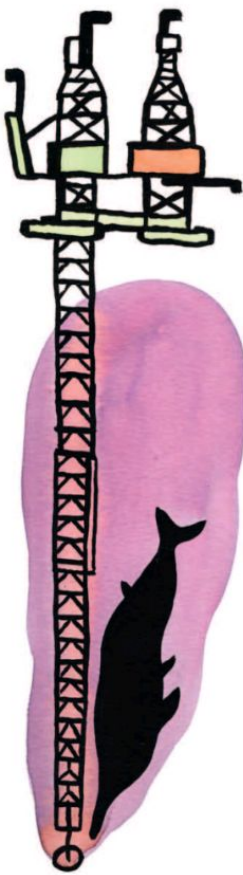
Em busca de trabalho, Edmilson abriu os classificados de um jornal e viu um anúncio de ajudante de cozinha. Ele se dirigiu bem cedo ao restaurante Ponto de Encontro. “Você tem alguma experiência?”, perguntou o proprietário. Edmilson foi franco: “Só entrei em cozinha pra comer.”

Apesar da falta de experiência, ele foi contratado. Até hoje na mesma vaga, no mesmo restaurante, onde cozinha de tudo. Seu carro-chefe é o *steak* de filé mignon. Ele dá a receita: “É um bife de filé mignon com queijo coalho grelhado em cima, alho frito e acompanhado de arroz – de brócolis ou ‘arroz maluco’ – e batata portuguesa ou fritas.”

Na negociação com o dono do restaurante, Edmilson estabeleceu uma condição: trabalharia só de segunda à sexta-feira. Queria deixar sábados e domingos livres para se apresentar em botecos dos mais diversos bairros, tocando um gênero musical que aprecia desde pequeno, o brega.

Ele tinha entre 8 e 9 anos quando começou a arranhar algumas melodias no violão de seu irmão mais velho, Esdras, que ficou na Paraíba. Com 12 anos, já se apresentava em pequenas bandas e acabou aprendendo a tocar vários instrumentos. A música o acompanhou desde então, embora nunca tenha ganhado a vida com esse talento. Situação que agora parece estar mudando para o músico de 49 anos.

Quem passa à noite pela Rua do Senado, no Centro do Rio, na altura do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, vê uma aglomeração em frente a um bar modesto, o





Cantinho Maranhense. O interior do boteco não comporta todo o público que vai lá para beber e ouvir música e, por isso, parte da rua é invariavelmente ocupada pelas pessoas. Embora Edmilson já se apresente ali há sete anos, foi há cerca de um ano que começou um alvoroço em torno do show que ele faz nos fins de semana.

Seu público aumentou e mudou: se antes era formado por pessoas de menor poder aquisitivo e idade avançada, agora, como ele mesmo diz, é a "playboyzada" que curte seu som. "É a galera jovem que puxa meu forró", ele define. Foi esse mesmo pessoal que colocou o Cantinho Maranhense no mapa dos locais antenados da noite carioca – com Edmilson incluído. "Eu fico feliz pra caralho com esse reconhecimento", ele diz.

Agora, nos fins de semana, Edmilson dos Teclados faz de três a quatro shows por noite, em aniversários, restaurantes e bares, geralmente concentrados entre o Centro e a Zona Sul. "Às vezes, não tenho tempo nem para ensaiar". Diz. Devido à alta demanda, ele só consegue se apresentar uma ou duas vezes por mês no Cantinho Maranhense, o bar em que se projetou.

Seu show é o de um homem só, com um só instrumento. Edmilson solta a voz em um vasto repertório de canções bregas brasileiras e internacionais, que inclui pérolas como *Me usa*, da banda paraibana Magníficos, uma das mais aguardadas por seus fãs. Embora tenha mais intimidade com instrumentos de corda, ele optou por se apresentar com um teclado. "É mais prático e facilita muito o meu tra-

balho, em termos de locomoção e ensaio", ele explica. Foi assim que passou a ser conhecido como... Edmilson dos Teclados.

Para a música brega, o teclado foi essencial: transformou o gênero nos anos 1980. No Maranhão, o instrumento se enraizou fortemente tanto na seresta quanto no brega, fenômeno que o historiador maranhense Bruno Azevedo mapeou em seu livro *Em ritmo de seresta*, de 2014. A epígrafe do trabalho diz: "Numa banda, o teclado é só preenchimento. Na seresta, o teclado é o coração."

O produtor e empresário Marcos Quental, de 29 anos, cuida da carreira de Edmilson dos Teclados há quatro meses e tem sido fundamental para avançar a carreira do cantor e tecladista. Quental já trabalhou com nomes relevantes da atual cena musical carioca, como Ana Frango Elétrico e Os Carotim. Não só. É ele que está impulsionando a fama de Edmilson junto a celebridades cariocas, que o têm contratado para festas – ele cobra entre 600 e 1,2 mil reais. Só para a artista plástica Adriana Varejão, já fez três apresentações. A artista plástica o considera um grande *performer*. "Sozinho no palco, apenas com seu teclado, transforma qualquer lugar em festa, em ritmo dançante, fazendo todos cantarem juntos. Ele é um fenômeno", disse Varejão à *plaui*.

Em novembro passado, Edmilson fez sua estreia em um festival, tocando no Rock The Mountain, evento que aconteceu em Itaipava, um distrito de Petrópolis. Foi a sua apresentação de maior destaque até agora. O produtor está planejando variadas ações para incrementar ainda mais a carreira do novo cliente. Tem no forno o projeto de uma turnê na Europa, que até já ganhou um título: *Um teclado e um sonho*. "A maior dificuldade para se apresentar hoje na Europa é justamente os custos logísticos. Mas, sendo uma pessoa só, fica mais fácil de viabilizar", diz Quental, que também lançou um produto destinado ao merchandising do artista: uma camiseta estampada, de efeitos brilhantes e chamativos, com o rosto do tecladista.

Edmilson encara a fama recente com muita parcimônia. E não considera largar a cozinha do restaurante Ponto de Encontro, pois teme que o sucesso seja efêmero. "Pode ser uma carreira meteórica, que passa e depois some", diz. Além disso, embora se considere melhor músico que cozinheiro, desenvolveu uma paixão pela culinária. "Eu conseguiria sobreviver tanto da música como da cozinha, mas tenho tesão mesmo é na música." **•**

Daniilo Marques

A REDENÇÃO DO VETERANO

Um artista tem sua obra incluída na Bienal no meio do evento

Fazer parte do meio das artes visuais não foi um movimento fácil para Helcio Jorge Barros, de 69 anos. Quando ele decidiu se considerar artista, em 1985, já estava com 30 anos de idade. Mesmo assim, não podia exercer sua vocação em tempo integral, já que seu meio de sustento, desde 1975, era o funcionalismo público.

A fim de não se deixar engolir pelo trabalho no Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, produzia arte compulsivamente. Enquanto seus colegas de repartição saíam para almoçar, ele aproveitava a pausa para fazer seus desenhos abstratos sobre papel-cartão, com pastel oleoso e grafite. Barros também não se interessava por promoções no banco, preferindo se dedicar à sua arte. Auxiliar de escrita fiscal, evitava prestar concursos internos por melhor posição, o que exigiria dele maior carga horária de trabalho.

Foi pelo mesmo motivo que pediu sua transferência da agência que trabalhava em São João de Meriti – município da Região Metropolitana do Rio – para a agência central na capital. O remanejamento lhe foi benéfico. "Eu só tinha trabalho de verdade durante três dias do mês, quando fazia o pagamento dos funcionários das instituições federais, da Marinha e do Exército", ele conta.

A vocação para artes foi algo que ele sustentou sozinho desde o começo. Seu pendur para o desenho era visto com certo desdém por pessoas próximas, a começar pelos familiares. Seu pai, que se aposentou pela Marinha Mercante, dizia que os roubos criativos do filho eram "coisa boba". A mãe não chegava a desanimá-lo, mas tampouco apoiava seus primeiros passos.

As dificuldades iniciais o prepararam para o que viria depois. O cenário artístico que ele enfrentou nos anos 1990 e 2000 era bastante refratário a pessoas negras e de famílias pobres. Por isso mesmo, embora se dedicando obstinadamente a construir sua linguagem na arte, Barros só obteve maior reconhecimento no final do ano passado.

Os pais do artista já tinham dois filhos quando se mudaram do Maranhão para o Rio de Janeiro, em 1955. Helcio Barros nasceu no ano seguinte. Talentoso, mas tímido, só encontrou quem incentivasse seus dons artísticos na adolescência, quando fez parte de um grupo de jovens católicos em Vila Nova, bairro onde vivia na periferia de Nova Iguaçu, no estado do Rio. Uma freira belga cha-

mada Roza Vos lhe deu lições de pintura, fornecendo-lhe também telas, tintas e pincéis.

As aulas se encerraram quando a freira foi trabalhar em outro lugar. Mas ele continuou se exercitando: fazia cartuns para jornais ligados a movimentos sociais. Aos 19 anos, ingressou no curso de cinema da Universidade Federal Fluminense (UFF). Seu conhecimento das artes se expandiu ainda mais quando, depois de formado, visitou a Europa.

A viagem foi em decorrência de seu relacionamento com a pedagoga alemã Mechthild Ebeling, que Barros conheceu no Brasil, onde ela trabalhava. "Na primeira vez que viajamos, visitamos a família dela na Alemanha, mas também fomos à Holanda", recorda o artista. Ele se encantou com o Rijksmuseum, em Amsterdã. "Foi fantástico. Tinha muito Rembrandt, e eu era doado por Rembrandt. Ele tinha uma técnica assim: de longe, você via as coisas perfeitas. Mas, se chegasse perto, era uma borralhada sem fim." Da relação com Ebeling, nasceu seu único filho, Francisco. Posteriormente, o casal se separou.

Impactado pelo que viu na viagem, Barros buscou um professor particular logo que voltou ao Brasil. Deslocou-se então do figurativismo para as abstrações muito coloridas (que pratica ainda hoje). "Aquelas composições, cores, eram muito surpreendentes para mim. Era uma coisa mais espontânea. Algo que surgia na minha frente", conta.

Foi nesse tempo de descobertas que passou a produzir pequenos desenhos nos intervalos do trabalho. "A ideia era



que fossem estudos para pinturas maiores, mas não deu certo." Barros fez aulas na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio, mas depois seguiu estudando de forma autodidata. Em 2010, mudou-se para São Paulo.

Hoje, Helcio Barros se sente "um pouco zozno", com o que aconteceu a sua vida nos últimos meses de 2025. A obstinação com que produziu suas obras desde a juventude foi finalmente reconhecida, e ele estava "atônito", como disse à **piauí**, em seu apartamento no bairro Santa Cecília, em São Paulo.

Em 23 de novembro passado, o artista Renan Teles – integrante do coletivo negro Vilanismo, que participa da 36ª Bienal de São Paulo – enviou um vídeo do ateliê de Barros, por mensagem de celular, ao camaroneiro Bonaventura Soh Bejing Ndikung, curador-geral da mostra, que se interessou pelos trabalhos. No dia seguinte pela manhã, o curador fez questão de visitar o ateliê de Barros, antes de embarcar para a Alemanha, país onde reside e no qual dirige a Haus der Kulturen der Welt (Casa das Culturas do Mundo), importante centro cultural em Berlim.

Do encontro rápido, mais intenso, veio a surpresa: Ndikung convidou Barros para integrar a 36ª edição da Bienal, apesar de a mostra estar aberta havia mais de dois meses. "Trata-se de um gesto artístico", diz o curador, que destaca que a produção de Barros só saiu das bordas do circuito de arte para a Bienal por causa do coletivo de artistas negros, que chamou a atenção para ela. Ndikung ainda não sabe explicar o que sentiu ao se deparar com as composições abstratas – e diz que é bom que seja assim: "O mais brilhante do trabalho é isso: não é algo definido, não é conclusivo."

Barros mantém relação com o Vilanismo desde 2023. "Quando visitei o ateliê dele, encontro soluções para o meu próprio trabalho", conta Teles, um dos integrantes do grupo que tem relação mais próxima com o veterano. "É acho que o motivo pelo qual o seu trabalho chegou tão longe foi ele não ter cedido para se encaixar no meio das artes visuais."

No dia 30 de novembro, em uma cerimônia na 36ª Bienal, quatro esculturas produzidas por Barros foram instaladas na mostra no Ibirapuera, junto ao espaço dedicado ao grupo Vilanismo. Entre abraços e apertos de mãos, o artista estava discretamente emocionado. Uma jovem de cabelos descoloridos aproximou-se para cumprimentá-lo, ao que ele, num misto de alívio, desabafo e celebração, respondeu: "Essa é a minha redenção." ❖

Tatiane de Assis

A NOVA BRASILEIRA

Uma travesti angolana muda de nacionalidade

Quando Mara Liona Frederico tinha 20 e poucos anos, um amigo lhe disse: "Se quiser ser livre, você vai ter que ir para o Brasil." O rapaz tinha acabado de voltar a Luanda depois de uma temporada no Rio de Janeiro, onde pôde beijar homens à luz do dia, na areia da praia, e não levou nenhuma pedrada. Para a amiga, era como se ele estivesse descrevendo o paraíso. "Em Angola, pessoas como nós saem na rua e pedras começam a voar", diz ela, apertando o canto do olho para conter uma lágrima. A violência lhe deixou cicatrizes na sobrellinha esquerda e no queixo.

Mara, que é travesti, e seu amigo gay foram figuras ativas na cena LGBTQIAPN+ de Luanda no início dos anos 2000. Saíram para dançar quinzombas em bares secretos e se dividiram para acolher os que eram abandonados pela família. Tudo longe dos olhos públicos. Em casa, a identidade de gênero de Mara não era problema para ninguém. Dos seus cinco irmãos, dois eram gays, e uma, lésbica. "Mãe só queria ver a gente feliz", ela conta. A mãe deu apoio incondicional quando Mara, cansada de temer a morte, decidiu se mudar para o Brasil em 2010.

Aos 31 anos, a moça se instalou no bairro Santa Cecília, em São Paulo, hospedada na casa de um conhecido angolano que havia desembarcado antes no Brasil. Foi trabalhar como cabeleireira, função que aprendeu com as mulheres da sua família. Mandava parte do salário para ajudar o tratamento de um irmão portador do HIV.

Durante os primeiros anos de liberdade no Brasil – amizades travestis, caminhadas na rua à luz do dia e alguns insultos, mas nenhuma pedrada –, Mara fez um pé de meia e comprou passagens para visitar a mãe em Angola. Foi presa por tráfico de drogas na sala de embarque do aeroporto do Galeão, no Rio, onde fazia uma escala.

Mara Frederico foi condenada em primeira instância. Ela até hoje alega inocência, mas não chegou a recorrer contra a sentença porque já tinha ficado quase quatro anos no Complexo Penitenciário de Cericinó, em Bangui, no Rio de Janeiro, tempo que correspondia à sua pena. Ao deixar a cadeia, ela não sabia para onde ir. Acabou em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, na casa do único contato que tinha no Rio: um amigo que conheceu no presídio. "Nunca vi lugar tão feio", diz.

Entre um trabalho temporário e outro, conseguiu um local para morar de aluguel em Costa Barros, na Zona Norte carioca. Foi contratada como cabeleireira num salão de beleza em Madureira,

bairro onde conheceu outras travestis, que a acolheram como uma irmã.

Em 2016, as amigas contaram para Mara a novidade de que as travestis brasileiras tinham ganhado o direito de incluir o nome feminino na carteira de identidade. A então presidente Dilma Rousseff acabara de assinar um decreto garantindo o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transexuais em documentos e em sistemas de informação públicos, como prontuários médicos.

Mara pôs uma pasta com documentos debaixo do braço e foi a uma unidade da Receita Federal pedir a inclusão do nome social no seu Registro Nacional de Estrangeiro. Poucos dias depois, recebeu a notícia de que o seu pedido não poderia avançar. A Polícia Federal classificou Mara como uma ameaça para a segurança nacional: ela já tinha sido presa antes e estaria pensando em usar um nome feminino para cometer novos crimes. Não levaram em consideração o fato de que, embora sentisse um nome masculino em seus documentos, a estrangeira sempre se apresentou como Mara. E que na prisão ela ocupou uma ala separada para travestis. Também tinha silicone nos seios e no glúteo, e usava maquiagem e tranças longas no cabelo.

Ela buscou o apoio da Cáritas, um organismo da Igreja Católica que tem experiência com refugiados. Explicaram que precisaria se naturalizar brasileira para ganhar a confiança da Justiça e ter o seu nome social incluído nos registros do governo. Mara recorreu, então, a uma clínica jurídica para refugiados e imigrantes da Fundação Casa de Rui Barbo-

sa especializada em casos que envolvem questões de gênero. Isso foi em 2018.

Como a reabilitação criminal é uma exigência do governo brasileiro para conceder a naturalização aos estrangeiros, ela teve que passar os sete anos seguintes se deslocando de Costa Barros ao Centro do Rio para regularizar a sua situação de imigrante até obter a confiança da Justiça brasileira.

Com o passaporte retido, Mara não vê a família há mais de dez anos. Quando seu irmão morreu por complicações da Aids, ela não pôde ir ao enterro dele em Luanda. Dos quatro irmãos que continuam vivos, um está em Lisboa, e outro, em Londres. "Falo com eles todo dia pelo telefone", diz. "Mesmo longe, estamos perto."

No dia 20 de outubro, Mara Frederico, de 44 anos, chegou às duas da tarde ao posto de atendimento do Detran no Centro do Rio de Janeiro. "Eu gosto de dar entrevistas", disse à **piauí**. "Uma vez, uma facultade de direito aqui do Brasil me chamou para falar sobre a Guerra Civil de Angola." Na juventude, ela saiu para comprar pão em Luanda e foi atingida por estilhaços de uma bomba. Tem cicatrizes proeminentes nas duas canelas. "Depois que vi pedações de carne humana espalhadas pelo chão, passei dois anos sendo vegana."

Mara foi ao Detran acompanhada de um advogado que começou a acompanhar o caso dela quando ainda era estagiário da Fundação Casa de Rui Barbosa. Na semana anterior, ele mandara uma mensagem à cabeleireira dizendo que o governo lhe havia concedido a naturalização brasileira, e ela finalmente poderia emitir documentos com o nome feminino.

A fim de festejar a nova situação, Mara reuniu as amigas travestis no Parque Madureira para beber e ouvir música numa caixa de som portátil. No dia seguinte, a comemoração continuou na casa dela. "Minha irmã também fez festa em Londres", conta. Mara só parou de comemorar porque voltou a sentir dores nas costas. Ela lida com crises esporádicas de coluna há mais de um ano. Seu último exame de raio X mostrou que as vértebras da lombar estão tortas, resultado das muitas horas que passa trabalhando em pé no salão de beleza.

No posto do Detran, no dia 20, duas horas depois de sua chegada, Mara se posicionou diante de uma câmera fotográfica. Ouviru-se um clique e uma luz agressiva iluminou o rosto da moça. A atendente disse que ela deveria voltar ali na primeira semana de novembro para buscar sua nova carteira de identidade. Mara se levantou com os braços para o alto, mexeu o quadril para cá e para lá e disse: "Agora eu sou brasileira como vocês." ❖

Thailys Braga



CHUCHU É A NOVA LENTILHA

DIOGO GALIMARDI, 2023



1º DE DEZEMBRO Aqui em casa, o amigo secreto é auditado pela Caixa Econômica. Cada papelzinho com nome é autenticado em cartório. É como ensinamos as crianças a zelar pela eficiência e transparência. Por algum alinhamento cósmico, sempre tiro a Libelu.

O pessoal da repartição se divertiu imaginando que seria animado o Natal da família Bolsonaro. O clima parece muito bom entre os Irmãos Metralha e a Michelle. Sorte deles que o Bananinha só poderá participar por holograma, o que distende qualquer ambiente. Espero que o Ciro Gomes mande uma lembrancinha.

2 DE DEZEMBRO Consultei minhas bases marxistas e todos estão vidrados no novo disco da Rosália. Ninguém ouviu, mas tá todo mundo ligado no hype. Resolvi dar um de presente para Libelu. Um disco da Rosália mostraria que estou a par das novidades, que estou e bem informado. Fui à loja que vendia LPs na minha quebrada e, para minha surpresa, virou uma farmácia. Comprei uma Neosalina.

3 DE DEZEMBRO Tenho lido coisas excelentes da editora Boitempo. Mas um texto da Bruna Della Torre me comoveu: "Hoje, o apocalipse se tornou uma espécie de consenso cultural — e como acontece com grande parte da doxa, sua função como ideologia parece ter sido deixada de lado." Eu, que fui criado no Opus Dei, nunca percebi que o

Apocalipse pode ser visto como ideologia ou consenso cultural. Mandei uma carta mimeografada para a Bruna agradecendo pelo despertar. Aproveitei para perguntar o que é doxa.

Este texto ficou preso na minha mente. De noite, comecei a ver a série *Pluribus* com Libelu na Apple TV. A série traz uma espécie de Apocalipse do bem. Não há violência, tudo mundo é prestativo. Ninguém é cancelado na internet.

Como Bruna ainda não respondeu, fui buscar na internet o significado de doxa. Descobri que tem um relógio suíço com esse nome. Quem diria! Bruna faz *merchan*? Nós comunistas também precisamos pagar o aluguel e o gás. Como não logrei êxito com o LP da Rosália, acabei comprando um Doxa pra Libelu.

5 DE DEZEMBRO Flávio Bolsonaro anunciou a pré-candidatura. Não sabemos se vai concorrer à Presidência do Brasil ou da Copenhagen. De qualquer maneira, bom estrategista que sou, fiquei pensando no vice. O primeiro que me veio à cabeça foi o Fabrício Queiroz. Seria um nome de confiança. Mas refleti melhor e concluí que o Queiroz deve acabar virando tesoureiro.

7 DE DEZEMBRO O Flávio Bolsonaro já veio dizer que sua candidatura tem um preço. Pelo histórico dele, o pagamento deverá ser em dinheiro vivo.

Liguei para o Sidônio Palmeira para saber se ele estava por trás da

candidatura do Flávio e da investida do Bananinha nos Estados Unidos. É tanto marketing positivo para o Lula que seria uma tacada de mestre. Ele fez a egípcia.

9 DE DEZEMBRO Aprovamos o projeto que democratiza o acesso à carteira de motorista. O Brasil que queremos é cada vez mais diferente do Detran. Só não concordo como andam desprezando por aí os testes psicotécnicos. Um erro. Sinto que eles deviam ser aplicados com mais assiduidade. Inclusive na Câmara, no Senado e no STF.

10 DE DEZEMBRO Impressionante como as coisas no Brasil se repetem. Primeiro, a Lava Jato. Depois, a Vaza Jato. Agora, o Dias Toffoli pega carona com advogado para a final da Libertadores e inaugura a Leva Jato. Outra coisa que se repete é a obsessão pela anistia, agora apelidada de "dosimetria". Tudo isso me lembrou da Bruna Della Torre: se houver um apocalipse à brasileira, se salvarão todos os que são bem relacionados ou que contratarem parente de ministro do STF. No Juízo Final, se você chega lá representado pela mulher do Xandão ou do filho do Gilmar, é tapete vermelho na certa.

13 DE DEZEMBRO Mandei recado para a Paula Lavigne: estou à disposição para cantar *Babali* nos atos deste domingo. Mas não obtive resposta.

Um jornalista veio me dizer que o Toffoli parou de responder pelo WhatsApp. Como sou dado à galhofa, argumentei que o ministro devia estar em "modo avião".

14 DE DEZEMBRO Chico Buarque não só insiste em manter um silêncio obsequioso a meu respeito como ainda convidou a Fernanda Torres para cantar *Vai passar* ao seu lado na manifestação. É de cair os botões do bolso. O que ela tem que eu não tenho? Um Globo de Ouro? Eu recebi o Prêmio JKC de Gestão Pública. Melhor atriz em Canelas? Eu tenho o Prêmio de Mérito Industrial da Abifina, difícilimo de ganhar e dado a pouquíssimos. Um Jabuti? Tem algum mérito, mas quero ver é receber o Colar Cândido Fontoura, da indústria farmacêutica. Se o Chico pedisse com jeito, eu até subiria

no palco com o meu em torno do pescoço. Fernanda não. Por quê? PORQUE ELA NUNCA PASSOU NEM PERTO DE GANHAR UM CÂNDIDO FONTOURA.

15 DE DEZEMBRO Com atraso, vi que Francisco Bosco recebeu duras críticas por dizer que "há uma confusão entre crítica ao machismo e a crítica aos homens". Também soube que o Rodrigo Hilbert se afastou dos amigos por considerá-los machistas. Eu, que sou um homem desconstruído e atravessado por afetos, sinto que há muita crítica para pouca autocritica. Os homens precisam conversar entre si, melhorar, mudar. Foi o que falei hoje cedo pessoalmente para o Hugo Motta.

18 DE DEZEMBRO Vi um trailer do *Dark horse*, o filme do Mario Frias que vai contar a história do Bolsonaro. Mandei o MinC investigar se a caracterização do ator Jim Caviezel como Bolsonaro foi feita pelo pessoal que faz os especiais de fim de ano do Porta dos Fundos. Sou responsável pela indústria criativa brasileira. Estamos num bom momento, não se pode vacilar assim.

19 DE DEZEMBRO Li que "a Pantone elegue *cloud dancer* (PANTONE® 11-4201) como a Cor do Ano de 2026, um tom de branco suave, arejado e etéreo, que simboliza calma, clareza, renovação e um 'sussurro de paz' num mundo agitado, marcando a primeira vez que um branco é escolhido, evocando simplicidade, foco e um respiro na hiperconectividade". Ora, ora. Não quero me gabar, mas a Pantone criou uma cor inspirada em mim. Alguém lá viu a aura *off-white* que emito toda vez que abro uma planilha de controle de gastos ou participo de eventos sobre descargas eletrostáticas ou microprocessadores de sistemas embarcados.

20 DE DEZEMBRO Me recolho para as festas de fim de ano com dois pedidos para 2026: o primeiro é ouvir a notícia de que o President/Lula ganhou as eleições pela voz maviosa de César Tralli. O outro é conhecer o Chico Buarque antes do Apocalipse.

Neste ano, todos aqui em casa vão passar o Réveillon vestidos de *Cloud Dancer*. Para ampliar a evocação etérea em busca de simplicidade, vamos trocar as lentilhas pelo chuchu. ☺

A SOMA DE TODOS OS MEDOS

Como a democracia chilena foi parar no colo do ultradireitista José Antonio Kast

ROBERTO SIMON, de Santiago

É difícil apontar o momento exato em que a candidatura presidencial do ultradireitista José Antonio Kast implodiu, na eleição de 2021. Talvez a gota d'água tenha sido a divulgação na imprensa do documento de filiação de seu pai, um ex-soldado alemão na Segunda Guerra Mundial, ao Partido Nazista. Naquela época, era difícil para a maioria dos chilenos aceitar um candidato que relativizava a ditadura de Augusto Pinochet ("Se estivesse vivo, ele votaria em mim", disse Kast), defendia a proibição do casamento homoafetivo, rejeitava o direito ao aborto, mesmo em casos de estupro, e justificava a violência policial contra os distúrbios que haviam varrido o Chile. Um pai nazista de carteirinha, literalmente, completava a caricatura.

Mesmo assim, ele chegou ao segundo turno das eleições em dezembro de 2021. Mas talvez seu fracasso já estivesse selado antes. Em maio daquele ano, candidatos de esquerda e independentes tinham levado dois terços dos votos na eleição especial para formar uma Assembleia Constituinte. Na corrida presidencial, Kast disputava o segundo turno contra Gabriel Boric, um deputado de 35 anos, com trajetória no movimento estudantil, braços cobertos de tatuagens e o plano de governo mais à esquerda desde o governo socialista de Salvador Allende, derrubado por Pinochet em 1973. O temor de uma vitória da ultradireita, em meio ao processo constituinte, fez o centro e a centro-esquerda se moverem na direção de Boric. E Kast levou uma surra: per-

deu a disputa final pelo Palácio de la Moneda por 11 pontos.

Saltamos para o final de 2025 – e estamos em um Chile que parece de outro planeta. Cinco anos depois da explosão de uma onda de protestos por demandas sociais, agora o anseio dos chilenos por ordem e controle desembocou na vitória de Kast contra a comunista Jeannette Jara, ex-ministra de Boric, com uma avalanche de votos: 58% contra 42%.

Quem fez a campanha ao longo de 2025 foi um Kast de fala serena, zeloso por projetar uma imagem mais moderada. Tornou-se o candidato mais votado da história chilena. Em março, ele inaugurará o governo mais à direita no país desde a ditadura de Pinochet, entre 1973 e 1990. Sua legenda – o Partido Republicano (PR), criado em 2019 – será a maior da Câmara dos Deputados, com 31 cadeiras. Mas seu bloco de apoio, com 42 das 155 cadeiras da Câmara, não terá controle da casa. A coalizão de Jeannette Jara, formada por sete partidos, levou 61 cadeiras. Das 52 restantes, porém, a divisão favorece Kast, pois 48 assentos ficaram com partidos ideologicamente mais próximos da direita, e 3, com os verdes, que votam mais à esquerda (além de 1 independente). No Senado, onde 23 cadeiras estavam em disputa, o grupo de Kast levou 6, a centro-direita ficou com 5 e a esquerda e os verdes, com 12. Unidas as direitas chilenas terão exatamente a metade da casa, 25 dos 50 senadores.

Com sua votação consagrada, Kast recebeu um mandato amplo para pôr em prática suas promessas de *mano dura* contra a criminalidade e a imigração, e

de encontrar novos rumos para uma economia que continua a espremer a classe média. O caminho à frente, entretanto, é estreito. Uma agenda radical fora desses trilhos não terá apoio do Congresso, em um país dividido e cujas instituições pressionam presidentes a migrar ao centro em busca de governabilidade – como ocorreu, aliás, com Boric.

O novo presidente não tem a piromania antidemocrática de Donald Trump, Javier Milei, Nayib Bukele ou Jair Bolsonaro, apesar de manter laços ideológicos com os quatro. Em sua campanha não prometeu demolir o sistema político nem obliterar adversários. No discurso de vitória, fez um apelo ao "respeito" à oposição, subindo o volume da voz para abafar as vaivas da plateia quando citou Jara. "Alguém pode ter uma ideologia distinta, mas é uma pessoa como todos nós", disse. Quando Boric lhe telefonou para dar os parabéns pela vitória, Kast pediu que o diálogo se estenda mesmo depois de o presidente em exercício deixar o poder. "A grande referência internacional de Kast hoje é a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, o que indica algo sobre o modo como vai se conduzir no governo do Chile", me disse Sebastián Hurtado-Torres, professor de relações internacionais da Universidade San Sebastián, de Santiago. Oriunda da ultradireita, líder de um partido herdeiro do fascismo italiano, Meloni se aliou à centro-direita no Parlamento para conseguir governar e, em nome do pragmatismo, pôde os ramos mais radicais de sua agenda.

Ideologicamente, Kast está muito além da direita tradicional que governou o Chile por duas vezes, com Se-

bastián Piñera (1949-2024). O PR nasceu de uma costela à direita da União Demócrata Independente (UDI), legenda conservadora formada nos anos 1980, depois de uma cisão na base de apoio da ditadura. Kast foi deputado da ala mais radical da UDI por catorze anos, até se rebelar de vez contra o que julgava ser uma deriva do partido em direção ao centro. Em 2019, ele fundou o PR e, ao aglutinar forças da ultradireita, iniciou uma tomada do campo conservador chileno.

A biografia política de Kast é uma linha reta ascendente. Da Baviera ao Chile, seus pais formaram um lar de forte predomínio da cultura alemã e católica na cidade de Buin, na Região Metropolitana de Santiago, onde criaram uma próspera indústria de alimentos. Kast é o caçula de dez filhos (ele, por sua vez, tem nove). Michael Kast, o seu irmão primogênito, foi um dos Chicago Boys – grupo de economistas chilenos egressos da Universidade de Chicago que fariam do Chile, sob Pinochet, um laboratório de experimentação das teorias ultraliberais de Milton Friedman – e serviu como ministro e presidente do Banco Central durante o regime militar.

Advogado de formação, o novo presidente entrou na política em 1996, quando se elegeu vereador em Buin. Em 2002, virou deputado federal. Ao longo de sua carreira, consolidou-se como representante de dois blocos eleitorais. O primeiro vinha do pinochetismo renitente no corpo político chileno, incluindo grupos de militares da reserva que aplaudiam a defesa que Kast fazia dos condenados por violações

José Antonio Kast, o novo presidente: ele prometeu



um retorno ao ultraliberalismo dos Chicago Boys, mas o Chile não é a Argentina que Milei encontrou ao ser eleito, com o gasto público fora de controle e subsídios aplicados em toda parte

dos direitos humanos e a sua relativização dos crimes da ditadura. O segundo bloco era formado por setores ultraconservadores e religiosos, entusiasmados com sua cruzada contra o aborto, o casamento homoafetivo, a educação laica e outros temas da agenda moral.

A medida que cresceu a rejeição ao establishment da política chilena, a base de apoio de Kast se espalhou. Em sua primeira campanha presidencial, em 2017, as primeiras pesquisas lhe davam 3% das intenções de voto. Ele teve quase 8%. Em 2021, venceu o primeiro turno com 28% e, embora tenha perdido no segundo turno, obteve 44% dos votos. Quatro anos depois, às vésperas de completar 60 anos, Kast chegou à Presidência com o apoio de quase 3 em cada 5 eleitores.

A explicação para o triunfo da ultradireita no Chile tem várias camadas. Primeiro, o próprio Kast passou por uma considerável transformação, pelo menos na fachada: ele soube ler as mudanças do eleitorado e diluiu seu discurso extremista. Nessa última eleição, a estratégia de sua campanha foi mirar inteiramente na tríade de prioridades da esmagadora maioria dos chilenos: segurança pública, imigração e economia (não por acaso, as áreas em que o governo de Boric é mais criticado pela população). O candidato do PR também evitou temas da chamada guerra cultural. Só falava sobre direitos humanos ou questões morais quando indagado pela imprensa. A resposta vinha curta e em tom calmo. Foi a fórmula para se tornar mais palatável aos chilenos que rejeitavam o governo

Boric e olhavam em volta em busca de alternativas. O estilo mudou, mas não há sinais de que o novo presidente tenha mudado de posição em temas como aborto, casamento homoafetivo ou os crimes do passado.

A dinâmica da corrida eleitoral também o favoreceu, com Kast sanduíchado por outras duas candidaturas no campo conservador. Situado ainda mais à sua direita, o deputado e youtuber Johannes Kaiser falava em voz alta os pontos subentendidos no plano de Kast. Kaiser adotou um discurso xenofóbico caricato contra bolivianos, prometeu cortes à motosserra no orçamento, como Milei, e reiterou que apoiaria um golpe militar, "com todas as suas consequências, lamentavelmente", caso um cenário similar àquele dos anos Allende se repetisse. Diante dos arroubos desse candidato-surpresa, que terminou o primeiro turno com quase 14% dos votos, Kast parecia um ponderado senhorzinho.

Na outra ponta do sanduíche, a centro-direita marchou rapidamente. A preferência dos sindicatos patronais e do mercado era Evelyn Matthei, que fora deputada, senadora, ministra, candidata presidencial em 2013 e prefeita de Providencia, comuna da classe alta de Santiago. Mas Matthei fez uma campanha errática, tentando atrair tanto os votos do centro e de setores da centro-esquerda, quanto os da extrema direita. Ela convocou um respeitável time técnico para elaborar um plano de governo que dava ênfase a políticas sociais, mas em uma entrevista deixou escapar que os assassinatos no início da ditadura Pinochet "eram inevitáveis".

No fim, foi rechaçada por todos os lados. Amargou o quinto lugar.

No segundo turno, Kaiser e Matthei declararam apoio a Kast. O terceiro candidato mais votado, o independente Franco Parisi, um economista e influenciador de perfil liberal, evitou entrar no barco de Kast, mas a maioria de seus eleitores não pensou duas vezes.

No lado oposto do espectro político, a esquerda deu a Kast um presente: uma candidata do Partido Comunista, embora Jeannette Jara (que não tem parentesco com o célebre cantor chileno Victor Jara, torturado e morto pela ditadura de Pinochet) esteja longe de ser uma radical de esquerda. Seu plano de governo não versava sobre a expropriação dos meios de produção ou a coletivização da terra, mas sobre incrementar o salário mínimo, turbinar investimento estatal no sistema de saúde (parcialmente controlado pela iniciativa privada) e dar mais poder ao Estado sobre o sistema de pensões. Como ministra do Trabalho e Previdência Social, Jara foi uma negociadora pragmática e teve papel central na maior conquista do governo Boric, justamente a reforma do sistema de aposentadoria, que deixou de ser unicamente privado e passou a misto, com participação do Estado.

No entanto, o partido de Jara e sua base estavam bem mais à esquerda do que o eleitor médio chileno. Durante o início de vitória de Jara no primeiro turno, no qual obteve 27% dos votos, três pontos à frente de Kast, a militância protestou contra os carabineiros, cantando: *El que no salta es paco* (algo como: aquele que não pula é paco, uma gíria pejorativa para policial). O brado destina-se

a levar a multidão a ficar pulando em peso. A candidata presidencial sorriu constrangida. A cena pegou mal fora da esquerda chilena. Ela também foi repetidamente cobrada, ao longo da campanha, sobre seu apoio histórico a Cuba e à Venezuela. Passou a dizer que o regime cubano "claramente não é uma democracia" e reservou a palavra "ditadura" à Venezuela. Indagada sobre o Prêmio Nobel da Paz à venezuelana María Corina Machado, Jara hesitou e soltou que a opositora de Nicolás Maduro já havia "participado de uma tentativa de golpe". Novamente, para chilenos fora da bolha de esquerda, pegou mal.

O que mais explica seu fracasso, porém, é a rejeição de parte da população aos anos Boric. "O paradoxo é que se trata de um governo de esquerda amplamente rejeitado pelos pobres", me disse Axel Callis, sociólogo especializado em pesquisas de opinião. "Os 30% que apoiam Boric são das classes média e média alta. Não os mais ricos, mas, digamos, os mais ilustrados e conscientes, politicamente."

Uma pesquisa de Callis no primeiro turno mostrou que a base dos eleitores de Jara era urbana, localizada sobretudo em Santiago, e de renda e escolaridade mais alta. Entre as pessoas dessa classe social, a candidata comunista estava 13 pontos à frente de Kast, mas ficava atrás da soma de pontos dos candidatos conservadores (Kast, Kaiser e Matthei). Entre os eleitores das classes D e E, Kast figurava na dianteira desde o primeiro turno. O contraste entre a esquerda elitizada e a ultradireita popular se consolidou de vez no segundo turno, dando a Kast uma vitória esmagadora.



Em 2022, uma reforma constitucional tornou o voto obrigatório no Chile. Antes, o comparecimento às urnas era, em termos proporcionais, bem mais alto entre as classes de maior renda e instrução. A emenda da obrigatoriedade do voto, uma iniciativa bipartidária da centro-esquerda e da centro-direita que contou com apoio do governo Boric, foi aprovada por 124 votos a favor e 6 contra. Em função da obrigatoriedade do voto, a disputa presidencial de 2025 foi a primeira em que um contingente de chilenos mais pobres e menos escolarizados, que não costumava votar, teve que escolher um candidato. Eles rumaram, em massa, para a ultradireita.

Os setores populares são os que mais rejeitam a esquerda porque são os mais vulneráveis ao aumento da insegurança e da imigração, segundo Callis. "São eles os mais expostos à violência e os que mais convivem com os imigrantes irregulares." Enquanto os seguidores de Jara ridicularizam os carabineiros, Kast prometeu um Chile da lei e da ordem, com mais poder à polícia e uma nova força para deportar imigrantes, aos moldes do que tem feito Donald Trump.

No ano passado, o Chile apareceu em segundo lugar em um ranking da empresa Ipsos sobre o medo do crime e da violência. A pesquisa foi realizada em trinta países da América Latina, Europa, Ásia e África. Entre adultos chilenos, 62% incluíram o tema entre suas maiores preocupações. É notável que a preocupação com a segurança, no Chile, seja maior do que em países latino-americanos bem mais violentos. No Brasil e na Colômbia, por exemplo, 41% disseram ter a mesma preocupação. No México, com uma taxa de homicídios cerca de quatro vezes mais alta do que a chilena, foram 58%. O Chile só perdeu para o vizinho Peru, com 64%. Em ou-

tra pesquisa, do instituto Gallup, com 144 países, o Chile apareceu como o sexto país onde as pessoas se sentem menos seguras para caminhar à noite.

Até anos recentes, a segurança era um tema secundário na política chilena. O Chile não só tinha números de criminalidade baixos e sob controle, como os chilenos acreditavam que viviam em maior segurança do que os países à sua volta. Na última década – e, principalmente, depois da pandemia – houve uma mudança. A taxa de homicídios aumentou de 4,5 por 100 mil habitantes em 2018 para 6,7 em 2022, embora tenha recuado depois. Em 2024, ficou em 6,0. Dados da polícia indicam que roubos com violência e furtos tiveram um aumento de 17% e 9%, respectivamente, entre 2019 e 2023.

Não foram apenas os números da segurança que pioraram. O Chile passou a ter um tipo de violência extrema que não existia antes – sinal da chegada do crime organizado, incluindo redes venezuelanas de narcotráfico e extorsão. Nos últimos anos, casos envolvendo grupos venezuelanos do crime organizado no Chile inundaram a imprensa e as redes sociais, como o ocorrido em abril de 2024, em que pessoas em situação irregular no país e supostamente ligadas ao grupo criminoso Tren de Aragua, de origem venezuelana, emboscaram e assassinaram três carabineiros na província de Biobío. Dois meses antes, integrantes do mesmo Tren de Aragua, vestidos como policiais chilenos, haviam sequestrado o ex-militar venezuelano Ronald Ojeda, de 32 anos, em sua casa, em Santiago. Nove dias depois, o corpo de Ojeda, perfurado por vários tiros, foi encontrado dentro de uma maleta, enterrado embaixo de vários metros de cimento, em um bairro residencial da capital.

O aumento de roubos e furtos de celulares, carros, lojas e casas nas grandes cidades chilenas tem sido geralmente atribuído a jovens venezuelanos que não conseguem se inserir na economia formal. Mas não existem dados confiáveis a respeito. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o número de residentes estrangeiros no Chile mais que quadruplicou em dez anos – majoritariamente venezuelanos, mas também haitianos, peruanos, colombianos e bolivianos. Hoje, os imigrantes representam quase 10% da população e estão concentrados em certas regiões do país, como o Norte, e em alguns bairros pobres de Santiago.

Crime e imigração, assim, entraram no debate político como duas faces da mesma moeda. E a esmagadora maioria da população passou a demandar mudanças profundas. Segundo uma pesquisa do instituto Cadem publicada pouco antes do segundo turno, 82% dos chilenos querem "mais restrições" à chegada de imigrantes e 69% acreditam que a imigração é "ruim" para o país (um ano antes, neste último tópico, o número atingiu 77%, a máxima da série histórica). Quase 3 em cada 5 chilenos defendem "fechar completamente as fronteiras".

A dinâmica da corrida eleitoral e o medo da criminalidade e da imigração ajudam a explicar o triunfo da ultradireita nas eleições presidenciais chilenas. Mas há ainda uma outra camada, mais profunda, relativa ao experimento institucional pelo qual o país passou nos últimos anos.

Em outubro de 2019, num acontecimento semelhante às Jornadas de Junho no Brasil em 2013, um protesto de estudantes secundaristas – que começou com eles saltando catracas do metrô de Santiago para protestar contra o aumento da tarifa de transporte – se transformou na maior manifestação da história do Chile, com 15% da população nas ruas a pedir uma grande mudança no contrato social do país. "Não são 30 pesos, são 30 anos" era um dos slogans do movimento, que ficou conhecido como *estallido social*. A democracia que nasceria depois da queda de Pinochet em 1990 havia prometido muito mais aos chilenos do que conseguira entregar, em termos de acesso a educação, saúde, moradia, trabalho e aposentadoria.

Acuado pela avalanche de protestos, o então presidente Sebastián Piñera propôs uma nova agenda social e a possibilidade de uma mudança institucional sem precedentes: trocar a Constituição em vigor, imposta durante a ditadura. O Chile embarcava numa montanha-russa de cinco anos.

Um ano depois, em outubro de 2020, 78% dos chilenos votaram a favor de

uma nova Constituição e 79% optaram por fazê-lo sem a participação dos parlamentares. Preferiram que houvesse uma nova eleição para escolher os constituintes. Sete meses mais tarde, eles foram eleitos, e menos de um terço era de direita ou ultradireita. O texto final da Constituição tinha 388 artigos – uma das mais longas do mundo. A nova Carta era altamente progressista, fazia do Chile um Estado plurinacional, detalhava direitos sociais e do meio ambiente, e mudava o equilíbrio institucional, com uma Câmara de Regiões, que substituiu o Senado. Em setembro de 2022, em plebiscito nacional, 62% dos chilenos rejeçaram o novo texto.

Veio uma segunda tentativa de Constituição, agora via Congresso. Legisladores nomearam uma comissão de 24 especialistas para formular um novo texto constitucional. Um conselho de cinquenta integrantes, eleito pelo voto direto, deveria supervisionar e chancelar o processo. Nas eleições para o conselho, o Partido Republicano de Kast conseguiu 23 das cadeiras. Somadas às 11 que a direita tradicional ganhou, conservadores e reacionários obtiveram o controle absoluto sobre o conselho. Os conselheiros remendaram o texto proposto pelos especialistas, incluindo cláusulas sobre segurança pública, "ideologia de gênero", centralização política e um modelo econômico pró-mercado. Em dezembro de 2023, em novo plebiscito, 56% rejeçaram a proposta.

Em menos de cinco anos, os chilenos foram catorze vezes às urnas, cinco delas para decidir sobre o processo constituinte. Ao fim, o Chile ficou com a sua velha Constituição, promulgada ainda durante o regime de Pinochet, em 1980 e submetida depois a várias reformas.

Em 2015, o economista Eduardo Engel liderou uma comissão responsável por reformas institucionais criada no segundo governo de Michelle Bachelet, quando uma série de escândalos de corrupção atingiram a credibilidade da política chilena. Para ele, o fracasso das duas tentativas de mudança da Constituição deveu-se, principalmente, à falta de liderança política. A esquerda, que controlava a primeira assembleia constituinte, e o governo Boric, que apoiava a proposta, produziram um texto tão extremado que alienou a maioria dos chilenos. Kast, por sua vez, usou o controle da segunda comissão para "introduzir os pontos da extrema direita" que levaram à nova recusa do texto. "As duas propostas foram extremadas, em direções opostas", diz Engel.

Mas ele discorda da ideia de que o processo de mudança constitucional, que durou de 2020 a 2023, tenha sido um fracasso completo. Após o *estallido social* de 2019, diz Engel, a solução para a crise foi institucional, com a nu-

dança da Constituição no centro do processo. Isso garantiu estabilidade política para Piñera concluir o mandato e passar a faixa a Boric, algo que parecia improvável em 2019. Engel argumenta que outros países da região que viveram convulsões sociais similares, como Peru e Argentina, sofreram ainda mais com a instabilidade política.

A expectativa é que o futuro governo Kast imponha mudanças profundas nas áreas de segurança pública e imigração. A ultradireita também promete um retorno à filosofia dos Chicago Boys, mas o espaço para austeridade e desregulamentação é limitado. O Chile não é a Argentina que Javier Milei encontrou ao chegar ao poder, com um gasto público fora de controle, subsídios aplicados em toda parte, controles de capital e exportação. Depois dos anos Pinochet, o modelo liberal chileno passou por reformas pontuais, sob governos de centro-esquerda e centro-direita, mas suas bases permanecem.

O Chile tem o terceiro mais alto PIB per capita da América do Sul, atrás apenas do Uruguai e da Guiana, que vive um boom único do petróleo. Mas a prosperidade econômica das últimas décadas concentrou-se no topo: o coeficiente Gini – um indicador da desigualdade – do país andino é similar ao da Bolívia e do Paraguai. Herança dos Chicago Boys, a população chilena enfrenta sistemas privados de saúde e educação cada vez mais custosos, além da falta de seguridade social pública. Sem aumento de arrecadação, o espaço fiscal chileno é limitado. Em nove dos últimos dez anos, o Chile teve um déficit primário.

O plano econômico que Kast apresentou na campanha inclui promessas vagas de corte do gasto público, menos impostos sobre empresas e imóveis residenciais, além de simplificação do sistema regulatório. Dias depois de sua vitória, ele visitou Milei em Buenos Aires e, na saída da Casa Rosada, anunciou que vai morar no próprio Palácio de La Moneda, para não gerar mais gasto ao erário chileno. “Estão por vir tempos muito difíceis”, avisou. O palácio é a sede do governo, mas não a residência do presidente, que costuma morar em sua própria casa em Santiago (como fez Boric) ou em uma casa alugada pelo Estado.

Engel nota a falta de um plano detalhado de austeridade e dúvida que Kast promoverá cortes da magnitude que prometeu durante a campanha. Com o Congresso dividido, ele ainda pensará para compensar a perda de receita, se for a fundo na redução de impostos.

Há outras áreas, menos conspícuas, onde a mudança se aproxima. A campanha de Kast conseguiu jogar para escanteio o tema dos direitos humanos

– relacionado tanto à memória da ditadura, quanto ao presente do Chile. Mas a jornalista investigativa Mónica González, uma das principais vozes sobre o tema no país, acredita que, com o governo de Kast, os chilenos vão se deparar com mudanças antes “impensáveis”. Segundo González, nas últimas décadas, Kast e seu grupo político questionaram repetidamente a veracidade dos relatos de tortura e assassinato cometidos nos anos Pinochet, documentados à exaustão. Tentaram barrar monumentos com referência aos crimes do passado e chamaram de “comércio ilegítimo” a concessão de pensões a vítimas da ditadura. “Kast homenageou, pessoalmente, um dos principais assassinos da polícia secreta do regime militar: o oficial do Exército Miguel Krassnoff, cuja sentença de prisão soma mil anos”, me disse González.

Durante a campanha, apesar da moderação que procurou adotar em seu discurso, Kast voltou a defender uma anistia aos torturadores e assassinos da ditadura com mais de 75 anos ou gravemente enfermos, encarcerados em Punta Peuco, complexo prisional que abriga os condenados por graves violações dos direitos humanos sob a ditadura. Krassnoff, que tem 79 anos, seria um dos beneficiados.

Nas últimas três décadas, o Chile foi visto mundo afora como uma das histórias de sucesso de transição democrática. Depois de o regime Pinochet assassinar milhares de pessoas, torturar dezenas de milhares e exilar centenas de milhares, comissões da verdade investigaram os horrores da ditadura, tribunais civis puniram os torturadores e assassinos, e governos sucessivos – de esquerda e direita – sedimentaram o consenso sobre a necessidade de preservar a memória daqueles anos sombrios. Kast, independentemente da voltagem de sua oratória, ora mais moderada, ora mais reacionária, representa uma ruptura inédita. As consequências práticas dessa quebra ainda são incertas.

Observado mais de longe, Kast integra uma transformação acelerada da América do Sul. Os ventos andam soprando à direita. Em outubro do ano passado, bolivianos encerraram um ciclo de quase vinte anos de governos de esquerda, e Milei sacou uma vitória inesperada nas eleições parlamentares de meio de mandato. Embora com gradações ideológicas variadas, direitistas também governam Equador, Peru e Paraguai. A continuidade da esquerda no poder na Colômbia, após as eleições de maio, parece improvável. Com seu frágil favoritismo na disputa em outubro próximo, Lula é um ponto fora da curva, juntamente com o governo de centro-esquerda do Uruguai, comandado por Yamandú Orsi.

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL

VOTAREI EM UM NAZISTA MODERADO!



Nesse contexto sul-americano, Trump reivindica um novo corolário à Doutrina Monroe, a política lançada pelo presidente James Monroe no início do século XIX que pretendia evitar a ingerência europeia nas Américas. Trump, querendo robustecer o controle americano sobre a América Latina, mobiliza a maior força naval em oitenta anos no Mar do Caribe contra a Venezuela, declara cartéis de droga “organizações terroristas” e intervém em eleições locais. Semanas antes do segundo turno, o novo embaixador de Trump em Santiago, o ex-policial de fronteira Brandon Judd, soltou que, com um governo Kast, seria “mais fácil trabalhar”. Judd pode não ter sido diplomático – a chancelaria chilena lhe enviou uma nota de protesto contra o ato de ingerência –, mas foi sincero.

Sob o prisma geopolítico, o Chile oferece minerais estratégicos à economia do futuro, sobretudo o lítio e o cobre, e serve como uma das pontes sul-americanas com a China, via Oceano Pacífico. A militarização da luta contra o crime organizado e as políticas anti-imigração criam uma sincronia especial entre Santiago e Washington, inclusive em relação à Venezuela, país de origem da maioria das pessoas não documentadas que hoje vivem em solo chileno. “É muito provável que o Chile, sob o governo Kast, assuma uma posição ativa numa transição pós-Maduro, apoiando o governo Trump naquilo que ele quiser”, afirma o professor Hurtado-Torres. Ele não acredita, porém, que Kast vá se lançar em uma cruzada ideológica fora do país. Sua diplomacia provavelmente será um desdobramento de sua agenda doméstica. Hurtado-Torres afirma que o objetivo com vizinhos como Peru e Bolívia será levar adiante sua política anti-imigração. Kast tampouco deverá hostilizar a China, um dos principais investidores no

país no setor de mineração e destino de cerca de 40% das exportações chilenas (os Estados Unidos, em um distante segundo lugar, respondem por 15%).

Lógica similar deverá ser aplicada às relações com o Brasil de Lula, aposta Hurtado-Torres: haverá um esfriamento bilateral, mas não um antagonismo aberto. Uma intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela testará os limites desse novo equilíbrio – o Brasil certamente condenará a ação, enquanto o Chile ficará agora ao lado de Trump.

Em 2018, o então candidato presidencial Jair Bolsonaro recebeu a visita de Kast, em Brasília, e ganhou a camisa nº 17 da Seleção chilena. Pouco depois da eleição no Brasil naquele ano, Eduardo Bolsonaro esteve em Santiago com Kast, e os dois abriram um canal direto de diálogo. Em 2022, o chileno foi a Campinas para a reunião da Conferência de Ação Política Conservadora (Cpac, na sigla em inglês) que Eduardo organizou. Os dois dividiram o palco com um argentino ainda pouco conhecido pela plateia brasileira: Javier Milei, um deputado que dois dias antes havia lançado uma improvável campanha presidencial.

Nos últimos meses, a relação entre Kast e os Bolsonaro parece mais distante. Indagado sobre a condenação do ex-presidente brasileiro, Kast defendeu o aliado e culpou a “ideologia muito clara” dos juízes do Supremo Tribunal Federal – e não usou as palavras “democracia” ou “golpe”. Mas o tema não ganhou relevo em sua campanha. Eduardo Bolsonaro, por sua vez, celebrou o triunfo do velho amigo no Chile, postando no X mapas do avanço da direita na América do Sul e uma montagem de vídeo das várias vezes em que esteve com Kast. A legenda dizia: “Em 2026, será a vez de Flávio Bolsonaro no Brasil.”

LAÇOS OCULTOS

O acerto de contas dos filhos com os pais torturadores

CAROLINA TARRIO, de Buenos Aires

No início de outubro, diante de uma sala lotada do Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, na Argentina, Mariana Luz Oliva ergueu os braços, segurando um desenho, e disse:

— Quem fala aqui é a minha mãe. Eu sirvo apenas como ponte.

No desenho, feito a lápis, aparecem um homem e uma mulher sentados em cadeiras, separados por uma parede. Acima da cabeça dele, há um balão com palavrões e insultos; sobre a dela, que chora, há pássaros — um ansio por liberdade. O papel é da Base Naval de Mar del Plata e o desenho foi feito entre agosto e novembro de 1976. A autora é Laura Susana Martinelli, sequestrada aos 23 anos junto com o marido, Carlos Alberto Oliva, de 25 anos, por agentes da ditadura militar argentina. Mariana, filha do casal, tinha apenas 5 meses quando os pais desapareceram. Passaram-se mais de quarenta anos até que alguns desenhos, feitos por sua mãe

no cativeiro, chegassem até ela — enviados pelo filho do sequestrador.

“Eu tinha 5 anos na época da ditadura”, diz Martín Azcurra, jornalista e ilustrador de 52 anos. “Já adulto, resolvi voltar à casa da minha família, que estava vazia, para viver ali com meu filho. Foi então que, no fundo de uma gaveta, encontramos um envelope com quatro desenhos, e uma breve descrição da autora e do marido. Algo, de algum modo, tinha impedido meu pai de destruí-los”, diz ele, que é membro do grupo Histórias Desobedientes — Familiares de Genocidas por Memória, Verdade e Justiça. Os outros três desenhos retratam cenas bem distintas, como um bebê em um berço e uma sereia com a cauda de um conto.

Enquanto fala, Azcurra se remexe na cadeira. Sua respiração vai encurtando e o rosto endurece, ele pigarreia, visivelmente incomodado à medida que recupera a história. “Sem perguntar nada ao meu pai, comeci a procurar por Susana Martinelli”, diz.

Descobriu que ela havia sido assassinada em 31 de dezembro de 1976, na cidade de Bahía Blanca, num suposto enfrentamento com forças da Armada e do Comando do Quinto Corpo do Exército — essa é a versão oficial. Carlos Oliva, o pai de Mariana, segue desaparecido. Também descobriu que eles tinham tido uma filha que se chamava Mariana.

“Eu me recuso a fazer parte do silêncio e do encobrimento que os militares mantêm até hoje, inclusive dentro de suas famílias”, afirma Azcurra. Seu pai, Héctor Raúl Azcurra, um suboficial da Inteligência, atuou na Marinha e integrou a Força-Tarefa 6, unidade que prestou serviços na Base Naval de Mar del Plata, até 1980. “Quando descobri a história de Suzana e Carlos, entendi imediatamente que precisava entregar os desenhos para Mariana”, diz Azcurra. “Mas também senti vergonha. Vergonha e medo. Porque, junto com o envelope, eu levava uma frase difícil de dizer: sou filho do ho-

mem que sequestrou seus pais.” Azcurra então procurou o advogado Pablo Vassel, que a conhecia, e lhe entregou a pasta com os desenhos de Susana. Teve o cuidado de incluir seu telefone, caso Mariana quisesse contatá-lo.

“Foi no pátio da minha casa, sentada ao sol, que recebi a melhor mensagem de minha vida”, diz Mariana, designer gráfica, hoje com 49 anos. “O primeiro desenho que vi foi o de um bebê num berço. Levei alguns segundos para entender que esse bebê era eu, embora tenha reconhecido imediatamente a caligrafia e os traços da minha mãe, porque minha avó e minha tia guardaram outros escritos e desenhos dela”, conta. “Aquele bebê no berço era a minha mãe voltando e dizendo: ‘Eu estava pensando em você’. Foi praticamente um milagre, uma garrafa lançada ao mar. Os repressores foram capazes de violentar, torturar e matar minha mãe, que estava em sua plenitude, estudando, trabalhando e militando por seu país. Mas não quebraram esse vínculo.”



Protesto das Histórias Desobedientes em Buenos Aires, em 2017: o trabalho coletivo permitiu aos membros do grupo sanarem suas próprias feridas com a troca de lembranças e sentimentos

Uma semana mais tarde, Mariana telefonou para Azcurra. E desse encontro improvável surgiu uma amizade que perdura até hoje. “Mariana foi um amor, muito compreensiva e receptiva. A reação das pessoas que foram vítimas da ditadura é sempre muito boa, muito mais do que os conflitos que ocorrem do outro lado, o da família”, assegura Azcurra. Assim como Mariana ficou anos na busca de pistas e informações que a levassem a reconstruir a história e os últimos momentos de seus pais, Azcurra também precisou de muito tempo para processar os fatos e a angústia que a atuação de seu pai lhe provocou.

“Não posso jamais comparar minha situação com a dor das vítimas, mas é também difícil. Até porque, ao contrário de outros filhos de repressores e genocidas que atuaram na ditadura e tiveram pais violentos, considero que o meu foi um bom pai”, diz. Ele se lembra de ser levado por Héctor, junto com seus irmãos, para visitar comunidades pobres. As *villas*, como se diz na Argen-

tina. “Meu pai era carinhoso, amoroso, ele teve uma origem humilde e queria que compreendêssemos de onde vinha, como viviam as pessoas mais vulneráveis. Tinha gestos como acolher uma família que estava na rua em nossa garagem e lhes dar abrigo e comida. É muito difícil viver com essa contradição, de amar o seu pai e ao mesmo tempo saber que ele participou de sequestros ilegais, violações e tortura.”

Azcurra fez muitos anos de terapia. Inúmeras vezes confrontou o pai e passou anos sem vê-lo. Héctor, hoje com 88 anos, cumpre prisão perpétua em casa, com tomoeletrônica. E é réu no processo, cujo julgamento ainda está em curso, movido por Mariana, outros familiares de desaparecidos e grupos de direitos humanos. Eles tentam identificar os responsáveis por crimes de lesa-humanidade cometidos na Subzona 15, uma área militar. São vinte acusados. “Só depois que meu pai foi julgado e preso, doze anos atrás, só depois que senti que a Justiça tinha

sido feita, que o vi na cadeia, é que consegui separar um pouco as coisas: o que é familiar e pessoal, e o que é ético e político, e então reaver o lugar de filho”, diz Azcurra. Assim como outros filhos de repressores e genocidas, ele assegura que calar e ocultar não traz paz. Pelo contrário: o que promove pacificação e restauração é a Justiça.

“Feridas abertas, que não se expõem ao sol, vão supurando. O pus tem de sair por algum lugar”, diz Bibiana Marta Reibaldi, 69 anos, psicopedagoga e colega de Azcurra no grupo Histórias Desobedientes. Ela é filha de Julio Juan Reibaldi, que trabalhou por anos na Inteligência do Exército. Bibiana também percorreu um longo caminho até conectar as peças e entender quem era e como atuava seu pai. “Quando eu era pequena, ele fez várias viagens. Só bem mais tarde compreendi que ele foi treinado nos Estados Unidos, de onde me trouxe uma boneca dos Flintstones, que eu adorava”, lembra.

O pai de Bibiana foi membro da Escuela de las Américas, centro de treinamento fundado no Panamá, onde militares latino-americanos eram apresentados a técnicas de contrainsurgência, tortura, infiltração e espionagem. “Durante a ditadura, ele viajou várias vezes a São Paulo, ao Rio de Janeiro e a Lima, no Peru, onde com certeza buscou e identificou pessoas que depois foram sequestradas, torturadas e mortas”, diz Bibiana, cuja infância foi similar à de muitas crianças filhas de militares. Segundo ela, um ambiente muito fechado, em que se estuda em escolas católicas ou militares; se frequenta somente os clubes e ambientes de militares; se recebem poucas pessoas em casa, e a vida social se resume a encontrar outras famílias de militares.

Assim como ocorreu com vários colegas do grupo Histórias Desobedientes, somente ao entrar na faculdade pública, em 1974, Bibiana teve acesso aos fatos e começou a entender o que ocorria no país, que sofreria um golpe



militar dois anos depois, em março de 1976. "Foi como sair de uma nuvem e finalmente aterrissar no planeta Terra", diz. Mas isso deu início também a um longo período de suspeitas e embates: por que o seu pai, por exemplo, pedia que ela perguntasse por "Soler", e não por Reibaldi, o sobrenome deles, quando telefonava para o seu trabalho? Por que ele andava tão nervoso e explosivo?

"Já no fim de 1974, minha faculdade foi fechada pela primeira vez. Estava tudo rodeado de policiais, armas, caminhões. Alguns colegas buscaram refúgio em um bar próximo, mas a polícia acabou entrando." Ingenuamente, Bibiana pensou em pedir ajuda ao pai. Foi procurá-lo naquela mesma noite, no apartamento em que morava. Era um edifício com quinetes, na Rua Viamonte, muito próximo ao lugar que abrigava o serviço de informações do Exército, onde ele trabalhava.

"Quando cheguei, ouvi que alguém lá dentro estava chorando. Então olhei pelo visor da porta e vi uma moça sentada de cócoras, sobre a cama, soluçando e falando, e um homem ao lado dela, que não era o meu pai. Fiquei assustadíssima, e fui embora. A partir daquele episódio, percebi que algo muito obscuro acontecia", diz. Bibiana começou a questionar o pai, mas suas respostas foram evasivas. E isso foi gerando distância. "Era muito complexo, para mim, aceitar que eu gostava do meu pai e, ao mesmo tempo, sentia repulso por tudo o que ele fazia. Quando fui acompanhá-lo para fazer alguns exames no hospital, após um problema cardíaco, já no fim da ditadura, talvez início da democracia, ele encontrou uns conhecidos que perguntaram efusivamente:

"E aí, o que você anda fazendo?" Agora, me dedico a caçar subversivos", ele respondeu. E eu não consegui reagir. Mesmo ele dizendo isso com todas as letras. Me senti congelada, quebrada por dentro, como se, aos pedaços, eu me esparramasse pelo chão", lembra.

Com a redemocratização da Argentina, em 1983, uma comissão começou a recolher depoimentos de sobreviventes da repressão. Dois anos mais tarde, o país abriu um processo inédito contra as juntas militares que haviam governado durante a ditadura. Foram ouvidas 833 pessoas, entre elas vítimas que sobreviveram a seqüestros e torturas em centros clandestinos. Em dezembro de 1985, cinco ex-comandantes foram condenados e quatro absolvidos.

A reação veio logo: em 1986, Raúl Alfonsín, o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois da ditadura, sancionou a Lei do Ponto Final, que encerrava qualquer nova ação penal contra acusados de violações de direitos humanos, caso não fossem denunciados em até dois meses. Houve protestos massivos, mas a lei foi aprovada. No ano seguinte, veio a Lei da Obediência Devida, que isentava de culpa todos os militares de patente inferior a coronel, sob alegação de que apenas cumpriam ordens superiores. Já entre 1989 e 1990, o recém-eleito presidente Carlos Menem completou esse ciclo que tentou institucionalizar o esquecimento ao conceder um indulto a vários condenados e investigados, com o pretexto de uma "pacificação nacional".

"Só que não houve pacificação. O que ocorreu foram vinte anos de im-

punidade para genocidas. A pacificação só ocorre com Justiça", diz Bibiana. Apenas em 1998, a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH) apresentou à Justiça da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, uma ação inédita, que visava garantir o direito à verdade para as famílias dos desaparecidos e para a sociedade argentina. O tribunal aceitou o pedido e, em setembro daquele ano, começaram os chamados Julgamentos pela Verdade, realizados em várias cidades: La Plata, Bahía Blanca, Mar del Plata, Córdoba e Mendoza.

Embora não tivessem efeito penal, esses processos permitiram reconstruir o funcionamento do aparato repressivo montado durante a ditadura. Revelou-se que milhares de vítimas foram dopadas e atiradas ao Rio da Prata e ao mar, no que ficaram conhecidos como "vos da morte". Alguns executores foram identificados. As informações coletadas serviram, anos depois, como base para novos julgamentos criminais coletivos, como o que move agora Mariana Oliva contra vinte acusados – entre eles, o pai de Azcúrra.

O que viabilizou a virada foram duas leis promulgadas pelo presidente Néstor Kirchner, em 2003. Uma declarava a nulidade das leis do Ponto Final e da Obediência Devida, abrindo caminho para a reabertura dos processos e a restituição às vítimas do direito à verdade e à justiça. A outra, que incorporou à Constituição argentina a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, deflagrou a adoção de uma série de políticas de memória no país.

"Esses processos, que trouxeram os relatos de sobreviventes, nos deram a possibilidade de termos uma identidade. Naquele momento, soubemos com todas as letras o que tinha acontecido, e pudemos entender, desculpe o palavreado, a merda de onde vínhamos", diz Bibiana. "Se havia alguma contradição interna e se o carinho que sentíamos por nossos pais batia de frente com os fragmentos que sabíamos deles, os julgamentos eliminaram as contradições."

Julio Juan Reibaldi, o pai de Bibiana, morreu um ano antes, em 2002, impune. "Eu lhe pedi, até o último minuto, que contasse o que sabia. Queria poder ajudar a encontrar algum filho ou neto de desaparecidos, esclarecer fatos, mas ele nunca entregou um único dado. Acho que não se arrependeu, caso contrário, teria falado", diz ela, com pesar. "Ele sabia que esse silêncio me provocava uma imensa dor. Que, para mim, teria sido reparador se ele confessasse seus crimes, mas ele se negou. Um único dia, após uma briga que teve com meu irmão, meu pai apareceu chorando em casa e me jurou nunca ter torturado ninguém. Eu não acreditei!", diz Bibiana.

A única coisa que a família conseguiu reaver, após a morte do pai, foi uma pasta, com o título "Para Incinerar", que estava em um cofre no banco. Dentro da pasta, havia apenas comprovantes de pagamentos de Reibaldi, do ano 1983 em diante – um indicio de que continuou trabalhando sob o regime democrático. A família entregou os papéis a organismos de direitos humanos. Aquela altura, segundo Bibiana, seu distanciamento com o pai era total: "Uma sensação de repúdio e estranhamento absoluta."

Além da pasta, a família teve acesso a microfones que registraram as diferentes patentes, cargos e atribuições ao longo da vida militar de Reibaldi. Até hoje, o grupo Histórias Desobedientes pede que esse material, guardado no nono andar do Ministério da Defesa, seja digitalizado e aberto ao público, já que pode ajudar a identificar quem agiu e onde. Mas o grupo ainda não obteve sucesso. E não será no governo do presidente Javier Milei que as coisas mudarão. Milei já questionou que os mortos e desaparecidos sob a ditadura tenham chegado a 30 mil e tem cortado verbas para iniciativas e lugares de memória. Sua vice, Victoria Villarruel, é filha de militares e fez visitas ao general Jorge Rafael Videla na prisão. O general, primeiro presidente da ditadura, foi condenado à prisão perpétua por crimes contra a humanidade e morreu na prisão em 2013.

Os militares seguiram atuando até bem depois do final da ditadura. E seguem infiltrados em muitos lugares. Infelizmente, eles queimaram tudo o que havia sobre aquele tempo. Ou seja, muita informação só virá à tona se alguns decidirem falar, ou se seus familiares o fizerem", diz Javier Vaca, 60 anos, professor de ciência política, também participante do grupo Histórias Desobedientes. Ele tem conhecimento de causa.

Seu pai, Omar Jesús Vaca, foi suboficial do Exército e integrou o Destacamento de Inteligência 121, de Rosario, onde era orquestrada toda a repressão da região durante a ditadura. O suboficial atuou ali entre 1968 e 1986, ano que Javier Vaca começou a faculdade. "A universidade pública foi um mundo novo para mim. Em poucos meses, comeci a participar de um grupo social-democrata. E aí surgiram os primeiros confrontamentos com meu pai. Um dia, estávamos assistindo à tevê, ele sentado na cabeceira, eu do lado", lembra. No telexnotas, falaram da Quinta de Funes, um sítio no qual funcionou um centro clandestino de repressão. "De repente, meu pai soltou: 'Não vão encontrar nada ali. Já queimamos tudo.'" Foi a primeira vez que Javier se lembra de ter ficado impactado. Até então, ele pensa-

va que seu pai fazia trabalhos burocráticos no destacamento.

"Mesmo assim, não associei essa fala dele com tortura ou genocídio", diz. Javier rompeu com o pai alguns anos mais tarde, depois de uma discussão bastante violenta, em que ele dizia que "havia passado a vida toda perseguindo comunistas, socialistas e subversivos pelo bem da pátria e que Javier havia se tornado um deles". "Eu respondi: 'Esse é o seu castigo'. E sai de casa. Só quando ele morreu, minha mãe me disse que foi o meu pai quem negociou o aluguel daquele sítio, a Quinta de Funes."

Segundo Javier, nas casas de militares até se fala de política, mas as versões são sempre únicas. "Meus pais estavam certos de que havia terroristas e subversivos que iriam persegui-los. Eles experimentavam uma paranoia que começou a se instalar logo após a morte de Perón, em 1974, dois anos antes da ditadura. Existia uma cultura familiar de medo a um inimigo. Tanto que a minha mãe levava um .38 na bolsa. E era natural ter armas em casa. Quando você é criança, acha que toda família é assim, porque essa é a sua realidade", diz.

A partir de 1974, sob um clima cada vez mais tenso, os pais de Javier começaram a dormir à base de calmantes, e havia muito controle, muita descon-

fiança de tudo e todos. "Quando a ditadura se instalou e recrutou, e começaram os sequestros, em 1976, 1977, eu também percebi que o meu pai, além das armas dele, uma .45 e uma 9 mm, começou a levar para casa escopetas com cano recortado, granadas, picanas. Eu brincava com uma picana, aos 10, 11 anos, como se fosse uma espada", lembra. Picana é um instrumento que solta descargas elétricas e, nas sessões de tortura, geralmente é aplicado em partes sensíveis do corpo, como vagina ou testículos. "Meu pai também trazia para casa coisas de origem incerta: relógios, máquinas de escrever..." Mas ninguém fazia perguntas. Ele era um homem corpulento, bastante violento. Lutava boxe e proferia poucas palavras.

Javier prossegue seu relato: "Muitos de nós levamos décadas até entender e poderemos nos posicionar. Fomos juntando pedacinhos de lembranças com documentos, com investigações por parte de grupos de direitos humanos. Uma espécie de jogo *Tetris* mental que vai se formando. Não tem um momento de *Eureka!*, em que você percebe tudo. Mas as cenas que você se lembra vão adquirindo um novo significado, vão sendo entendidas de outra forma. É um processo, ao final do qual,

se tiver vontade de lembrar e encarar a realidade, você chega à conclusão: meu pai é um genocida."

Javier recorda um episódio em que um vizinho, poucas casas para além da deles, foi sequestrado pela polícia durante a madrugada. As filhas desse vizinho eram suas amigas. "Naquela noite, o meu pai nem se mexeu. Hoje tenho certeza de que ele sabia, que estava informado e em acordo com a polícia. Caso contrário, ao ouvir gritos e disparos na madrugada, como todos ouvimos, ele jamais teria ficado quieto. Certamente teria pegado sua arma e ido averiguar o que acontecia."

Javier também diz que as atividades de espionagem e infiltração continuaram no período democrático. Lembra que seu pai o levou, em 1987, quando já havia se aposentado, até o destacamento onde trabalhara. "Assim que chegamos, cumprimentei alguns colegas dele, e meu pai me apresentou a alguns oficiais mais jovens, da minha idade", diz. Em determinado momento, o pai se afastou e Javier ficou conversando com um deles. "O papo parecia normal, mas, quando vi, esse militar estava me perguntando sobre uma professora da faculdade, da qual sabia o nome, e também sobre a bibliografia usada nessa disciplina, sobre os meus colegas de

sala... Ele estava querendo extrair informações", conta. Javier imediatamente foi embora, o que provocou mais uma briga com o pai. Semanas mais tarde, ele chegou a ver na faculdade, circulando entre os alunos, um jovem que seu pai lhe apresentara na visita ao destacamento. Lembrava bem do sujeito porque ouviu dele uma piada idiota: "Seu pai é o Vaca e aqui está o bezerro."

"Ali, no local em que ele trabalhava, havia cinquenta, sessenta pessoas. E muito poucos foram julgados e condenados. Meu pai mesmo morreu impune. O que aconteceu com todos?", pergunta com indignação. Para Javier, depois do espanto e da vergonha, o que sobreveio foi a raiva: "Eu entendo ele ficar calado para manter o emprego que o ajudava a sustentar sua família. Mas por que não falou depois? Não denunciou?"

Para que a memória não se perca e a verdade continue vindo à tona, todos os membros do *Histórias Desobedientes* – como Martín, Bibiana e Javier – promovem encontros em escolas, dão palestras e atuam em diversas frentes educativas. O trabalho coletivo também permitiu aos membros do grupo sanarem suas próprias feridas com a troca de lembranças e sentimentos, a



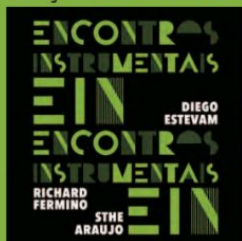
sesc 80 ANOS

EIN #04

ENCONTROS INSTRUMENTAIS

DIEGO ESTEVAM
RICHARD FERMINO
STHE ARAUJO

LANÇAMENTO SELO SESC



DISPONÍVEL EM



VESTIR ROUPAS ADEQUADAS NO DIA DA VOTAÇÃO.



percepção das similaridades entre suas histórias familiares. “Esses repressores, esses genocidas não provocaram dor apenas às famílias das quais sequestraram membros, destruindo-as. Eles também trouxeram muito dano às famílias que eles próprios formaram”, diz Bibiana.

Em 2017, ela encontrou outros familiares de repressores, que criaram o grupo Histórias Desobedientes. Em maio daquele ano, uma decisão da Corte Suprema de Justiça, tomada por juízes indicados pelo então presidente Mauricio Macri, abriu uma brecha para libertar, ou reduzir as penas, de mais de 750 militares e policiais envolvidos na repressão. “Houve um levante gigante contra essa decisão. As redes sociais explodiram, tanto que, pouco depois, o Congresso restringiu a medida. Por meio de redes sociais, vários de nós nos conectamos e fui convidada a participar de uma marcha no dia 3 de junho de 2017”, lembra Bibiana.

O local marcado para a concentração foi a esquina das ruas Riobamba e Rivadavia, em Buenos Aires, próximo ao Congresso, o mesmo local hoje usado por aposentados para protestar contra a supressão de direitos e benefícios operada pelo governo de Javier Milei. “Eu não sabia com quem ia me encontrar ou o que aconteceria. Havia algumas mulheres e logo chegou o Martín [Azucra], com uma faixa que dizia: ‘Filhas e Filhos de Genocidas por Memória, Verdade e Justiça’. Naquele momento, minhas pernas bambaram”, conta. Não era fácil marchar sob uma bandeira tão pesada. Mas foi o que fizeram. “Mesmo com vergonha e medo, foi importante assumir essa

identidade e poder operar um corte. Poder dizer: ‘Eu sei de onde venho, mas eu não sou genocida.’”

A partir dali, outros encontros e movimentos aconteceram. De início, o grupo Histórias Desobedientes contou com acompanhamento psicológico. “Agora conseguimos falar com mais facilidade, mas nas primeiras vezes, não foi fácil. Não é fácil”, diz Azucra. Todos asseguram que, juntos, passaram por uma enorme transformação pessoal, que de algum modo os ajudou a processar os acontecimentos. “Para sanar completamente, além de manter vivas a memória, a verdade e a justiça, pensamos que é essencial modificar a formação militar e a da polícia. Não apenas alterando o currículo, como se tentou durante o governo de Cristina Kirchner”, diz Javier Vaca. “Os militares têm toda uma organização e uma cultura, que vem de anos. Eles se sentem superiores aos civis. Seguem achando que são salvadores da pátria e sendo treinados em uma rígida hierarquia que, em última instância, pode justificar ilegalidades, mortes, violações.”

De acordo com o grupo, incluir no currículo de policiais e militares algumas noções sobre direitos humanos é muito pouco. “Seria necessário que eles ouvissem as famílias de desaparecidos, que entendessem a disparidade existente entre a força e o poder do Estado e a [força e o poder] da sociedade civil, mesmo que se trate de organizações armadas. É crucial que compreendam o absurdo que foi um aparato de Estado com milhares de pessoas, como militares de diferentes patentes, policiais, pessoal de inteligência, médicos

e juízes, ter sido inteiramente mobilizado para vigiar, caçar, sequestrar ilegalmente, torturar, violentar e matar”, diz Bibiana.

Recentemente, Histórias Desobedientes se uniu ao coletivo de advogados Mario Bosch, que combate crimes de lesa-humanidade, para se apresentar perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Eles vão atuar como *amicus curiae* (amigos da corte), emitindo pareceres para informar os magistrados em um caso que busca transformar o sequestro e assassinato do coronel Argentino del Valle Larraurre, pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), em crime de lesa-humanidade. Os líderes do ERP nunca admitiram o crime e alegam que o coronel se suicidou no cativeiro.

A própria vice-presidente Victoria Villarruel tem incentivado a reabertura de casos de ataques e crimes de grupos guerrilheiros. “Eles pretendem retomar o que ficou conhecido como ‘teoria dos dois demônios’, que prega uma equivalência entre a atuação de grupos armados e as ações do Estado”, diz Azucra. É dentro dessa perspectiva que a família do coronel Larraurre busca que o seu sequestro e morte sejam considerados crime de lesa-humanidade, o que faria com que não prescrevesse.

“Acontece que não há equivalência entre a violência de Estado e ações ditadas subversivas ou terroristas. O Estado tem todas as ferramentas para investigar, prender e punir crimes. O Estado não pode agir por vingança e se transformar, ele mesmo, em aparato terrorista, torturando, violentando e matando. Foi o que se fez com os sequestradores de Larraurre, que foram exterminados. E a mesma coisa [ocorreu] com tantas outras pessoas, tenham elas cometido crimes ou não. Isso aconteceu na Argentina e em toda a América Latina durante as ditaduras impostas na região”, diz Bibiana. Tanto que, a partir do Histórias Desobedientes argentino, outros familiares de repressores sentiram a necessidade de falar e se organizar, e novos grupos foram surgindo. Hoje, existem Histórias Desobedientes no Chile e no Uruguai.

No Brasil, alguns familiares de repressores tentaram formar um grupo. Caio Felipe Rezende, cineasta de 31 anos, é filho de um pai que, a partir de 1974, atuou no Doi-Codi em Fortaleza e na T Seção do Exército em Brasília. Ele se aproximou do Histórias Desobedientes em 2018, depois de assistir ao documentário *O pacto de Adriana*, da cineasta Lissette Orozco (disponível gratuitamente na plataforma Sesc Digital). Nele, a diretora narra a história da sua tia Adriana, que trabalhou na polícia secreta do ditador Augusto Pinochet, no Chile. Ao entrar em contato com Lissette, Rezende recebeu informações sobre os grupos de

“desobedientes”. “Foi um alívio encontrar um lugar confortável para falar”, diz. “Porque, para quem tem uma história como essa, não falar é como viver com um garfo entalado na garganta. É de algum modo uma continuidade da violência que foi cometida lá atrás, pelo meu pai. E que se perpetua: o que eu vou dizer aos meus filhos, quando os tiver, sobre a atuação do meu pai, sobre quem foi o avô deles? Tenho certeza de que há muitas pessoas como nós espalhadas pelo Brasil. Pessoas com esse desespero por falar, mas que não têm coragem, que têm medo.”

Só que a ideia acabou não indo adiante. Hoje, os brasileiros estão incorporados nos grupos que já existem em outros países. “No Brasil, é muito difícil porque não houve responsabilização. Então, o que eu vou fazer? Denunciar o meu pai, algo que a Justiça não fez, nem o Ministério Público fez? Vou arcar individualmente com essa exposição?”, diz Rezende. “As portas aqui no Brasil estão mais que fechadas. Estão cimentadas. E, para abri-las, você vai se ferir”, diz ele.

Neste momento da história, quando o Brasil condena pela primeira vez os responsáveis por uma tentativa de golpe e a Argentina atravessa um governo que procura apagar o passado autoritário e brutal, Martín Azucra considera de suma importância se manifestar: “Diante do negacionismo, do retrocesso, é essencial haver vozes públicas que digam que a única reconciliação possível é a da justiça. Que nossos pais precisem ser, sim, julgados e condenados pelos crimes que cometeram. Sem apaziguamento.” O propósito do Histórias Desobedientes é transformar a sociedade para que nunca mais o Estado seja responsável por crimes de lesa-humanidade. E para que não haja novas variantes do horror, seja contra as populações indígenas, seja contra os moradores de periferia, onde a polícia chega atirando.

Para Martín, assim como para Mariana – que ainda espera alcançar justiça para seus pais – Susana e Carlos, é essencial que se recupere o que aconteceu, e que cada participante seja responsabilizado por seus erros, para que não se volte a incorrer neles. “É preciso que se reconheça a atuação vexaminosa que diversos organismos do Estado, como as Forças Armadas Argentinas, tiveram durante a ditadura. Para que não só individualmente, mas também como sociedade, possamos obter uma cura”, diz Mariana. Foi por isso que, durante seu testemunho perante o Tribunal Oral Federal de Mar del Plata, além de transformar os desenhos de sua mãe em prova jurídica das ações hediondas de seus sequestradores, Mariana lançou também um pedido: “Venham a público, contem o que sabem.”

Ministério da Cultura, TV Cultura, Itaú e Rede
apresentam:

SOMOS ARTE
SOMOS CULTURA

METRÓPOLIS

Adriana Couto

SEGUNDA 23h30
TERÇA A SEXTA 23h00

tvcultura.com.br



Patrocínio

Realização



Lei Rouanet
Incentivo à
Produção Cultural



MINISTÉRIO DA
CULTURA



LIÇÕES DA HISTÓRIA

Trinta anos depois da guerra, vítimas cruzam nas ruas com seus algozes

SIMONE DUARTE, de Sarajevo

“**V**ocê tem que decidir agora se quer ir ao lugar onde houve o massacre.” Respondo que sim. Deixamos para trás a estrada ensolarada cercada de pinheiros e entramos em outra, mais estreita e esburacada, no meio da floresta. Não há placas. “Acho que é por aqui. A última vez que vim foi há uns vinte anos para uma homenagem às vítimas.” O tempo fecha. Quanto mais avançamos, mais avistamos nuvens carregadas. No rádio, ouvimos Amira Medunjanin, que canta *sevdah*, um estilo de música melancólico, tradicional, com letras que falam de amor, perda, saudade. Depois de uns 20 minutos de viagem, Refik Hodžić me diz que chegamos.

Estamos no topo de uma ravina na montanha de Vlasici, no centro da Bósnia e Herzegovina. Hodžić sai do car-

ro. Pede para eu ter cuidado quando me aproximo da beirada da falésia. Depois se afasta e anda uns minutos em silêncio. Começa a chover. “Eles escolheram uns duzentos homens do comboio de ônibus, os fizeram entrar em outros dois veículos”, conta Hodžić. “Eles saíram daquela estrada em que nós estávamos e, quando chegaram aqui, começaram a executá-los na beirada da ravina, e eles despencavam.”

Ele suspira fundo. Olho para baixo, para o emaranhado de árvores onde os corpos caíram em 1992, durante o massacre na ravina de Korićani. Chove cada vez mais forte. Corremos para o carro. “Um dos meus melhores amigos foi executado aqui. Tinha 16 anos, jogava futebol muito bem, ninguém duvidava de que ia ser o maior jogador de todos os tempos. Quando tínhamos 12, 13 anos, íamos todos às aulas de dança por causa das meninas. Foi

meu professor de dança que comandou o massacre.”

Viagem começara cinco dias antes. Partimos de Zagreb, capital da Croácia, e em duas horas chegamos ao posto fronteiriço de Kozarska Dubica, no noroeste da Bósnia, para o início da nossa travessia. A primeira parada foi Prijedor, cidade onde Hodžić nasceu e cresceu, cenário da maior campanha de limpeza étnica na Europa na segunda metade do século xx. Depois seguimos para Sarajevo, a capital da Bósnia, refazendo a mesma rota que milhares de bósnios, a maioria muçulmanos, foram forçados a percorrer depois de serem violentamente expulsos de suas casas. O massacre na ravina de Korićani aconteceu durante esse trajeto.

Quando conheci Hodžić, no final dos anos 1990, em Timor-Leste, ele trabalhava para a onu. Era um jovem de 27 anos, imponente, de 1,93 metro de al-

tura e olhos de um azul quase transparente, comprometido em construir aquele país do Sudeste Asiático. Quase três décadas e trinta países depois, o especialista em Justiça transicional, com experiência em conflitos em lugares tão diversos como Colômbia, Sri Lanka, Líbano, Afeganistão, Ucrânia e Síria, iria me guiar, durante dez dias, por 1,5 mil km pelo passado e pelo presente da Bósnia e Herzegovina.

Entre 1992 e 1995, a Bósnia foi palco da guerra mais mortífera no continente europeu depois da Segunda Guerra Mundial: 100 mil mortos, 20 mil mulheres estupradas, mais de 2 milhões de refugiados. Não havia um só dia em que a tevê não nos bombardeasse com imagens do cerco a Sarajevo, que durou 1 425 dias – o mais longo do século xx, ultrapassando os de Stalingrado e Leningrado, na antiga União Soviética. Quase 11 mil pessoas morreram durante



Rosas de Sarajevo: assim são chamadas as marcas produzidas nas ruas pelos morteiros lançados durante a guerra na Bósnia e depois preenchidas com resina vermelha, como se fosse sangue

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL



**NÃO ME DEIXAR SER
ABDUZIDO PELO
CÍRCULO DA POLÍTICA.**

o cerco em Sarajevo. Campos de concentração e genocídio voltaram à realidade europeia, menos de cinquenta anos depois do Holocausto e da promessa de "Nunca Mais". A Bósnia foi arrasada. Quase 40% dos mortos eram civis.

A guerra foi uma consequência da desintegração da Iugoslávia, então composta por seis repúblicas: Bósnia e Herzegovina, Macedônia, Montenegro, Croácia, Eslovênia e Sérvia. Tudo começou em 1991, com movimentos separatistas da Eslovênia e da Croácia. Na Bósnia e Herzegovina, a maioria da população também votou pela separação da Iugoslávia. Porém, quando a Europa e os Estados Unidos reconheceram o novo país, os ultranacionalistas sérvio-bósnios proclamaram uma nova república para se tornarem independentes da Bósnia — e começaram a expulsar e matar quem não era sérvio-bósnio. Contavam com milícias sérvias e com o apoio dos líderes sérvios que controlavam o governo iugoslavo, cujo Exército era o quarto maior da Europa.

Em que pese o conglomerado de ultranacionalistas sérvio-bósnios, a Bósnia era a república iugoslava mais multiétnica. No Censo de 1991, 44% da população era formada por bósnios (como são chamados os bósnios muçulmanos), 31% por sérvios (cristãos ortodoxos), 17% por croatas (católicos) e 5,5% por pessoas que se consideravam iugoslavas. A maioria dos muçulmanos não era religiosa, muito menos praticante. Até hoje, grande parte consome bebidas alcoólicas. A Bósnia também tinha o maior número de casamentos entre sérvios, croatas e bos-

niacos (todos de origem eslava). No entanto, apesar das atrocidades generalizadas, as principais vítimas dos massacres foram os bósnios: 80% dos mortos. O conflito durou três anos e meio e se encerrou com os Acordos de Paz de Dayton, patrocinados pelo governo de Bill Clinton e cuja assinatura final ocorreu em dezembro de 1995.

Uma das melhores explicações sobre o que aconteceu na Bósnia e Herzegovina entre 1992 e 1995 é a do historiador inglês Noel Malcolm, autor de *Bosnia, a short history*, um dos livros de referência sobre o passado do país. "Os paramilitares sérvios, que adquiriram um prazer patológico nos massacres que cometeram, seguiram uma estratégia racional ditada pelos seus líderes políticos [Slobodan Milošević e Radovan Karadžić], um método calculado para expulsar e eliminar duas etnias [os croata-bósnios e os bósnios] e radicalizar a terceira [os sérvio-bósnios]". Malcolm cita a entrevista do jornalista independente sérvio Miloš Vasić a uma tevê americana nos anos 1990 para dar o exemplo mais contundente do método dos líderes ultranacionalistas sérvios: "É como se todas as tevês dos Estados Unidos tivessem sido tomadas pela Ku Klux Klan. Imagine que cada pequena estação de tevê do país seguisse a mesma linha editorial do supremacista David Duke. Vocês também teriam uma guerra daqui a cinco anos."

Para julgar os crimes cometidos na Guerra da Bósnia, a ONU instituiu o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, o primeiro tribunal especial criado depois dos de Nuremberg e

de Tóquio. Em 24 anos, 161 pessoas foram indiciadas e 90 condenadas por crimes de guerra, incluindo genocídio e crimes contra a humanidade. Entre elas, o ex-presidente sérvio Slobodan Milošević — que morreu de um ataque cardíaco na prisão em Haia, na Holanda, em 2006 — e os chamados "carniceiros dos Bálcãs": o líder sérvio-bósnio Radovan Karadžić, que cumpre prisão perpétua na Grã-Bretanha, e o comandante e general das Forças sérvio-bósnias, Ratko Mladić, condenado pelo genocídio de mais de 8 mil homens e meninos em Srebrenica e que cumpre prisão perpétua em Haia. "Muita gente me considera um caçador de criminosos de guerra de tanto que eu apareci na tevê ou no rádio falando sobre o trabalho do tribunal", me diz Refik Hodžić, meio sem graça.

Durante dois períodos que totalizam quase oito anos, ele foi porta-voz e diretor de comunicação, e em Haia e na Bósnia, do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia. Mas hoje prefere ser reconhecido pelo seu recente romance *Polaroid cowboy*, um retrato delicado da infância e adolescência passadas na antiga Iugoslávia. "Não queria escrever sobre a guerra, o livro me ajudou a lidar com a tristeza do que perdemos, dessa vida que foi interrompida. A minha geração foi destruída", diz Hodžić. "É um romance com histórias curtas para que os jovens também queiram ler. A gente hoje vive essa luta constante, colossais, entre o passado e o futuro. O meu filho Tarik e minha filha Azra sabem e entendem o que aconteceu, mas não querem que a vida deles seja moldada por todas essas mortes."

Os imensos rolos de palha nos campos de trigo que margeiam a estrada são um sinal de que a colheita já passou. Refik Hodžić chama a minha atenção para as placas em todo o trajeto, desde que cruzamos a fronteira entre a Croácia e a Bósnia. Nas placas, os nomes escritos em caracteres latinos e cirílico significam que estamos começando a viagem por uma parte da Bósnia que se chama República Srpska.

Os Acordos de Dayton dividiram a Bósnia e Herzegovina em duas entidades. Uma, que abrange 51% do território, chama-se Federação da Bósnia e Herzegovina. A outra, com 49% do território, chama-se República Srpska (ou República Sérvia, que não deve ser confundida com a Sérvia, que é um país vizinho). A República Srpska, governada pelos sérvio-bósnios, é justamente o território que eles ocuparam durante a guerra e queriam proclamar independente. A Federação da Bósnia e Herzegovina é administrada pelos bósnios e pelos croata-bósnios. Mas os Acordos de Paz de Dayton es-

tabeleceram uma série de mecanismos de controle.

O sistema político criado pelos acordos é realmente confuso, até para os próprios bósnios. Além dessas duas entidades administrativas (República Srpska e Federação da Bósnia e Herzegovina) e um minúsculo distrito autônomo chamado Brčko, a Bósnia tem três presidentes (um bósnio, um croata-bósnio e um sérvio-bósnio, que se revezam no poder) e dez cantões com mais cargos governamentais. Com um território pouco maior que o estado do Espírito Santo e uma população de 3,2 milhões de habitantes, o país tem mais de 150 ministros de vários níveis. A maior autoridade da Bósnia, porém, é exercida pela comunidade internacional, através de um representante, designado pelos Acordos de Dayton, com vastos poderes, inclusive de depor políticos ou impor e anular leis. "Os sérvio-bósnios da República Srpska não ganharam independência, mas têm algum grau de autonomia", explica Hodžić. Os bósnios e os croata-bósnios não têm uma república unificada, governam a federação, embora não completamente. "Essa é a complexidade de Dayton, que obriga todos os lados a fazerem concessões todos os dias: vítimas e algozes."

Mal estaciona o carro na garagem de sua casa em Prijedor, na República Srpska, Hodžić cumprimenta os vizinhos da frente efusivamente. A Rua Mrkovačka só tem casas, e muitas das aventuras de menino escritas em *Polaroid cowboy* se passam aqui. "Essa casa foi meu pai que construiu", diz, ao entrarmos na moradia de dois andares. "Não mudei nada desde que minha mãe morreu, há quatro anos. Durante o conflito, a amante de um criminoso de guerra ocupou a casa, e demoramos sete anos para tirá-la daqui. Antes de sair, ela roubou todos os móveis."

Os parentes, que viviam em frente, também não moram mais na rua. Em junho de 1992, o seu tio Hassan foi arrancado de casa junto com um dos filhos e levado para o campo de concentração de Omarska, onde os prisioneiros eram espancados, torturados e violados diariamente. Os pais eram obrigados a assistir aos próprios filhos serem torturados. Quando foram libertados, o tio e o primo se mudaram para o lugar mais longe que podiam: foram para a Nova Zelândia, e nunca mais voltaram. Quase todos os outros moradores da rua são sérvio-bósnios. Antes do conflito, Prijedor tinha 112 mil habitantes, com cerca de 50 mil bósnios e 48 mil sérvio-bósnios. "Não há estatísticas confiáveis, mas a população de Prijedor não passa hoje de 75 mil pessoas. Mais de 90% devem ser sérvio-bósnios e há menos de 5% bósnios e pouquíssimos croatas", estima Hodžić.

"Em outras cidades, como Sarajevo ou Mostar, civis morreram em bombardeios, e soldados foram mortos ou capturados em combates, como na maioria das guerras. Aqui e em 42 cidades e vilarejos da República Srpska, não foi uma guerra, mas uma limpeza étnica, uma campanha sistemática para se livrarem de todos os não sérvios do território que eles acreditavam ser unicamente sérvio. Houve apenas um foco de resistência, com cem homens que foram esmagados em poucas horas pelas milícias sérvias. O líder foi esfolado vivo", diz Hodžić, já abrindo uma cerveja na sala de sua casa. "Está vendo aquela rua atrás da casa que era do meu tio? Os sérvios tiraram o filho da vizinha e outros dez rapazes de seus lares, colocaram todos num caminhão e durante dezessete anos ninguém soube o que tinha acontecido, até encontrarem os restos mortais deles numa vala na floresta."

No dia 30 de abril de 1992, para-militares, policiais e militares sérvio-bósnios chegaram com 1 mil homens armados e assumiram o controle de Prijedor. Tomaram conta das instituições, promulgaram novas leis, recrutaram sérvios locais, obrigaram bósnios e croatas a usarem braçadeiras brancas e a colocarem bandeiras

ou lençóis brancos nas fachadas das casas, para serem identificados como tais. Começaram a atribuir aos bósnios e aos croata-bósnios incidentes violentos para ter um motivo para retaliar. A perseguição e a expulsão seguiram o mesmo método: os sérvios roubavam os bens de valor dos não sérvios, queimavam as suas casas, mandavam os homens e rapazes para campos de concentração ou os executavam imediatamente ou no caminho. Expulsavam as mulheres e as crianças. Cometiavam estupro em massa. "Foi na República Srpska que aconteceram 95% dos desaparecimentos de bósnios e croatas", diz Hodžić.

Prijedor conhece a violência na carne. Durante a Segunda Guerra Mundial, na floresta da Montanha Kozara, os *partisans* comunistas liderados por Josip Broz Tito (1892-1980), que governaria a Iugoslávia por 35 anos no pós-guerra, travaram algumas das batalhas mais sangrentas contra os nazistas. Hoje, Prijedor é o município recordista mundial em número de criminosos de guerra indicados: 161. Destes, 65 foram condenados por crimes de guerra pelo Tribunal Internacional ou em julgamentos na própria Bósnia e Herzegovina. Vinte e oito processos ainda estão na Justiça. A maioria dos conde-

nados já cumpriu a pena. É comum vítimas e criminosos de guerra se cruzarem nas ruas da cidade.

"Uma noite dessas eu estava passeando com uma amiga, e um homem se aproximou, dizendo que era ótimo me reencontrar. Perguntou como eu estava e sugeriu que um dia desses fôssemos tomar um café", conta Nusréta Sivac, de 74 anos, a única dos cinco juízes muçulmanos da cidade que sobreviveu aos massacres cometidos pelos sérvio-bósnios. Estamos em um dos cafés da principal rua de Prijedor, em frente à Mesquita de Čaršija, a mais antiga da cidade, totalmente reconstruída depois da guerra. Com um vestido estampado de corações e um chapéu de palha para conter o Sol escaldante, ela saboreia um sorvete de cereja, enquanto recorda seu passado trágico.

"Minha amiga perguntou quem era aquele homem que, sempre que passava por mim, parecia estar falando com uma irmã. Expliquei que era um dos guardas do campo de concentração de Omarska e que ele tinha sido condenado a dezoito anos de prisão graças ao meu depoimento", continua a ativista e juíza aposentada. "Testemunhei contra todos os indicados por crimes cometidos em Omarska, tanto nos julgamentos na Bósnia

como no Tribunal Internacional em Haia." Ela prossegue: "Nunca aceitei o convite para o café. Quis evitar que um encontro com um criminoso de guerra gerasse um mal-entendido." Sorridendo, ela completa: "Mas confesso que fiquei um pouco curiosa. Nada é preto no branco. É mesmo difícil para quem é de fora entender."

Nusréta Sivac tinha 41 anos quando foi levada para o campo de concentração de Omarska. "São poucos os momentos de lucidez quando se vive rodeada durante 24 horas por assassinos, tortura, estupro. Não dava para sonhar em sobreviver, não era realista. O medo se apoderou de mim quando percebi que todos os meus quatro amigos juízes haviam desaparecido. Não acreditava que iam me deixar viver", diz, enquanto acende um cigarro. Hodžić, que está traduzindo para o inglês as respostas da ex-juíza, acrescenta: "Havia um esforço sistemático de assassinar as elites." Sivac continua: "Em algum momento, decidi que, caso eu sobrevivesse, passaria a vida contando sobre o que tinha acontecido em Omarska." Ela só soube o que tinha ocorrido de fato com os outros juízes anos mais tarde, quando os restos mortais dos seus amigos foram identificados em valas comuns.

MINISTÉRIO DA CULTURA, MUSEU DO AMANHÃ,
REPSOL SINOPEC BRASIL E FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
APRESENTAM

museu do **amanhã**

OCEANO
OCEANO
OCEANO

O MUNDO É UM ARQUIPÉLAGO

NOVA EXPOSIÇÃO ATÉ 19 MAIO

OCEANO O MUNDO É UM ARQUIPÉLAGO

PATROCÍNIO

PARCEIROS DO MUSEU DO AMANHÃ

PATROCÍNIO MASTER

MANUTENÇÃO

PATROCÍNIO

PARCERIA ESTRATÉGICA

GESTÃO

CONCEPÇÃO

REALIZAÇÃO





Entre maio e agosto de 1992, ainda no começo da guerra, mais de 3 mil homens e rapazes bósnios e croatas foram torturados, espancados, abusados sexualmente e submetidos a todo tipo de violação de direitos humanos no campo de concentração de Omarska, uma mina de minério de ferro a 20 km de Prijedor. Quase quinhentos foram executados. Ao contrário do cerco a Sarajevo, que acontecia diante dos nossos olhos nas telas da tevê, a limpeza étnica em Prijedor se arrastou por três meses na penumbra, até que uma equipe da Independent Television News (ITN), da Grã-Bretanha, e o jornalista Ed Vulliamy, do *Guardian*, conseguiram entrar nesse campo de concentração e no de Trnopolje, a cerca de 15 km de distância. Na revista *Time*, a imagem de um prisioneiro esquelético sem camisa atrás de uma cerca de arame farpado em Trnopolje evocou os fantasmas do Holocausto.

Sivac era uma das 37 mulheres prisioneiras no campo de concentração de Omarska. "Os guardas vinham quando queriam e levavam uma de nós", diz a ex-juíza, mudando ligeiramente o timbre de voz. "No início, não entendíamos o que estava acontecendo, mas logo percebemos do que se tratava. Mas lá, entre nós, não falávamos sobre estupro. Quando chegava a sua vez, você descobria." Foi a partir da Guerra da Bósnia que o estupro passou a ser considerado crime contra a humanidade. "Eu demorei a falar abertamente que tinha sido vítima de estupro. Tinha medo, porque meu irmão, que também fora preso em Omarska, e a família dele ainda estavam aqui."

Ela aponta para o prédio onde o irmão vivia, cuja parede lateral exibe hoje um dos gigantescos e coloridos murais de arte urbana que cobrem alguns edifícios do Centro de Prijedor. "Só depois que eles conseguiram sair da cidade eu comeci a falar." Das 20 mil vítimas de estupro em todo o país, estima-se que apenas 1 mil denunciaram o crime. "Toda mulher tem o direito de escolher se quer ou não falar. Algumas não conseguem. Eu decidi que tinha que falar." Quando voltou a viver em Prijedor, ela às vezes cruzava na rua com um dos guardas que a havia estuprado em Omarska. Ainda hoje, como grande parte da população bósnio-croata de Prijedor, ela cruza na rua com seus algozes.

No café, um bebê começa a chorar na mesa do lado. As famílias que nos rodeiam são de origem sérvia, como a maioria das pessoas que vive na República Srpska. Sivac acende o quarto cigarro antes de continuar a falar. "Eu podia ter ido viver em qualquer lugar do mundo. Mulheres que foram prisioneiras nos campos tinham prioridade. Mas resolvi voltar. Quando cheguei, foi muito difícil: tinham ocupado o meu apartamento, picharam a palavra Omarska na minha porta, os vizinhos me ignoravam, eu recebia mensagens desagradáveis. Isso aconteceu com todos os retornados, mas nós éramos muitos naquela época. Tenho que ser sincera: depois que voltei, nunca fui vítima de um ataque ou ameaça grave", ela conta. "Meus parentes vivem em Sarajevo e, a cada nova crise política, me telefonam pedindo para eu me mudar para lá. Respondo que, se for

para Sarajevo, vou passear pela parte sérvia da cidade. Então, eles dizem que não consigo viver sem os sérvio-bósnios", conta Sivac, rindo. Hodžić também ri. "Eu não saio mais de Prijedor. Ninguém me tira daqui." (Segundo o censo de 2013, contestado até hoje, 80% da população de Sarajevo é formada por bósnios, 5% por croatas-bósnios e 3,8% por sérvio-bósnios.)

Pergunto se ela acha que houve justiça. Sivac acende o quinto cigarro. "Talvez uma justiça parcial. Justiça absoluta é impossível. Já a reconciliação é um processo longuíssimo. Nós estamos todos cansados, a gente quer seguir em frente. Posso dizer com muita autoridade que, entre as pessoas comuns, no dia a dia, não há problemas. O problema são os políticos no poder, que perpetuam os discursos de ódio. Eles são o principal obstáculo para a reconciliação", diz a ex-juíza. "Outro dia fui dar uma palestra para jovens em Omarska. Toda vez que volto, sinto como se estivesse estado lá no campo de concentração ontem. As imagens todas ressurtem, e eu digo para mim mesma: 'Meu Deus, isso foi há 33 anos. Nunca pensei que fosse viver tanto. Não sou religiosa, mas a vida é um milagre.'"

Também o ativista Edin Ramulić já se deparou nas ruas com seus algozes. "Ontem, vi na rua o responsável pelo massacre de Korićani que eu ajudei a colocar na prisão", ele conta, num restaurante à beira do Rio Sana, no Centro histórico de Prijedor. "Na época, ele estava foragido e descobri o seu esconderijo. A família dele me acusa publicamente de tê-lo denunciado. Mas ele ainda não cumpriu toda a pena, estava andando tranquilamente por aí e me viu. Imediatamente publiquei um post com a foto dele no Facebook e reportei à Justiça. Há muita corrupção e incompetência do sistema judiciário para implementar as sentenças."

O Book of the dead and missing (Livro dos mortos e desaparecidos) de Prijedor traz os nomes e fotos de 3 176 vítimas. Mais de três décadas depois dos massacres, 540 pessoas ainda não foram encontradas. "Prijedor é a única cidade do país a ter um livro desse gênero", garante Edin Ramulić, um dos coordenadores da obra. "Foi preciso fazer uma espécie de censo dos desaparecidos, porque sem saber quantos eram e quais os seus nomes não poderíamos exigir e pressionar o Estado para que os encontrasse. No início foi muito duro", ele recorda. "Eu tentei voltar para Prijedor em 1996, mas tive de viver em Sanski Most, a 30 km daqui, porque o prefeito e os líderes locais da minha cidade eram os mesmos que tinham comandado os massacres. O ex-prefeito Milomir Stakić foi, depois, condenado pelo Tribunal Inter-

nacional a quarenta anos de prisão. Então, o nosso trabalho dependia da lembrança dos sobreviventes, dos refugiados que estavam espalhados pelo mundo." Só a partir de 1999 voltou a ser seguro viver em Prijedor.

A primeira edição do livro foi lançada em 1998. Ao longo dos anos, recebeu atualizações, com mais nomes. "É muito importante dar rosto aos que desapareceram", diz Ramulić. Muitas famílias não têm nenhuma foto de quem morreu. Ele mostra no livro os seus doze parentes que foram levados para os campos: sete foram executados, cinco conseguiram sobreviver. "Minha filha, que tem 20 anos hoje, cresceu sem nenhuma foto do avô e do tio em casa." Até hoje os restos mortais do irmão, que foi preso junto com o pai, nunca foram encontrados. "Não me levaram porque, apesar de eu ter 21 anos, parecia bem mais jovem, acharam que eu era um menino."

A vala comum em que seu pai estava foi descoberta em 2004, mas só em 2009 conseguiram identificá-lo. Os sérvio-bósnios enterravam e desenterravam os corpos para transportá-los para outros lugares, reviravam as valas com retroescavadeiras e esmagavam os ossos, o que dificulta o trabalho da perícia. "Quem escondia os corpos não eram as mesmas pessoas que cometiam os massacres." Ramulić procura a foto de uma vala no telefone para me mostrar. "No relatório da perícia, está escrito que encontraram o crânio do meu pai, mas o que recebi foram pedaços de ossos que mal cabiam nas minhas mãos."

Um banco de DNA começou a funcionar em 2001 para reconhecer as vítimas, mas as exumações e identificações demoram anos. "A falta de preparo das equipes de exumação do país é um agravante. Sempre me consolei com a ideia de que o meu pai havia tido, pelo menos, uma vida plena, embora ele ainda tivesse muito por viver. Em contrapartida, meu irmão tinha apenas 24 anos. Hoje tenho 54 anos, a idade com que meu pai foi executado."

Ramulić conta que a mãe mora com ele. "Para ficar pouco em casa, eu trabalho muito, pois não consigo lidar com o sofrimento dela. Todos os dias, de maneira direta ou indireta, ela me diz que não pode morrer sem enterar o filho." Ele admite que não é fácil explicar como se tolera viver próximo de quem cometeu os crimes. "Na minha opinião, há dois fatores. O primeiro é que muitas dessas pessoas já foram julgadas e pagaram de algum modo pelos crimes que cometeram. Isso não te deixa satisfeito, mas pelo menos houve uma punição. Essas pessoas seguem com a sua vida, eu sigo com a minha. O segundo fator é simplesmente o conformismo."

Estou fazendo essa viagem para saber justamente o que aconteceu com a Bósnia e Herzegovina e tentar compreender como vivem lado a lado vítimas e algozes. Quem tem menos de 30 anos e não mora nos Bálcãs parece não saber que houve uma guerra na Europa antes da que é agora travada na Ucrânia. Quando disse que iria para a Bósnia, as perguntas das mais velhas eram invariavelmente as mesmas: "Eles continuam a se matar? Foi em Sarajevo que assassinaram o arquiduque austríaco e começou a Primeira Guerra Mundial. Eles se matam há séculos."

Refik Hodžić reage a esse comentário. "É uma visão colonista. As pessoas acham que vamos para a cama afiando as facas para matar o vizinho no dia seguinte", diz. "Esse diálogo entre as pessoas que está acontecendo aqui, no dia a dia, não acontece entre os católicos e protestantes na Irlanda do Norte, que até hoje vivem segregados, ou no Chipre, onde há um muro que divide turcos e gregos. Mas, quando são os bósnios, há essa narrativa de que nascemos querendo nos matar uns aos outros, como se fosse algo que herdamos. Um dos meus melhores amigos é um policial sérvio que foi soldado durante a guerra. A solução é tempo e diálogo."

O ativista Edin Ramulić acredita que há duas realidades paralelas: "Uma é a criada pelos políticos e pelos líderes religiosos, que querem perpetuar essa atmosfera de medo, divisão e ódio. A outra é a das pessoas comuns, no seu dia a dia, em que há muito diálogo. No meu círculo de amigos há pelo menos quatro casamentos entre sérvios-bósnios e bósnios. Isso costumava ser celebrado na história da Bósnia e está acontecendo agora, apesar de tudo." Ele conta que nas duas últimas décadas trabalhou com vítimas de estupro, antigos presos dos campos, famílias das vítimas. "Eles querem os seus direitos assegurados e justiça criminal. O único sentido para mim hoje é trabalhar com os mais jovens. Os poucos que querem entender o que se passou são muito interessados e comprometidos. Eles são o nosso futuro."

A professora de literatura Šerhazada Džafić tem olhos de esmeralda e cabelos cor de ébano. Na mesinha à sua frente, está uma pilha de livros de autores tão variados como Jorge Luis Borges, Marcel Proust, Aristóteles e Umberto Eco. Ao seu lado, onze jovens de várias partes da Sérvia (o país) e da Bósnia. A conversa com a professora é a última atividade do grupo que participa de um programa da ONG Kvart, palavra que significa "bairro" ou "vizinhança" na língua bósnia. A ONG foi criada por Goran Žorić, um jovem sérvio-bósnio, e reúne ativistas sérvios e bósnios, entre eles Ramulić. Durante

uma semana, numa espécie de colônia de férias de verão, os jovens vivem juntos em uma casa em Kozarac — cidade onde a população muçulmana foi praticamente dizimada — para ouvir as histórias de sobreviventes que seus pais, a escola ou o governo não contam.

"A verdade é que os jovens não sabem o que esperar. Imediatamente conhecem outros jovens de outras religiões e aprendem mais sobre outras culturas", diz Isidora Ećim, que nasceu em 1995, dez dias antes dos Acordos de Paz de Dayton, e trabalha há cinco na Kvart. "Quando chegam a um antigo campo de concentração que nem sabiam que existia, eles entram em choque. Nunca ninguém lhes disse nada. No centro de grandes cidades da República Srpska não existe nenhum monumento homenageando vítimas não sérvias." Quando Ećim começou a trabalhar na Kvart, o número de participantes bósnios de origem muçulmana era maior do que o de sérvios. De dois anos para cá, isso se inverteu. "Eles ouvem dos próprios sobreviventes, como a juíza Nusreta Sivac, as coisas horríveis e inimagináveis que sofreram, e vão aos locais dos massacres. Não dá para sair daqui e continuar acreditando que não houve genocídio."

Uma das jovens na sala durante a fala da professora Šerhazada Džafić parece estar alheia ao que se passa: não tira os olhos do celular. Ećim e a também coordenadora Melani Isović me explicam que ela vem da parte Leste da Bósnia, a região mais radical e conservadora da República Srpska. "Não são apenas conservadores, são extremistas", enfatiza Isović. O pai da jovem fez parte de uma das unidades do Exército sérvio-bósnio que cercou Srebrenica. "Ele louva Ratko Mladić", diz ela, referindo-se ao general sérvio-bósnio que coordenou o genocídio de 8 mil pessoas. "Veio uma equipe de um programa de tevê de um artista muito crítico ao governo sérvio gravar com esse grupo. Ela se recusou a participar com medo de que o pai a visse. É a segunda vez que a jovem participa de uma atividade da Kvart. Ela não é uma ativista, mas quer compreender o que se passou." A realidade é que hoje, na Bósnia, muitos jovens ficam sabendo dos crimes de guerra dos pais através das redes sociais.

A própria Isidora Ećim, sérvio-bósnia, cresceu sem saber de nada. A guerra nunca foi assunto na sua casa. Ela explica que na escola não se aprende sobre o que aconteceu entre 1992 e 1995. "Eu tinha apenas seis colegas muçulmanos. Nós estudávamos, saíamos juntos, mas mesmo entre nós nunca falávamos sobre a guerra." Quando começou a trabalhar na Kvart, ela confrontou o pai sobre o massacre de 102 crianças, quase todas bósnias, executadas por sérvios, em Prijedor. "O meu pai foi

soldado, mas não lutou aqui e ficou inválido. Meio relutante, ele me disse que as crianças tinham sido mortas por muçulmanos", ela conta, com um riso nervoso. "Ai, minha mãe mandou que ele se calasse, dizendo que meu pai não sabia de nada e que eu era mais bem informada do que ele."

"Eu estava debaixo do chuveiro, quando perdoei meu professor", diz o escritor e ativista Kemal Pervanić, de 57 anos, com sua voz pausada e tranquila. Isso foi em 2008, dezesseis anos depois de ele ter sido preso com um dos irmãos no campo de concentração de Omarska. Moradores locais eram recrutados para serem os guardas. Em geral, eram vizinhos sérvio-bósnios, que tinham crescido, estudado e trabalhado com os bósnios. Um dos interrogadores de Pervanić foi seu ex-professor. "Ele era mais do que o meu professor favorito, era um intelectual, e estava lá me interrogando, junto com outro guarda, fazia as perguntas e anotações. Eu sabia que, se dissesse algo 'errado', seria morto. Ele estava decidindo quem ia morrer. Era uma tortura psicológica. O professor também assistiu à minha tortura física. Eu o considero um torturador."

Pervanić, que hoje vive entre a Inglaterra, a Polónia e a Bósnia, passou mui-

to tempo se perguntando como o seu professor predileto tinha sido capaz de tamanha brutalidade. "Quando você passa por uma violência dessas, você se sente muito ferido: violaram todos os seus direitos, tentaram tirar toda a sua humanidade, me demonizaram. Eu sonhava que matava os meus torturadores. Fiquei um ano e meio sem conseguir chorar." Em Cambridge, na Inglaterra, para onde foi levado como refugiado, ele foi tratado por uma psiquiatra. "Comecei a estudar e a fazer outros tipos de perguntas: 'Por que as pessoas seguem políticos que as estão levando para a morte? Por que eu tive que passar por tudo que passei, como se eu fosse culpado pelas mortes dos sérvios durante a Segunda Guerra Mundial, quando eu nem era nascido?'"

Dez anos depois de ter saído do campo de concentração, Pervanić encontrou-se com o antigo professor. "Ele ficou surpreso e constrangido com algumas das minhas perguntas. Estava com raiva, incomodado com os crimes que tinha cometido. Deu a justificativa usual de criminosos de guerra: 'Se eu não fizesse primeiro, eles fariam contra mim.'" O professor também lhe garantiu que tinha salvado quinhentas pessoas, mas não conseguiu dizer um só nome. Por fim,

Ministério da Cultura, Petróleo e
Museu da Pessoa apresentam

MUSEU DA
PESSOA

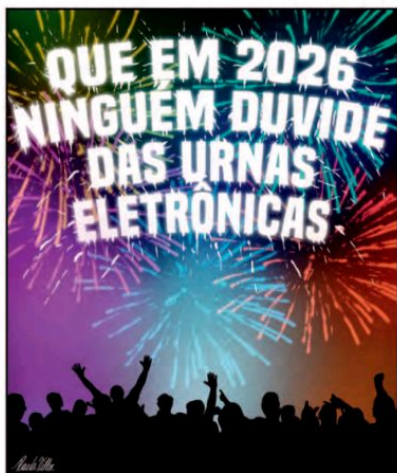
EXPOSIÇÃO
VOCÊ JÁ
ESCUTOU
A TERRA?

A Terra tem resposta para todos nós.
Uma experiência imersiva que busca a escuta da vida.

Curadoria: Aliton Krenak e Karen Worcman.

Visite a exposição digital em
escuteaterra.museudapessoa.org

A exposição "Você Já Escutou A Terra?" faz parte da programação "Vidas, Vozes e Saberes em um Mundo em Chamas", do Museu da Pessoa.



pediu desculpas, dizendo que os dois precisavam se reconciliar. "Não consegui desculpá-lo, respondi apenas que tínhamos que garantir que algo assim nunca mais aconteceria. Ele concordou. Senti que não estava diante de uma pessoa má, mas, sim, de uma pessoa normal, e que as pessoas normais podem cometer atos horríveis, qualquer um de nós. Não sei o que eu faria se estivesse na posição dele. Nós achamos que não cometeríamos esses atos, mas não dá para saber. Este entendimento é importante."

Foi em 2008, depois da morte de seu pai e do professor, quando vivia uma crise no seu casamento, que Pervanić disse a si mesmo que não tinha mais tempo a perder, que precisava deixar aquilo tudo para trás. "Eu estava tomando banho, e ali, no chuveiro, saí da minha boca: 'Eu te perdoo'. Ele voltou a ser o professor que eu adorava antes da guerra. Isso não significa que o que aconteceu não foi esquecido, mas isso me fez retomar o controle da minha própria vida — o torturador já não me controlava mais. O importante não é a vítima dizer para o algoz que o perdoo, mas dizer para si mesma, porque o maior perigo está dentro da nossa cabeça."

Em 2009, Pervanić criou a organização Most Mira (Ponte da Paz), que trabalha pela reconciliação recorrendo a atividades artísticas. O projeto começou com casos reais de crianças em outros conflitos, como Palestina e Ruanda, para evitar o desconforto de meninos e meninas ouvirem a história dos próprios pais. "Usamos também o método criado pelo brasileiro

Augusto Boal, com o Teatro do Oprimido." Há alguns anos, um jovem sérvio-bósnio foi assistir a uma das palestras de Pervanić. Era o filho mais novo do seu professor. "Ele só sabia que o pai tinha sido policial durante a guerra. A família não conversava sobre esse assunto em casa."

Quando Pervanić publicou um artigo que mencionava o nome do seu professor, o rapaz entrou em pânico. "Depois de um tempo, ele veio conversar comigo. Eu falei que tinha empatia por ele, porque afinal o meu professor era seu pai. Disse também que ele podia fazer as perguntas que quisesse. O fato de eu e o filho do meu professor termos virado amigos significa que consegui ultrapassar o meu trauma. Hoje, ele é um importante ativista." O filho do professor é Goran Zorić, o fundador da ONG Kvart.

Avancamos em direção ao Parque Nacional Kozara, a meia hora de Prijedor. Quanto mais nos distanciamos da cidade, mais somos envolvidos pela floresta e por uma das mais belas paisagens da Bósnia, que é conhecida por suas montanhas, rios e cascatas. Meu guia, Refik Hodžić, não está me levando até o alto da montanha para eu admirar a beleza de seu país. A 800 metros de altitude, uma estrutura de concreto em espiral parece rasgar a vegetação.

Nessa região, em 1942, os *partisans* — como eram conhecidos os combatentes comunistas liderados por Josip Tito — travaram uma das batalhas mais sangrentas da Segunda Guerra Mundial contra os nazistas, que tinham o apoio

dos ultranacionalistas da Croácia, os *ustaše*, e dos ultranacionalistas sérvios, os *chetniks*. "Você tem de entender que é a partir da Batalha de Kozara que os sérvios-bósnios e os líderes sérvios constroem um discurso para justificar os massacres dos anos 1990. Eles alegam que os sérvios foram massacrados por croatas e bósnios durante a Segunda Guerra Mundial e têm de atacar, antes que sejam massacrados de novo", explica Hodžić, mostrando as paredes de concreto onde estão gravados os nomes de quase 10 mil *partisans* mortos na Segunda Guerra.

Durante a ofensiva nazista, milhares de civis se esconderam nessa floresta. Os soldados alemães, apoiados pelos nacionalistas locais, cercaram os combatentes comunistas. Entre 25 e 60 mil pessoas morreram ou foram enviadas para o campo de concentração na Croácia. "A maioria dos mortos, além de judeus e ciganos, era formada por sérvios, perseguidos pelo governo ultranacionalista da Croácia da época", diz Hodžić. "Mas dizer que todos os bósnios e croatas estavam lutando ao lado dos nazistas contra os sérvios é uma mentira."

Na extensa lista de mortos há nomes de todas as etnias. "Essa batalha não foi dos sérvios contra croatas ou bósnios. Eram combatentes comunistas e socialistas lutando juntos contra o fascismo. Quando eu era criança, os meus heróis não eram o Super-Homem e o Homem-Aranha, mas os *partisans* que travaram essa batalha épica de Kozara", lembra Hodžić.

Ele aponta para a imensa cruz que foi construída pelas autoridades da República Srpska na entrada do monumento. "Como podem colocar uma cruz simbolizando a Igreja Ortodoxa, se os *partisans* eram socialistas, comunistas e, portanto, ateus? Eles querem se apropriar da batalha como se fosse um ato heroico sérvio para criar esse discurso de ódio e justificar o que fizeram nos anos 1990. São os mesmos que negam que houve um genocídio em Prijedor em 1992 ou em Srebrenica em 1995. Mas vamos agora ver o museu, onde a doutrinação é ainda pior."

Seguimos para o museu. A exposição não é grande: uma sucessão de imagens de crianças sérvias mortas durante a Segunda Guerra, heróis sérvios e frases escritas em vermelho. Hodžić faz, em silêncio, um gesto na direção da foto de um comandante nazista ao lado de um ultranacionalista croata. Quando saímos da exposição, ele me mostra na internet a imagem original, em que se vê três homens: o terceiro é um comandante dos nacionalistas sérvios. O museu o recortou da foto para esconder que sérvios participaram do massacre contra os próprios sérvios. "Este revisio-

nismo é extremamente perigoso. Se um jovem sérvio visita esse museu vai odiar bósnios muçulmanos e croatas para sempre, pois todo o discurso é 'os sérvios contra os vizinhos do mal'."

Os moradores de Prijedor ainda se lembram do calor infernal do verão de 1992. Na manhã do dia 25 de julho, sábado, na aldeia de Rasavić, dois antigos colegas de escola, um comandante de brigada e um chefe de polícia sérvio-bósnio, alinharam os voluntários civis que participavam da ofensiva, bem como reservistas entre 17 e 67 anos e deram as ordens: ir ao vilarejo de Zecovi, a 8 km dali, em busca de armas e para completar a "limpeza".

Os homens de Zecovi já tinham sido levados para o campo de concentração de Keraterm. Restavam as mulheres e as crianças. Os sérvio-bósnios da aldeia de Rasavić conheciam os vizinhos bósnios de Zecovi: tinham jogado futebol e pescado juntos quando crianças, frequentado a mesma escola, os mesmos cafés, os mesmos trabalhos. O comando subiu a colina e matou quem encontrou pelo caminho.

A 500 metros dali Zijad Bačić, de 14 anos, engolia um pedaço de pão que a mãe acabara de lhe dar. Ela o instruiu a comer devagar e, com o olhar, fez sinal para que ele nem pensasse em pegar o pedaço de pão dos primos Nermin e Nermína. Foi quando ouviram os tiros e os palavrões: "Saíam de casa, seus filhos da puta." As crianças gritaram. Zijad abraçou a irmã que tremia. Um dos soldados arrebatou a porta: "Saíam, saíam, o que estão esperando?" O homem cheirava a álcool.

Catorze mulheres e quinze crianças saíram de casa. Zijad atrasou-se, procurando um dos sapatos, mas reconheceu algumas vozes e conseguiu ver algumas silhuetas. Estava chegando à varanda para se juntar à família, quando ouviu o som ensurdecedor das metralhadoras. Ele correu em disparada pelos fundos da casa e se escondeu no mato. Depois de metralharem todas as 29 mulheres e crianças, a mais nova de apenas 2 anos, o grupo saiu atirando em quem ainda se mexia.

Zijad ficou escondido durante horas, petrificado, enquanto via a casa de seu tio Fikret Bačić arder em chamas. Quando finalmente se levantou, foi em busca de ajuda na casa de um amigo da escola. O pai e o filho sérvios o esconderam e o ajudaram a fugir. Zijad conseguiu chegar à Travnik, no norte da Bósnia.

Naquele dia 25 de julho, 150 pessoas foram executadas em Zecovi. Meses depois, os sérvios que ajudaram Zijad foram assassinados por um bando de homens mascarados. Fikret Bačić, o tio de Zijad, pai de Nermin e Nermína, estava na Alemanha, trabalhando

a fim de conseguir recursos para terminar a construção da nova casa da família em Zecovi, quando teve notícias do massacre. Ele viajou nove vezes para Zagreb, na Croácia, onde milhares de bósnios buscavam refúgio, para tentar encontrar os parentes, até que localizou Zijad e soube da morte de sua mãe, sua mulher e seus filhos.

As estradas estreitas de cascalho que levam à Zecovi nos confundem, apesar de Hodžić já ter estado na aldeia algumas vezes e conhecer a família Bačić há mais de vinte anos, desde a época em que trabalhava como jornalista e dirigia documentários. Quando finalmente chegamos, um homem grisalho de uns 60 anos nos aguarda no quintal. Veste bermuda jeans, camiseta branca e Crocs pretos. É Fikret Bačić, que nos faz sinal para estacionar o carro à sombra e depois nos convida para sentar à mesa no alpendre. Pergunta se queremos café, pega uma garrafa de cerveja, que vai bebendo ao longo da conversa. Seus modos são calmos, contidos.

"Acompanhei todas as audiências do julgamento dos onze acusados durante dez anos", conta Fikret. "Eu disse ao promotor: 'Não me importa se eles serão condenados nem quantos anos ficarão na prisão. Só quero que digam onde está a vala comum em que foram enterrados meus filhos, minha mulher, minha mãe, minha família.' Cinco dos acusados foram condenados com penas entre 5 e 20 anos de prisão. Seis foram absolvidos. Os promotores apelaram da sentença, mas o Tribunal da Bósnia confirmou o veredicto, alegando não haver provas suficientes. Um dos argumentos usados foi que Zijad, o sobrinho de Fikret, não vira a bala saindo do cano da arma de um dos acusados."

Durante o julgamento, na sala de espera antes de começar a audiência, Fikret tinha de se sentar lado a lado com os homens que mataram a sua família. "Eles viravam a cara quando eu os encarava. Havia alguns no grupo que eu sabia que não tinham participado do massacre, e esses eu cumprimentava. Alguns vinham até a minha casa ou a minha loja pedir que os ajudasse e dissesse que não eram culpados. Eu dizia que não podia ajudá-los, mas que, se fossem ao promotor revelar onde os corpos estão enterrados, o juiz levaria isso em conta. Mas eles nunca foram." A cada vez que Hodžić traduz para o inglês uma de suas respostas às minhas perguntas, Fikret toma um gole da cerveja, baixa o olhar ou mira o vazio. Os seus olhos, de um azul límpido, são difíceis de decifrar.

O que mais revolta Fikret é o silêncio dos vizinhos sérvio-bósnios que sabem onde os corpos foram enterrados. A maioria tem medo de falar e ser acusada do crime ou sofrer represálias

das autoridades da República Srpska. "Há uns dois anos, durante o julgamento, um sérvio que eu tinha ajudado antes da guerra começou a aparecer aqui em casa depois de uma das manhãs. Eu achava estranho. Até que, uma vez, ele disse que tinha algo para me contar e que eu fosse à casa dele às duas da tarde do dia seguinte. Liguei para o promotor, que me aconselhou a não ir, podia ser uma armadilha: eles me filmariam, e o meu depoimento seria desconsiderado no tribunal. Não fui." Oito dias depois, o homem apareceu morto. O crime nunca foi esclarecido. Fikret se sente traído pelo Estado bósnio. "Eles nunca utilizaram a verba que têm para investigar e perguntar a essas pessoas onde foram enterrados os corpos. Fomos nós que oferecemos uma recompensa para quem desse informações, o que levou à descoberta de 'Tomašica.' Avala comum de Tomašica, descoberta em 2013, a 15 minutos de carro de Prijedor, é a maior encontrada na Europa desde a Segunda Guerra."

Fikret voltou a se casar e tem dois filhos gêmeos de 26 anos. "Não creio meus filhos para ter ódio, eles não merecem esse peso." Uma de suas grandes batalhas hoje é a construção de um monumento em homenagem às 102 crianças de todas as etnias assassinadas em 1992. Há vinte anos, ele e ativistas bósnios, sérvio-bósnios e sérvio-croatas ocupam a praça principal de Prijedor no dia 31 de maio, com bracheiras brancas, como os bósnios e croatas foram obrigados a usar durante a guerra, e fazem um círculo de 102 flores em homenagem às crianças assassinadas. "Os soldados sérvios têm dezesseis monumentos na cidade e nós não podemos fazer um para as crianças assassinadas. Estou aqui por orgulho, para que os que cometeram esses crimes se sintam desconfortáveis, porque eles têm de me ver todos os dias, não podendo ignorar que existe alguém que sabe o que fizeram. É isso o que me faz ficar."

Despedimo-nos e seguimos o carro de Djulejman Bačić, irmão de Fikret, por um terreno montanhoso até o local do massacre, a uns 2 km dali. A família construiu um memorial em homenagem aos parentes executados. Um homem mais jovem sai da casa ao lado, aproxima-se, abraça alegremente Hodžić, que se surpreende ao encontrá-lo ali. Abre um sorriso generoso quando somos apresentados. É Zijad Bačić, o menino que sobreviveu ao massacre. Ficamos os quatro parados em volta do livro de mármore com os nomes das catorze mulheres e quinze crianças assassinadas. "Eles podiam ter queimado, destruído tudo, mas para que matar crianças? Nunca vou entender", diz Djulejman, que teve dois filhos também executados. Na nossa

frente, um rebanho de ovelhas se abriga do Sol à sombra das árvores. Ouve-se o som dos passarinhos.

No centro da Bósnia e Herzegovina, na mesma estrada que milhares de refugiados foram forçados a percorrer em 1992, os acordes da canção *Grbavica* levam Refik Hodžić a saltar ligeiramente uma das mãos do volante. Durante a guerra, o Estádio Grbavica ficava na linha de frente, na área controlada pelos sérvios, e foi praticamente destruído durante o conflito. Do outro lado do rio, os moradores que sofriam com o cerco a Sarajevo conseguiram ver o estádio ao longe.

"Meu filho já comprou os nossos ingressos para o jogo do Željo, na arquibancada da ala Sul, onde ficam os torcedores mais fiéis", avisa Hodžić, eufórico. Željo é a abreviação do clube de futebol FK Željezničar de Sarajevo, cujos torcedores podem ser comparados aos da Geral do Grêmio, de tanto que vibram e sofrem pelo time. "Você vai me ver enlouquecer, cantar como se fosse o último momento da minha vida. Não serei só eu, serão quase 12 mil pessoas em todo o estádio", garante.

Grbavica continua a soar no carro, enquanto Hodžić desvia dos automóveis que saem de um dos shoppings mais movimentados do país, em Vitez, no caminho para Sarajevo. "Eu fico sem ar quando ouço esta música", ele confessa, e traduz para o inglês a letra, que diz: "Vejo você ao longe, do outro lado do rio, não sei quando, mas vou voltar. Vou dar a minha vida, mas não vou desistir porque você é a minha vida. Lutarei por você até a morte." Hodžić comenta: "Você tem que entender que é muito mais do que uma canção sobre um time de futebol ou um estádio. Fala de voltar para casa, é uma canção de refugiado. É uma sensação horrível ser um refugiado." E ali, na estrada entre Prijedor e Sarajevo, mais de trinta anos depois de ter saído de seu país, Hodžić começou a chorar.

"Voltei para a Bósnia duas semanas depois dos Acordos de Paz de Dayton, em dezembro de 1995. Foi um dos períodos mais poderosos da minha vida. Você promete que vai voltar para a sua casa não importa como, e a vida passa a ter um propósito fortíssimo", conta ele. "Não podíamos ir para a minha cidade, que ainda estava sendo governada por responsáveis pela limpeza étnica. Trouxe a minha mulher e a minha filha Azra, que ainda não tinha 2 anos. Vivíamos em condições precárias em Sanski Most, perto de Prijedor, onde nasci. Ainda havia casas ardendo. Ninguém entendia por que eu tinha deixado a Nova Zelândia, onde estava morando desde 1991, e decidira voltar. Eu sonhava ser jornalista esportivo,

piáu é aqui

PARA ASSINAR
revistapiau.com.br/assine
whatsapp e sac: (11) 3584 8200
segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC (ATENDIMENTO AO CLIENTE)
site: minhaabril.com.br
atendimento: piau@abril.com.br
whatsapp e sac: (11) 3584 8200
renovação: 0800 775 2112
segunda a sexta, 9h às 17h30

EDIÇÕES ANTERIORES
colecione@revistapiau.com.br

ESCREVA PARA A PIAÚ
redacaoapiu@revistapiau.com.br

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiau.com.br

BANCA PIAÚ, 24 HORAS
temos todas as edições da revista
av. ataulo de paiva, 1273
rio de janeiro, rj
(21) 99358-3339

EDITORIA ALVINEGRA
rua aníbal de mendonça, 151, 2º andar
22410-050, rio de janeiro, rj
(21) 3511 7400
rua dr. virgílio de carvalho pinto, 445 / 1º andar
05415-030, são paulo, sp
(11) 97410 3500 / (11) 3061 2122

site do piáu, com conteúdo extra
revistapiau.com.br
pr quem tem um clique a mais



mas em 1996 só havia dois grandes temas: os desaparecidos e assegurar que os criminosos de guerra fossem julgados. E foi esse caminho que eu segui.”

Em maio de 1991, aos 18 anos, Hodžić e a mãe foram para a Nova Zelândia, onde o pai estava trabalhando. Um mês depois, a guerra começou na Croácia. Três meses depois, o jovem recebeu o telefonema de um tio, avisando que havia sido convocado para servir o Exército da Iugoslávia, controlado pelos sérvios. O pai não o deixou voltar. Em abril de 1992, quando a guerra na Bósnia começou, as notícias da limpeza étnica não chegaram logo à Nova Zelândia. “Lembro de ficarmos ao lado do telefone à espera de alguma novidade. Quando começaram a chegar histórias de desaparecimentos e execuções, tínhamos dificuldade em acreditar. Não era possível que houvesse um campo de concentração na Bósnia, em plena Europa, depois da Segunda Guerra Mundial. Não era possível que vizinhos que viveram a vida juntos estivessem se matando”, conta. “Lembro de telefonar para cada um dos meus melhores amigos, que era de origem sérvia, e a mãe dele me responder friamente. Ela chegou a me dizer que um amigo nosso, muçulmano, estava preso em um campo de concentração e que ele merecia isso, porque era um *mujahid*, um combatente do Islã. Aquilo não fazia qualquer sentido. Nenhum era religioso. Fiquei perplexo com as palavras dela.”

A família vendeu tudo o que tinha na Nova Zelândia para levar para o país quase trinta parentes que haviam escapado de Prijedor, inclusive a namorada

de Hodžić, que se tornaria a sua primeira mulher e a mãe de seus dois filhos mais velhos. “Não tenho medo de nada desde que eu veja as luzes de Sarajevo”, diz a letra de outra canção que ouvimos no rádio quando nos aproximamos da capital da Bósnia e Herzegovina.

“**S**arajevo está cada dia mais saudável”, afirma Tarik, de 25 anos, filho de Hodžić, ao me guiar pelas ruas vibrantes de Baščaršija, o Centro histórico de Sarajevo, lotado de turistas. A capital da Bósnia é conhecida como a Jerusalém da Europa. Caminho de uma mesquita até uma sinagoga em poucos minutos. Alguns metros à frente há uma igreja católica e mais adiante uma cristã ortodoxa, confirmando o caráter tolerante e cosmopolita da cidade. Se há um lugar onde as religiões, as culturas e os impérios se cruzam é aqui. A arquitetura de Sarajevo é uma viagem do Império Otomano ao Império Austro-Húngaro, até que se avistam os prédios da época da Iugoslávia socialista de Josip Tito. O Rio Miljacka separa o Norte e o Sul da cidade, unidos por várias pontes. Em junho de 1914, depois de atravessar uma delas, a Ponte Latina, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, foi assassinado junto com a mulher. Sua morte foi o estopim para a Primeira Guerra Mundial.

Tarik Hodžić nasceu na Nova Zelândia e trabalhava em Auckland, quando resolveu voltar à Bósnia, fazendo o caminho inverso de muitos jovens, que desejam deixar o país. A Bósnia está entre os dez países mais pobres da Eu-

ropa, com mais de 30% dos jovens desempregados. É também uma das nações mais corruptas da Europa Central, segundo a Transparência Internacional: ocupa a 114ª posição em um ranking com 180 países de todo o mundo (o Brasil ocupa o 107º posto). “Minha irmã também voltou para cá. É aqui que me sinto em casa”, diz o jovem formado em ciências políticas, relações internacionais e criminologia, que já trabalhou na ONU, na Universidade de Auckland e para o governo da Nova Zelândia. “Aqui há interações muito humanas que talvez ainda existam no Brasil.”

Chegamos ao apartamento de Tarik para assistir à partida entre Fluminense e Chelsea, pela semifinal da Copa do Mundo de Clubes da Fifa. Na sala, as conversas sobre política entre pai e filho, regadas a cerveja, são tão apaixonadas quanto as relacionadas ao futebol. O nacionalismo, tanto dos sérvios-bósnios como dos bósnios e croatas-bósnios, vem a se exacerbar nos últimos anos. “Os Acordos de Dayton podem ter acabado com a matança, mas a divisão geográfica do país entre três etnias e o sistema político criado são um desastre”, diz o jovem. “A corrupção é gigantesca. A política em todos os níveis é corrosiva e tóxica. Toda vez que debato com meus amigos como mudar o país, eles concordam comigo, mas, na hora de agir, ninguém quer. Dizem que a mudança é impossível”, lamenta Tarik. “Estou decepcionado, confuso, com raiva, sem saber o que posso fazer. Não quero sucumbir ao *status quo* e desistir, mas o poder está sempre nas mãos das mesmas pessoas.”

Se há algo em comum entre a nova geração e a que lutou na guerra dos anos 1990 é o sentimento de traição em relação aos políticos do país. Encontramos Edin Zubčević, escritor, editor e fundador do Jazz Fest Sarajevo, no café embaixo do prédio onde fica a sua editora de livros, a Nomad. Na livraria do outro lado da rua, está à venda o livro que Zubčević acaba de lançar: uma autobiografia, com histórias da época em que ele foi soldado e defendeu a capital durante o cerco a Sarajevo.

Aos 55 anos, o ex-professor de sociologia e filosofia é também uma das vozes mais críticas à classe política de seu país. “Quando vi um tanque parado na porta da minha casa com aquele canhão apontado para prédios onde moravam civis, eu peguei uma arma e fui lutar para defender Sarajevo”, conta Zubčević. “Não lutei por religião, pelo Islã, não ligo a mínima para isso, nem pelo partido. Eu, meus amigos e camaradas lutamos pela república, que era a nossa única chance de futuro, e fomos traídos pelos nossos próprios representantes.”

Para ele, ao fim da guerra, os bósnios assinaram o pior acordo possível. “Perdemos a república. Os sérvios-bósnios, que haviam cometido um genocídio, ficaram com a República Srpska, e nós com a Federação da Bósnia e Herzegovina. O que é a Bósnia hoje? Nós não somos uma federação, não somos uma república, não somos nada”, diz Zubčević. “Eu lutei por uma república para todos. Não pensávamos em separação de etnias, sempre fomos multiétnicos. A nossa identidade era bósnia, independente de sermos muçulmanos, sérvios ou croatas. Nunca me apresentei como muçulmano. Hoje falo que sou bósnio, e as pessoas estranham, porque querem que eu me apresente como *bosnio* de origem muçulmana. Essa separação de etnias foi o resultado dos Acordos de Paz de Dayton, que representou a derrota final. E quem nos derrotou não foram os sérvios-bósnios. Foi Alija Izetbegović, o nosso representante.” Izetbegović (1925-2003) foi um dos signatários dos Acordos de Dayton e integrante do primeiro triunvirato presidencial da Bósnia e Herzegovina.

Zubčević diz que foi tão difícil aceitar a guerra quanto se adaptar à paz. “Um dia, cerca de oito meses depois do fim dos combates, estava escutando um CD do John Zorn e o seu quarteto de jazz judeu e de repente comecei a correr como se tivesse me libertado. O jazz me fez sentir que eu estava livre de novo”, recorda. “Não lutamos contra Gandhi. Das montanhas, eles atraíam em crianças quando elas iam colher maçãs. A música me fez recuperar a sanidade que eu perdi durante o cerco a Sarajevo.” A partir desse dia, ele decidiu dedicar sua vida à música e abriu um bar de jazz. Em 1997, lançou o Jazz Fest Sarajevo. “Cheguei a trazer o John Zorn e o seu quarteto para tocarem numa das edições. O jazz é a expressão da liberdade.”

Na entrada da Prefeitura de Sarajevo, leio a placa escrita em inglês: “Nesse lugar, criminosos sérvios queimaram a biblioteca nacional, e 2 milhões de livros, jornais e documentos desapareceram nas chamas.” Hodžić — que se identifica como bósnio e se recusa a ser rotulado como bósnio ou qualquer outra classificação —, seu filho e eu entramos no edifício mais impressionante de Sarajevo. Construído no século XIX, durante o Império Austro-Húngaro, em estilo neomourisco, o edifício levou 22 anos para ser reconstruído depois da guerra dos anos 1990. Hoje, é o símbolo da resiliência e resistência de uma cidade multicultural e multiétnica, apesar de a população sérvia ter diminuído, e a maioria dos habitantes serem muçulmanos.

Hodžić conta que, no fim do conflito, em 1995, as autoridades sérvio-

bósnias pressionaram os 120 mil sérvios que viviam aqui para que partissem, dizendo que os bósnios iriam se vingar. Hoje, apesar do discurso de ódio dos políticos, todos os dias uns 10 mil sérvios-bósnios saem de suas casas na parte Leste de Sarajevo, que faz parte da República Srpska, para virem trabalhar nessa parte da cidade, na Federação da Bósnia e Herzegovina, onde a maioria dos habitantes é muçulmana. Isso não acontecia há quinze anos. É um fenômeno que tem a ver com o boom econômico de Sarajevo. Os bósnios, por sua vez, agora estão comprando apartamentos na parte Leste, onde vivem os sérvios, porque é mais barato e está a apenas vinte minutos do Centro da cidade. "A dinâmica econômica cria a integração que os políticos querem fazer acreditar que é impossível. Parece a água, que sempre encontra um caminho: você não pode deter o curso dela", diz Hodžić. "Mas os políticos tentam o tempo todo nos desencorajar a ter essas interações", acrescenta Tarik. E Hodžić prossegue: "É preciso entender que o nacionalismo e essa política de divisão são uma arma dos políticos para desviar a atenção de seus esquemas monstruosos de corrupção. Eles usam as empresas estatais e os órgãos do governo em troca de favores e votos. As eleições têm pouquíssima participação. E a maioria dos que costumam votar é formada por pessoas que estão nas mãos desses políticos ou que acreditam nesse discurso de ódio."

Nas ruas e calçadas, procuro algumas das duzentas rosas de Sarajevo — como são chamados os locais onde morteiros caíram durante a guerra, espécie de cicatrizes de concreto espalhadas pela capital. Os estilhaços criaram um padrão parecido ao da flor, e foram pintados de resina vermelha, como se fosse sangue. Na saída do mercado, onde um ataque matou 67 pessoas, um cortejo atrai a atenção de quem passa pela Rua Marechal Tito. São milhares de motociclistas de diferentes etnias, regiões e países, vestindo camisetas brancas com um número e uma frase às costas: "8 372, não esqueçam Srebrenica."

A caravana se dirige para a cidade de Srebrenica, na véspera da cerimônia que marcará os trinta anos da execução de 8 372 homens e meninos bósnios pelos sérvios-bósnios. Seguimos em direção ao Sniper Alley, como é conhecido o entroncamento de duas avenidas onde pedestres eram mortos por franco-atiradores sérvios-bósnios, enfileirados nas montanhas que cercam a cidade. (A Itália investiga atualmente alegações de que turistas italianos pagaram para participar de "safaris de atiradores" no Sniper Alley

durante a guerra, a fim de matar civis indefesos, inclusive crianças.)

Um centro comercial ocupa agora uma das esquinas, quase ao lado do Parlamento. Chegamos ao Museu Nacional da Bósnia e Herzegovina, que abriga a *Hagada de Sarajevo*, um precioso pergaminho medieval do judaísmo. Atrás do museu, uma escultura traduz o senso de humor bósnio sobre o modo como foram tratados pela comunidade internacional: a réplica gigante de uma lata de reação militar com validade vencida, como as que foram jogadas pelos americanos para aliviar a fome dos moradores da cidade durante o cerco de Sarajevo.

De volta ao carro, Hodžić, coloca mais uma canção do gênero *sevdah*. "Božo Vrećo é um cantor sérvio-bósnio que se transformou num guardião da música bósnia mais tradicional", explica. "A voz dele parece divina, celestial. Ele é de Foča, cidade conhecida pelos estupros em massa de muçulmanas cometidos pelos sérvios. No início, se identificava como gay, hoje diz que é transgênero, mas transcende qualquer gênero. Para mim, Vrećo capta a Bósnia de hoje, a sua beleza, contradição, loucura e tudo o mais. A única coisa que une nacionalistas de todas as etnias é o ódio à comunidade LGBT, e Vrećo, um superastro, parece querer dizer: 'Se eu posso ser quem sou, tudo pode acontecer.'"

O ator, escritor, ativista, piloto e paraquedista Feda Štikan, de 51 anos, é também a personificação de que tudo pode acontecer na Bósnia e Herzegovina. Ele atuou em produções internacionais como *Na terra de amor e ódio* (2011), filme dirigido pela atriz Angelina Jolie, e *Um dia perfeito* (2015), estrelado por Benicio Del Toro. Foi Brad Pitt, então marido de Jolie, quem sugeriu que Štikan escrevesse a própria biografia. *Blank* (Em branco) já vendeu 73 mil cópias desde que foi lançada, virou peça de teatro e ganhou traduções para o inglês, francês, italiano e alemão. "É um fenômeno cultural", avisa Hodžić, ao me apresentar ao ator, na casa de amigos comuns dos dois.

Blank tem um ritmo alucinante, como numa torrente. Štikan escreve sobre quando foi soldado nas forças especiais do Exército bósnio e fingiu (convencendo todos) que estava insano, indo parar num manicômio, onde foi tratado como se fosse louco ainda durante a guerra. Em tempos de paz, tornou-se dependente de heroína, sem-teto na Alemanha e depois alcoólatra. Acabou estudando artes cênicas em Sarajevo e transformou-se em um dos atores mais conhecidos e populares dos Balcãs. No livro, Štikan protesta contra os políticos bósnios, assim como condena o autoritarismo do atual governo da vizinha Sérvia.

"Estou proibido de entrar na Sérvia. No início do ano me barraram no aeroporto de Belgrado, quando eu estava chegando para participar de um festival literário", diz ele, pausadamente, durante o jantar, em que bebe apenas água. "Consideramos que sou uma ameaça à segurança nacional. Tudo começou com o livro. Como o governo de lá controla toda a imprensa, os tabloides me acusam de ser terrorista. Quanto mais me perseguem, mais livros eu vendo." Filho de mãe sérvio-bósnia e de pai bósnio, Štikan atribui o sucesso do livro, que levou nove anos para escrever, à sua honestidade, que não poupa nacionalistas sérvios, nem croatas nem bósnios. "Sou excepcionalmente honesto, o que não é muito comum. Falo tão mal de mim e do que me aconteceu que é como se me desse credibilidade para falar de todo o resto. Escrevi sem tentar me proteger."

Em uma pizzaria perto do Rio Miljacka, encontro a poeta Ferida Duraković, de 68 anos, uma das mais prestigiadas do país, autora de mais de 25 livros e traduzida em trinta idiomas. Ela também sobreviveu ao cerco a Sarajevo. "Eu me considerava uma jovem intelectual europeia, uma poeta, uma pessoa bem-educada, uma muçulmana, me sentia ofendida quando era tratada como se fosse de uma tribo selvagem cercada de arame farpado para que nós nos matássemos uns aos outros", diz Duraković. "Em 1992, de repente, o mundo descobriu que havia muçulmanos brancos, como nós, no coração da Europa. Lembro de uma ex-assessora de Bill Clinton contar que, durante a campanha para presidente, ele um dia perguntou se alguém sabia algo sobre os bósnios. Ninguém sabia."

Nos anos de guerra, Duraković era diretora do Pen Clube e chegou a sair de Sarajevo duas vezes durante o cerco à capital, escoltada pela ONU. A primeira saída foi traumática. "Lembro que, quando me levaram para jantar num restaurante, fiquei com raiva ao ver que as pessoas deixavam comida no prato. Nós não tínhamos o que comer durante o cerco. Uma gota de óleo custavam o equivalente a 50 euros [cerca de 300 reais]. Um quilo de açúcar, 30 euros [quase 200 reais]. Enquanto isso, eles estavam jogando comida fora."

Ela passou três dias em Praga para uma reunião do Pen Clube. "Estava num quarto grande com água quente, algo que não tínhamos mais em Sarajevo, e não me sentia confortável. Tinha deixado meus pais. Nossa casa tinha sido bombardeada. O meu cunhado tinha morrido na guerra. Mas eu não via a hora de voltar", lembra. "Durante os três anos e meio de guerra,

VENDA - COMPRA - TROCA

Fifo discos

LP, CD E K7

NOVOS E USADOS

MPB - SAMBA - JAZZ - ROCK - REGGAE

RUA 14 DE DEZEMBRO, 292, CAMPINAS-SP

@FIFODISCOS

FIFODISCOS@GMAIL.COM

ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO

JOIAS E ARTESANATO DO PARÁ

MUSEU DE CIÊNCIAS E CASA DO ARTESÃO

Prof. Anderson - 011 - 3400 Jureki

(pelo 0800-0110000 São José, Belém - PA)

espaçosaojoseliberto.blogspot.com.br

Fone: (91) 3344.3507

Pindorama
JARDINAGEM & PAISAGISMO



FRANCISCO DI SALVATORE

(11) 99380 9207

@pindoramajardinagem

POLESTINA LIVRO
CRISTIANOS UNIDOS PELA FIM DA OCUPEÇÃO.

CAMISETA COLETIVO NÁNDALA

+DE 190
CARTUNISTAS

Nomes como Cynthia B. Daniel, Lafayette, Leerte, Adão, Ruy, Fábio Zimbardo e Patrícia Longoria se uniram para apoiar a Palestina.

Elaboração de Nandala Dine. www.elcaborit.com



nós tínhamos fome de cultura, queríamos viver, ter uma vida normal, ler, ir ao teatro, a concertos. Susan Sontag veio nos visitar quando estávamos sitiados, e eu pedi que me trouxesse livros." Sontag conseguiu uma bolsa de três meses para a poeta nos Estados Unidos na época do cerco. "Ela me disse que eu ia enlouquecer se ficasse aqui." Duraković não aguentou a estadia longe de seu país, e voltou um mês antes de a bolsa acabar.

Trinta anos depois dos Acordos de Dayton, pergunto a ela que poema gostaria de escrever. "Seria apenas uma frase: 'Estou muito decepcionada com a humanidade'", responde. "Eu era muito ingênua. Achava que numa guerra soldados matavam soldados. Mas não. São os civis que morrem o tempo todo. Olha estes drones na Palestina: alguém aperta um botão e destrói uma casa com uma família dentro. É horrível. Mulheres, bebês, grávidas, pessoas idosas, doentes, todos são vítimas da política de alguém. Não há guerra justa ou por uma boa causa. Não há nenhuma guerra que valha a morte de uma criança."

Inconformado com o engarrafamento, Hodžić exclama: "Não vamos conseguir chegar a tempo." Estamos a menos de 7 km da cidade de Srebrenica, onde todos os anos, no dia 11 de julho, o país lembra as vítimas do genocídio perpetrado pelos sérvio-bósnios e paramilitares sérvios. "Vamos perder a cerimônia", reclama Hodžić, enquanto no rádio começam os primeiros discursos oficiais do dia.

No Cemitério de Srebrenica serão enterradas as vítimas cujos restos mortais foram identificados ao longo do ano. A cerimônia se repete todo ano, e dessa vez serão apenas sete vítimas. À medida que o tempo passa, fica mais difícil encontrar ossos e novas valas comuns. Como os sérvios enterraram e desenterraram sucessivas vezes os corpos para apagar os indícios dos crimes, os ossos de uma mesma pessoa estão espalhados por diversos lugares. O caso mais extremo foi o de uma vítima cujos restos mortais foram encontrados em cinco valas diferentes. Os dois ossos do filho de Munira Subasić, presidente da Associação das Mães de Srebrenica e Žepa, foram achados em duas valas que ficavam a 25 km de distância uma da outra. Hodžić me convence a desistir. "Voltaremos no domingo", ele sugere. "Nunca vi tanta gente." Na comemoração de 11 de julho estiveram em Srebrenica 150 mil pessoas.

Voltamos para Sarajevo ouvindo no rádio os discursos burocráticos das autoridades, até que Munira Subasić sobe ao palanque para falar. "Enquanto estou aqui, muitas mães na Ucrânia e na Palestina estão vivendo o mesmo que passamos em 1995. Ninguém tem o direito de matar o filho de alguém, de estuprar a filha de alguém, de matar a mãe de alguém", ela afirma. "Ninguém pode devolver nossas crianças, mas, se os nossos filhos tinham nomes e sobrenomes, os criminosos também têm. Cinco mil e quinhentas crianças ficaram sem um dos pais em Srebrenica. Elas viram seus pais serem

assassinados, suas mães serem estupradas. [...] Muitas não têm nenhuma foto dos pais e se perguntam se são parecidas com eles. Os assassinos mataram os nossos filhos e as memórias deles também. E eles mataram nossos filhos sob a bandeira das Nações Unidas e com o mundo inteiro assistindo. O mundo deveria ter vergonha. O mundo e a Europa não aprenderam nada. No século XXI, em vez de justiça, estamos vendo o fascismo. Está na hora de parar de falar e fazer algo, está na hora de a Europa acordar." A mãe de Srebrenica faz o discurso mais contundente das comemorações e é uma das poucas a falar do que aconteceu na Palestina hoje.

"Você acredita que Munira ainda preparou 5 mil tortas para serem servidas na cerimônia em Srebrenica, antes de ir para a ONU no início da semana?", conta Duška Jurišić, vice-ministra de Direitos Humanos e Refugiados da Bósnia e Herzegovina, quando nos encontramos para almoçar em Sarajevo. "Você tem que conhecê-la. Ela é impressionante, vou ligar para ela." Jurišić é bósnia de origem sérvia e seu marido, que morreu recentemente, era de origem muçulmana. Quando a conheci, em 1994, nos Estados Unidos, ela era jornalista e conseguia escapar do cerco de Sarajevo por meio de um túnel secreto subterrâneo de 800 metros, bem abaixo do aeroporto da capital. Passamos dois meses juntos num curso para jornalistas estrangeiros na rede de tvé CNN, em Atlanta. Assim que acabou a sua temporada na CNN, ela voltou para enfrentar mais dezesseis meses de guerra. Não nos víamos havia 31 anos.

Ela me conta que, na área dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, um dos grandes problemas é a falta de indenizações às vítimas de crimes de guerra. "Seguimos a orientação da ONU e tentamos começar com as vítimas de estupro: pedir desculpas, garantir cuidados de saúde e dar cerca de 15 mil euros [quase 100 mil reais] a cada uma. Para isso, precisávamos dos votos dos sérvio-bósnios, croata-bósnios e bósníacos. Os políticos de origem sérvia votaram contra." A vice-ministra sabe que é vista com desconfiança por muitos sérvio-bósnios e por muitos bósníacos. Mas o principal obstáculo para a reconciliação, segundo ela, é a negação dos crimes. "Enquanto as lideranças políticas da Sérvia e dos sérvio-bósnios da República Srpska negarem os massacres e o genocídio em Srebrenica, não será possível alcançar a reconciliação. O genocídio é reconhecido internacionalmente. Não é aceitável negá-lo trinta anos depois e glorificar os criminosos de guerra condenados por tribunais internacionais."

O genocídio de Srebrenica, no Leste da Bósnia, aconteceu quatro meses antes do fim da guerra. No dia 11 de julho de 1995, as forças militares dos sérvio-bósnios, comandadas pelo general Ratko Mladić, ocuparam a cidade, que era uma área de segurança, protegida pelo batalhão holandês da Força de Proteção da ONU. Além de 5 mil bósnios que estavam abrigados no quartel-general dos holandeses, 20 mil mulheres, crianças e homens muçulmanos também tentaram se proteger na base militar, montada em uma antiga fábrica de baterias de Potočari, um distrito da cidade, a 8 km do Centro.

Mladić fez uma exigência, atendida pelo batalhão holandês sem nenhuma resistência: entregaram todos os homens muçulmanos com uma lista dos respectivos nomes. Eles foram então transportados para diferentes lugares e massacrados. Mladić exigiu ainda que mulheres, crianças e idosos fossem levados para regiões controladas pelo Exército bósnio. Entre 10 e 15 mil homens tentaram fugir pela floresta, onde os sérvio-bósnios armaram emboscadas, vestidos com uniformes de soldados da ONU. Durante dias, eles bombardearam vários trechos da mata. Pais exaustos, com frio, fome e medo gritavam para que seus filhos se rendessem.

Acabaram todos executados. Apenas 3,5 mil homens e jovens chegaram a salvo em Tuzla, cidade controlada pelo exército. A maioria dos 8 372 meninos e homens bósníacos foram executados pelos sérvio-bósnios no período de 13 a 16 de julho. Apesar de o alvo serem os homens, entre as vítimas encontradas nas valas comuns também havia mulheres e bebês.

A queda de Srebrenica é um dos episódios mais terríveis da Guerra da Bósnia e um dos maiores fracassos da história da ONU. Até hoje, muitos bósnios acreditam na versão registrada em jornais e livros de que o representante bósníaco, Alija Izetbegović, aquele que se tornaria o primeiro presidente do país, havia negociado antes com os americanos para que, no pós-guerra, Srebrenica ficasse com os sérvio-bósnios, em troca da garantia de que os arredores de Sarajevo fossem controlados por bósníacos e croatas. Mas Izetbegović não anteviu o genocídio, e todos os envolvidos nas negociações de paz sempre negaram a existência desse acordo prévio.

Encontro finalmente Munira Subasić na sede da Associação das Mães de Srebrenica, dois dias depois das cerimônias que marcaram os trinta anos do genocídio. "Meu filho era grande, tinha 2 metros de altura, e eu enterei uns ossinhos dele", diz ela. "Pelo menos tive ossos para enterrar. O que faz uma mãe quando não encontra nem

um osso do próprio filho para enterar? É como se ele nunca tivesse existido. Isso não é uma injustiça?" O filho de 17 anos, o marido e mais 22 parentes de Subašić foram executados. "Em Srebrenica, eles nos mataram, mudaram as valas comuns de lugar, nos estupraram, saquearam nossas casas, nos deportaram, e o prêmio foi ter Srebrenica no território deles", ela diz. "Praticamente metade do país está nas mãos de quem cometeu crimes, cometeu genocídio. Ficaram com as partes mais lindas da Bósnia. Essa é uma grande injustiça."

Srebrenica não é exceção. Todos os lugares por que passei onde ocorreram massacres ou foram instalados campos de concentração estão localizados dentro do território da República Srpska, a entidade política da Bósnia e Herzegovina governada pelos sérvio-bósnios, responsáveis pelos crimes. "Os muçulmanos tinham sido expulsos das suas casas e cidades, então todas estas áreas eram dominadas pelos sérvio-bósnios no fim da guerra", explica Hodžić. "O acordo de paz levou em consideração as conquistas militares de cada lado."

Subašić compara o que aconteceu na Bósnia ao que acontece hoje na Faixa de Gaza. "Não se comete um genocídio sem planejamento. Nós vivíamos todos juntos antes da guerra. Os sérvio-bósnios disseram para todo mundo ouvir que tinham voltado para acabar o trabalho. Nós fomos abandonados. Eles queriam construir a Grande Sérvia. Os croatas queriam a Grande Croácia. E a Bósnia seria varrida do mapa. A mesma coisa acontece com a Palestina", diz. "Eles não podem nos matar a todos, não podem fazer uma limpeza étnica total. Mesmo que destruam a grama, as raízes brotam novamente. De certa maneira voltar é defender a sua casa. Se você for embora, eles vencem."

Em 2024, a ONU instituiu o 11 de julho como o Dia Internacional de Reflexão e Memória do Genocídio de Srebrenica. O Brasil se absteve de votar na eleição que fixou a data, que as mães das vítimas consideram uma vitória importante, principalmente agora que as autoridades da Sérvia e os líderes sérvio-bósnios negam que houve um genocídio. "Temos uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas e duas no Parlamento Europeu. Nós processamos a ONU e o governo da Holanda. Ganhamos os dois processos. As Nações Unidas só podem ser julgadas moralmente, mas o governo holandês foi indiciado criminalmente. Vamos construir agora um muro da vergonha e colocar os nomes de todas as pessoas que apoiaram ou apoiaram a negação do genocídio, incluindo líderes mundiais como

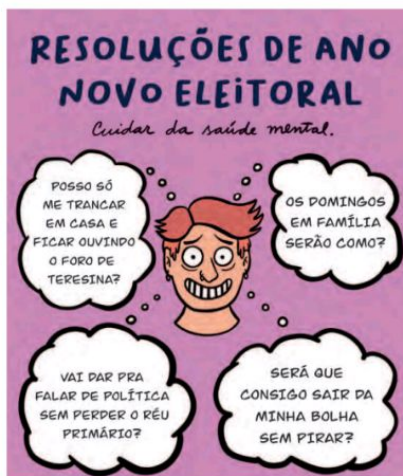
o John Major [ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha], que dizia que a Europa estava numa cruzada cristã", diz Subašić. "Todos os dias, vamos acrescentar um nome, para que as famílias desses negacionistas tenham vergonha e não se orgulhem de seus parentes, ainda que sejam considerados grandes políticos."

Pelas contas de Subašić, 2 280 vítimas ainda não foram encontradas. Ela lamenta que com mais da associação já tenham morrido sem localizarem os restos mortais de seus filhos. Só em 2022, passados 27 anos do genocídio, o governo da Holanda pediu desculpas aos sobreviventes, reconhecendo a responsabilidade de seus soldados. Numa das paredes da base de Potočari, um soldado holandês das Forças de Proteção da ONU escreveu sua opinião sobre aqueles que deveria proteger: "Sem dentes... Com bigode...? Fede à merda...? Garoto bósnial!"

Subašić conta que, quando Bill Clinton foi à inauguração do memorial em Srebrenica em 2003, ela perguntou ao então presidente americano: "Por que você não evitou o genocídio em 1995? Você é poderoso, poderia ter salvado as nossas crianças, os nossos filhos poderiam estar aqui hoje." Ela recorda que Clinton começou a chorar. "Mas eu disse: 'Não precisamos das suas lágrimas nem da sua tristeza, precisamos apenas da verdade.'"

É a primeira vez que Hodžić ouviu Subašić contar a conversa que teve com Clinton. "A relevância da Bósnia é que há trinta anos a consciência mundial se indignou contra a injustiça, e os líderes foram obrigados a reagir", acredita Hodžić. "Eles deixaram que o pior acontecesse, demoraram, mas foram forçados a ter empatia e agir. As guerras são sempre esquecidas. O que a Bósnia representou não existe mais. Hoje vemos nas redes sociais o que acontece em Gaza, e nada muda."

"A senhora sonha com o seu filho?", perguntou a Subašić, enquanto outra mãe de Srebrenica passa roupas no chão, e uma terceira, anda de pijama, atende telefonemas. Ela me olha fixamente e, pela primeira vez desde o início da nossa conversa, abandona o discurso político. A expressão de seu rosto suaviza. Hodžić também muda o tom de voz, fala mais baixo, ao traduzir para o inglês a resposta da mãe-símbolo da cidade onde ocorreu o maior genocídio na Europa depois do Holocausto. Subašić diz: "Meu filho sempre aparece nos meus sonhos como um menino, não como um rapaz já crescido. Nos meus sonhos, estamos juntos e, de repente, ele se perde. Eu o procuro, mas não encontro. E continuo a procurar, como se ele estivesse me dizendo: 'Não desista de mim.'"



"Todas as vidas foram perdidas em vão. Estamos na mão dessa enorme máfia de ignorantes violentos, intolerantes, fascistas, nacionalistas. As pessoas que estiveram e estão no poder tinham obrigação de ter criado uma sociedade integrada entre sérvios, croatas e bósnios", desabafa Orhan Huremagić, de 23 anos, antes de suas palavras serem abafadas pela cantoria e pelos gritos dos torcedores do FK Željezničar Sarajevo, ou simplesmente Željo.

Hodžić, seu filho Tarik e eu encontramos Huremagić no bar próximo ao Estádio de Grbavica, em Sarajevo, algumas horas antes do jogo contra o FC Koper da Eslovênia. O clima é de euforia. Uma das músicas que os torcedores cantam é em homenagem ao chefe de torcida que morreu durante a guerra. "Sou muçulmano, nasci e cresci em tempos de paz, fui criado entendendo que a minha identidade engloba a herança comum de sérvios, croatas e bósnios", diz Huremagić. "Nunca vi uma instituição que represente muçulmanos que tenha abraçado essa nossa identidade. Lamento que os jovens bósnios se identifiquem apenas com o papel de vítima e tenho pena dos jovens sérvio-bósnios que não aprendem nada sobre os massacres e o genocídio."

Vamos em direção à ala Sul do estádio, ocupada pelos torcedores mais fanáticos. O azul e o branco, as cores do Željo, cobrem as arquibancadas. Em cima de cada cadeira, encontramos papéis nas cores azul ou verde, que ao serem desdobrados

parecem uma folha de cartolina. Hodžić explica que receberemos instruções do que fazer com eles durante o jogo. O estádio foi reconstruído depois da guerra com dinheiro da prefeitura e dos próprios torcedores. O espetáculo nas arquibancadas ultrapassa o de um jogo de futebol. No início, mais de 15 mil pessoas cantam em uníssono *Grbavica*, a música que fez Hodžić chorar durante nossa viagem de carro a caminho de Sarajevo. Um animador passa as instruções com um megafone, pedindo para que todos cantem e agitem os papéis coloridos, formando uma coreografia no ar.

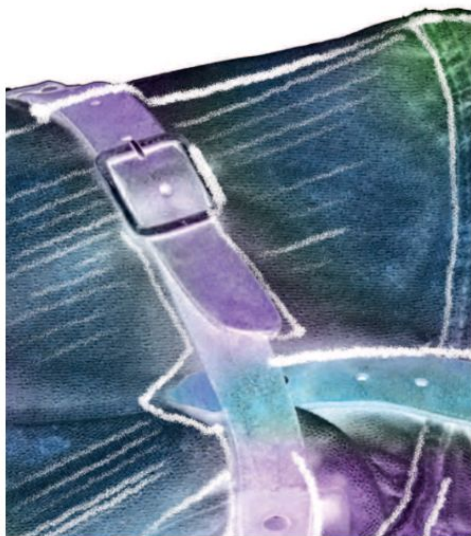
Durante os primeiros 15 minutos de jogo, mal se consegue ver o gol do adversário, tamanha a azáfama de faixas, bandeiras, músicas e palmas. Hodžić e Tarik sofrem a cada lance perdido. De vez em quando gritam: "Joãoáááá!" Eles se referem a João Erick, o brasileiro que joga pelo Željo. Aos 44 minutos do segundo tempo, com a derrota já batendo à porta, a torcida do Željo explode: sai o gol de empate, comemorado como se fosse de vitória.

Hodžić, Tarik e Huremagić já não estão mais sentados: correm no alto da arquibancada como se estivessem competindo os 100 metros rasos. "A Bósnia é como esse jogo. Não perdemos, não vencemos, estamos sempre no empate, mas não deixamos de lutar por esta alegria que é viver", resume Hodžić, enquanto nos juntamos à multidão que sai calmamente do estádio, seguindo pelas ruas do bairro que, há 33 anos, foi um campo de batalha. ☺

O GRANDE FMI UNIVERSITÁRIO

Como o colonialismo domina os estudos decoloniais

VLADIMIR SAFATLE



Instrumento colonial: o capitalismo cria a ilusão de que vivemos em espaços múltiplos

Eu devia ter entregado este texto há um ano. Quando propus à **plaiu** escrever sobre a natureza colonial dos estudos decoloniais, me pareceu que eu já estava em condições de elaborar mais claramente minha crítica a essa corrente de pensamento que se impôs com tanta força no mundo universitário e cultural. A ideia era descrever o paradoxo de um movimento teórico que insiste em dizer que o processo de decolonização ainda não terminou, ao mesmo tempo que estabelece um novo paradigma crítico que repete dinâmicas do próprio colonialismo e da hegemonia cultural exercida pelos países centrais, sobretudo pelos Estados Unidos.

É a partir principalmente de universidades americanas que professores expatriados pretendem definir para o resto do mundo qual programa seguir e que conceitos usar para fazer avançar a decolonização de nós mesmos. Fazem isso sem se preocupar, muitas vezes, com as tradições de pensamento crítico dos próprios países que dizem querer decolonizar. Como se existisse um só programa a ser aplicado em todos os lugares, com só um tipo de autores, de cânone e de formas de representatividade. Algo como um grande FMI universitário. Da mesma maneira que o FMI interveem em toda e qualquer crise econômica aplicando o mesmo receituário, normalmente errado, a crítica decolonial oferece, para toda e qualquer realidade social, um mesmo programa de estudos. Faz isso repetindo as limita-

ções e problemas políticos próprios à academia anglo-saxã.

Levar adiante essa discussão seria um modo de convidar acadêmicos e a opinião pública a pensar sobre as ambiguidades em jogo na pesquisa em ciências humanas. Ou seja, pensar como dinâmicas que se querem críticas e libertadoras também precisam passar pelo crivo da crítica. No caso do pensamento decolonial, seria ainda uma forma de pensar a maneira como construímos pautas políticas e como a universidade pode influenciar o vocabulário das lutas sociais.

Desenvolvidos nas salas de aula das universidades, os estudos decoloniais reconstruíram nos últimos anos a sensibilidade política e cultural em vários níveis. Sua influência atinge desde os movimentos sociais até as instituições culturais, como museus e galerias de arte e suas novas curadorias sensíveis aos silenciamentos produzidos pelo cânone ocidental, sem falar na influência exercida em discursos políticos, debates literários, desfiles de escolas de samba e até revistas de moda.

Entretanto, todas as vezes que eu procurava fechar o texto planejado, aparecia mais um discurso reacionário criticando a "cultura woke", o "identitarismo", a "cultura do cancelamento", o "assassinato de reputações". Até chegar o momento em que governos de extrema direita voltaram nas baterias contra as próprias universidades, colocando justamente os estudos decoloniais na sua linha de tiro. Assim, um dia acordamos com Donald Trump a cortar verbas de

universidades como Columbia, Harvard e Berkeley, por supostamente darem guarida a alunos hostis aos "valores americanos". Isso, quando os tiros não vinham de pessoas do próprio campo progressista, em um tom de superioridade intelectual que as levava a tratar todos os adeptos dos estudos decoloniais como adolescentes que ainda não tinham descoberto a verdade redentora da luta de classes.

Sem saber como me situar no mapa atual desses debates equivocados, eu acabava por adiar indefinidamente este texto. Tanto mais que, no campo das esquerdas, a crítica ao "progressista do lado" pode se tornar uma luta aguerrida e muito enfadonha, com acusações de traição, infiltração e profetismo de revoluções fraudulentas. Ser associado a esse mundo de discussões seria realmente triste.

Pouco a pouco, ficou mais claro para mim que a indefinição que me impedia de terminar o texto não era uma idiosincrasia pessoal, mas uma dificuldade objetiva do pensamento crítico atual. São tantos os ataques feitos ao campo progressista que gastar tempo e energia para criticar nós mesmos parece uma estratégia desesperada com o intuito de preservar algum espaço público para si próprio, quando novos autores ameaçam os lugares até então assegurados.

Sei disso tudo. E sei também que afirmar que sei de tudo isso não fará muita diferença. No entanto, às vezes, escrevemos não exatamente para o presente, mas para que as ideias fiquem à deriva, até o mar mudar de rumo. Mesmo porque a chance de sobrevivência

do pensamento crítico está vinculada à sua capacidade de retificação, de partida do que deve ser preservado e do que deve ser abandonado nas estratégias que criamos para intervir no mundo. Em vários casos, nossas intervenções acabam por produzir novos problemas ou silenciar antigas soluções possíveis. Recuperar antigas soluções também é uma forma de fazer o pensamento avançar.

Sou professor de filosofia na Universidade de São Paulo (usp) há mais de vinte anos. Ali, somos mestres em recuar em bloco algo que nem sequer lemos com a devida atenção e menos ainda com generosidade. Nessas horas, lembro de um antigo orientador meu, Bento Prado Júnior, que me dizia: "Pare de ler os autores com luva de boxe." Ele me aconselhava, caso eu quisesse realmente aprender filosofia, a dar cursos sobre os autores dos quais eu discordava. Até porque pensar contra si mesmo sempre foi o movimento mais importante e criador do próprio pensamento. Quando me lembrei de tudo isso, mandei um e-mail à **plaiu**, desculpendo-me pelo atraso e, dias depois, enviei este texto.

As críticas ao colonialismo e à sua forma de moldar sociedades, sujeitos e ideais não é recente. No século xvi, o padre dominicano Bartolomé de las Casas (1474-1566), com seu humanismo "mitigado", ou seja, que buscava o equilíbrio impossível entre o reconhecimento dos saberes autóctones e a obrigação missionária, já alertava para a desumanização dos ameríndios pelo colonialismo espanhol. No



e plurais, quando de fato estamos sujeitos aos mais brutais monopólios. Por isso, uma crítica do colonialismo deveria começar pelo cartão de crédito, controlado por três empresas monopolistas

mesmo século, Michel de Montaigne (1533-92) escreveu sobre o estranhamento que os tupinambás experimentaram ao serem levados à França e descobrirem a pobreza do país, a desigualdade social e seu rei, escolhido para reinar sem ser o mais sábio, o mais forte ou o que quer que fosse.

Montaigne foi o primeiro filósofo ocidental a pensar o contato dos europeus com sociedades ameríndias como uma experiência de descentramento, ou seja, sem entendê-las como formas sociais arcaicas, mas como possibilidades colocadas ao presente. Muito de sua forma de escrever – aquela impressionante forma enaística por ele inventada – deve ser creditada a sua consciência do caráter provisório, parcial e fragmentário daquilo que os europeus entendiam como sua civilização. Foi Montaigne quem refletiu, também pela primeira vez, que os europeus, embora se julgassem no direito de colonizar outros povos por se entenderem na linha de frente do progresso universal, não constituíam senão uma dentre as várias culturas do mundo, às vezes em pior estado que outras. Infelizmente, esse perspectivismo não fez escola.

Foi preciso esperar o século XIX para que a questão colonial passasse a ser entendida como o eixo catastrófico do próprio desenvolvimento do capitalismo. No primeiro volume de *O capital*, Karl Marx descreve uma relação orgânica entre desenvolvimento econômico e destruição colonial, mostrando que o colonialismo é um processo decisivo para a acumulação primitiva que permi-

tirá a consolidação do capitalismo. Sem as pilhagens, as guerras de conquista, a escravidão, o extermínio, simplesmente não haveria capitalismo porque não haveria capital acumulado, não haveria excedente de mão de obra, matéria-prima disponível e barata e, portanto, não teria ocorrido o desenvolvimento dos europeus. Dessa via aberta por Marx, seguiu-se uma longa crítica ao imperialismo e às várias formas de colonialismo.

Lembrar esse campo aberto por Marx é importante porque os estudos decoloniais são apenas um dos regimes possíveis de crítica à colonialidade. É possível fazer a crítica radical do colonialismo sem necessariamente ser decolonial, ou seja, mobilizando outras tradições críticas e outra compreensão dos processos concretos de lutas. É importante lembrar disso porque a crítica ao colonialismo tem, em larga medida, três momentos históricos bem claros, sendo a decolonialidade apenas o último. Antes dela, a crítica foi anticolonial e pós-colonial. E essa não é apenas uma querela de palavras.

O primeiro momento, vinculado justamente ao marxismo, se manifestou sobretudo na luta política anticolonial e anti-imperialista para promover a independência de nações periféricas subjugadas pelos países europeus nos anos 1950 e 1960. Foi quando estouraram enfrentamentos armados na América Latina, na África e na Ásia, dos quais a Revolução Cubana, a Guerra de Independência da Argélia e a Guerra do Vietnã são os exemplos maiores. Figuras como o líder revolucionário vietna-

mita Ho Chi Minh, o psiquiatra e ativista martinicano Frantz Fanon, o político amílcar Cabral, da Guiné-Bissau, o historiador e militante C. L. R. James, de Trinidad e Tobago, entre tantos outros, foram ao mesmo tempo teóricos conscientes do problema colonial e atores diretos das lutas de libertação nacional. Esse momento se beneficiou ainda das discussões anteriores de Rosa Luxemburgo e Lênin sobre imperialismo e acumulação primitiva.

O que caracterizou esses líderes foi seu vínculo bastante forte entre teoria e ação revolucionária. Por isso, a maioria deles não era formada por professores universitários que estavam administrando suas carreiras. Seus textos não se dirigiam ao universo acadêmico, mas a quem estava na linha de frente das lutas.

Um dos casos mais interessantes é o de Frantz Fanon (1925-61). Ele foi recuperado agora por quase todas as discussões sobre decolonialidade, mas Fanon foi um marxista que se envolveu diretamente na luta de libertação da Tunísia (independente a partir de 1956) e da Argélia (a partir de 1962). Seu pensamento e sua prática estão organicamente vinculados às lutas anticoloniais de libertação, com seus princípios de violência revolucionária, de quebra da matriz capitalista de produção e o fim da sujeição colonial, cuja compreensão ele ampliou ao entender a raça como uma prisão psíquica. Sim, tudo isso foi Fanon, mas é apenas o último ponto que vem sendo reapropriado pelos debates atuais, criando uma distorção bastante visível

da sua obra, ao isolá-la do seu todo, ao circunscrevê-la a uma só discussão.

Como marxista, uma de suas contribuições fundamentais foi explicar que não se poderia reduzir a questão do colonialismo à da autodeterminação dos povos e da construção de novos Estados-nação, como se costumava fazer à época. Estas questões vigoraram na influente Conferência de Bandung, de 1955, na qual representantes de 29 países do então chamado Terceiro Mundo se reuniram na Indonésia para discutir a descolonização e uma via alternativa aos blocos soviético e americano. Fanon sabia que a construção de novos Estados autodeterminados levaria – como de fato levou – à instauração de burguesias nacionais, que acabariam se tornando sócias privilegiadas das burguesias dos próprios países coloniais. O real engajamento de Fanon era por uma universalidade pós-nacional, ainda a ser construída, no que ele segue claramente a tradição do marxismo revolucionário internacionalista.

Essa tendência anticolonial cedeu paulatinamente lugar a um segundo momento importante na crítica ao colonialismo. A partir dos anos 1960 encontramos os estudos pós-coloniais e os *subaltern studies* (estudos sobre a subalternidade), criados principalmente por intelectuais indianos expatriados. Em larga medida, esses intelectuais tentam convencer seus pares de que o problema colonial continua mesmo depois das lutas pela libertação nacional e de os países obterem sua independência – daí a ideia de “pensamento pós-colonial”.

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL



Outro tipo de crítica apareceu, pois as discussões agora já não eram endereçadas a quem estava no campo de batalha, mas ao leitor universitário. Seu objetivo principal era problematizar a permanência das estruturas coloniais na produção de conhecimento, nas produções culturais, nas universidades e nos discursos que se querem libertadores. Há algo de acerto de contas de acadêmicos consigo mesmo nessa mudança, o que explica por que o eixo desse pensamento pós-colonial foram os *subaltern studies*. Intelectuais indianos, como Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, tentaram mostrar que seus colegas europeus e americanos não podiam falar em nome daqueles que haviam sido colonizados e colocados como subalternos.

O esforço dos intelectuais dos *subaltern studies* foi mostrar como, no horizonte do pensamento crítico, havia vozes nunca escutadas e perspectivas nunca levadas em conta, mesmo nas lutas de resistência e libertação. Não é estranho que haja uma predominância de indianos nessa insurgência intelectual: as colocações de Marx sobre o pretense estado vegetativo da sociedade indiana antes da invasão britânica não estão exatamente dentre as páginas mais felizes do seu pensamento. Antes, elas explicitam uma incapacidade de problemática de pensar como toda forma social é portadora de experiências de emancipação e justiça. Foi, aliás, como marxistas que muitos daqueles pensadores indianos começaram sua atividade intelectual. Mas logo se insurgiram contra certo dogmatismo marxista que relacionava o

passado pré-colonial dos países periféricos ao feudalismo europeu e encara-va como uma inevitabilidade histórica a sua superação rumo ao capitalismo.

É inegável que elementos novos e importantes foram acrescentados à reflexão sobre o colonialismo pelos *subaltern studies*. Um dos mais impressionantes está em *Orientalismo*, do palestino Edward Said (1935-2003). O objetivo de Said é entender como o colonizador, mobilizando pretensos saberes, discursos e textos literários, constrói um espaço geográfico de dominação chamado “Oriente”. Espaço imaginário que continuou alimentando os discursos oficiais e a imprensa global, tal como foi concebido pelo colonizador, perpetuando assim a sujeição de populações inteiras, mobilizando preconceitos, visões de pretensos arcaísmos e minoridades. Funciona assim até hoje.

Há uma diferença importante entre os estudos pós-coloniais e a etapa posterior, os estudos decoloniais: os primeiros não se colocavam como uma mudança estrutural de paradigma nem exigiam um recomeço geral da crítica colonial, como se tudo o que tivesse sido pensado até então fosse de pouca serventia. A crítica literária indiana Gayatri Spivak, por exemplo, irá perguntar se os subalternos podem falar apoiando-se na filosofia do francês Jacques Derrida. Em vários estudos pós-coloniais, haverá uma singular aliança entre as leituras anglo-saxãs de figuras do pensamento francês contemporâneo e o questionamento de matrizes eurocêntricas.

Edward Said é um caso interessante nesse sentido porque, para ele, a crítica ao colonialismo estava relacionada à

realização concreta de um humanismo futuro, liberado enfim das desumanizações coloniais. Entre os pensadores do *subaltern studies*, Said foi também um dos raros que teve a capacidade de vincular suas reflexões a um horizonte concreto de luta, a do povo palestino, da qual ele participou ativamente. Luta que agora a fúria colonizadora do Estado israelense está levando a desdobramentos que lembram os piores momentos da história mundial do século XX.

Foi como um aprofundamento dos momentos anteriores que os estudos decoloniais apareceram no fim do século passado. Seu eixo geográfico principal não será mais o Sudeste Asiático ou o mundo árabe, como aconteceu com os estudos pós-coloniais, mas a América Latina ou, ao menos, aquela América Latina presente nas universidades anglo-saxãs. Esses estudos formam uma constelação ampla, à qual se associaram vários trabalhos com reflexões autônomas e ricas, como as articulações de grande força com questões de gêneros e estruturas de violência feitas pelas argentinas Rita Segato e María Lugones. Mas aqui interessa apenas o programa de pesquisa desenvolvido pelo grupo central dos estudos decoloniais, que tem a ambição de redefinir as condições atuais para um pensamento crítico latino-americano.

Os pesquisadores desse grupo central, que elaboraram a nova guinada, estão associados principalmente ao coletivo Modernidade/Colonialidade, no qual encontramos nomes como os dos sociólogos Aníbal Quijano (peruano) e Arturo Escobar (colombiano), dos filósofos Enrique Dussel (argentino) e Nelson Maldonado-Torres (porto-riquenho) e do semiólogo Walter D’Mignolo (argentino).

(A ausência de brasileiros pode ser explicada pelo fato de as críticas às dinâmicas coloniais entre nós terem seguido caminhos diferentes. As “ideias fora de lugar”, de Roberto Schwarz, assim como as teorias da dependência cultural de Milton Santos e Celso Furtado, entre outros, são reflexões sobre a permanência da situação colonial a partir da compreensão do capitalismo como sistema-mundo. Elas estão inseridas nos embates pelas tentativas de superação da dependência e nas elaborações de seus impasses. Outras matrizes, como o giro antropológico produzido mais recentemente por Eduardo Viveiros de Castro, assim como o pensamento contracolonial de Antônio Bispo dos Santos ou o questionamento de matrizes epistêmicas feito por Lélia Gonzalez, são problematizações da questão colonial.)

Apesar de formulados sobretudo por intelectuais latino-americanos, os estudos decoloniais representam o primeiro momento de hegemonia anglo-saxã sobre o pensamento crítico e se desenvol-

veram em um momento histórico no qual as lutas de libertação nacional já não ocorrem mais. A última foi a Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979. Algumas revoltas posteriores, como a dos zapatistas no México (1994), são lutas diferentes, de desconexão de territórios. Essa mudança na estrutura concreta das lutas não será sem consequências. Pode-se perguntar se a discussão decolonial não funciona como uma espécie de compensação a essa retração do horizonte de transformações materiais.

Tal como os estudos pós-coloniais, a decolonialidade traz uma reflexão voltada sobretudo para o próprio mundo acadêmico. Defende que uma crítica verdadeira à colonialidade deve entender a própria modernidade como um empreendimento colonial, eurocêntrico e por isso incapaz de produzir coordenadas para um pensamento crítico. Além disso, postula que a verdadeira ação social de transformação consiste em mostrar que a raça é um dispositivo central de sujeição social, e o território é um espaço fundamental para a emancipação – eixos que foram silenciados pelos processos coloniais. Juntas, essas ideias conseguem se impor como uma espécie de novo cânone inquestionável. E então acordamos um dia achando que não poderíamos ser críticos sem sermos inicialmente decoloniais.

Parece que estamos dando passos muito mais radicais do que os anteriores na direção da tarefa de enfim descolonizar a nós mesmos. Mas alguém poderia se perguntar se não haveria algo de colonial nisto tudo, para além do fato de boa parte dos formuladores dessas ideias serem professores que atuam em universidades dos Estados Unidos. Vejamos as coisas mais de perto para analisar a ambiguidade de seus resultados.

Tomemos, por exemplo, a ideia de que a modernidade é um empreendimento eurocêntrico e colonial. Ou seja, que as tradições, hábitos e modos de sujeição ao poder que impulsionam as lutas por emancipação social em solo europeu devem ser colocadas sob suspeita porque silenciam, elas também, a respeito de saberes e práticas presentes em territórios colonizados. Paradoxalmente, o principal resultado dessa concepção é colocar em xeque não apenas as tradições de pensamento crítico da modernidade europeia, mas sobretudo várias tradições intelectuais das próprias nações periféricas, já que muitas delas foram forjadas em grande parte pela integração de ideias que circularam globalmente a partir da Europa.

Essa crítica da modernidade feita pelos estudos decoloniais pode parecer radical. Mas, no fundo, ela tem um traço marcadamente idealista, pois ignora as condições materiais de produção dos sistemas de ideias. É impossível que as sociedades europeias, marcadas por

conflitos sociais e lutas de classe violentas, a ponto de serem sacudidas periodicamente por revoluções e insurreições populares, tenham criado um sistema de ideias monolítico e que não expresse tais divisões e conflitos. Uma sociedade antagonista não pode produzir uma matriz epistêmica não antagonista, a não ser por um passe de mágica.

É conhecida a formulação de Marx e Engels de que as ideias dominantes de uma época representam o horizonte de interesse das classes dominantes dessa mesma época. Mas isso não significa que todas as ideias produzidas em dada época e em dado lugar sejam expressões de um só sistema de interesses, o das classes dominantes. Se quisermos entender uma época, devemos ser capazes de ver como os conflitos na sociedade produzem ideias em conflito e produzem também conflitos pelo sentido de certas ideias com forte potencial normativo, como liberdade, emancipação e autonomia.

Por isso, não faz sentido algum transformar a "modernidade", monoliticamente pensada, em um objeto de crítica. O mais correto seria recordar que lidamos, desde sempre, com modernidades em conflito. Isso nos ajudaria a lembrar que, se as tradições críticas dos países periféricos se serviram de ideias produzidas em solo europeu, como o marxismo da América Latina, o bergsonismo na África e a psicanálise da Índia, entre tantas outras, não foi porque elas estavam simplesmente dando continuidade a alguma forma de sujeição colonial. Antes, estavam à procura de alianças possíveis entre experiências de opressão dispersas em várias localidades geográficas, seja no centro ou na periferia do capitalismo.

Usar os mesmos conceitos para pensar as singularidades dos territórios é uma forma de reconhecer dinâmicas comuns e conexões potenciais. Já a implosão dessa possibilidade de aliança só consegue criar uma tendência essencialista, fascinada pela própria identidade pretensamente reconquistada. Resulta daí uma experiência política que terá problemas em pensar como estamos todos conectados por dinâmicas globais de espoliação produzidas pelo capital (que é o mesmo em todo lugar) e que estamos todos à procura de maneiras de transformar tal conexão de catástrofes em uma força ofensiva comum de luta.

Em contraponto a esse essencialismo, temos intelectuais, como Silvia Rivera Cusicanqui, que, em vez de condenar a modernidade em bloco, fala em "modernidade indígena" para salientar como os processos de modernização foram reconstruídos pelas práticas dos povos originários, abrindo para eles novos espaços de transformação. Pode-se lembrar ainda da reflexão feita por Julieta Paredes Carvajal sobre

o feminismo comunitário a partir das lutas do povo Aymara, entre tantas outras. Que as duas sejam bolivianas não é um acaso, já que a Bolívia foi um dos poucos países que procurou modos de superar a herança colonial criando entidades como o estado plurinacional e o Ministério das Culturas, Descolonização e Despatrilharização.

Por outro lado, há questões que podem ser levantadas a respeito da ideia — tão presente em pensadores como Aníbal Quijano, um dos principais mentores da teoria decolonial — de que a noção de raça foi uma invenção colonial para servir de mecanismo principal à sujeição social dos povos periféricos. Certamente, a racialização é um dos dispositivos mais violentos da exploração capitalista, e nisso Quijano está totalmente certo. Mas há consequências distintas quando afirmamos que a raça é o dispositivo central de sujeição social e quando dizemos que é o dispositivo central da sujeição capitalista. O racismo desempenha papéis muito diferentes dentro e fora do capitalismo. Assim como há uma diferença entre dizer que devemos lutar para integrar as pessoas racializadas ao sistema econômico em vigor e dizer que devemos desintegrar esse sistema porque ele não consegue funcionar sem discriminar raças, espoliar populações e precarizar povos.

O primeiro caso, centrado no aspecto da sujeição social, pode levar a uma política que aposta nas vias institucionais de integração, como muitas vezes ocorreu com pensadores e ativistas que se entendem como decoloniais. O problema disso é ter que conviver com situações paradoxais do tipo "diplomata preta americana votando pelo massacre de crianças palestinas", como vimos acontecer com a embaixadora Linda Thomas-Greenfield no Conselho de Segurança da ONU, em 2023. Ou seja, não passa de um dogma universitário a ideia de que maior integração racial em instâncias atuais de poder leva necessariamente a ampliar a solidariedade com os que sofrem.

A intuição fundamental de Quijano sobre a colonialidade do poder seria mais bem defendida se insistíssemos nesse ponto. Pois outra coisa é fazer da consciência da impossibilidade de integração racial no modelo atual de sociedade a força fundamental de um conjunto de lutas de transformação de nossas bases materiais. Mas o mínimo que podemos dizer é: esse não foi exatamente o objetivo dos setores hegemônicos dos discursos decoloniais, ao menos não até agora.

É também por causa de certo idealismo e de uma visão um tanto imprecisa das estruturas materiais da sociedade que não encontraremos nos estudos decoloniais uma teoria do monopólio como estratégia privilegia-

EVITAR BRIGAR COM AMIGOS POR CAUSA DE POLÍTICA.



da de sujeição colonial. Uma reflexão sobre o colonialismo sem uma teoria do monopólio é como uma bomba que só produz barulho.

O capitalismo cria a ilusão de que vivemos em espaços potencialmente múltiplos e plurais, quando de fato estamos sujeitos às mais brutais estruturas monopolistas. Por isso, uma crítica do colonialismo deveria começar pelo cartão de crédito. Esse é o dos piores e mais silenciosos instrumentos coloniais. Até o mero ato de pagar o supermercado com o cartão de crédito está sujeito aos interesses monopolistas de três empresas cujas sedes estão no mesmo lugar, no mesmo país, submetido às leis do mesmo governo. Vimos isso há poucos meses com as tentativas americanas de atacar o Pix brasileiro.

Se os movimentos sociais tivessem uma teoria do monopólio no centro de suas preocupações decoloniais haveria hoje um acúmulo importante de discussões para o aprofundamento de suas lutas. E não é possível compensar a falta de uma teoria do monopólio com a ideia de desconectar territórios dos fluxos do capitalismo global, criando zonas autônomas temporárias, como quilombos e outras comunidades.

O pensamento decolonial está certo em insistir na centralidade do território como espaço de afirmação social da liberdade. Nossas discussões sobre liberdade são normalmente muito centradas na autonomia individual e insensíveis à importância da autotectonia, da relação com a terra como condição de emancipação. No entanto, desconexões territoriais reais são impraticáveis, não há espaço algum que se abstraia da sujei-

ção à lógica de produção de valor do capital. Não por acaso uma das mais belas reflexões sobre isso foi feita pelo xamã e líder yanomami Davi Kopenawa, no livro *A queda do céu* (escrito em parceria com Bruce Albert).

O capitalismo tem a capacidade de integrar zonas e áreas de aparente autonomia. Na verdade, ele funciona transformando a terra em um conjunto de zonas: condomínios fechados, quilombos, zonas autônomas, *offshores*. Por mais que o conjunto seja heteróclito, estamos sempre diante do zoneamento do território. Digo isso apenas para insistir que espaços autônomos de luta e defesa são importantes para criação de vínculos e solidariedade política, porém não fornecem modelos de organização social em uma sociedade de conexão global. Ou seja, são fundamentais para o florescimento de novas subjetividades políticas, pois permitem a experiência da partilha de violências, da constituição de solidariedade e da criação de novas formas de interação. Mas o capitalismo sabe muito bem como lidar com essa lógica e isso mereceria uma reflexão mais profunda.

Tudo isso nos permite dizer que as proposições dos estudos decoloniais não são suficientemente descolonizadoras. Paradoxalmente, elas acabam por alimentar um horizonte crítico apartado de suas bases materiais mais importantes, construindo várias ideias monolíticas e entidades imaginárias, cuja força política é limitada, sem fôlego para lutar contra as forças colonialistas cada vez mais atuantes. Um pouco como se fossem o decalque da vida universitária dos países que as produziram. ☪

“DUVIDO NÃO ACEITAR”

A maior narcotraficante brasileira e os milhões de reais para corromper a Justiça

ALLAN DE ABREU

As 6h40 do dia 27 de agosto de 2019, três agentes e um escrivão da Polícia Federal tocaram a campainha da casa de portão branco no bairro Candá Bosque, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Eles cumpriam um dos trinta mandados de busca da Operação Alba Virus, cujo nome significa em latim “vírus ou veneno branco”. Era uma referência clara ao fato de que a operação desvendara o esquema de tráfico de cocaína para a Europa.

Quem abriu a porta foi uma mulher, que se identificou como Sandra de Oliveira. Os policiais pediram um documento de identidade, mas ela disse que não tinha nenhum naquele momento. A equipe da PF aceitou a explicação e, em seguida, apreendeu um veículo, celulares, papéis rasgados com anotações e uma aliança com o nome “Karine” gravado na parte in-

terna. Na bolsa da mulher, os policiais acharam mais de 5 mil reais em espécie. Às 8 horas, depois de Sandra de Oliveira assinar o recebimento do mandado, a equipe da PF foi embora.

Como as operações policiais são compartimentadas, cada equipe que integra a fase ostensiva tem informações apenas das pessoas e endereços dos mandados que lhe cabem cumprir. Portanto, os policiais em Campo Grande não sabiam que, naquele exato momento, a verdadeira Sandra de Oliveira estava sendo presa a 1,2 mil km dali, em Itajaí, no litoral de Santa Catarina. É que a mulher que se apresentou como Sandra era ninguém menos que Karine de Oliveira Campos, o alvo mais importante da Operação Alba Virus, cuja prisão temporária havia sido decretada. Aos 40 anos, ela comandava a quadrilha de traficantes. Sandra de Oliveira é sua mãe.

Chamou a atenção que os quatro policiais nada desconfiaram sobre uma mulher sem carteira de identidade e com mais de 5 mil reais na bolsa, em um endereço ligado a um grupo de narcotraficantes. Em casos assim, os policiais devem levar a pessoa à delegacia para confirmar sua identidade. Não se sabe se os quatro policiais foram corrompidos, ou apenas escarhadamente incompetentes. Uma sindicância não encontrou nada de irregular, e o caso acabou arquivado.

Karine Campos escapou por dentro os dedos da PF, apesar de ser considerada a maior narcotraficante brasileira, em um negócio dominado por homens. Só no último semestre de 2018, menos de um ano antes da batida policial em sua casa, ela enviara mais de 3 toneladas de cocaína para o exterior por meio dos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Navegantes (SC).

Apesar de perder seus alvos principais – além de Karine Campos, seu marido e braço direito, Marcelo Mendes Ferreira, também conseguiu escapar –, a Operação Alba Virus trouxe sérios prejuízos para o casal. No saldo final, acabaram presos a mãe de Campos e dez subordinados dela que coordenavam a logística de transporte da droga até os portos. Os nomes de Campos e Marcelo Ferreira foram incluídos na lista da Interpol. Preocupada com o risco de voltar para detrás das grades com o marido, oito anos depois de ambos terem deixado a prisão, Campos foi à luta. Passou a mobilizar traficantes, lobistas e advogados para corromper o Judiciário, não só nas ações penais decorrentes da Alba Virus, mas em outras operações policiais contra ela, o marido e os criminosos aliados.

Ao menos nos últimos seis anos, Campos fez da corrupção da cúpula do Judiciário uma prática constante.



Simulação da PF com possíveis disfarces da traficante Karine Campos: ela chorou quando viu o seu nome como titular de uma conta de 1 milhão de reais. “Nunca tive nada no nome antes”, disse

Na clandestinidade, movimentou malas com milhões de reais em espécie entre Brasília, São Paulo e Belo Horizonte, e conversou abertamente com seus comparsas sobre o pagamento de propina a juízes em aplicativos de mensagens criptografadas.

Emora não sejam filiados a nenhuma facção criminosa, Karine Campos e Marcelo Ferreira são próximos da cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), com destaque para André Oliveira Macedo, conhecido como André do Rap. No início da década passada, ele deu os primeiros passos da facção para exportar cocaína pelo Porto de Santos. Alvo de uma operação policial em 2014, foi condenado a 14 anos de prisão por narcotráfico internacional pelo juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5ª Vara Federal de Santos. Ficou foragido até setembro

de 2019, quando foi flagrado pela polícia em um condomínio de alto padrão em Angra dos Reis, no litoral fluminense. Na casa havia um helicóptero.

De acordo com a PF, André do Rap é um dos principais “parceiros comerciais” de Campos e Ferreira na remessa de cocaína para a Europa. Em razão dos negócios, a traficante e o marido sempre se interessaram em ajudar a tirar André do Rap da cadeia. Por isso, acionaram o advogado Anderson dos Santos Domingues, que ingressou com pedidos de *habeas corpus* em favor do traficante no TRF da 3ª Região e no STJ. Perdeu em ambas as instâncias. Em setembro de 2020, restava uma última opção: recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Naquele mês, o recurso acabou distribuído para o ministro Marco Aurélio Mello, então membro da Corte. Ao contrário do que aconteceu no TRF e no STJ, dessa vez o pedido de André do

Rap não vinha assinado por Anderson Domingues, mas pela advogada Ana Luísa Gonçalves Rocha, uma jovem de 24 anos, recém-formada, que, no ano anterior, havia sido estagiária no gabinete de Marco Aurélio Mello e se tornara sócia de Eduardo Ubaldo Barbosa, um ex-assessor do ministro. A **plaiu** apurou que o ex-assessor pediu à estagiária que assinasse o pedido sob o argumento de que seu nome não poderia aparecer no processo. A jovem aceitou a incumbência, ainda que nunca tivesse atuado em casos penais – sua área era o direito trabalhista.

Naqueles dias, André do Rap assegurava aos colegas de cela na Penitenciária II de Presidente Venceslau, no interior paulista, que não passaria o Natal atrás das grades. A afirmação, confirmada pela **plaiu** com um servidor do sistema carcerário paulista, poderia ser considerada fanfarrice,

mas o traficante também dizia que pagaria 5 milhões de dólares – mais de 30 milhões de reais – por um *habeas corpus* favorável no STF.

Em 6 de outubro de 2020, Marco Aurélio concedeu liminar revogando a prisão de André do Rap. O ministro aceitou o argumento da defesa de que a Justiça excedera o prazo de noventa dias para o reexame da prisão. Também afirmou que André do Rap estava preso “sem culpa formada”, expressão que se usa quando ainda é possível recorrer de uma condenação. (Naquela altura, André do Rap já havia sido condenado pelo juiz de primeira instância e pelo TRF, mas ainda podia contestar.) Em sua decisão, como é de praxe, Marco Aurélio solicitou ao traficante do PCC que atendessem aos “chamamentos judiciais” e informassem à Justiça caso mudasse de endereço, “postura que se aguarda do cidadão integrado à sociedade”.

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL



A decisão do ministro foi publicada no *Diário de Justiça Eletrônico Nacional* no dia 7 de outubro, mas só chegou formalmente à direção da penitenciária no fim da tarde do dia 9, uma sexta-feira. Nesses casos, o detento costuma ser liberado no dia útil seguinte – segunda-feira –, enquanto se verifica a autenticidade do alvará de soltura e se cumprem os ritos burocráticos. Na manhã de sábado, porém, os advogados de André do Rap procuraram a direção do presídio exigindo a libertação imediata do traficante. Como o pedido foi negado, acionaram o gabinete de Mello, em Brasília. Um dos assessores do ministro telefonou então ao diretor, ameaçando prendê-lo caso não soltasse o preso. No fim da manhã de sábado, André do Rap deixou a penitenciária.

Horas depois, o então presidente do STF, Luiz Fux, em uma atitude incomum, entrou no caso, atropelando o relator Mello, e suspendeu a liminar. Determinou nova prisão do traficante. (Mais tarde, a decisão de Fux foi referendada pelos ministros da Primeira Turma do Supremo com um único voto contrário, o de Marco Aurélio.) Quando a ordem de Fux chegou ao presídio, já era tarde. Assim que deixou a penitenciária, André do Rap viajou de helicóptero para o Paraguai e nunca mais foi encontrado. Está solto até hoje.

Ao saber da decisão, segundo diálogos em poder da Polícia Federal aos quais a *piuí* teve acesso, Karine Campos comemorou a libertação do aliado e disse que iria procurar a filha do traficante do PCC em busca de detalhes. Em outra conversa, ocorrida no dia seguinte à soltura de André do Rap,

Campos falou com um subordinado, Caio Bernasconi Braga, e fez uma revelação. Corroborando a versão dos informantes do Ministério Público na prisão, disse que André do Rap pagara 5 milhões de dólares pelo *habeas corpus*. Ela não disse quais foram os destinatários da bolada, mas justificou o alto valor dizendo que havia muitas pessoas na transação “mordendo” o dinheiro.

Poucas semanas depois, em novembro de 2020, a PF captou outro diálogo sobre o assunto, do qual se depreende que os 5 milhões de dólares deviam ser pagos por Karine Campos. O registro foi feito por uma escuta ambiental instalada no carro de Vitor Provesi Júnior, um traficante sob investigação. Nele, Provesi Júnior está conversando com André Miranda do Nascimento, que embarcava cocaína de Campos pelo porto catariense de Itajaí. A certa altura, Nascimento diz a Provesi Júnior que um tio de André do Rap andava à procura de Campos e Ferreira. E informa que caberia ao casal “pagar o cara que soltou” André do Rap. O jovem não diz quem seria “o cara”.

À *piuí*, a ex-estagiária Ana Luísa Rocha disse que desconhece o valor que Eduardo Barbosa, o ex-assessor de Mello, cobrou pelo serviço. Quanto aos próprios honorários, ela informou que recebeu “apenas o salário regular mensal referente ao trabalho no escritório”. (Desgastada com o episódio, Rocha abandonou a advocacia. Hoje é servidora pública.) A *piuí* também perguntou a Barbosa o valor dos seus honorários. Ele enviou nota à revista, mas não respondeu a pergunta. Em vez disso, comentou a decisão do ministro, seu

ex-chefe: “Não houve qualquer decisão diferente de um amplo histórico decisório do ministro Marco Aurélio.”

Procurado pela reportagem, o ministro, cuja carreira de fato foi marcada por decisões garantistas, que priorizam a proteção dos direitos fundamentais e as garantias constitucionais do réu, enviou uma manifestação sucinta: “Tempos estranhos! Vejam minha vida como juiz: 42 anos em colegiados julgadores, 31 no Supremo. Maledicência pura.”

Passado pouco mais de um ano da soltura de André do Rap, Karine Campos comandou uma operação escusa para corromper a Justiça e livrar um subordinado da cadeia. Seu nome é Leonardo Costa Nobre, preso preventivamente em 12 de abril de 2021, mediante suspeitas de coordenar a logística de voos de jatos executivos que levavam cocaína na rota de Belo Horizonte a Lisboa. Com a prisão de Costa Nobre, a irmã, Juliana, assumiu seu lugar. Quando descobriu o papel de Juliana, a Polícia Federal instalou uma escuta em seu celular e flagrou dezenas de diálogos entre ela e o irmão, que usava um aparelho convencional dentro da prisão. Captadas entre janeiro e fevereiro de 2022, as conversas revelaram um caso de corrupção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

Tudo começou em dezembro de 2021, quando Costa Nobre contratou o advogado João Paulo Todde Nogueira para obter um *habeas corpus*. Todde Nogueira faz parte do grupo de advogados milionários da capital federal. Ele gosta de charutos e carros de luxo, especialmente Ferraris (considera os da Porsche “carro de mulher”). É cônsul honorário da República Dominicana e dado a escrever poemas nas redes sociais. Mas Costa Nobre escolheu o advogado por seu currículo de serviços prestados a André Luís Santiago Eleutério, seu sócio na logística aérea do tráfico para Portugal. Em agosto de 2021, Todde Nogueira conseguiu que Eleutério fosse transferido para prisão domiciliar sob o argumento de que o preso precisava cuidar da mãe, que sofria de Alzheimer. O *habeas corpus* foi relacionado pelo desembargador Cândido Ribeiro Filho e concedido com o voto de todos os três juízes da Quarta Turma do TRF.

A suspeita de que o benefício foi obtido à base de propina surgiu numa conversa interceptada em 5 de fevereiro de 2022. Nela, Todde Nogueira conversa com seu cliente, Costa Nobre, e reclama de como seu cliente anterior, André Eleutério, deu com a língua nos dentes sobre o suborno quando ainda estava preso. Diz Todde Nogueira na conversa: “A única coisa que eu falava, ‘André [Eleutério], cala a porta da boca e deixa eu trabalhar em paz enquanto

você tá preso. No dia que você sair você pode falar o que você quiser.” O filho da puta não me pagou e criou o problema pior ainda. Ele criava problema falando para funcionário da penitenciária [...]. ‘Ah, meu advogado já... contratei o advogado que já tem o juiz na mão. Contratei o advogado que tá com o desembargador no bolso.’ Cara, você não tem noção da imagem que isso desgasta [...], porque isso vai direto para a Corregedoria [...]. Então, a gente tem que ter muita cautela. Porque não é soltar ou não soltar você. É, assim, é a vida do desembargador, é a vida do gabinete, de funcionário do gabinete, é a minha vida.”

Em diálogo com seu irmão, Juliana explicou o episódio. Segundo ela, Todde Nogueira pagou o suborno (possivelmente 5 milhões de reais) com dinheiro do próprio bolso e, em seguida, tomou calote do traficante. Na conversa, Juliana diz ao irmão: “André deu 1 [milhão] e 250 [mil reais] e ficou devendo 3 [milhões] e 700 e pouco [mil reais] pro Todde. O irmão precisa arrumar esse dinheiro porque senão ele vai tomar pau.”

Na suspeita da PF, Costa Nobre, interessado em contratar o serviço de Todde Nogueira, tentou conseguir o dinheiro com Karine Campos, a quem chama de “madrinha”. No seu caso, a propina era mais baixa, de 2 milhões de reais. Na nuvem do celular de Juliana, a PF encontrou uma carta manuscrita de Costa Nobre para Campos: “Infelizmente o advogado e os desembargadores não aceitaram [conceder o habeas corpus] sem colocar o dinheiro na frente. [...] Já tivemos provas que é garantida a liminar e a liberdade. Conseguimos deixar, com muito custo, para 2 milhões [de reais] de entrada. [...] É 1 milhão para cada desembargador, preciso de 2 votos [dos 3 da Quarta Turma].” Em seguida, Costa Nobre discorre sobre o advogado Todde Nogueira: “Esse escritório é um dos maiores do Brasil, fica em BSB [Brasília] e o dono é amigo íntimo do filho do relator do meu caso”, diz ele, referindo-se ao também advogado Ravik de Barros Bello Ribeiro, filho do desembargador Cândido Ribeiro.

Ocorre que a parlapate de André Eleutério chegou aos corredores do TRF. De acordo com análise da PF, o desembargador Cândido Ribeiro, com receio de ser identificado como “o desembargador no bolso”, negou o pedido de liminar para Costa Nobre em decisão tomada em janeiro de 2022. Num diálogo posterior, em 1º de fevereiro de 2022, André Eleutério conversa com Costa Nobre, que continuava preso, e, em vez de fazer um mea-culpa por sua indiscrição, apenas relata que o desembargador desistiu do esquema. Diz Eleutério: “Ele [refere-se ao advogado Todde Nogueira] falou

assim: 'O Cândido falou que não vai pôr o dele na reta por caso algum.'"

Depois da decisão do relator Cândido Ribeiro, ainda faltava o julgamento do mérito do *habeas corpus* pelos desembargadores da Quarta Turma do TRF. Nesse meio-tempo, tudo indica que os subornos inflacionaram. De acordo com conversa em poder da PF, Costa Nobre concordou em pagar um total de 8 milhões de reais pela decisão favorável na Quarta Turma. Desse valor, de acordo com os diálogos, 3 milhões de reais deveriam ser à vista aos magistrados, outros 2 milhões seriam desembolsados apenas depois da decisão e mais 3 milhões ficariam com Todde Nogueira a título de honorários.

Em 15 de fevereiro de 2022, Todde Nogueira pediu a Juliana que fosse ao seu escritório em Brasília para tratar pessoalmente do caso – ele não queria falar por telefone. No dia seguinte, uma quarta-feira, Juliana se deslocou de Belo Horizonte, onde morava, até a capital federal. De dentro do escritório de Todde Nogueira, ela ligou para o irmão na cadeia e descreveu a conversa que tivera com o advogado minutos antes: "Ele [refere-se ao advogado] me contou a história toda de como as coisas andaram, enfim... E a história ruim é que a gente teria que providenciar 3 milhões [de reais] na segunda-feira. Ah, na terça-feira tem a pauta [de julgamento], aí seria julgado favorável e na sexta-feira você sai. Ele contou a história longa, mas em resumo o Ravik estava dificultando as coisas", completou, referindo-se ao filho do desembargador Ribeiro.

Juliana também disse ao irmão que o contato de Todde Nogueira para os esquemas ilícitos dentro do TRF da 1ª Região era o desembargador Ney de Barros Bello Filho, ex-cunhado de Cândido Ribeiro. "O negócio do Todde é com o Ney Bello mesmo, e aí o Ney Bello é quem intermedia esse trem, sabe?" Horas depois, ela disse ao irmão que Bello "ganha uma beirada" e que Todde Nogueira afirmou ter dado 1,5 milhão de reais ao desembargador, mas não fica claro em qual contexto houve esse suposto pagamento. Juliana explicou ao irmão como era feito o pagamento da propina: "Esses caras [magistrados], eles... cê paga não é pra eles, não cai dinheiro na conta deles, né, nada. Normalmente eles indicam um escritório de advocacia, uma amante, um trem assim, procê botar o dinheiro, né?" (Ney Bello não é investigado nesse caso. A *plau*, ex-negou ter relações com Todde Nogueira. "Eu nem conheço esse advogado. Além disso, não tenho controle sobre falas de terceiros", disse.)

Ainda na ligação para o irmão na cadeia, Juliana contou como seria a logística da propina. Disse que um advogado, sócio de Todde Nogueira, iria para São Paulo pegar os 3 milhões de

reais das mãos de um subordinado de Karine Campos. Também disse que aquele montante "vai pra mão do Ravik". (Dias depois, numa conversa por telefone com Costa Nobre, Todde Nogueira alterou esse plano e disse que os valores teriam de ser entregues no escritório dele em Brasília porque não havia como "ninguém tirar foto").

A certa altura da conversa de Juliana com o irmão, Todde Nogueira entrou na linha. Costa Nobre, preso havia dez meses, queria garantia que os juízes dariam o *habeas corpus* depois de receberem o adiantamento. O advogado respondeu: "Eu sei como o jogo funciona aqui. Então, assim, não tem isso, não é assim que funciona. E dois em relação à garantia, a garantia sou eu." Antes de se despedirem, Todde Nogueira reforçou o cronograma: "Segunda-feira, com o dinheiro na mão, eu protocolizo, [...] e a promessa que eles me deram é que sai a decisão na terça ou na quarta-feira."

Karine Campos decidira que só daria o dinheiro da propina depois de sair o alvará de soltura. Diante disso, Costa Nobre e sua irmã elaboraram um plano arriscado: falsificar um alvará para que a "madrinha" liberasse o adiantamento de 3 milhões de reais. "Cê acha que eu tô feliz de arriscar minha vida e falsificar um documento público para maior traficante do país?", disse ele para a irmã. Mas o plano foi por água abaixo quando Davidson Cândido, conhecido como Negócio, fez-tudo de Karine Campos, disse a Juliana que a ordem da chefe era entregar o dinheiro apenas quando o alvará entrasse formalmente nos autos. Em 17 de fevereiro, o faz-tudo disse: "Ou ele tá na rua ou tem que ter uma confirmação muito clara, senão ela [Campos] não vai mandar [o dinheiro], entendeu?"

Na noite do dia anterior, com os acontecimentos se desdobrando em ritmo alucinante, surgiu um novo obstáculo. Em nova conversa com o irmão na cadeia, Juliana repassou um recado que recebera de Todde Nogueira: Ravik, o filho do desembargador, agora queria subir o valor da propina para 10 milhões de reais. Era dinheiro demais, o impasse se tornava aparentemente intransponível e então Juliana tomou uma atitude ousada: tirou Todde Nogueira do jogo e foi até o escritório de Ravik, em Brasília.

Ravik Bello Ribeiro, que já havia sido investigado pela Polícia Federal sob a suspeita de auxiliar um cliente envolvido com desvios de verba e ocultação de patrimônio, demonstrou ser mais cuidadoso do que Todde Nogueira ao tratar dos esquemas ilícitos. Ao receber Juliana no seu escritório, no Lago Sul, pediu os dados telefônicos e a mochila da mulher, guardou tudo em um armário e depois a convidou para entrar em uma



pequena sala. Ali, segundo Juliana relataria horas depois ao irmão por telefone, Ravik disse que havia atuado diretamente na concessão do *habeas corpus* de André Eleutério, mas que o caso do seu irmão era mais complexo. Ele já tivera outros recursos parecidos recusados pelo TRF e, por isso, o valor da primeira parcela não poderia ser de 3 milhões, mas 3,5 milhões de reais. (Tudo indica que Todde Nogueira estava blefando quando falou de 10 milhões de reais pelo *habeas corpus*). Juliana reconstituiu o diálogo em uma ligação para o irmão:

– Eu não tenho 3,5. A pessoa que vai subsidiar é uma pessoa que meu irmão prestou serviço pra ela [preferia-se a Karine Campos] e tá limitado a 3 milhões – disse Juliana.

– Tipo, mas 3 milhões você tem? – perguntou Ravik.

– Eu não tenho, eu consigo.

– Ok. Eu posso contar com 3 milhões?

– Sim. Você pode contar com 3 milhões. [...] Se você quiser que seja feita alguma transferência...

– Não, transferência não. Pode vincular a pessoa a vocês, né? Isso é o que cês não querem, né? Eu também não.

– Então eu quero que você me dite as regras, diga como é que cê quer que seja feito.

– Ok. Eu vou pensar a respeito – encerrou Ravik.

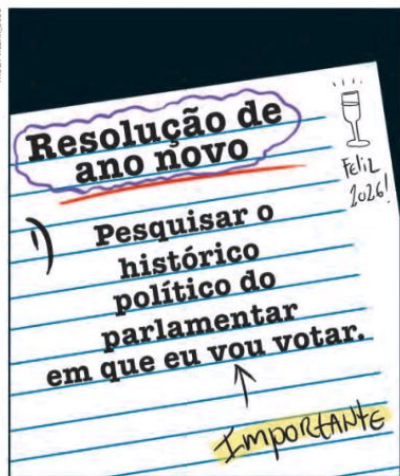
Ravik também pediu que Juliana e o irmão dispensassem a intermediação de Todde Nogueira e avisou que o recurso deveria ir a julgamento logo depois do Carnaval. Por fim, Ravik afirmou que em poucos dias sua secre-

tária entraria em contato por WhatsApp. "A gente vai conversar por ali. Se você me mandar mensagens e eu levar dois dias pra responder, não se preocupe, eu não fico... Eu não ando com esse telefone. A gente nunca vai conversar no telefone tradicional", disse Ravik, ainda segundo a reconstrução feita por Juliana ao irmão.

O cronograma atrasou. Em 18 de março, Todde Nogueira formalizou sua saída do caso e, em seu lugar, entrou o advogado Felipe Vidigal de Oliveira. Para a PF, era um preposto do filho do desembargador – Oliveira graduou-se em direito junto com Ravik, em Brasília. Os trâmites burocráticos do processo emperraram, a votação não ocorreu logo depois do Carnaval, como se previa, mas apenas no dia 19 de abril. Nesta data, o TRF concedeu o *habeas corpus*, com os votos dos desembargadores Cândido Ribeiro, Néviton de Oliveira Batista Guedes e Saulo José Casali Bahia.

Em nota enviada à *plau*, Guedes e Bahia afirmaram que "apenas participaram do julgamento e acompanharam a tese trazida pelo relator [no caso, Cândido Ribeiro]", que havia entendido do que "caberia a substituição da prisão preventiva por cautelares alternativas, que incluíam entrega de passaporte e monitoramento eletrônico".

Na manhã de 8 de maio, Ravik voou para Belo Horizonte. Às 16h30, chegou ao café de um museu na Praça da Liberdade, como mostram imagens do circuito de segurança do local. Sete minutos depois, chegaram Costa Nobre, recém-saído da cadeia, e sua irmã Juliana. O encontro durou duas horas.



Ravik recebeu do traficante uma caixa que, segundo a PF, continha ao menos parte da propina. (Coube a Negão, preposto de Karine Campos, buscar o dinheiro em São Paulo e entregá-lo a Costa Nobre em Belo Horizonte.) Naquele mesmo dia, Ravik tomou o voo de volta para Brasília.

Quase um ano depois, na manhã de 14 de março de 2023, a Polícia Federal cumpriu nove mandados de busca nos endereços de todos os envolvidos: Ravik, o desembargador Cândido Ribeiro, o advogado Todde Nogueira, Costa Nobre e sua irmã, o advogado Felipe Oliveira e Davidson Cândido, o Negão. Na casa de Ravik, apreendeu 270 mil reais em dinheiro vivo. O inquérito tramita em sigilo no STJ. Um mês mais tarde, em 13 de abril, o desembargador Cândido Ribeiro foi aposentado por invalidez pelo TRF da 1ª Região. A publicação da decisão cita "incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença não especificada em lei" — as escutas da PF indicavam que Ribeiro sofria com alcoolismo.

Procurado pela **pf**, Todde Nogueira não quis se manifestar. Ravik não retornou os contatos feitos pela reportagem. Nem Cândido Ribeiro nem sua defesa foram localizados.

Karine Campos, Negão, Costa Nobre e seu sócio, André Eleutério, respondem à ação penal na Justiça Federal em Belo Horizonte, acusados de tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e associação criminosa; Juliana é ré por associação criminosa. O processo não foi julgado. Com exceção de Costa Nobre, todos estão livres.

Filha única de um comerciante e uma dona de casa, e neta (do lado paterno) de um militar do Exército que lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, Karine de Oliveira Campos nasceu em Itapetininga, no interior paulista, e ainda criança mudou-se com os pais para Corumbá, em Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia. Ali, aos 14 anos entrou em contato com o submundo do tráfico de cocaína. Segundo a PF, o pai dela, Antônio da Costa Campos, era próximo do major Sérgio Roberto de Carvalho, um policial militar que virou um dos maiores narcotraficantes da última década.

Em julho de 1999, Campos foi presa em flagrante vendendo crack em Salvador. Na época, a jovem de 20 anos disse à polícia que adquiria a droga em Corumbá e vendia na capital baiana. Condenada a três anos de reclusão, recorreu da sentença em liberdade, benefício que, segundo disse a um amigo traficante em conversa obtida pela PF, conquistou ao subornar o juiz com 200 mil reais. No Tribunal de Justiça da Bahia, ela perdeu. A condenação foi mantida e a jovem foi presa novamente no início dos anos 2000. Depois de solta, como era técnica de enfermagem, passou a trabalhar como cuidadora de idosos em Salvador. Na casa de um idoso, conheceu Marcelo Ferreira, contratado como pedreiro. Engataram um namoro e nunca mais se separaram.

No tráfico de cocaína, o casal prosperou. Campos aproveitava os seus contatos na fronteira com a Bolívia para comprar a droga no país vizinho e contratava mulas para levar a merca-

doria até o Recôncavo Baiano. "A Karine é o cérebro do casal, o lado frio e calculista. Se não fosse por ela, o Marcelo já teria sido assassinado há muito tempo", diz um policial federal que acompanha há anos os passos do casal, mas que não quis ser identificado por não ter autorização formal para dar entrevistas. De fato, Ferreira é um homem violento. Em processo que tramita sob sigilo na Justiça baiana, é acusado de ordenar o assassinato de um traficante rival, cadeirante.

Em janeiro de 2009, a polícia baiana chegou ao casal. Campos e Ferreira foram presos preventivamente. Ela ficou atrás das grades por um ano e nove meses, até conseguir um *habeas corpus* no Tribunal de Justiça da Bahia. Nesse período, chegou a dividir a cela com dezesseis presas e emagreceu 20 kg. (Ele continuou preso preventivamente até 2012.) Libertada, Campos ficou atenta para driblar interceptações telefônicas. Trocava de celular constantemente. Criava circuitos fechados de celulares, em que só se usava determinado aparelho para falar com integrantes do mesmo grupo. Em uma época em que os aplicativos de mensagens criptografadas como o WhatsApp ainda não eram populares, procurou se infiltrar no tema. Certa vez a PF interceptou uma conversa em que ela indicava para outro traficante o livro *Fortaleza digital*, romance policial do americano Dan Brown que trata de criptografia.

Em julho de 2018, o advogado Mário Sérgio Rosa pediu o trancamento da ação penal contra o traficante. Alegou que o caso já se arrastava havia quase dez anos sem sentença definitiva e, além disso, a polícia não havia apreendido droga com o casal. Em que pese a fragilidade do argumento, considerando que a polícia já havia comprovado a liderança do casal na quadrilha de traficantes por meio de dezenas de horas de gravações telefônicas, o pedido foi aceito pelo desembargador Luiz Fernando Lima, do Tribunal de Justiça da Bahia. "Bem analisando os autos, tenho que a assertiva da defesa é contundente, estando a paciente envolvida na denúncia unicamente porque seria, à época dos fatos, companheira do acusado Marcelo Ferreira, não havendo qualquer prova nos autos de que seria ela líder da entidade criminosa", escreveu o magistrado. A ação penal foi trancada em julho de 2019. No ano seguinte, as acusações contra Marcelo Ferreira prescreveram, e a ação judicial acabou arquivada. O casal, enfim, estava livre novamente.

Tempos depois, em 2023, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu investigação contra o desembargador Luiz Fernando Lima, depois que, durante um plantão judicial, ele concedeu prisão domiciliar ao líder de uma facção criminosa acusado de homicí-

dio e narcotráfico. A sindicância acabou arquivada, sem chegar a uma conclusão, depois que o desembargador atingiu a idade limite de 75 anos e foi aposentado compulsoriamente. Ele não foi localizado pela reportagem.

Para se livrar da ação penal decorrente da Operação Alba Virus, aquela em que a PF deixou Karine Campos escapar, a traficante mobilizou novamente sua estrutura para corromper o Judiciário. O primeiro alvo foi o juiz Santos Filho, da 5ª Vara Federal de Santos, o mesmo que, anos antes, condenara André do Rap a 14 anos de prisão.

Semanas depois da deflagração da Alba Virus, Campos, escondida em um apartamento em Balneário Camboriú, em Santa Catarina, voltou a contratar o advogado Mário Sérgio Rosa para defendê-la no caso. Rosa tinha duas missões: cuidar da defesa formal de Campos e tentar corromper o juiz. Ele tentou se aproximar de Santos Filho recorrendo a uma juíza amiga do magistrado. A estratégia não prosperou. Planejou então abordá-lo com a ajuda de um homem identificado apenas pelo primeiro nome — Odilon — para oferecer 10 milhões de reais ao magistrado. "Duvido não aceitar", escreveu Campos, em maio de 2020, em um aplicativo de mensagens.

Santos Filho nunca recebeu nenhuma das propostas criminosas. Campos, então, acionou seu plano B: corromper as instâncias superiores da Justiça. Na tarde de 3 de outubro de 2019, pouco mais de dois meses depois da deflagração da Alba Virus, a PF bateu no apartamento de Balneário Camboriú. O casal não estava mais no imóvel, mas os policiais encontraram cartas escritas à mão por Campos para os seus subordinados presos na Alba Virus. Nelas, a traficante chama todos de "irmãos", diz que estava enviando dinheiro aos familiares deles e promete tirá-los da cadeia em breve. "Temos o dinheiro para cada HC [habeas corpus] de vocês em Brasília", escreveu. "Não queria que nenhum de vocês estivesse af. Vamos ser fortes e juntos vamos vencer, com a bênção de Deus."

Em março de 2020, Rosa ingressou com pedido de *habeas corpus* preventivo para o casal no TRF da 5ª Região, em São Paulo, com o argumento de que não havia provas que vinculassem o casal ao esquema investigado pela PF. O TRF negou o pedido, e o casal continuou sob risco de ser preso. Semanas depois, Rosa morreu em decorrência da Covid. Campos então contratou dois advogados goianos, Gustavo Machado Soares e Alexandrino Araújo Oliveira Neto, para recorrer ao STJ. A alegação de que não havia provas contra o casal, eles acrescentaram o argumento de que Campos era mãe de duas crianças, de 8 e 5 anos. Pediram que, caso sua prisão

fosse decretada, que ao menos ela cumprisse a ordem em regime domiciliar.

O pedido de *habeas corpus* foi protocolado no STJ na manhã de 30 de abril de 2020. A data coincide com uma movimentação milionária entre os comparsas de Campos. A traficante já havia depositado 3 milhões em contas bancárias indicadas por um lobista goiano com atuação em Brasília e, no dia seguinte ao protocolo do *habeas corpus*, dois aliados de Campos, um deles doleiro, embarcaram num voo comercial para Brasília com 1,2 milhão de reais em espécie na bagagem. Na capital federal, todos se reuniram para discutir o caso – o lobista, o doleiro, a advogada Paula Diniz Gouvêa, em cujo nome estava o aluguel do imóvel em Camboriú, e outros dois desconhecidos.

Logo apareceram indícios de que a dinheiro – os 3 milhões e mais 1,2 milhão – seria destinada à obtenção do *habeas corpus*. As 21h17 do dia 1º de maio, já encerrada a reunião, Paula Gouvêa enviou um áudio para o WhatsApp do doleiro Diógenes Caldas de Jesus Junior colocando em dívida o trabalho do lobista, Leandro Luiz Gonçalves de Assis: “Olha, vou ser muito sincera. Tã escancarado aqui no grupo. Ou ele [Assis] mostra a decisão [do pedido de *habeas corpus*] ou ele vai devolver a metade do dinheiro, vai deixar guardado – eu já tenho um cofre aqui disponível – e aí na segunda, na terça, no dia que ele quiser, o dia que sair o resultado eu dou pra ele o restante.”

Campos acompanhava a discussão por meio de um aplicativo, usando os codinomes “Esmeralda” e “Pérola”. Em data não especificada no relatório policial, o doleiro Jesus Junior enviou a seguinte mensagem para o chefe traficante, com mais um indício de que o *habeas corpus* seria comprado: “Já falei com Leandro [Assis] / Ele me confirmou que tem que pagar os dois mesmo [não fica claro se ele se refere a duas pessoas ou a 2 milhões de reais] / E falou que ficou acertado de dar após sair a assinatura [do *habeas corpus*].” Em resposta, a traficante observou que havia dúvida sobre o momento do pagamento: “Certo / Mas o cara disse q não vou assinar só por palavra / Que, se não chega dinheiro, não assina.”

Na tarde de 3 de maio, os comparsas abriram outra discussão – a possibilidade de embolsar o dinheiro da traficante, em vez de usá-lo para comprar um *habeas corpus*. Em resposta a uma mensagem do doleiro, a advogada Paula Gouvêa mandou um áudio em que diz que a melhor opção era serem honestos com Campos e não desviarem o dinheiro. “É o que eu tô te falando, a gente tem muito mais a ganhar mostrando nossa lealdade a ela do que pegar [o dinheiro]... tipo ‘ah, pega, vai dividir...’ até porque [...] mesmo que cada um tenha a sua comis-

são, vou ser muito sincera, essa comissão nem chega aos pés do que [...] pode vir por ela saber que somos leais a ela.”

No dia seguinte, 4 de maio, o pedido de *habeas corpus* de Campos e seu marido foi distribuído, por sorteio, para o gabinete do ministro Antônio Saldanha Palheiro. Um dia depois, o ministro negou o pedido de liminar para o casal. Diante do revés, o doleiro Jesus Junior disse que viajaria a Goiânia para “fazer o povo devolver o dinheiro e encerrar esse assunto”. Tudo indica que Assis, o lobista, não desenvolveu o montante, porque, dias mais tarde, o doleiro ameaçou acionar o PCC para cobrar a devolução do dinheiro. “Vou jogar tudo pra cima pra resolver o problema da Pérola [Karine Campos]”, escreveu o doleiro numa mensagem. Pelos diálogos, não fica claro se o dinheiro foi recuperado. As conversas encerraram-se em junho de 2020, quando o celular do doleiro foi apreendido pela polícia num flagrante de apreensão de drogas em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

Em setembro de 2020, como o juiz da 5ª Vara Federal condenou o casal à prisão, o ministro Saldanha Palheiro, do STJ, considerou que o *habeas corpus* preventivo não fazia mais sentido. A defesa do casal recorreu e, em 3 de agosto de 2021, Palheiro alterou sua decisão anterior e concedeu o *habeas corpus* autorizando Campos a cumprir prisão domiciliar a fim de cuidar dos filhos. O ministro não sabia que, nove meses antes, o TRF da 3ª Região concedera prisão domiciliar à mãe de Campos, Sandra de Oliveira, justamente para que ela cuidasse dos netos.

Em nota encaminhada pela assessoria do STJ, Palheiro disse que a concessão de prisão domiciliar para mulheres com filhos menores de 12 anos é “entendimento consolidado” nos tribunais superiores, e que na época havia a política de se priorizar medidas alternativas à prisão em função da pandemia. O ministro também afirmou que, na ocasião, desconhecia “pedido idêntico feito pela avó da criança” no TRF da 3ª Região. Por fim, negou ter recebido “qualquer proposta, oferta ou sequer insinuação para recebimento de qualquer tipo de vantagem visando beneficiar qualquer parte nos processos sob nossa relatoria”.

O Ministério Público não recorreu da decisão de Palheiro. Campos nunca se apresentou à Justiça para cumprir a pena em casa. Foragida, voltou a recorrer ao STJ em 2024, pedindo um novo *habeas corpus*, dessa vez para se livrar da própria prisão domiciliar, com o argumento de que um dos mandados de busca da Alba Virus fora cumprido sem ordem judicial. O pedido foi concedido pelo ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, que revogou a prisão domiciliar da traficante e anulou a prisão preventiva do marido, Marcelo Ferreira.

O caso mostra como Karine Campos opera um esquema com lobistas, advogados e doleiros para movimentar dinheiro em qualquer ponto do país, com vistas a comprar uma decisão judicial, ainda que não consiga seu objetivo de imediato.

A política de tentar subornar quem se põe no caminho de Karine Campos e Marcelo Ferreira não se limita ao Judiciário.

Um exemplo: em acordo de delação, o empresário Marcos José de Oliveira, acusado pelo Ministério Público de lavar dinheiro para o casal de traficantes, disse que, em 2019, Ferreira gastou 3 milhões de reais em relógios da marca Rolex para distribuir entre servidores da Receita Federal em Santa Catarina e funcionários do Porto de Paranaguá. Era um modo de agradecer pelos serviços prestados à quadrilha. Nem os servidores públicos, nem os funcionários foram nominados na delação. Há uma investigação em curso na PF.

A **plaiu** encaminhou um pedido de esclarecimentos à defesa de Karine Campos e Marcelo Ferreira a respeito das sucessivas tentativas de corromper o Judiciário narradas nesta reportagem, mas não houve retorno. Com grossa corrupção, o casal prosperou no sub-

mundo do crime. Apenas entre fevereiro de 2019 e julho de 2022, a PF e a Receita apreenderam 16,7 toneladas de cocaína da dupla, em portos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A PF estima que o patrimônio atual do casal supere 1 bilhão de reais. Parte da fortuna, segundo a PF, está escondida em espécie em salas-cofre espalhadas pelo Brasil.

Em sua delação à PF, o empresário Marcos Oliveira disse que, por volta de 2018, ele e Campos foram até uma agência do Banco Bradesco em Santa Catarina para abrir uma conta bancária. Oliveira se recorda que, quando a traficante viu o nome dela como titular da conta com saldo de 1 milhão de reais, começou a chorar de emoção. “Isso é meu sonho, nunca tive nada no nome antes”, disse ela, de acordo com o delator.

Mas a ilusão de vida lícita de Karine Campos durou pouco. Meses depois, quando a PF deflagrou a Alba Virus, ela e o marido tiveram de retomar sua condição de fugitivos (atualmente existem no Brasil quatro mandados de prisão contra Campos e três contra Ferreira). Depois de viverem um período na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, os dois fugiram para a Europa. Hoje, a Polícia Federal suspeita que o casal esteja morando em Dubai, reduto de grandes criminosos de todo o mundo. **🔗**

UMA QUEDA EM DOIS TEMPOS

Como uma família tentou impedir sua caçula de ser engolida por um abismo do outro lado do mundo

ANGÉLICA SANTA CRUZ

“Oi, você conhece a Juliana? Ela caiu no Monte Rinjani. A gente precisa que você ligue para o seguro e mande um helicóptero para a cratera do vulcão. Tem mais ou menos três horas e meia que ela caiu. É realmente urgente!”

Às 21h30 de 20 de junho do ano passado, uma sexta-feira, o celular da carioca Mariana Marins começou a vibrar, muito. Da maneira como ela descreve, o instante foi similar àquelas cenas de filmes em que o som de um telefone aparece como irrupção do destino.

Mariana é gerente de marketing e, por causa do trabalho, morava desde janeiro com a mulher, a analista de dados Mariana de Oliveira, em um pequeno apartamento na Bela Vista, na região central de São Paulo. Falavam três dias para o seu aniversário de 32 anos. Ela havia convencido os pais, Estela e Manoel Marins, a emendar

uma viagem pela Chapada Diamantina com o feriadão de Corpus Christi, e visitá-la na cidade. Eles toparam e se hospedaram em um hotel próximo.

As Marianas, como a família costuma chamá-las, bolaram uma programação animada. Naquela sexta, os quatro foram ao Museu do Futebol, fizeram um lanche rápido e zarparam para o Memorial da Resistência. À noite, o grupo resolveu dar uma pausa e conversar com calma no apartamento. A geladeira tinha opções para todos – vinho, espumante, licor. Depois de uma costureira polêmica familiar sobre o que pedir, decidiram: pizza.

Nos encontros do gênero, Mariana Marins tem o hábito de fazer a convocação: “Celulinos, sem celular agora. Vamos aproveitar esse momento juntos.” E, como quase sempre acontece, todo mundo ficou pianinho – os aparelhos foram para escanteio. A vibração no telefone dela, no entanto, era realmente insistente. “Falei: ‘Putz, o que é isso?’ Fui ver. Tinha muita gen-

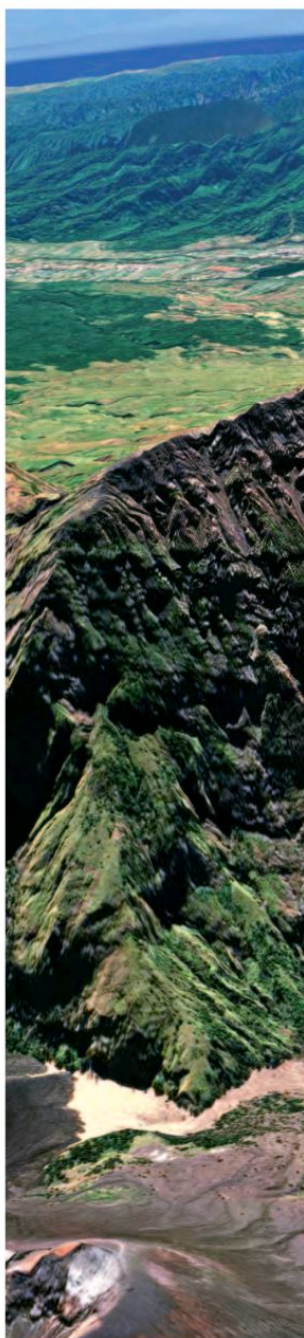
te dizendo: olha, entraram em contato comigo para falar com você.”

E lá estava aquele recado, que ela achou estranhíssimo. “Pensei: ‘Nossa, que golpe novo é esse?’ Agora quem que a gente mande dinheiro para helicóptero?”, lembra.

A irmã mais nova, Juliana Marins, 26 anos, estava no quarto mês de um mochilão pelo Sudeste Asiático. Em um grupo de WhatsApp criado para manter a família informada de seus passos, avisara que ficaria três dias incommunicável numa trilha no Rinjani, o segundo vulcão mais alto da Indonésia. Mesmo desconfiada da mensagem, Mariana resolveu dar trela para a desconhecida que enviara o aviso, junto com um número de telefone. Mandou uma mensagem e disse: “Oi, sou a irmã da Juliana.”

Do outro lado, respondeu Olivia de Olmedilla, uma turista espanhola.

A mensagem não era um golpe, era quase um milagre, tamanha a improbabilidade de ter sido enviada tão



O Monte Rinjani, vulcão ativo de 3 726 metros de



altura, e os locais aproximados da queda de Juliana: em três dias, ela deslizou 600 metros (a estátua do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, fica a pouco mais de 700 metros acima do nível do mar)



rapidamente. Quase não há sinal de internet no alto do Rinjani. Os visitantes que encaram a subida no vulcão se preparam para ficar offline. Olmedilla e alguns dos outros integrantes de seu grupo, sem saber como, tinham conexão contínua – e aquele pedido de socorro vazio os 16 mil km que separam São Paulo da Ilha de Lombok, onde fica a montanha de 3 726 metros.

O Monte Rinjani é um vulcão ativo, com uma imensa caldeira que abriga um lago azul-esmeralda, o Segara Anak. Em uma das bordas do lago, fica o Gunung Barujari, um outro vulcão bem menor, secundário, resultado de erupções mais recentes. A montanha tem seis trilhas com percursos diferentes – quatro delas levam ao cume e duas seguem por outras rotas. Os *trekkings* que vão até o topo passam primeiro por áreas de savana aberta e, depois, vão subindo vulcão acima. Até que, no trecho final, chegam a um caminho que vai serpenteando por uma crista estreita, ganhando altura.

A última subida, já perto do cume, é especialmente íngreme, arenosa, cada passo afunda no terreno solto. É um caminho de cerca de 1 metro de largura, ladeado por dois penhascos. De um lado é a encosta externa do vulcão. Do outro, é uma descida que leva ao interior da cratera – começa inclinada, mas depois vira um paredão vertical, um abismo que termina em um amontoado de rochas, já perto do fundo. Divididos em vários grupos e levados por guias diferentes, turistas esbaforidos pelo esforço percorrem a

área, indo ou voltando da faixa estreita que leva até o cume.

A espanhola passava pelo início dessa subida, quando ouviu alguém gritar: *Help, help!* Parou e avistou uma mulher caída na encosta interna da cratera, no que lhe pareceu ser uns 200 metros de distância da borda da trilha. O guia do grupo de Juliana, Ali Musthofa, estava com outras pessoas e informou o nome completo dela. Olivia de Olmedilla e seu grupo procuraram pistas no Instagram. Encontraram uma Juliana Marins que viajava pela Ásia e enviaram mensagens para os contatos dela, sobretudo para aqueles com o mesmo sobrenome que comentavam suas postagens. O pai, Manoel, e pelo menos três primas também receberam alertas. Naquela noite, só Mariana Marins viu as mensagens.

Antes de alarmar os pais, ela chamou Mariana de Oliveira para descer ao saguão do prédio, sob o pretexto de receber a pizza – que ainda não chegara – e explicou o que estava acontecendo. Pediu então que Olmedilla enviasse a sua localização. Eram 21h50 da sexta-feira em São Paulo – e às 8h50 da manhã de sábado em Lombok – quando a espanhola mandou a prova de que estava mesmo no Rinjani, junto com uma foto que mostrava um pequeno ponto preto no fundo de uma superfície arenosa e cinzenta. “Eu ainda duvidava, nada provava que era Juliana ali”, recorda Mariana Marins.

Mariana de Oliveira percebeu logo que era mesmo a cunhada – e entrou em desespero. Saiu do saguão, subiu

ao mezanino do prédio e encontrou na internet os contatos de emergência da Embaixada do Brasil na Indonésia. Telefonou, chorando, para explicar o caso. Passou o número do passaporte de Juliana e o contato da agência onde ela comprara o passeio no vulcão, a Ryan Tour. Pediu ajuda para checar o acidente. Depois, ela mesma ligou para a empresa. Não conseguiu nem se fazer entender, nem compreender o inglês dos funcionários. Tentou falar por mensagem, também não deu. A embaixada prometeu intermediar a comunicação, e a ajuda de um intérprete.

A pizza chegou, as Marianas voltaram ao apartamento. “Achei que estava escondendo superherói, mas minha mãe perguntou: O que está acontecendo? Eu disse que nada. Ela insistiu.” Às 22h20, não deu mais para disfarçar. A turista espanhola enviou um vídeo.

Um grupo de dez jovens malaia subia o Rinjani levando, com autorização do parque, um drone DJI Mini 3 Pro, um modelo amador. Algumas delas são influenciadoras e queriam fazer imagens aéreas do vulcão que, nos momentos em que a neblina se dissipa, revelam vistas acachapantes do Lago Segara Anak. Por causa da dificuldade da subida, três delas desistiram de enfrentar o último trecho até o topo. Enquanto esperavam o resto do grupo voltar, ficaram filmando a área. Foram chamadas por um punhado de pessoas que estava no ponto onde Juliana havia caído. Era o guia Musthofa e outros turistas, entre eles Olivia de Olmedilla. Eles pediram que as jovens usassem o drone para localizar o ponto exato em que estava a brasileira e conferir suas condições físicas.

Deitada à beira do penhasco, a turista malaia Xiao E. Ching operou o drone, que desceu encosta abaixo. Na primeira tentativa, o aparelho não avistou Juliana Marins. Na segunda, conseguiu filmá-la, ainda a uma distância de uns 200 metros. A brasileira aparecia de cabeça baixa, com as pernas flexionadas e voltadas para o mesmo lado. Estava presa em uma fresta de um trecho arenoso. Esfregou as mãos cobertas por luvas e, em seguida, mexeu em uma pochete e, aparentemente, percebeu a presença do drone. Era uma imagem desoladora, solitária.

Sem sinal de internet, as jovens malaia não conseguiam transmitir esse vídeo com imagens de Juliana. Então Olivia de Olmedilla gravou, com o celular, a tela do controle remoto do drone e enviou o registro para Mariana Marins. Era apenas um trecho da filmagem inteira e, pelo ângulo em que foi feito, dava a impressão de que Juliana havia parado sobre uma espécie de platô. Mariana Marins tentou

duvidar: “Mas não dá para ver o rosto. Pode não ser ela...”. Mariana de Oliveira respondeu: “É a Juliana, sim.”

Coubte a Mariana Marins dar a notícia aos pais. Estela, professora de biologia aposentada, ajoelhou-se, juntou as mãos e orou pela filha mais nova. Em seguida, orientou: “Vamos avisar as autoridades, a imprensa, todo mundo. E tem que ter família lá. Minha filha pode ser engolida por esse vulcão.” Manoel, dentista também aposentado, reviu o vídeo, tentando entender os detalhes. Por fim, disse: “Eu vou para a Indonésia.”

Nas quase três horas em que permaneceram no alto da montanha, as jovens da Malásia enviaram o drone quatro vezes em direção à área onde Juliana estava, com intervalos de meia hora. Na terceira vez, improvisaram uma mensagem. Com um batom, a turista Ruiees Yap escreveu “WAIT SOS” em uma tira de tecido, daquelas usadas para fazer bandagens. O recado foi preso ao aparelho e enviado.

Não se sabe se Juliana conseguiu ler a mensagem pedindo que aguardasse socorro. Ela tinha 4,5 graus de miopia em um olho e 5 no outro e, na queda, perdera os óculos. Mas, desta vez, ao ouvir o barulho do drone, ela levantou a cabeça. Foi possível então filmar seu rosto. “Quando recebi essa outra imagem, não deu mais para eu ficar em negação, achando que podia não ser a minha irmã”, diz Mariana Marins.

Nesse vídeo completo, via-se também a encosta em detalhes. Juliana Marins estava, na verdade, em um plano inclinado – e o terreno arenoso a fizera escorregar mais alguns metros em relação à primeira foto enviada pela espanhola. Uns 400 metros mais abaixo dela, estava o abismo. Se ela deslizesse mais, encontraria uma queda livre.

No alto do Monte Rinjani, grupos de turistas continuavam a passar. Pelo WhatsApp, a espanhola Olivia de Olmedilla avisou Mariana Marins que Juliana gritava muito. As chances de que a irmã caçula pudesse ouvir algo vindo de cima eram mínimas, mas Mariana Marins arriscou: “Pedi para a Olivia falar os nossos nomes porque, se minha irmã escutasse, saberia que a gente estava tentando ajudar. Falei: ‘Diz que as Marianas estão no caso, Estela, Manoel...’ A gente vai buscar ajuda. E pedi: ‘Grita, grita, não deixa ela dormir, mantém ela acordada. Grita!’” A espanhola protegeu a boca com as mãos e berrou, em inglês: “Fique acordada! O resgate está chegando!”

A ilha de Lombok, na província indonésia de Nusa Tenggara Barat, combina arrozais, montanhas tropicais e praias de areia branca ou rosada. É um dos pontos do Sudeste Asiático que, por suas paisagens ex-

tasiantes, preços acessíveis, diferenças culturais e uma pegada *roots*, atraem multidões de mochileiros. Nos pontos mais movimentados, cartazes com fotos coloridas se amontoam anunciando as principais atrações. Em lojinhas precárias, os turistas compram excursões às praias Tanjung Aan, Munun e Selong Belanak, tours nas cachoeiras Sendang Gile e Tiu Kelep, mergulhos com snorkel nas Ilhas Gili ou passeios culturais em Sukarara, procurada pela tradição de tecelagem manual.

Mas a principal atração é o Parque Nacional do Monte Rinjani, que integra um geoparque global da Unesco e, desde 2023 limita a entrada a setecentas pessoas por dia. É um fluxo de gente que alimenta todo o comércio em volta da entrada principal do parque, a Vila de Sembulan. As caminhadas pelo vulcão costumavam ser vendidas aos turistas como um passeio comum, sem nenhuma explicação adicional sobre o alto grau de dificuldade, sobretudo na chegada ao cume.

A brasileira Juliana Marins comprou seu *trekking* na modalidade compartilhada, que permite até sete pessoas no mesmo grupo, acompanhadas de um guia e três carregadores. Juntou-se a mais cinco turistas de países diferentes, e apenas dois se conheciam entre si. Seguiu todas as exigências da agência. Contratou um seguro e passou por um check-up médico, basicamente uma série de perguntas sobre condições físicas e uso de remédios, organizado pela empresa que vende o passeio.

O guia Ali Musthofa detalhou o roteiro para os turistas. Eles chegariam pela entrada de Sembulan e fariam a caminhada que dura duas noites e três dias. Com paradas para descanso, andariam o dia inteiro até o acampamento-base, chamado Pelawangan Sembulan, a 2 639 metros de altura. Nos dias de céu aberto, aquele ponto já oferece uma vista extraordinária da cratera e do Lago Segara Anak. Pernoitariam ali, em barracas de camping levadas pelos carregadores. Ainda durante a madrugada iriam encerrar a parte mais difícil, o trecho final que leva ao cume do vulcão. Lá no topo, os trilheiros assistem ao Sol nascer e, no geral, posam para fotos segurando placas com a altitude da montanha.

Na manhã da sexta-feira, dia 20, o horário de Lombok, Ali Musthofa passou no hotel dos turistas e os levou em *transfer* privado até o parque – foram duas horas de viagem. O grupo fez registro de entrada, posou para uma selfie tirada por Musthofa e começou a subida.

Segundo contaria o guia depois em entrevistas na Indonésia, Juliana Marins estava muito feliz. Tirou poucas fotografias e, no caminho, conversou bastante com ele. Quando ouvia música, ficava

animada e apressava o passo. Depois de uma longa caminhada montanha acima, chegaram ao acampamento Pelawangan Sembulan, de onde o grupo partiu às três da manhã rumo ao topo. Para turistas estrangeiros, essa parte final costuma levar cerca de três horas.

Juliana teve dificuldade para acompanhar o grupo e foi ficando para trás. Em um trecho extremamente inclinado ficou sem fôlego e se deitou no chão para descansar. Ali Musthofa, que permaneceu andando ao seu lado, brincou: “Juliana, quer parar aqui ou continua?” Ela quis seguir em frente. Em um trecho mais adiante, pediu para parar um pouco. O guia a sentou em uma espécie de recuo, uma área ainda perto do precipício, mas plana.

Como os outros integrantes do grupo já estavam uns 200 metros à frente, Musthofa avisou que ia subir um pouco e ver se eles estavam bem. Segundo ele, combinaram que Juliana o alcançaria quando estivesse descansada. Enquanto a esperava subir ao seu encontro, o guia fumou um cigarro, para ajudar a aquecer o corpo – no topo pode fazer 5°C negativos naquela hora da madrugada. Viu que a brasileira estava demorando muito e, cerca de trinta minutos depois, voltou para encontrá-la.

Juliana não estava mais lá. Um dos seus bastões de caminhada caíra a 3 metros da trilha. O guia olhou para o precipício e avistou a luz da lanterna do capacete de Juliana. Percebeu que ela havia caído, entrou em pânico. Voltou ao ponto mais alto, onde havia deixado a mochila, pegou o celular e retornou ao local do acidente para filmar a luz da lanterna. Ficou um tempo procurando sinal e, mais perto do cume, conseguiu conexão. Às 6h08 da manhã, enviou o vídeo para a empresa e para o grupo de WhatsApp da associação dos operadores de *trekking*, usado também por guias e carregadores do parque, informando o que havia acontecido.

O presidente da associação, Pak Munawir, viu a mensagem e acionou o parque. Enquanto isso, por HT – os rádios de comunicação chamados de *handy talky* na Indonésia –, Ali Musthofa falou com outros guias. Perguntou se havia cordas no acampamento-base Pelawangan Sembulan, que poderiam ser usadas para resgatar a brasileira. Os colegas responderam que não. Ele gritou para Juliana esperar pelo resgate e não se mexer, já que qualquer movimento a levaria a deslizar mais, para cada vez mais longe da borda. Ela só dizia: *Help me!* O guia procurou de novo por sinal de celular e conseguiu ligar para o seu pai. Contou que uma de suas turistas havia caído no precipício. O pai pediu que ele se mantivesse calmo e que fosse forte.

Os próximos quatro dias seriam marcados por acontecimentos confu-

sos, embaralhados por um fuso horário de onze horas de diferença. De um lado, na Indonésia, uma jovem brasileira deslizava abismo abaixo enquanto equipes de resgate se atrapalhavam para prestar socorro. Do outro, no pequeno apartamento em São Paulo, a família tentava, desesperadamente, fazer algo para evitar a queda.

Nas horas seguintes ao aviso da espanhola, as Marianas entraram em uma maratona de mensagens e telefonemas. No grupo de WhatsApp da família, descobriram que Juliana Marins não havia informado o nome da seguradora que contratara. Conversaram com mochileiros que a conheceram na viagem e rastrearam as empresas mais utilizadas por viajantes na Indonésia, até chegar na que ela escolhera, a SafetyWing. Os funcionários explicaram que a apólice dela não cobria resgate de helicóptero, mas orientaram sobre o protocolo para acionar o seguro assim que Juliana fosse levada a um hospital.

As Marianas também encontraram duas empresas privadas de resgate aéreo, uma da Indonésia e outra da Austrália. Ambas deram a mesma resposta: o Parque Nacional do Monte Rinjani não permitia voos de helicó-

ptero na cratera do vulcão, considerada muito perigosa em razão da instabilidade do terreno e das condições climáticas, que mudam muito rápido. Ainda assim, elas mantiveram contato com as equipes dessas empresas, que recomendaram que Juliana não fosse levada ao hospital da Ilha de Lombok, pequeno e precário. Assim que fosse resgatada, deveria seguir de helicóptero da portaria do parque direto para o Hospital Siloam Denpasar, em Bali, a cerca de uma hora de voo, onde uma equipe médica estaria de prontidão. Em seguida, elas ligaram para a embaixada brasileira em Jacarta e pediram apoio para que esse plano fosse seguido pelos socorristas.

Enquanto cuidavam dos detalhes do socorro, as Marianas acionaram uma rede de contatos para impedir que o acidente passasse despercebido. Quanto mais gente soubesse, acreditavam elas, maiores seriam as chances de conseguir um resgate rápido.

Formada em publicidade pela Escola de Comunicação da UFRJ, Juliana Marins havia trabalhado em canais do grupo Globo e na agência Mynd. Conhecia muitos jornalistas. Um ex-namorado foi acionado, assim como várias amigas – uma delas, no meio da própria festa de aniversário. A corrente

Ministério da Cultura, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa apresentam

100 anos de arte

GIL Gilberto Chateaubriand

Venha ver a nova exposição do MAM Rio, com mais de 150 obras históricas da arte brasileira.

saiba mais www.mam.rio

programação gratuita

GILBERTO

Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro Av. Infante Dom Henrique, 85

Organização

Patrocínio Estratégico

Patrocínio Master

Patrocínio

Realização

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL

Não me deixar convencer por campanhas eleitorais feitas com IA.

QUE OS DEUSES ANALÓGICOS ME AJUDEM.



funcionou. À meia-noite de sexta, a televisão começou a noticiar o caso. As imagens da jovem brasileira caída em uma língua de areia vulcânica logo se espalharam pelas redes sociais.

Em nenhum momento, a administração do parque entrou em contato com a família. Às 23h20 da sexta-feira, no horário de São Paulo, duas horas após a mensagem de Olivia de Olmedilla, chegou a primeira de várias informações desencontradas, intercaladas por longos períodos de silêncio. Um funcionário da embaixada brasileira telefonou para Mariana de Oliveira e disse que uma equipe de resgate alcançaria Juliana em até duas horas.

Já na madrugada de sábado, dia 21, Mariana de Oliveira conseguiu o contato oficial do parque. Às 2h44, enviou mensagem perguntando o que estava acontecendo. Eram 13h44 em Lombok. Três minutos depois, um funcionário enviou um *print* do passaporte de Juliana e quis confirmar se era ela quem havia caído. Em seguida, afirmou que socorristas já subiam a montanha e que o resgate seria rápido. Escreveu: *We handle it quickly* (Tratamos disso com rapidez). Depois disso, o parque parou de responder.

Às quatro da manhã de São Paulo, a empresa de resgate privado de Bali, que mesmo sem poder fazer nada de concreto continuava em contato com as Marianas, enviou uma foto de socorristas no ponto da queda. "Eu peço que eles também acionassem os contatos deles no Rinjani, porque daí a gente não sabia de nada." Todas

as informações que a gente conseguia vinham dos turistas que estavam lá em cima", lembra Mariana Marins.

Nessas horas cegas para a família, o que ocorreu no alto do vulcão foi um descalabro.

O Parque Nacional do Monte Rinjani tem cerca de duzentos guias e carregadores cadastrados, que conhecem cada detalhe da montanha. Em casos de acidente, que são frequentes, eles costumam organizar resgates por conta própria, já que os socorristas demoram para subir o vulcão. Foi assim que guias locais que também são alpinistas experientes e habilidosos tornaram-se famosos na região por fazer resgates voluntários no vulcão ou auxiliar as equipes profissionais, quando elas enfim chegam para prestar socorro. Entre os mais experientes estão Abdul Haris Agam e Herna Prasetyo, conhecidos nas redes sociais como Agam Rinjani e Tyo Survival.

No ano passado, o irlandês Paul Farrell, de 32 anos, caiu perto do cume e só não deslizou encosta abaixo porque conseguiu se apoiar em uma pedra. Segundo contou à BBC, alguns guias que estavam por ali, no desespero, improvisaram uma corda amarrando camisetas e a jogaram em sua direção. Desconfiado de que aquele expediente não daria certo, o turista permaneceu agarrado à pedra e deu um leve puxão na corda feita às pressas, para testar sua resistência. Ela, claro, se rompeu. Farrell saiu vivo cinco horas depois, graças à coincidência

de que uma equipe com profissionais e voluntários, incluindo Agam Rinjani, já estava na área para resgatar o corpo de um outro trilhista, o indonês Kaifat Rafi Mubarak, de 16 anos.

Agam Rinjani calcula ter resgatado no vulcão 21 turistas vivos e 9 mortos. Um deles, por acaso. Em 2016, enquanto estava em uma trilha que leva os turistas para mergulhar no lago da cratera, viu boiando o corpo de uma viajante de Sumatra, Ike Suseta Adelia, de 26 anos, que morreu afogada no dia anterior. Nem Agam nem Tyo Survival estavam em Lombok no dia em que Juliana caiu.

Quando o aviso de que a brasileira havia caído no penhasco chegou à portaria, o parque enviou uma equipe de resgate financiada por uma taxa cobrada dos turistas. É um grupo de moradores locais, acostumados a chegar até o topo rapidamente, mas sem treinamento para casos complexos. Eles saíram às oito da manhã de sábado levando apenas uma corda, e alcançaram o ponto do acidente por volta das duas da tarde, no horário de Lombok. Foi a gravação da chegada desse grupo que as Marianas receberam, sem saber que eram apenas socorristas locais.

No alto da montanha, esse grupo precário de resgate discutiu o que fazer com alguns guias que estavam na área, levando turistas. Os socorristas disseram que nunca haviam feito rapel, nem descido precipícios. Ali Musthofa também não. "Eu nunca tinha subido nem em árvore", disse ele em entrevista ao *videocast* indonês *Curhat Bang!*. "Ninguém se atreveu a descer, então eu fui", completou.

Musthofa amarrou a corda na cintura, sem qualquer equipamento de segurança. Com as pernas tremendo, começou a descer, apoiando os pés desajeitadamente na parede vertical de areia solta. Não havia ancoragem. A corda era sustentada por uma fila de socorristas e guias que usavam chinélos. Um movimento errado e cairiam todos. Enquanto descia, avistou o outro bastião de caminhada de Juliana. Foi chamando por ela, mas desta vez não houve resposta. Musthofa achou que a brasileira pudesse ter desmaiado. Como a corda era curta demais, não conseguiu chegar onde Juliana estava e voltou para a trilha.

O horário estimado da queda da brasileira é quatro da manhã, no horário de Lombok. A Basarnas, a agência nacional de busca e salvamento da Indonésia, só foi acionada cinco horas e meia depois, às 9h30, quando a capenga equipe local já estava subindo, com uma corda curta demais.

A base da unidade regional da Basarnas, chamada Kantor SAR, fica em Mataram, a cerca de duas horas da

entrada principal do parque. Um primeiro grupo desse time chegou às 10h21, com cinco pessoas, entre elas um especialista em rapel. Nove minutos depois, chegaram mais nove socorristas. E, às 12h30, uma terceira equipe, com mais cinco, completou a operação. Ao todo, dezenove membros da Basarnas entraram nessa operação de resgate. Já fazia oito horas que Juliana havia caído quando eles iniciaram a subida da montanha.

Quando anoiteceu, o grupo de Olivia de Olmedilla precisou iniciar a descida da montanha – eles haviam conseguido permanecer no alto bem além do horário permitido. Antes de ir embora, por volta das sete da noite em Lombok, a espanhola enviou uma de suas últimas mensagens. Avisou às Marianas que Juliana tentara levantar, mas não conseguia. E mandou uma foto. A brasileira estava cada vez mais perto do trecho em que a encosta virava um abismo – e aquela foi a última vez em que ela foi avistada lá de cima.

A equipe completa da Basarnas chegou ao alto do vulcão mais de quinze horas depois da queda, e depois da saída dos espanhóis. Enfrentou sete horas de corrida montanha acima, sem paradas para descanso. No cume, os socorristas da agência nacional fizeram um *Maghrib*, oração islâmica do pôr do sol – a maioria dos habitantes de Lombok é muçulmana. Depois, instalaram as primeiras âncoras de segurança. Após uma pausa de poucos minutos para a *Isha*, a oração da noite, Samsul Fadli, coordenador de campo da Unidade de Busca e Salvamento de Lombok Timur, desceu o penhasco até o ponto onde o drone das garotas malaias havia localizado Juliana. Chamou pelo nome dela, e nada: a brasileira já não estava lá. A corda que ele dispunha – mais uma vez – não era suficiente para ir mais fundo e a neblina estava densa. Fadli avisou que precisaria de cordas mais longas e, para não ter que subir e voltar de novo, decidiu montar um *flying camp*, um pernoite pendurado na encosta. O resgate ficaria para o dia seguinte.

Em São Paulo, na manhã de sábado, dia 21, Mariana de Oliveira voltou a falar com a embaixada às 9h30. "Naquele momento, a gente recebeu uma mensagem deles dizendo que a primeira equipe tinha chegado lá e não tinha conseguido alcançar a Juliana. Por causa do mau tempo, suspendeu as buscas no fim da tarde, no horário indonês. Ela caiu de manhã, ia passar a noite lá", lembra ela. E completa: "Ficou claro que algo estava mesmo muito errado."

Dois horas depois, às 11h30, a embaixada ligou novamente. Um funcionário disse que, na verdade e de

acordo com informações de autoridades locais, o resgate tinha conseguido chegar até Juliana, levando água, comida e agasalhos. Mas ela só seria retirada na manhã seguinte, também no horário da Indonésia.

E veio uma confirmação dessa versão. Um indonésio ligado a uma das empresas privadas de resgate contatadas pelas Marianas enviou um vídeo de homens descendo com cordas durante a noite, carregando mantimentos. Elas acreditaram que, enfim, o socorro havia chegado.

Por insistência da filha mais velha, Estela e Manoel foram para o hotel tentar dormir um pouco. Os Marins decidiram que iriam todos à Indonésia para acompanhar a caçula no hospital.

A família avisou à imprensa que Juliana estava assistida, postou a boa-nova nas redes sociais. As Marianas se permitiram um pouco de alívio. Brincaram: "Ai, a Juliana vai voltar e vai dizer: Que mico! Saí nos portais de notícia, falei até com meu ex-namorado..."

Ainda assim, não se conformavam com a ideia de ela passar a noite no precipício. Achavam que as coisas continuavam estranhas. "Era tudo sem lógica. Como eles a alcançaram e mesmo assim ela iria passar a noite lá? Eles não tinham lanterna para retirá-la? Eu perguntava à embaixada se conseguiam mandar alguém ao parque, para saber o que estava acontecendo. Eles respondiam que não podiam fazer mais nada, além de tentar levantar informações e repassar para a gente", diz Mariana de Oliveira.

Mariana Marins conseguiu o telefone do embaixador do Brasil em Jacarta, George Monteiro Prata. As 11h48 de sábado, mandou mensagem de WhatsApp, apresentou-se e perguntou se havia notícias do resgate. Prata respondeu que tentava obter mais informações. "Eu insisti, perguntei se ele sabia quem estava lá no local do acidente", lembra ela.

O embaixador escreveu: "Fornecimento de alimentos e de cobertor já é parte do resgate, e a evacuação teve início na manhã de hoje [sábado]. Não foi possível fazê-la ontem à noite, em vista das condições climáticas. Para seu conhecimento, envio abaixo o relato dos esforços da embaixada quanto ao caso, levei muito a sério a proteção a brasileiros e vejo que a embaixada tem recebido críticas pouco fundamentadas".

As críticas vinham das redes sociais, que já pegavam fogo. E a essa altura Prata repassava notícias do resgate até mesmo para Rodrigo Neves, prefeito de Niterói — onde Juliana morava com os pais. Neves havia chegado ao embaixador depois de acionar o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, um niteroiense.

Filhos de amigos de Estela e Manoel Marins que vivem na Austrália mandaram mensagens: agências locais já notificavam que Juliana havia sido resgatada e estava a caminho de um hospital. "A queda da Juliana já tinha causado um fuzú. Até sites americanos e europeus estavam noticiando. Mas como ela podia estar chegando no hospital sem que a família fosse informada? Nada batia", recorda Mariana Marins.

Horas depois, a empresa de resgate privado de Bali enviou nova mensagem. Era um aviso de que, na verdade, a Basarnas havia chegado ao local da queda, decidido penhasco abaixo e não conseguia avistar Juliana. Um drone também não detectara a presença dela. Naquele momento, dizia a mensagem, Juliana estava "desaparecida".

Com a ajuda do prefeito de Niterói, as Marianas conseguiram checar a informação. A notícia transmitida pela embaixada brasileira era um equívoco, causado, provavelmente, pelo fato de que os integrantes da Basarnas haviam enviado provisões para que o socorrista Samsul Fadli passasse a noite lá embaixo.

As Marianas entraram em pânico, de novo.

Estela Marins acordou Manoel com a notícia: "Olha, era tudo mentira. A Juliana não foi encontrada." Ele decidiu que viajaria para a Indonésia imediatamente. Seguiu-se uma corrida logística, com a família inteira trocando mensagens, dando opiniões, combinando quem poderia acompanhá-la. A sobrinha Kamila Marins foi até a casa dos tios, em Niterói, pegou o passaporte e algumas peças de roupas e levou tudo para São Paulo. O plano era que Manoel embarcasse para Lisboa, onde se encontraria com outro sobrinho, Sady Neto, jovem fluente em quatro línguas, que o acompanharia até a Indonésia.

Quando foi deixar o tio no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, a sobrinha avisou que embarcaria também. "Ele é muito ativo, inquieto. Participa de maratonas, anda quilômetros de bike, nada no mar. Mas, quando desceu do carro, estava com os movimentos pesados, meio letárgico. Não tinha a menor condição de viajar sozinho", lembra Kamila. E completa: "Ele não queria que eu fosse. Até que respondi: 'Você não manda em mim, eu vou com você'".

Para conseguir passagem de última hora, ela explicou no balcão da companhia aérea que viajava com o pai "da moça do vulcão na Indonésia". A funcionária conseguiu encaixá-la no mesmo voo. Durante a viagem, Kamila trocou mensagens com a diplomata Helena Massote de Moura e Sousa, da embaixada



da brasileira, que se oferecera para dar suporte à família na Ilha de Lombok.

No Aeroporto de Lisboa, eles se encontraram com Sady Neto. A viagem seria turbulenta. O bilhete previa conexão em Doha, capital do Catar, mas o embarque só seria permitido com uma passagem de volta. Tentaram explicar que ainda não sabiam a data de retorno. Não teve jeito. Acabaram comprando o voo de volta mais barato disponível, via Austrália. Pouco depois, o espaço aéreo foi fechado por causa dos ataques do Irã a uma base militar dos Estados Unidos em Doha.

Quando os voos foram liberados, quase cinco horas depois, o aeroporto virou um caos. Em meio a filas imensas, Sady Neto explicou no guichê que viajava com o pai da brasileira que caíra em um vulcão. Os funcionários, que também haviam visto as imagens, conseguiram colocá-los no primeiro voo. A família saiu de Lisboa seis horas depois do horário previsto.

Durante a viagem, Manoel, Kamila e Sady Neto se sentaram lado a lado, na mesma fileira, e decidiram ficar sem internet. "Estranhamente, foi um voo bacana. Conversamos sobre tudo: divindade, morte, vida, conexão familiar, casamento, amor, política, sobre como a fé nos constitui como seres humanos. Lembramos da infância de Juliana e Mariana. Fizemos várias declarações de amor uns aos outros. O meu tio tem o dom da palavra e parecia que estava intuindo algo. Fomos assim até a Indonésia, chegamos mais leves", conta Kamila.

Na manhã de sábado, dia 21 no Brasil, a jovem brasileira deslizava para o abismo de um vulcão da Indonésia, à espera de um resgate que não chegava, já dominava a internet. Quando ficou claro que o socorro demorava demais, as Marianas concluíram que era preciso manter a pressão nas redes. Criaram um grupo no WhatsApp com as primas Kamila, Priscila e Laís, para discutir uma estratégia.

Mariana Marins já relatava o que acontecia nos stories de seu Instagram, para que as pessoas compartilhassem. Mas decidiu-se que seria mais eficiente abrir uma conta específica para cobrar agilidade no socorro, a @resgatejulianamarins. Em três dias, ela alcançava 1,5 milhão de seguidores. "Eu dizia, é preciso que cheguem nela. Ela tá caindo, ela tá escorregando! A gente precisa chegar rápido, porque se Juliana chegar na ponta desse abismo, acabou", lembra.

A mobilização nas redes se incendiou. Houve indignação com a demora do resgate, debates sobre a falta de comunicação entre autoridades dos dois países, opiniões sobre segurança em trilhas e gestão de parques, reflexões sobre o direito das jovens mulheres ao turismo de aventura. Multiplicaram-se também as críticas a um guia que abandona um cliente em um vulcão perigoso.

A imagem penosa de Juliana sozinha com risco de desabar no abismo entrou nos assuntos mais comentados do X. Nos comentários, os internautas marcavam o presidente Lula e o Itamaraty. Brasileiros invadiram os perfis do presi-



**NÃO VOTAR EM QUEM
NÃO É DE VERDADE.**

dente da Indonésia, Prabowo Subianto, e da Basarnas, acusando negligência e cobrando providências. A pressão foi tão grande que autoridades como o ministro das Florestas da Indonésia, Raja Juli Antoni, acabaram entrando no caso.

A propagação nas redes também trouxe efeitos colaterais. Juliana praticava *pole dance* em um estúdio em Niterói, indicação de Estela depois que a filha começou a procurar aulas de dança – e chegou a participar de competições. No Carnaval, saía em blocos com as amigas usando adesivos de *glitter* nos seios, os *nipple pasties* que se tornaram símbolo do empoderamento feminino. E Juliana era uma mulher negra. Não é difícil adivinhar o que aconteceu. *Haters* usaram fotos de seu Instagram para espalhar discursos de ódio, racismo e misoginia.

O caso atraiu caçadores de seguidores. Apareceu de tudo. Alguém fez um post no TikTok garantindo ter trabalhado com Juliana Marins e que ela nem sequer falava com a irmã, Mariana, que estaria mobilizando a população apenas para aparecer. Uma desconhecida chegou a criar um grupo de WhatsApp com amigas reais de Juliana e, com acesso privilegiado às informações que circulavam por ali, passou a dar entrevistas em nome da família – com críticas violentas à atuação da embaixada brasileira na Indonésia. Só parou quando Mariana Marins descobriu e ameaçou processá-la.

Nessa tempestade viral, a família percebeu que precisava reforçar uma onda de simpatia por Juliana. “No co-

meço, foi intuitivo, mas depois começamos a criar uma jornada do herói ao contrário, porque o final, infelizmente, todo mundo já sabia”, diz Mariana Marins, referindo-se ao modelo narrativo criado por Joseph Campbell, muito usado em filmes, que descreve o caminho de transformação de um protagonista – na partida, ele deixa seu ambiente conhecido; na iniciação, amadurece ao encarar desafios; e, no retorno, volta transformado.

Nas redes sociais e nas entrevistas, passaram a mostrar Juliana em família e a apresentá-la como uma jovem esportista, feliz, cheia de vida. “A gente não queria que ela ficasse conhecida como a ‘menina do *pole dance*’, que é um esporte estigmatizado, né? Mostramos que fazia também vários outros esportes. Conteí nossas histórias de irmã no Instagram, falei dos sonhos dela”, diz Mariana Marins. “Sabíamos que, se as pessoas não se identificassem e se isso caísse no esquecimento, não conseguiríamos trazê-la. No início era trazer vida. Depois, conseguir trazer para nos despedirmos”, lembra Mariana de Oliveira.

A certa altura, o prefeito de Niterói colocou sua assessoria de imprensa à disposição para ajudar a família a redigir e divulgar comunicados. E, para manter o assunto na mídia, as Marianas passaram a liberar gradualmente as informações que recebiam da Indonésia.

A fotografia brasileira Lara Fassarella Pierri, que morava na Austrália e estava de férias no Sul de

Lombok com o namorado, o francês Gaspard Legrand, ficou abalada quando soube de Juliana no Rinjani. As duas não se conheciam, mas tinham amigos em comum. “Era como se fosse comigo. Quando eu tinha 19 anos fiz o mesmo mochilão. Só não subi o vulcão porque não tive tempo.” As férias perderam a graça.

A produção do *Fantástico* perguntou se ela toparia cruzar a ilha para ir até a agência responsável por vender a trilha para Juliana. Lara Pierri aceitou. Perto das 22 horas, subiu na garupa da moto do namorado e, à meia-noite, os dois chegaram ao hotel onde o grupo da brasileira havia se hospedado. Funcionários da agência estavam lá e disseram que a Ryan Tour só vendia o *trekking*; a organização ficava a cargo de outra empresa.

Dois turistas que haviam subido a montanha com Juliana, a italiana Federica Matricardi e o francês Antoine Le Gac, gravaram depoimentos de como o grupo foi se dispersando no alto da montanha. Matricardi, uma enfermeira que também viajava sozinha e teve mais contato com Juliana, estava consternada. Mostrou um vídeo que fez com ela no acampamento-base Pelawangan Sembalun. As duas diziam que subiram a montanha pela vista e iam ao apontar para a paisagem toda coberta de névoa. As imagens foram exibidas no *Fantástico*.

Depois de colher esses depoimentos, Lara Pierri manteve contato com Mariana Marins e se ofereceu para buscar informações diretamente no parque, para repassá-las apenas à família. Na manhã seguinte, domingo, dia 22, ela e o namorado encaram mais duas horas de moto até o Rinjani. “Chegando lá, fiquei chocada. Tudo funcionava normalmente, o lugar cheio de turistas. Parecia que ninguém estava nem aí”, conta. A única evidência de uma operação de resgate eram dois carros vermelhos da Basarnas estacionados na base.

Enquanto isso, no alto do Rinjani, a Basarnas retomava as buscas. O dia amanheceu com neblina e garoa. O socorrista Samsul Fadli voltou a procurar Juliana e não a viu. Aos oito da manhã, subiu de volta para a trilha e descansou um pouco. Por volta das 10 horas, uma montanhista se ofereceu para usar seu drone e vasculhou o penhasco abaixo do ponto onde a brasileira havia sido vista pela última vez. Também não encontrou nada, a bateria acabou antes de cobrir a área.

Várias equipes já participavam das buscas – e concluíam que a combinação de névoa fechada e terreno intransitável, com areia vulcânica e pedras que se desprendiam facilmente, tornava impossível continuar. A operação foi suspensa. Um drone técnico

da Basarnas que chegou depois ainda sobrevoou o penhasco, mas, por causa do tempo ruim, não achou nada. À noite, as equipes acamparam na trilha, à beira do abismo.

Lara Pierri e o namorado conseguiram reunir essas informações e repassaram à família Marins. “Por causa da notícia falsa de antes, eu tinha cuidado redobrado. Tudo o que descobria, passava em sigilo total para a família”, conta. O casal se hospedou em um pequeno hotel nas proximidades, onde acabaria permanecendo por três noites. Revezavam-se no parque, para não perder nenhuma atualização.

Na manhã de segunda-feira, dia 23, o tempo amanheceu mais aberto. A fotógrafa conversou com socorristas que estavam sentados no chão, tomando café. Eles contaram que, às 6 horas, a Basarnas havia conseguido operar o drone na encosta e que por volta das 7h50, localizaram Juliana. No vídeo feito pelo aparelho, a brasileira aparecia muito ferida, imóvel. Lara Pierri ligou para Mariana Marins e mostrou as imagens.

Havia um detalhe: Juliana estava descalça e a posição dos tênis causou estranhamento. Um estava caído acima do ponto onde ela estava e o outro aparecia junto dela. Os integrantes do resgate cogitaram que ela poderia estar viva. Se os sapatos se soltaram e estavam em posições diferentes, talvez ela tivesse se movido depois da última queda e conseguido retirá-los dos pés.

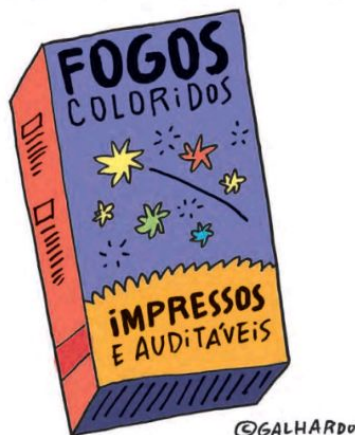
Era uma esperança frágil, mas no Brasil a família Marins também se agarrou a ela. Lara Pierri transmitiu à equipe a orientação das Marianas para que o vídeo não fosse vazado. Mesmo assim, ao longo do dia, a BBC da Indonésia divulgou o registro, que se espalhou por outros veículos. Depois de um pedido da família, a emissora retirou o material de suas redes e publicou uma nota de desculpa.

À noite, Lara Pierri viu quando chegaram alguns voluntários, carregados de equipamentos – era Agam Rinjani e sua turma, que haviam viajado de volta para Lombok e passado na casa de amigos para pegar cordas e furdadeiras emprestadas. Pelo conhecimento que tinham da montanha e de técnicas de rapel em paredes verticais, eram os alpinistas mais indicados para ajudar o resgate da Basarnas e ir mais fundo no penhasco, onde a brasileira estava.

Na terça-feira, dia 23, chegou ao parque a diplomata Helena Massote, acompanhada de um intérprete e de um adjunto do adido militar da embaixada brasileira em Jacarta.

No início da noite, integrantes da Basarnas e autoridades locais se reuniram em uma área aberta. Havia muita gente em volta – até crianças brincando. Lara Pierri imaginou que anuncia-

ANO NOVO ELEITORAL



riam o plano de resgate para a manhã seguinte. Mas os socorristas haviam alcançado Juliana – e ela estava sem sinais vitais. Quando o tradutor da embaixada repassou a notícia, de forma abrupta, a fotografia saiu da reunião e ligou para as Marianas.

Por causa do fuso de Lombok, de onze horas à frente, era durante a noite em São Paulo que a família Marins conseguia notícias. No decorrer das buscas, as Marianas entraram em estado de alerta. De sexta para sábado, ficaram acordadas. De sábado para domingo, dormiram apenas 40 minutos. De domingo para segunda, Mariana Marins conseguiu cochilar um pouco. “Ela estava dando muitas entrevistas. Eu a obrigava a fechar os olhos para conseguir responder direito”, diz Mariana de Oliveira.

Da segunda para terça, ninguém dormiu. As duas participaram de uma live que atravessou a madrugada, com amigos e desconhecidos em uma corrente de orações para Juliana. Um pouco antes das oito da manhã de terça-feira, no horário de São Paulo, tentaram descansar. Exausta, Mariana Marins capotou. Mariana de Oliveira ficou deitada na cama, com os olhos fixos no celular. “Então a Lara ligou...”, lembra.

Aviada, Mariana Marins respondeu: “A gente não vai falar nada até a Juliana ir para o hospital.” Cobriu a cabeça e virou para o lado. “Eu dei uma desassosada. Fiquei paralisada, confusa”, lembra. Quando finalmente entendeu que a irmã estava morta, demorou a achar coragem para ligar para a mãe. “Eu disse: ‘Olha, chegaram na Juliana. E ela não resistiu’. Ela ficou em choque.” A família então começou a decidir quem avisaria quem, antes que a imprensa divulgasse a notícia.

Manoel Marins é o tipo de passageiro que se levanta antes mesmo de o avião abrir as portas. Assim que pousaram em Bali, já de pé e com a bagagem nas mãos, perguntou à sobrinha, a única com *roaming* internacional: “Já está com internet?” O celular dela conectou imediatamente, dezenas de mensagens começaram a chegar. Ela abriu primeiro a de Mariana Marins. A primeira dizia: “Kamila, minha irmã foi encontrada, mas ela não resistiu. O meu pai precisa saber disso por você, por favor, não pela internet.”

O tio estava olhando para ela. “Eu disse: ‘A Ju foi encontrada...’ Ele entendeu na hora. Dali mesmo telefonamos para minha tia. Foi uma ligação de 11 minutos. Vê-lo falando com a tia Estela foi muito doloroso.”

Quando desembarcaram, às quatro da manhã, horário da Indonésia, Manoel, Kamila e Sady foram recebidos por funcionários da companhia aérea,

que os ajudaram a passar rapidamente pela imigração. Um táxi enviado pela embaixada os levou ao Porto de Bali. De lá, embarcaram para Lombok. Outro táxi, enviado pelo governo local, os aguardava. Seguiram direto para a sede da administração do Parque Nacional do Monte Rinjani, onde encontraram a diplomata Helena Massote e os outros dois funcionários da embaixada.

Havia duas reuniões agendadas, uma com a alta cúpula da Basarnas, a segunda com o diretor do parque, Yarmar Kadir, além de um funcionário da agência que havia vendido o *trekking* e o guia Ali Musthofa. A primeira reunião atrasou, e a família foi levada a um hotel próximo, para deixar a bagagem e tomar banho – já viajavam há mais de quarenta horas. Sady Neto aproveitou o intervalo para anotar as perguntas que queria fazer, e eram muitas.

De volta à administração, os Marins entraram em uma sala com um sofá e cadeiras arrumadas em U. Um representante da Basarnas fez uma apresentação em inglês, diante de oito pessoas – Manoel, Kamila, Sady Neto, Lara Pierri e o namorado e o pessoal da embaixada. No PowerPoint projetado na parede estava a cronologia detalhada do resgate, do momento em que foram chamados até o içamento do corpo de Juliana.

O PowerPoint também mostrava, em sequência, as etapas da queda. Primeiro, Juliana caiu cerca de 200 metros. Depois, mais 200, por um trecho ainda levemente inclinado. Alcançou a beira de um precipício. Por fim, mergulhou em um paredão vertical, uma queda livre de mais 200 metros. Em três dias, ela havia descido 600 metros, uma altura arrebatadora. A estátua do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, fica a pouco mais de 700 metros do nível do mar.

Ninguém pode reconstituir o que aconteceu com ela enquanto escorregava abismo abaixo. Não se sabe se desmaiou em alguns momentos, se tentou se agarrar a algo – nem mesmo se enxergava o que estava abaixo dela. “É tanta solidão que prefiro acreditar que ela não tinha visto nada”, diz Mariana de Oliveira.

O resgate do corpo foi complexo. Sete pessoas desceram, entre integrantes da Basarnas e os voluntários Agam Rinjani e Tjo Survival. O corpo dela foi embalado e começou a ser suspenso. Na noite de 24 de junho, parte desse grupo acampou a 3 metros dele, para evitar que deslizasse e voltasse ao ponto em que caiu. No dia seguinte, cogitou-se o uso de um helicóptero pequeno, emprestado por uma mineradora, para ajudar na retirada. Mas a área, com pedras soltas e ventos fortes, tornava a opção perigosa demais. O corpo foi içado apenas

com técnicas de rapel, em uma operação que durou nove horas, em meio a pedras que caíam nos capacetes dos socorristas. Vídeos publicados no Instagram da Basarnas mostram essa etapa, dramática, com os voluntários pendurados em cordas e suspendendo a brasileira ao longo de um paredão. Por último, aparece Agam Rinjani, cuidando para que o corpo não batesse na encosta.

A família de Juliana estava em choque com a notícia da morte, exausta, atordoada com a barreira da língua e o fuso horário. E, sobretudo, indignada. “Na apresentação, o pessoal da Basarnas foi muito solícito e respondeu a todas as nossas perguntas. Mas fomos percebendo que aquele parque não daria um sinal aberto. Era escandaloso como qualquer socorro era moroso. As chances de Juliana ter sobrevivido eram muito pequenas”, diz Kamila Marins.

A reunião seguinte também foi adiada. O corpo de Juliana já chegava à portaria, em uma ambulância. “Era preciso fazer dois reconhecimento. Um para a Defesa Civil, ali mesmo, e outro no dia seguinte, no hospital, para a polícia”, lembra Manoel Marins.

A família estava em frangalhos, mas Manoel insistiu em vê-la pessoalmente. “É minha filha”, disse. Kamila e Sady Neto não o deixaram ir sozinho. Os três entraram na ambulância por uma porta que se abria de baixo para cima. Por causa da repercussão do caso, o lugar estava agitado. Além dos envolvidos na operação de resgate, havia curiosos – entre eles youtu-

bers tentando filmar com celulares. Os funcionários da embaixada, Lara Pierri e o namorado pediam para que todos guardassem os aparelhos.

Juliana estava em um saco mortuário que se abria pela lateral. Um funcionário da Basarnas começou a puxar o zíper. A família a viu primeiro pelos pés, sujos de terra. Depois pelas pernas, arranhadas. Em seguida, pelo tórax, que estava expandido. Por fim, o rosto. Manoel, chorando, afastou os cabelos do rosto da caçula e disse: “Minha filha...” Kamila Marins fez um sinal para que o funcionário fechasse o zíper, e todos foram retirados da ambulância. Do lado de fora, a diplomata Helena Massote tentava conter o que queriam filmar a cena.

A equipe de alpinistas voluntários que resgatou o corpo chegou logo depois. Kamila ficou amparando o tio. Sady Neto foi agradecer a todos, um por um. Agam Rinjani, àquela altura já famoso entre os brasileiros, que passaram a segui-lo em massa no Instagram, pediu desculpas por não ter conseguido tirar Juliana com vida da montanha. Sady Neto respondeu que, sem eles, a família não teria podido trazê-la de volta ao Brasil. Os funcionários da embaixada levaram os Marins a uma pizzaria próxima, ninguém conseguiu comer.

O que aconteceu nas quatro horas entre a queda de Juliana e o momento em que a Basarnas foi acionada só se esclareceria para a família na reunião seguinte, realizada



na mesma sala. Foi um encontro tenso. Ao contrário dos membros da Basarnas, sempre atenciosos, a família achou que o diretor do parque, Yarmen Kadir, respondia às perguntas com impaciência.

Os Marins também se irritaram com o guia Ali Musthofa. “É um garoto de uns 20 anos. Nos recebeu com um sorriso de orelha a orelha, como se fosse contar o resultado de uma partida de futebol, não sei se por nervosismo. O povo indonésio é hospitaleiro, responde a tudo com um sorriso. Mas o dele foi tão acintoso que todos perdemos a paciência. Meu sobrinho disse ao intérprete: ‘Pede para ele tirar esse sorriso do rosto, está nos fazendo mal’”, conta Manoel.

A família perguntou ao diretor por que a Basarnas não havia sido prontamente acionada. “Ele respondeu que o procedimento-padrão era enviar primeiro o *insurance* (a equipe local financiada pelo seguro dos turistas)”, recorda Kamila. Perguntaram o que era necessário para ser guia no parque. Ele respondeu que é preciso ser certificado. Queriam saber, então, o que era exigido para obter certificação. “Entrar no sistema”, respondeu ele, evasivo. A cada explicação, os brasileiros ficavam mais atônitos. Manoel Marins disse: “Vocês mataram a minha filha.”

Sady Neto ficou inquieto. “Essas quatro horas foram cruciais. Se a Basarnas tivesse sido chamada até uma hora depois da queda, talvez ainda chegasse com luz e a Juliana não teria deslizado mais”, afirma.

Saiu da reunião e foi até a guarita que controla a entrada e saída de turistas. Pediu para ver a ficha de Juliana. Teve a impressão de que o funcionário fingiu não entender. Quando enfim abriu o arquivo, surgiu um dado que deixou a família ainda mais indignada: o parque havia feito o check-out da jovem brasileira. Registrou que ela havia saído da montanha no dia 21, a mesma data em que Mariana de Oliveira confirmara a sua identidade ao funcionário do Rinjani pelo WhatsApp. “Era uma ficha totalmente incompleta. O nome dela estava como Julian, a nacionalidade, italiana. Só a identificamos porque o número do passaporte era o dela”, conta Manoel. A pedido de Sady Neto, Lara Pierri fotografou a ficha de registro.

Os turistas costumam sair das trilhas do Rinjani muitas vezes em jipes, respondendo a chamadas feitas em voz alta – é um processo informal. A família, no entanto, considera que o check-out falso de Juliana não foi feito por desorganização. “Foi má-fé. Estava tudo pronto para a minha filha desaparecer por ali. Se os turistas lá em cima não tivessem nos procurado, talvez nunca soubéssemos que ela caiu. Iríamos atrás e o parque ia dizer: ela saiu daqui no dia tal. Seria uma jovem brasileira desaparecida no Sudeste Asiático. E eu seria uma mãe com uma filha perdida”, diz Estela Marins.

Manoel Marins formou-se em odontologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. De origem presbiteriana, estu-

dou também teologia e foi ordenado pastor em 2005. Exerceu o ministério por vinte anos, em paralelo à odontologia. Durante doze anos liderou a Igreja Presbiteriana do Riachuelo, uma das mais antigas do Rio, e depois assumiu uma congregação menor, onde permaneceu por um ano. Estela começou engenharia florestal na UFRJ, curso que não concluiu, e foi professora de biologia durante décadas, até se aposentar.

O casal começou a namorar na adolescência e se casou em 1986. Ficaram sete anos sem filhos, porque ela tinha dificuldade para engravidar. “Eram os tios incríveis que adoravam crianças. Os sobrinhos só queriam ficar com eles”, lembra Kamila.

Juliana era a caçula entre os netos da mãe de Manoel, dona Dolores. No domingo, dia 5 de outubro, a família, numerosa, gregária e unida, se reuniu para celebrar seu aniversário de 100 anos. Enlutado, o clã pensou em cancelar a comemoração. Mas Estela insistiu: “Vamos comemorar, não sabemos por quanto tempo estaremos vivos.”

As filhas dos Marins cresceram em meio à rotina da Igreja Presbiteriana. Frequentavam cultos, organizavam atividades culturais, como grupos musicais, coros e cantatas de Natal. Mas, com o tempo, a relação da família com a igreja foi se transformando. Manoel se decepcionou com a adesão acrílica de parte dos fiéis ao bolsanismo. “A instituição sempre foi conservadora. Nos últimos anos, passou a ser reacionária”, diz. Em 2022, pediu exoneração do ofício pastoral. Estela também se afastou. Ainda assim, o casal manteve muitos amigos no grupo, que compareceram em peso ao sepultamento de Juliana.

O distanciamento não foi apenas político. Na adolescência, Mariana Marins descobriu sua sexualidade. A família não sofreu pressão direta, mas o conservadorismo da religião foi dando um nó na cabeça de todos. “A Mariana, e nós também, sofremos muito com isso. E a Juliana era a grande advogada da irmã”, diz Estela.

Hoje, Estela frequenta uma Igreja Batista independente e progressista, que prega uma fé inclusiva. Manoel também começa a se aproximar dessa comunidade. Juliana foi se descolando da igreja e passou a se interessar por questões de gênero e racismo. O último livro que estava lendo, guardado na casa de Niterói ainda com um marcador na página, foi *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior.

Entre essas mudanças que se desenvolveram por dentro da família, um traço comum permaneceu: o amor desbragado por viagens. Quando ainda não tinham as filhas, Estela e Manoel viajavam de carro velho para acampar. Depois, com as meninas

pequenas, percorriam o Brasil nas férias e feriados – de Torres, no Rio Grande do Sul, a Fortaleza, no Ceará. “Algumas dessas viagens foram feitas com os meus pais, mesmo com meu pai já em cadeira de rodas”, lembra Manoel. “Fomos para o Paraná, Mato Grosso do Sul, Foz do Iguaçu, Gramado. A gente pegava a estrada e pronto.” Nas aulas de geografia, as meninas conheciam boa parte do Brasil descrito pelas professoras. Também viajavam ao exterior – Argentina, Chile e Estados Unidos. Quando havia dinheiro, jantavam em bons restaurantes. Se não, em lanchonetes, mas sempre faziam tudo juntos.

Na adolescência, Mariana fez intercâmbio em Portugal, Juliana, no Egito, onde trabalhou em uma ONG. Em seu último emprego, com o humorista Yuri Marçal, economizou para fazer seu mochilão no Sudeste Asiático. Em quatro meses, passou pelas Filipinas, Tailândia e Vietnã. Pretendia ir para a Índia, ou talvez mudar o roteiro para Barcelona.

No início de maio, publicou no Instagram: “Fazer uma viagem longa sozinha significa que o sentir vai sempre ser mais intenso e imprevisível do que a gente tá acostumado. E tá tudo bem. Nunca me senti tão viva.” No final do mês, postou uma foto com os pais e a legenda: “Hoje liguei pra eles chorando de saudade. [...] Terminei a ligação rindo das bobagens dos meus pais e com uma paz no coração por ter vindo ao mundo nessa família.”

Os pais lembram bem da chamada de vídeo, que durou quase duas horas. Juliana contou de novo que tinha feito dois cursos de mergulho, um período de silêncio num mosteiro budista e pensava em estudar ioga na Índia. “Ela não queria voltar, mas se sentia solitária. Fomos conversando e no fim o astral dela mudou. Ela disse: ‘Ainda tenho muitos projetos para realizar’”, diz o pai.

A pressão provocada pelas Marias na internet deixou as autoridades da Indonésia de cabelo em pé. Quando chegou em Lombok, a família Marins foi acompanhada por representantes do governo da ilha. Na manhã seguinte ao reconhecimento do corpo, foram levados de carro até Mataram para o segundo reconhecimento. Hospedados em um hotel quatro estrelas, tomaram café da manhã e seguiram para o Hospital Bhayangkara Mataram, onde encontraram cartazes de condolências e coroas de flores. “As pessoas se aproximavam da gente e pediam desculpas pela morte dela”, lembra Sady Neto.

No hospital, a vice-governadora de Nusa Tenggara Barat, Indah Dharmayanti Putri, os recebeu, acompanhada de autoridades locais.

Os Marins pediram uma autópsia e foram informados de que não havia legista forense no hospital. Montou-se um esquema para levar o corpo a Bali. Depois da reunião, foram surpreendidos por uma entrevista coletiva que aconteceria na recepção. Recusaram-se a participar e saíram por uma porta lateral. A vice-governadora explicou à imprensa os detalhes da transferência do corpo.

A família permaneceu em Lombok, onde foi homenageada com um almoço – novamente, mal conseguiu comer. No dia seguinte, 27 de junho, o corpo de Juliana seguiu para Denpasar, a capital de Bali, com escolta policial. Os Marins encaramaram mais uma viagem. Pegaram um barco para Bali e, depois, uma van até o Hospital Bali Mandara, onde seria feita a necropsia.

Tinham uma reunião privada agendada com o legista, mas, ainda no caminho, Kamila recebeu um telefonema da diplomata Helena Massote. O médico Ida Bagus Putu Alit dava uma coletiva de imprensa no hospital, detalhando a autópsia. “Comecei a gritar no telefone: Que loucura é essa? A minha tia vai ver!”, conta ela. Um primo, em São Paulo, mandou links de matérias que já saíram no Brasil. A sobrinha leu as notícias em voz alta, para o tio, até a bateria do celular acabar. No trânsito parado, os Marins, extenuados, adormeceram na van.

Quando chegaram ao hospital, o médico já havia ido embora. A embalsada conseguiu trazê-lo de volta. Ele pediu desculpas pela entrevista sem autorização e, enfim, sentou-se com a família para explicar o laudo. A autópsia descartou morte por hipotermia, fome ou sede. Juliana, dizia o perito, teve múltiplas fraturas na coluna, dorso, peito e coxa. Os traumas mais graves, na parte posterior do tórax, causaram uma hemorragia interna extensa. Estimou a morte em cerca de 20 minutos após a última queda no penhasco.

Em São Paulo, Mariana Marins se indignou com a coletiva do legista, concedida à revelia da família. “É absurdo atrás de absurdo, atrás de absurdo e não acaba mais”, reclamou. A família declarou que não confiava mais nas informações vindas da Indonésia e pediu uma nova autópsia, no Brasil.

Em Bali, começou mais uma maratona de reuniões, para resolver o novo desafio: sincronizar o embalsamento e o voo de traslado, para garantir que o corpo chegasse ao Brasil em condições para um novo exame. Os Marins compraram um bilhete pela Emirates, que primeiro demorou para confirmar o voo e depois alegou falta de espaço no compartimento de carga, o que atrasou a viagem e aumentou a preocupação com o prazo da autópsia no Brasil.

Como não havia voo com escala no Rio de Janeiro em tempo hábil, iniciou-se mais uma onda de mobilização e indignação nas redes sociais. Diante da repercussão, o presidente Lula telefonou para Manoel Marins e assinou um decreto que permite ao governo federal custear o traslado de corpos de brasileiros mortos no exterior em casos específicos, como dificuldades financeiras e morte que provoca comoção. Com isso, autorizou o uso de um avião da FAB para concluir a última etapa do transporte. Nas redes sociais, Lula declarou: “A morte de Juliana é uma tragédia que entristece o Brasil. Determinarei apoio integral à família e às autoridades que tratam do traslado.”

O corpo de Juliana Marins chegou ao Brasil na terça-feira, 1º de julho, em um voo da Emirates que aterrissou em São Paulo às 17h10. O traslado foi pago pela Prefeitura de Niterói. No avião da FAB, o corpo chegou à Base Aérea do Galeão, no Rio, às 19h40 e foi levado para o IML.

A autópsia no Brasil foi feita pelo perito Nelson Massini, que atuou no caso como voluntário, e pelo médico-legista da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Reginaldo Franklin Pereira. No dia 11 de julho, eles apresentaram os resultados ao lado de Mariana Marins, na Defensoria Pública da União. Segundo os peritos, Juliana foi deslizando de costas pelo penhasco e, na última queda, despençou de lado sobre as rochas. Sofreu politraumatismo e hemorragia interna. Fraturou o fêmur e várias costelas – uma delas perfurou a pleura do pulmão. Por causa do impacto, teve extrema dificuldade para respirar e levou de 10 e 15 minutos para morrer. “Foi uma morte agônica, hemorrágica, sofrida. Infelizmente”, disse Nelson Massini.

Um estudo de entomologia forense, feito em larvas encontradas no couro cabeludo e tórax, estimou data e horário da morte. “Ela morreu por volta do meio-dia do dia 22, no horário da Indonésia”, afirmou Pereira. Ou seja, permaneceu viva por cerca de 32 horas após cair da trilha. Quando foi encontrada, vestia uma jaqueta corta-vento leve, que não aparecia nas primeiras imagens registradas por turistas e estava guardada na pochete.

Um mês e meio antes da morte de Juliana, o turista malaio Rennie Bin Abdul Ghani, de 57 anos, morreu no Rinjani, depois de despenhar em um abismo de 100 metros. E, nas quatro semanas seguintes à queda de Juliana, outras três pessoas se acidentaram no vulcão. Em 27 de junho, o também malaio Nazli Bin Awan Mahat, 47 anos, caiu e foi resgatado dezessete horas depois, com



fratura no quadril e ferimentos na cabeça. Em 16 de julho, o suíço Benedikt Emmenegger, 46 anos, se feriu nas coxas e no braço. E, no dia seguinte, a holandesa Sarah Tamar van Hulten, de 26 anos, escorregou cerca de 30 metros e machucou o pescoço.

Por causa da indignação criada pelo caso de Juliana Marins, Raja Juli Antoni, o ministro das Florestas da Indonésia, anunciou a revisão dos protocolos de segurança nos parques nacionais de montanha da Indonésia. Em agosto, as seis trilhas do Rinjani foram classificadas como grau IV de dificuldade, nível reservado a alpinistas experientes e receberiam placas de advertência, corrimãos e escadas de segurança. Agora, quem compra o passeio sabe qual é o nível do desafio – diferente do que aconteceu com Juliana.

O governo da Indonésia também anunciou um programa de certificação de guias em padrões internacionais e a atualização de sistemas de monitoramento, incluindo o desenvolvimento de um aplicativo capaz de rastrear turistas desaparecidos por pulseiras.

Abrigos para guardar equipamentos foram colocados na montanha. Nos últimos meses, essas melhorias foram amplamente divulgadas nas redes sociais do ministro e do parque. Equipes de socorristas receberam treinamento em resgates verticais, alguns ministrados por Agam Rinjani e Tyo Survival. (O clamor das redes sociais foi se espalhando por outros caminhos. Uma vaquinha virtual brasileira ar-

recadou doações para agradecer a Agam Rinjani. A campanha acabou em polêmica após a plataforma cobrar uma taxa de 20% pelo serviço. Depois das críticas, a empresa repassou 100% do valor arrecadado e o alpinista recebeu 435 mil reais. Agam aparece nas redes sociais com equipamentos novos, virou celebridade local e aproveitou os milhares de novos seguidores brasileiros para fazer campanha para encontrar o jogador Neymar. Em novembro, esteve no Brasil, para participar da cor30, em Belém.)

Em junho, o *Jakarta Globe* informou que a polícia de Lombok abriu investigação sobre a morte de Juliana. Segundo o chefe da unidade de investigação criminal, I Made Dharma Yulia Putra, quatro testemunhas foram ouvidas: o organizador do trekking, o guia local, um carregador e um policial florestal. No Brasil, os Marins não foram chamados a depor. Temporariamente afastado, Ali Musthofa tem dito que gostaria de continuar trabalhando como guia – e se isso acontecer será mais enérgico para manter todos os turistas juntos nas trilhas. A família Marins estuda maneiras de abrir processos contra o parque.

Manoel e a filha Mariana, que se mudou com a mulher para a casa dos pais, em Niterói, agora usam as redes sociais para publicar reflexões sobre a vida e homenagens a Juliana. “E eu e a Estela vamos revezando”, diz Manoel. “Tem dia que estou pior, tem dia que é ela. Afim da força para o outro.”

MUITO LITERÁRIO E MUITO POLÍTICO

Os desafios da adaptação de *Cem anos de solidão* para o streaming

TIAGO COELHO



A personagem Remédios Moscote (Cristal Aparicio), na cena de *Cem anos de solidão* em que

Em abril de 1974, o escritor argentino Ariel Dorfman testemunhou o momento em que Glauber Rocha perguntou a Gabriel García Márquez sobre a possibilidade de adaptar seu romance *Cem anos de solidão* para o cinema. “Nunca”, respondeu o escritor colombiano para o cineasta brasileiro. Os três faziam parte de um grupo de intelectuais latino-americanos que se encontrava em Roma para denunciar violações de direitos humanos na América Latina. À mesa de uma *trattoria* na Piazza Navona, onde também estava Julio Cortázar, García Márquez justificou-se: “Sintetizar [num filme] essa história de sete gerações do Buendía, toda a história do meu país e de toda a América Latina, da humanidade, é impossível.”

Aquela altura – lembrou Dorfman em artigo publicado no site *Literary Hub* em 16 de janeiro passado –, García Márquez já tinha recebido ofertas de Hollywood para transformar sua mais famosa obra em um épico de mais de duas horas, falado em inglês,

“Imagine Charlton Heston fingindo que é um colombiano mítico e desconhecido em uma selva falsa”, disse o escritor. E arrematou: *Ni muerto!*

Depois da conversa, Dorfman caminhou com García Márquez até o hotel, e os dois continuaram a conversar sobre o tema. O colombiano sabia que, caso cedesse os direitos de sua história para um filme, não teria controle sobre a produção, de modo que não poderia sequer garantir que os personagens falariam em espanhol. “Seria uma farsa. O que há de mais fascinante no livro não pode ser traduzido para outro meio. As pessoas continuam esquecendo que o livro é muito... literário.” E concluiu, dizendo mais uma vez: *Ni muerto!*

García Márquez morreu em 17 de abril de 2014, aos 87 anos, convicto daquela decisão. O curioso é que era um aficionado por cinema e escreveu 22 roteiros de filmes, alguns deles adaptações de obras literárias, como *El año de la peste* (1979), a partir de *Um diário do ano da peste*, de Daniel Defoe, *Un señor muy viejo con unas alas enormes* (1988), baseado em um conto

seu, homônimo, e *Edipo alcalde* (1996), uma versão da tragédia de Sófocles. Chegou a dizer: “Houve um tempo em que o cinema me interessava muito mais que o romance. Eu acreditava que era um meio de expressão que permitia ir muito mais longe do que com a literatura.” Ainda assim, era cético de que o cinema pudesse captar a essência de sua grande obra literária. “Prefiro que isso permaneça uma relação privada entre o leitor e o livro.”

Cem anos de solidão conta a longa história da família Buendía, na cidade fictícia de Macondo. José Arcadio Buendía e sua mulher, Úrsula Iguarán, fundam um vilarejo isolado que simboliza uma utopia, um lugar livre das leis e imposições do Estado e da moral da civilização colonizadora. Ao longo de gerações, os Buendía se veem enredados em paixões obsessivas e amores impossíveis, enquanto Macondo é invadida, explorada e gradualmente transformada por políticos conservadores, por companhias estrangeiras e pela violência do Estado. Pouco a pouco, a utopia de Macondo é destruída, arrastando a cidade

para o ostracismo e a solidão, junto com a estirpe dos Buendía.

Quando o livro foi lançado, em 1967, os olhos do mundo estavam atentos ao que se passava na América Latina. A região era palco de revoluções, golpes e guerrilhas. O livro captava de modo privilegiado e com uma linguagem original a condição latino-americana como um todo e o momento político e social do continente. “Já não me sinto apenas colombiano; sinto-me acima de tudo latino-americano, e tenho orgulho disso”, afirmou o escritor.

Por essas e outras, García Márquez rejeitava a classificação da crítica para um estilo literário que emergia nessa época na América Latina – o Realismo Mágico. O termo criava a expectativa entre os leitores de que a sua obra fosse fantástica, desviando a atenção do que tinha de propriamente realista. O escritor afirmava que aquilo que muitas pessoas viam como “mágico” era real para uma parcela do povo com quem ele próprio conviveu na região do Caribe. “Meu trabalho não é o Realismo Mágico, mas sim o realismo simples.



a menina menstrua: para não diluir a poesia da obra de García Márquez, um dos recursos utilizados pela equipe de roteiristas foi manter na série o narrador onisciente do romance

Realismo puro e simples. É copiado da rua”, disse García Márquez. Era a realidade da América Latina.

Em março de 2019, cinco anos após a morte de García Márquez, a Netflix* anunciou que havia fechado negócio com os herdeiros do autor para transformar o livro em uma série. Quase seis anos depois, em dezembro de 2024, a primeira temporada foi lançada no streaming, com oito episódios. A estreia fez com que, entre janeiro e fevereiro de 2025, *Cem anos de solidão* figurasse na lista dos trinta livros mais vendidos da Amazon no Brasil – provocando o ressurgimento da obra-prima de García Márquez para os leitores.

Os trabalhos da adaptação para a série foram acompanhados de perto por Rodrigo García e Gonzalo García Barcha, filhos do escritor, na condição de produtores executivos do projeto, o que lhes deu poder de decisão criativa. Além da fidelidade ao livro, eles assegura-

ram que algumas das preocupações do pai fossem respeitadas: a série é falada em espanhol, foi feita por atores colombianos, filmada na Colômbia, com mão de obra local, incluindo diretores e roteiristas. Para tanto, foi preciso muito dinheiro. Especula-se que a Netflix tenha investido cerca de 50 milhões de dólares (em torno de 270 milhões de reais) na produção. Isso, excluindo as negociações de direitos autorais e os planos de marketing.

Nenhum contrato, entretanto, conseguiria superar o principal receio de García Márquez, ou seja, a dificuldade do audiovisual para captar a ambiguidade verbal, o monólogo interior dos personagens, as metáforas, as polissemias, as camadas de símbolos – em suma, tudo aquilo que é “muito literário”, como Gabo disse a Dorfman. Mas a produtora de *streaming* se mostrou disposta a enfrentar os principais desafios para a filmagem do livro: a adaptação de sua narrativa complexa à matéria audiovisual; os conflitos (e ajustes) entre a história original e as regras morais da nossa época; e a alta voltagem política da obra.

O resultado, a julgar pela recepção predominantemente favorável por parte da crítica e sem protestos negativos dos fãs do romance, foi que se chegou a um produto satisfatório. “A série é correta, mostra um esforço genuíno de interpretação. Um dos acertos foi não tentar a fidelidade a qualquer custo. Houve um recorte criterioso, no sentido de facilitar a chegada ao formato do folhetim, gênero que, por sinal, também encontramos na estrutura do romance”, diz Laura Janina Hosiasson, professora de literatura hispano-americana da Universidade de São Paulo. “Mas, de maneira geral, eu diria que a adaptação, embora correta, não consegue atingir o grau de complexidade metafórica que a armação do romance apresenta graças à mistura muito peculiar entre realismo e fantasia, por meio daquilo que passou a ser chamado de Realismo Mágico, com suas marcas surrealistas, como são o insólito, o disforme, o maravilhoso, a lenda e o sonho.”

Hosiasson tem opinião parecida com a de Ariel Dorfman, em seu artigo: “Se o romance de Gabo fosse apenas sua trama extensa e os incidentes fascinan-

tes, a série da Netflix poderia ser aclamada como um triunfo suntuoso. Mas o romance é, acima de tudo, uma proeza da linguagem. Como todas as obras de arte verdadeiramente revolucionárias, ele continha, desde sua primeira frase marcante, uma estratégia singular para transmitir o mundo ali descrito, uma estratégia que mudaria o rumo da literatura mundial.”

Não foi apenas García Márquez que recebeu ver seu livro transformado em filme. A opinião de muitos escritores sobre versões de obras literárias para o audiovisual são as piores desde sempre. O escritor americano Charles Newman (1938-2006) chegou a dizer que a adaptação de um romance nunca passava de “uma forma de cognição intencionalmente inferior”. O romancista Louis Begley (1933), também americano, afirmou que escrever um roteiro baseado em um grande romance era o mesmo que simplificar a obra original e que um filme tem “pouca tolerância à complexidade, à ironia ou às tergiversações”.

* Em 2024 e 2025, a **plaiu** e a Netflix foram parceiras na montagem e produção de uma casa de debates na programação paralela da Festa Literária Internacional de Paraty.

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL



Virginia Woolf (1882-1941) atribuiu ao cinema uma relação parasitária com a literatura. No ensaio *O cinema*, de 1926, ela foi mordaz: "O cinema caiu sobre sua presa com imensa voracidade e, até hoje, vive em grande parte do corpo de sua infeliz vítima." E deu mais um golpe: "Se deixasse de ser um parasita, como [o cinema] caminharia ereto?" Nas últimas décadas, ao menos cinco das obras da escritora inglesa foram transformadas em filmes.

Os literatos rejeitam, mas o público se interessa pelos filmes adaptados de livros, mesmo que para odiá-los. O escritor e historiador do cinema Brian McFarlane argumenta em *Novel to film: an introduction to the theory of adaptation* (1996) que o público sempre deseja comparar as imagens produzidas por um livro em sua cabeça com aquelas materializadas no cinema. "O leitor possivelmente não encontrará seu filme [imaginado], pois a adaptação que verá na tela é agora a fantasia de outra pessoa", escreve McFarlane, citando o ensaísta francês Christian Metz. "Mas ele busca a gratificação de ver algo de sua memória imagética naquilo que está na tela."

Adaptar uma obra literária é um grande negócio para estúdios de cinema, emissoras de tv e plataformas de streaming, pois boa parte do que interessa num filme já está dado, como o enredo e os personagens, e já foi testado e avaliado previamente pelo público e a crítica. Fora isso, a adaptação audiovisual de um livro é uma via de mão dupla em termos de oportunidade comercial. Se, por um lado, o filme se beneficia do prestígio do livro, por ou-

tro o autor e o editor ganham com a negociação dos direitos para a filmagem e veem o interesse pela obra original crescer consideravelmente.

Para quem faz a adaptação audiovisual de uma obra-prima como *Cem anos de solidão*, o séquito de fãs representa, de antemão, um público promissor. Não é um séquito pequeno: o livro já vendeu 50 milhões de cópias desde sua publicação em 1967. Em contrapartida, será preciso enfrentar o escrutínio desses mesmos leitores, que certamente irão comparar com lupa a adaptação, para saber se foi fiel ao original.

Precavida, a Netflix fez a série para essa comunidade de leitores que carrega o clássico de García Márquez em suas mentes – e buscou ser o mais fiel possível ao livro, como ressaltou, pouco depois da estreia, o historiador Felipe de Paula Cóis Vieira, autor de *Gabo, cronista da América* (editora Intermeios): "Potencialmente, a série não vai ser um dos grandes sucessos da Netflix nos últimos anos, pois parece ter sido feita para quem leu o livro. Mas respeita a memória de quem gosta da obra e é relevante ao texto original." De acordo com dados do Tudum, site da Netflix que mostra os filmes e séries mais vistos de cada semana da plataforma, *Cem anos de solidão* teve uma boa estreia, chegando ao terceiro lugar entre as séries de língua não inglesa mais vistas em todo o mundo. Mas, ao contrário de títulos sul-coreanos que chegam a ficar mais de dez semanas consecutivas no Top 10 da Netflix (e entre as primeiras posições), a série colombiana caiu para a quinta posição na segunda semana, para o sexto lugar na terceira e para o

sétimo na quarta semana. Na quinta semana depois do lançamento, já não figurava no Top 10 da Netflix.

O historiador McFarlane considera ingloria a discussão sobre a fidelidade de um filme à obra original, porque as chances de a adaptação corresponder às expectativas de quem leu o texto literário são sempre pequenas. A interpretação audiovisual nunca se encaixará nas expectativas de todos os leitores-espectadores. "O crítico que discute sobre falhas na fidelidade está dizendo nada mais que 'esta leitura do original não corresponde à minha'", ele afirma.

A crítica canadense Linda Hutcheon, por outro lado, lembra em seu livro *Uma teoria da adaptação* (Edutsc) que a adaptação nem sempre é inferior à obra original. Pode ocorrer o contrário – e um dos melhores exemplos é o filme *O poderoso chefe*, de Francis Ford Coppola, que adquiriu um status artístico que nunca foi dado ao best-seller homônimo no qual se baseou, escrito por Mario Puzo. Hutcheon questiona: se as adaptações são consideradas secundárias, por que são tão onipresentes? Vale lembrar que, entre os vencedores do Oscar na categoria de Melhor Filme, há mais longas-metragens baseadas em obras literárias do que em roteiros originais. A resposta da canadense é que toda adaptação implica certo conforto, uma vez que o espectador vai assistir a uma história que já conhece, com um pequeno acréscimo de surpresa, pois sempre existe o risco saboroso de experimentar algo novo, mesmo naquilo que já é conhecido.

Hutcheon ressalta que a fidelidade não é a única motivação para uma adaptação. Há também o desejo de atualizar uma boa trama para um novo tempo histórico e para um novo público, ou de rever uma obra literária sob uma nova perspectiva crítica. Sem falar que muitos espectadores primeiro veem a adaptação audiovisual e só depois buscam o livro que a originou, "desafiando qualquer noção de prioridade".

De toda forma, um dos principais critérios da crítica ao avaliar uma adaptação é justamente a fidelidade, como ocorreu com *Cem anos de solidão*. "A Netflix não poupou dinheiro e não fez concessões para se manter fiel ao romance", disse o *The New York Review of Books* sobre a série. "Fiel, ambiciosa e lindamente realizada", avaliou a *The Wire Magazine*. A *Variety* foi ainda mais longa: "Uma das adaptações mais fiéis de um livro para a tela nos últimos anos."

A fidelidade foi, de fato, um ponto de partida do acordo da Netflix com a família de García Márquez. "Era assim que os familiares queriam que fosse, e concordamos em fazer algo muito fiel ao livro", disse à *piauí* a colombiana Natalia Santa, uma das autoras encarrega-

das do roteiro. "Trabalhamos tentando trazer para a série o espírito da obra, bem como o trabalho histórico-cultural dos personagens e os temas importantes do romance", explicou Santa. "Com as ferramentas audiovisuais que temos, com a extensão que elas nos permitem, agora podemos fazer uma versão que é um pouco mais próxima do livro do que a que poderia ter sido feita vinte anos atrás, quando García Márquez não quis vender os direitos. Vale lembrar que ele achava que uma série de tevê, com vários episódios, seria mais adequada ao seu livro do que um único filme, por causa das várias gerações da família Buendía, os personagens centrais de *Cem anos de solidão*."

Ao assistir à série, o leitor, que criou suas próprias imagens da narrativa e a guardou na memória, está diante de novas imagens – e é inevitável que umas e outras se choquem. Para alguns, isso pode resultar em algo frustrante. Para outros, porém, estará aí, justamente, o interesse da série: revisitar um universo familiar, preservado na sua imaginação de leitor.

A primeira frase do livro diz: "Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo." Como leitor, as imagens da minha memória a respeito desse início são bem diferentes das imagens da série da Netflix. Não sei explicar por que, mas, na minha imaginação, Aureliano Buendía transita num imenso deserto branco, como o dessas imensas reservas de sal latino-americanas, envolvido por uma luz muito clara, quase ofuscante, enquanto homens sem rostos e com uniformes militares apontam longos rifles para o personagem. Considero a minha visão mais bonita, visualmente mais forte, do que a da série. A minha memória não se preocupou em atribuir rostos aos homens do pelotão de fuzilamento.

Certo tipo de produção audiovisual, no entanto, não pode prescindir de dar forma a tudo e preencher as várias lacunas visuais. Na versão da Netflix, essa cena inicial não é nada onírica. O fuzilamento de Aureliano Buendía acontece diante do muro branco de um cemitério, numa área rural, com muita vegetação em volta. O muro tem marcas de sangue e buracos de tiros, o que dá a entender que se trata de um *paredón*. Diante do coronel, há seis soldados cujos rostos são bem visíveis, assim como seus uniformes. Esse início difere do início do livro. A primeira vez que García Márquez fala do fuzilamento, ele quase não dá detalhes, e por isso minha imaginação preencheu as lacunas. O livro só vai dizer que o local do fuzilamento de Aureliano Buendía era a entrada de um cemitério muitas páginas mais tarde, no momen-

to em que o personagem Arcadio é executado no mesmo local.

O choque de imagens na mente dos leitores-espectadores não é necessariamente um problema. Elas podem coexistir. Há belas imagens na série, inclusive mais belas do que outras que imaginei durante a leitura do livro e ficaram na minha memória. Isso não quer dizer, porém, que não haja limites para o audiovisual adaptar uma obra.

Num seminário sobre adaptação literária, feito em 2003, o cineasta Jorge Furtado traçou algumas diferenças entre a literatura e o audiovisual que dificultam a adaptação. Um roteiro de cinema precisa lidar com aquilo que pode ser visto e ouvido, uma vez que é difícil transformar em imagem o que é da ordem do pensamento e das sensações. "Palavras como 'pensa', 'lembra', 'esquece', 'sente', 'quer' ou 'percebe', presentes em qualquer romance, são proibidas para o roteirista, que só pode escrever o que é visível", disse Furtado. "A literatura, que a todo momento nos remete ao fluxo de consciência dos personagens, pode utilizar todas essas palavras."

Furtado tomou como exemplo a abertura de *A metamorfose*, de Franz Kafka: "Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquitos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso." O cineasta disse:

Cada um de nós, leitor, imaginou a sua própria cena, o escritor nos informa apenas aquilo que ele julga ser necessário, o leitor imagina todo o resto. Já os cineastas – e os roteiristas – precisam fazer grande parte do trabalho do leitor. Qual a cor do inseto? É uma cama de madeira ou de metal? Qual a cor das paredes do quarto? Como é a luz do quarto? Há uma janela? A luz entra pela janela? Através da persiana ou através das cortinas? Como é o piso desse quarto? É de madeira ou está coberto por um tapete? A cama tem lençóis? Há outros móveis no quarto? Mesmo que muitas dessas perguntas sejam respondidas na sequência do livro o cineasta precisa imediatamente tomar essas decisões, adiadas pelo autor. Lendo, cada leitor cria suas próprias imagens, sem custos de produção e limites de realidade. É natural que se decepcione quando veja as imagens criadas pelo cineasta e diga: "Costei mais do livro."

No filme *Saneamento básico* (2007), de Jorge Furtado, há uma cena divertida que mostra esses limites entre literatura e audiovisual. O casal Marina e Joaquim, interpretados por Fernanda Torres e Wagner Moura, está no alto de uma colina. Ele lê o roteiro escrito por ela: "Nossa história começa numa pequena e tranquila comunidade de ao pé de uma montanha. Uma bri-

sa refrescante traz do vale o aroma das corticeiras em flor." Joaquim indaga:

- Como você vai filmar isso?
- O quê? – diz Marina.
- O aroma das corticeiras em flor – responde Joaquim.
- Mas eu não vou filmar. Quem vai filmar é o Fabrício.
- E como o Fabrício vai filmar o aroma das corticeiras em flor?
- Não sei. Joaquim, isso é só o tal do roteiro.

Esse foi o principal desafio da equipe de roteiristas da série *Cem anos de solidão*: como filmar aquilo que está no campo simbólico e capturar a poesia e a linguagem tão próprias da obra?

O ensaísta e escritor inglês Geoffrey Wagner categorizou três tipos de adaptações literárias: o comentário, a analogia e a transposição.

As adaptações na forma de comentário e por analogia submetem a obra original a uma leitura criativa. *Romeu + Julieta* (1996), por exemplo, é um comentário, pois reinterpreta a obra original. O diretor Baz Luhrmann transporta o clássico de Shakespeare da cidade de Verona do século XVI para uma fictícia cidade de veraneio da Costa Oeste dos Estados Unidos chamada Verona Beach, transformando a briga entre os Capuleto e os Montecio em uma rivalidade entre gângues.

E *ai, meu irmão, cadê você?* (2000), dos irmãos Joel e Ethan Coen, é um exemplo de adaptação por analogia. Trata-se de uma versão completamente livre e moderna da *Odisseia*. Há poucas alusões ao original, como o protagonista desejando voltar para casa, tal qual Ulisses queria retornar a Ítaca.

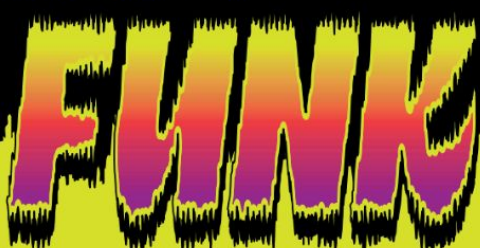
Já as transposições, como *Cem anos de solidão*, adaptam o romance com um mínimo de interferência. A ideia é transpor o mais fielmente possível o universo do livro para a tela. Dentro desse universo, Brian McFarlane formulou o conceito de transferência: aquilo que é possível transferir do romance diretamente para a tela é diferente daquilo que precisa ser adaptado do livro para a tela. Ou seja, o enredo, os eventos da trama, personagens e seus nomes, funções e relações, bem como os ambientes, as roupas e os cenários onde as tramas acontecem são elementos transferíveis, pois são parte da expressão literária que pode ser representada sem grandes dificuldades, em uma transposição imediata para o audiovisual.

Existe, entretanto, aquilo que precisa ser adaptado, pois é muito próprio da literatura. É aí que uma adaptação como a de *Cem anos de solidão* encontra o seu maior obstáculo. Como adaptar as vozes internas dos personagens e as suas reflexões, as observações psicológicas do autor, suas metáforas, sem falar do ritmo e do estilo da obra?

Ministério da Cultura e Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam

Museu da Língua Portuguesa

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA



UM GRITO DE OUSADIA e LIBERDADE

EM CARTAZ ESTAÇÃO da LUZ – SP

de **TERÇA a DOMINGO**, das **9H às 18H**
entrada permitida até as **16H30**

Saiba mais em
WWW.MUSEUDALINGUAPORTUGUESA.ORG.BR

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
"FUNK: Um grito de ousadia e liberdade"



Museu da Língua Portuguesa



CULTSP

Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO BRASIL

RESOLUÇÕES DE ANO NOVO ELEITORAL



NÃO RESPONDER AOS COMENTÁRIOS DA TIA IOLANDA NO GRUPO DA FAMÍLIA.

A roteirista Natalia Santa confirma a dificuldade de tudo isso: "O mais complexo foi traduzir o tom e o estilo literário, a beleza e a poesia do texto de García Márquez para a linguagem audiovisual." O recurso que a equipe de roteiristas usou para não diluir a poesia do texto foi manter na série o narrador onisciente do romance. "Recorremos ao narrador para não perdemos o que há de intraduzível no romance, o que é inerente à linguagem literária, e para que o espectador pudesse ter aquele lirismo da obra entendendo o que é audiovisual", diz Santa.

Um episódio fundamental no romance é o momento em que Macondo é acometida pela praga da insônia. Antes de a peste chegar, a vila estava, gradativamente, deixando de ser um lugar simples, autogerido e utópico, enquanto passava ao controle do governo. E, assim como no relato bíblico sobre o Egito antigo, Macondo é então assolada pela praga, que devasta toda a sociedade.

É um momento de profundo simbolismo. Alguns anos antes da peste, havia chegado à casa dos Buendía uma indígena guajira chamada Visitação. Ela e seu irmão tinham se refugiado em Macondo para escapar da praga da insônia que assolara seu povoado, provocando o esquecimento. Anos depois, Rebeca, uma menina adotada pelos Buendía, é a primeira a manifestar os sintomas da praga. Rebeca passa a noite acordada com "olhos fosforescentes como os de um gato na escuridão". Ao vê-la, Visitação reconhece os mesmos sintomas daquilo que destruiu sua aldeia milenar. De início, José Arcadio

Buendía, o patriarca, tenta minimizar a praga e valorizar a insônia: "Assim a vida rende mais." Mas Visitação o alerta de que o pior ainda estava por vir. Com o avanço dos dias, a insônia traria também o esquecimento.

García Márquez descreve assim a primeira manifestação da praga:

Uma noite, na época em que Rebeca se curou do vício de comer terra e foi levada para dormir no quarto das outras crianças, a índia que dormia com eles acordou por acaso e ouviu um estranho ruído intermitente no canto. Sentou-se alarmada pensando que tinha entrado algum animal no quarto, viu Rebeca na cadeira de balanço, chupando o dedo, os olhos fosforescentes como os de um gato na escuridão. Assustada de terror, perseguida pela fatalidade do destino, Visitação reconheceu nesses olhos os sintomas da doença cuja ameaça os havia obrigado, a ela e ao irmão, a se desterrarem para sempre de um reino milenário no qual eram príncipes. Era a peste da insônia.

Os roteiristas da série adaptaram assim essa passagem do livro: a indígena Visitação acordada assustada, senta-se na cama, com expressão alarmada. Como é impossível expressar visualmente a frase "pensando que tinha entrado algum animal no quarto", os roteiristas buscaram outro recurso. Antes de vermos a indígena acordar, surge uma imagem tremida da varanda da casa dos Buendía e ouve-se um barulho indistinto, depois é feito um close com a câmera tremida numa cabra presa no quintal, surgem sons de vento e de animais noturnos, como uma coruja. Um re-

lógio do tipo cuco bate as horas na parede da sala, um vento arripa a cortina. Depois, Visitação pergunta ao irmão, que dorme numa rede ao seu lado: "Cataure, ouviu esse barulho?" Graças à sequência de imagens e sons, conseguimos entender que Visitação está pensando que há um animal solto pela casa.

Visitação se levanta com o irmão e apanha uma lanterna. Juntos, eles atravessam o quintal na escuridão — até encontrar Rebeca quieta em uma cadeira de balanço. A menina abre os olhos, brancos e leitossos, "como os de um gato na escuridão". Quando já não é possível traduzir em imagens, os roteiristas recorrem ao narrador. É ele então quem diz, em off: "Visitação e Cataure reconheceram naqueles olhos os sintomas da terrível doença. Era a praga da insônia." A narração na série revela o que está pensando a indígena e seu irmão, e de quebra nomeia a doença.

Um grande risco do uso da voz de um narrador no audiovisual é a redundância. "Quando o narrador está falando exatamente aquilo que estamos vendo, e acontece isso com frequência em alguns filmes e séries, não é um bom uso. Eu gosto quando o narrador me desconcerta ou me conta algo que é complementar aquilo que eu estou vendo", diz a roteirista brasileira Maria Camargo, que tem larga experiência em adaptações literárias para a tv e o cinema, como as que fez dos romances *Dois irmãos*, de Milton Hatoum (para o cinema), e *Fim*, de Fernanda Torres (para a tv).

"Essa questão do narrador é uma das primeiras perguntas que a gente se faz quando vai adaptar: essa adaptação pede um narrador? É o melhor jeito de costurar a história? Eu estou usando a narração como muleta?" Camargo considera acertada a escolha de um narrador para a série *Cem anos de solidão*. "Não dava para fazer de outro jeito. O narrador é o que dá a mão para a gente acompanhar aquela história cheia de gerações e ramificações até o fim", diz. "É um tempo muito longo. O narrador nos ajuda a fazer a emenda entre um tema e outro."

O uso do narrador como muleta acontece quando, dada a incapacidade de narrar algo com imagens, um diretor recorre a ele como apoio para possíveis inconsistências narrativas. Na série *Cem anos de solidão*, quase sempre a narração é usada acertadamente, criando outras camadas de sentido.

Há uma sequência em que Rebeca, agora adulta, acordada de um sono agoniante, está suada, inquieta. Ela se levanta, vaga pelos corredores da casa dos Buendía. A porta de um quarto está entreaberta. Dentro, o corpo nu, musculoso e tatuado de José Arcadio,

o filho, não o patriarca, que tem o mesmo nome. A respiração de Rebeca fica ofegante, num misto de espanto e desejo. A cena está dada. Não precisaria de mais nada. Mas a narração traz um toque extra de ironia: "Rebeca achou Pietro Crespi um alfomadinha magriçela perto daquele protomacho cuja respiração vulcânica ouvia-se por toda a casa." Depois que Rebeca e José Arcadio transam, a série mostra os dois, nus, enquanto o narrador comenta: "Naquela noite, Rebeca conseguiu agradecer a Deus por ter nascido antes de perder a consciência no prazer inconcebível daquela dor insuportável." Juntas, imagem e palavra preservaram a poesia de García Márquez, uma complementando a outra.

Em outra cena, no entanto, o narrador é totalmente dispensável. Rebeca e José Arcadio acordam e sentam-se à mesa do café da manhã. Estão com aquele sorriso de canto, típico dos casais que tiveram uma noite prazerosa. A cena é impecável. Olhares cúmplices entre os dois. Economia de palavras e gestos. Amaranta, a irmã castrada e invejosa, percebe a paixão exalando no ambiente. Úrsula, a matriarca, pergunta o que se passa entre os dois. E José Arcadio anuncia que vai se casar com a irmã adotiva em três dias. A matriarca fica mortificada e põe o casal para fora de casa. José Arcadio coloca Rebeca nas costas e lhe dá um tapa atrevido na bunda. E os dois saem aos risos. Amaranta se ressentiu com a irmã que ama, deseja. E isso está no rosto, nos gestos e na revolta com que junta as roupas dela e atea fogo. Não foi preciso um narrador aqui para dizer algo como: "Amaranta nunca superou seu rancor contra Rebeca." A frase nada acrescentaria ao que o espectador já entendeu com imagens.

A série, de modo geral, é econômica nos diálogos, evita verbosidades e permite que o espectador compreenda algo apenas pela imagem. Também se permite tempos mortos e cenas que não necessariamente fazem a narrativa avançar. Em plataformas da internet, como Metacritic, houve quem reclamasse dos momentos mais arrastados — possivelmente influenciado pela narrativa clássica americana, na qual tudo é construído para fazer avançar a trama, e cada cena precisa fazer sentido e ser muito bem explicada. Acontece que o épico colombiano é uma história da periferia do capitalismo, e seu tempo é outro: está mais para as *Mil e uma noites* do que para *The Wire*. Além disso, confia na inteligência e na sensibilidade do espectador.

Nesse jogo de perde-ganha, o que a adaptação quase sempre perde são os momentos em que a escrita chega a um alto grau de intensidade poética, como quando García Márquez des-

creve o motivo de Visitação ter ficado em Macondo e encarado a praga da insônia, em vez de fugir novamente. O escritor apenas diz sobre ela: "Ficou porque o coração fatalista lhe indicava que a doença letal haveria de persegui-la de todas as maneiras até o último lugar da Terra."

Toda adaptação de um clássico literário precisa se equilibrar entre o tempo em que está sendo feita e o tempo em que a obra foi escrita, como explica a roteirista Maria Camargo. Ela acredita que, mesmo em se tratando de um livro clássico, que atravessa o tempo, a adaptação acaba refletindo o momento de quem o adapta. "É nesse aspecto que eu considero que a série da Netflix fez menos adaptações. Não acho, é claro, que deveriam tratar o casamento da Remédios com o Aureliano como se esses personagens estivessem inseridos nas discussões contemporâneas de gênero. Seria um absurdo. Mas, por outro lado, algumas questões são tratadas ali com muita naturalidade e resultam um pouco estranhas para a gente, hoje. A história do Aureliano apaixonado pela Remédios, que nem menstruou ainda, é um negócio que me deu uma certa repulsa."

As questões são de ordem moral, aplicada às normas de comportamento, e expressam o conflito entre a visão contemporânea e a da narrativa de García Márquez a respeito de temas como o incesto, o amor carnal por uma adolescente, entre outros.

Numa cena que abre o quinto episódio da série, a menina Remédios Moscote prometida em casamento por seus pais ao coronel Aureliano Buendía, assim que menstruas, está imersa numa banheira de água límpida, com um vestido branco translúcido. A banheira está dentro de um rio. Com sua água clara, parece indicar um ventre onde Remédios repousa em segurança seu corpo de criança. Mas o ventre representado pela banheira está dentro de um rio cujo fluxo contínuo da água representa o fluxo do tempo que não se pode deter. De repente, uma mancha vermelha aparece na altura do ventre de Remédios, e a água clara fica manchada. A menina submerge na água avermelhada. Era um sonho.

Remédios desperta, e seu vestido branco está manchado de vermelho. Ela está "pronta" para o casamento e é amparada por mulheres sorridentes e tranquilas que a acalmam e indicam que está diante de um acontecimento natural. "Mãe, eu vou morrer?", per-

gunta a menina. "Pelo contrário, Remédios", responde a mãe com serenidade. Na sequência, ela é preparada para se casar com o coronel Aureliano Buendía. Na cerimônia, a sociedade de Macondo está toda presente. A menina logo absorve as tarefas domésticas que cabem às mulheres da família Buendía e engravida. No fim do episódio, morre com um par de gêmeos atravessados em seu ventre adolescente.

"Não podemos mudar o comportamento dos personagens porque eles nos deixam desconfortáveis", disse o argentino Alex García Lopez, um dos diretores de *Cem anos de solidão*, ao jornalista Mauricio Meireles, na *Folha de S.Paulo*. A colombiana Laura Mora Ortega, que divide a direção com García López, reforçou o argumento: "Seria letal olhar a obra sob o prisma da correção política. O livro fala de relações quase como uma tragédia grega, de símbolos trágicos da repetição. Tirar esses elementos seria tirar o coração da obra." Meireles descreve: "O incesto entre os personagens, por exemplo, está fortemente retratado, como um pecado original que retorna à casa dos Buendía, muitas vezes antecipando mortes terríveis. Há ainda histórias como a de meios-irmãos que se casam ou a de Aureliano,

que pede em casamento Remédios, menina que ainda brinca de boneca."

A roteirista Maria Camargo entende que manter ou não determinadas cenas polêmicas de um livro é uma decisão difícil de tomar, sobretudo com relação a um clássico como *Cem anos de solidão*. Mas ela avalia que, de alguma maneira, esses momentos na série deveriam ter merecido um comentário crítico dos autores. "Como fazer essa negociação? Eu acho que é uma pergunta que a gente tem que se fazer diante de todo original que vai adaptar", diz. "É função do roteirista fazer uma mediação entre o seu olhar e o do autor da obra original, sem descharacterizar a obra e o tempo em que foi feita. Mas, talvez, olhando um pouco mais criticamente para o original. Como autora, eu teria demarcado um comentário crítico sobre essa relação entre Aureliano e Remédios."

O historiador Góis Vieira enxerga uma marca do nosso tempo na adaptação: o protagonismo de Úrsula Iguarán, que aos poucos vira a espinha dorsal da série. Quando ele leu *Cem anos de solidão* pela primeira vez, há mais de vinte anos, identificou o coronel Aureliano Buendía como o protagonista da história. "Toda vez que eu volto ao livro, continuo achando que

MINISTÉRIO DA CULTURA, NUBANK E VIVO APRESENTAM

Histórias da ecologia

Até
1.2.2026

Edifício Pietro
6º a 2º andares

MASP

MUSEU DE ARTE
DE SÃO PAULO
ASSIS CHATEAUBRIAND





ele é o grande personagem. É ao redor dele que acontecem os grandes acontecimentos. Úrsula era uma personagem importante, que segura as pontas de tudo enquanto a família enfrenta seus dramas. Mas sempre a achei mais apagada", diz. "Quando eu assisti à série, porém, acho que o personagem principal não é o coronel Aureliano: é a Úrsula. Acho que tem a ver com o fato de ser uma série com diretoras e roteiristas mulheres." O roteiro da série ficou sob o encargo de três mulheres – Natalia Santa, Camila Brügge e Maria Camila Arias – e dois homens – José Rivera e Albatros González.

A série, de fato, coloca Úrsula num lugar mais central e menos subalterno. Enquanto José Arcadio se isola na alquimia, ela cuida da casa, da família e é quem traz o sustento, vendendo doces. Enquanto os homens guerreiam, Úrsula busca a paz. "Úrsula carrega uma dor que é visível em sua expressão facial. E a gente se aproxima dessa dor com muito mais facilidade do que se aproxima do coronel Aureliano Buendía", diz Góis Vieira. "Isso está relacionado com toda essa leitura que se tem hoje de conferir protagonismo às personagens femininas. As figuras masculinas da série são todas ausentes e patéticas. Acho que eles acertaram nessa ênfase à Úrsula."

Ainda que o acordo entre a Netflix e a família de García Márquez obrigasse à máxima fidelidade à obra, seria impossível mantê-la à risca, dada a significativa diferença temporal entre o momento de criação do livro e o tempo de produção da série (quase seis décadas), o que necessariamente forja mu-

danças, sobretudo no que diz respeito às regras de comportamento moral. Como explica a crítica Linda Hutcheon, nem a obra original, nem o produto adaptado existem no vácuo: fazem parte de um contexto, de um tempo, de uma sociedade e de uma cultura. Quando um livro migra para um filme, é como se viajasse no tempo – e as mudanças de perspectiva são inevitáveis, "mesmo sem qualquer atualização consciente". É o que Hutcheon chama de processo de transculturação, que pode alterar radicalmente o impacto das histórias.

Não é só o tempo histórico que pode interferir numa adaptação, mas também pressões econômicas e sociais. O escritor Truman Capote, que atuou como roteirista, enfrentou uma grande decepção quando teve o seu romance *Bonequinha de luxo*, de 1958, adaptado para o cinema três anos depois. Hoje, o filme protagonizado por Audrey Hepburn e George Peppard é visto como moderninho para a época, mas foi atravessado por censuras morais. Capote criou um romance de tons melancólicos e olhar sarcástico sobre a sociedade americana – o filme resultou em uma comédia romântica adocicada.

O escritor, abertamente homossexual, também viu o subtexto homoafetivo do seu livro ser apagado nas telas. O narrador do romance tem uma sutil voz *queer*. Ele se mostra platonicamente apaixonado por Holly, a protagonista, uma bela mulher que se envolve com *sugar daddies*, mas seu amor por ela é idealizado, próximo da amizade. Tanto que Holly chama o

narrador sem nome de Fred, o mesmo nome de seu irmão. Eles compartilham intimidades, e Fred chega a vê-la nua, mas sem expressar um intenso desejo sexual. Diz ele no romance:

Se a Holly era capaz de se casar com aquele "feto grotesco", só me restava então me deixar espezinhar pelo exército de todos os males maiores do mundo. [...] A minha indignação tinha algo a ver com o fato de eu próprio estar apaixonado por ela? Um bocadinho. Porque eu estava apaixonado por ela. Tal como em tempos me apaixonara pela velha cozinheira negra da minha mãe e por um carteiro que me deixava segui-lo [...]. Esse tipo de amor também provoca ciúmes.

Quando foi adaptado pelo roteirista e escritor Sumner Locke Elliott, a história manteve as sutilezas homoafetivas e o clima melancólico. Entretanto, Richard Shepherd, o produtor, interveio, trocou o roteiro de mãos e disse: "Ele falhou em capturar o calor, o entusiasmo, o humor, a beleza, o coração e a honestidade de Holly. O jovem que ele descreveu [Fred] é adominado. É desprovido de humor. Todos estávamos convencidos em supor que o menino e a menina se encontram no final de nossa história."

Locke Elliott sabia que o romance de Capote era sombrio e que o narrador masculino era vagamente *queer*. O produtor sacou as entrelinhas e, anetendo problemas com a censura e o estúdio, além de levar em conta suas próprias convicções homofóbicas, tratou de fazer de Fred um machão interessado sexualmente em Holly. Capote disse na época: "A única obrigação que um artista pode ter é consigo mesmo [...] Por isso, é tão absolutamente entediante escrever o roteiro de um filme. [...] A obrigação era com produtores, atores, e não comigo mesmo." Ele se arrependeu profundamente depois que viu o que fizeram com sua obra: "A transposição de uma forma de arte para outra me parece um empreendimento corrupto e um tanto vulgar."

Na adaptação do romance *Os Maias*, de Eça de Queiroz, pela Rede Globo, em 2001, a dramaturga Maria Adelaide Amaral também fez uma alteração considerável para atender à moral de nossa época. No relançamento da minissérie em DVD, em 2004, o jornal *O Estado de S. Paulo* questionou o diretor Luiz Fernando Carvalho sobre ter suprimido as inúmeras vezes em que Carlos da Maia transava com Maria Eduarda, mesmo depois de saber que ela era sua irmã de sangue. O diretor respondeu de maneira enigmática: "Quanto ao número de noites, sempre me pareceu pertinente, já que teríamos de ficar promovendo passagens e passagens de tempo na montagem, pois no livro mesmo não

existem acontecimentos paralelos significativos." Amaral, em entrevista às páginas amarelas da revista *Veja*, em 2001, tinha dado uma resposta mais clara: "O espectador anda sedento de bons exemplos éticos."

A primeira temporada da série *Cem anos de solidão* termina com a guerra de liberais e conservadores. Nos capítulos finais, Macondo é ocupada pelo governo conservador, que assumiu o poder por meio da violência e da fraude. No povoado, deflagra-se uma guerra movida pelos liberais, que defendem reformas sociais e descentralização do poder. O oitavo e último capítulo traz uma cena bonita e bem executada em que José Arcadio, o filho, é assassinado. Um filete de sangue escorre de seu corpo e percorre as ruas de Macondo – até chegar a sua mãe.

Os últimos episódios são marcados pela guerra política. Mas, como lembra o historiador Góis Vieira, o comentário político mais relevante da obra ainda está por vir. Na segunda temporada da série – que vai estreiar em agosto deste ano –, a dimensão política da obra de García Márquez ficará ainda mais evidente, com a aterroradora chegada do capital estrangeiro a Macondo, que levará o local à sua destruição definitiva.

Essa destruição já está prenunciada na primeira parte, com a eclosão da peste da insônia, para a qual há pelo menos duas interpretações: uma é poético-filosófica, a outra é política. Esta segunda foi descrita pelos autores Mustafá Ahmad e Ayaz Asfar no ensaio *Magical realism, social protest and anti-colonial sentiments in "One hundred years of solitude": an instance of historiographic metafiction* (Realismo mágico, protesto social e sentimentos anticoloniais em *Cem anos de solidão*: uma instância de metaficção historiográfica), de 2014. "É importante que a peste ataque os macondinos, deixando-os sem história. De uma aflição do povo de Macondo, a peste da insônia surge como metáfora para manifestar o desgosto dos colonizados em relação à distorção dos fatos históricos feita pelos colonizadores", eles escreveram.

Indígenas, mestiços e negros são atingidos pela doença, que chega junto com colonizadores e causa esquecimento e apagamento da linguagem. "Em uma sociedade onde as pessoas já estão esquecendo as tradições de cavalheirismo e honra para transcender a um mundo novo e moderno em todos os aspectos e onde elas sofrem com a injustiça, pode-se facilmente antecipar uma praga que virá e varrerá toda a população", afirmam Ahmad e Asfar.

Em *La soledad de Macondo o la salvación por la memoria*, a crítica li-

terária colombiana Ana Cristina Benavides analisou o alcance político do tema do esquecimento na obra-prima de García Márquez. Para ela, *Cem anos de solidão* é um “símbolo das lutas no continente” e se constitui “no universo dos excluídos, marginalizados ou perdedores da modernidade [...], em que afro-colombianos, indígenas e camponeses preservam suas identidades solitariamente e lutam para sobreviver em uma paisagem destruída por interesses externos”. A tragédia dos Buendía é a tragédia do esquecimento. “O afeto e o amor não podem ser alcançados porque exigem o reconhecimento do outro, que os macondinos esquecem”, afirma Benavides. Segundo ela, *Cem anos de solidão* é em si mesmo a resposta para a peste que leva ao esquecimento, pois a obra valoriza a história dos povos originários. Ao resgatar o passado da América Latina, salva do esquecimento a memória de todo um povo.

Benavides alerta que devemos evitar o olhar exótico com que muitas vezes o mundo ocidental enxerga *Cem anos de solidão* – que precisa ser lido sobretudo como uma denúncia, por justamente tornar o leitor testemunha do isolamento e da solidão de Macondo, cidade incapaz de se in-

corporar à modernidade das potências do Ocidente.

Também Góis Vieira refuta a leitura exotizada da obra que foi pouco a pouco se espalhando. “A gente precisa voltar a entender a tragicidade do livro”, diz ele. É como se vários interesses associados agissem para arruinar um mundo ideal, representado por Macondo. “Com o tempo, a utopia vai sendo corrompida e forças estrangeiras a levam à destruição”, ele diz. “As guerras civis, as ditaduras, o imperialismo que chega com a empresa bananeira, uma série de fatores vão corromper essa utopia. Até que Macondo é arrasada e relegada ao esquecimento.”

O historiador diz: “Se Macondo foi fundada como utopia, por que ela não chegou lá? A resposta é: porque não deixaram que ela chegasse lá.” Nas linhas finais do romance, Macondo é apagada da história por um furacão bíblico, apocalíptico, e o último habitante é devorado por formigas.

Góis Vieira está interessado em saber como a Netflix vai retratar na próxima temporada a entrada do capital americano na vida de Macondo. “Tempos difíceis estão chegando em Macondo” é o slogan da segunda parte da série, divulgado pela gigante americana do streaming. “A grande tragédia política

do romance é quando chega a companhia bananeira. E o episódio mais significativo da narrativa é o que narra o massacre dos trabalhadores. Vamos ver como os diretores tratarão essa parte mais politizada.” (Aliás, nessa passagem do livro, García Márquez se inspirou na realidade: em 1928, em Ciénaga, a United Fruit Company promoveu um massacre de trabalhadores nas plantações de banana porque eles haviam decretado greve.)

A atual conjuntura política, em que Donald Trump se empenha em reverter a América Latina como quintal americano, possibilita uma chance de a série atualizar a força política da obra de García Márquez. Para ficarmos apenas no caso da Colômbia, a relação do presidente dos Estados Unidos com o presidente Gustavo Petro é a pior possível. Entre setembro e dezembro de 2025, a Marinha americana fez operações em alto-mar contra embarcações colombianas, com vítimas, a pretexto de combater o narcotráfico internacional. Petro denunciou os Estados Unidos por violar a soberania de seu país e matar um pescador colombiano numa dessas operações. Em retaliação, Trump acusou Petro de ser leniente com os carteis de drogas, o chamou de traficante e

revogou seu visto. O presidente colombiano prometeu se defender das acusações na Justiça americana.

“Trump reacendeu um pouco da Guerra Fria, com uma postura de combate contra a esquerda mundial, em especial na América Latina. Acho que o momento atual tem muito a ver com o romance”, diz o historiador. “Vamos ver como os diretores tratarão na segunda temporada essa parte mais politizada do livro, que aborda o imperialismo americano, justo quando Trump impõe tarifas sobre importações, radicaliza a política antimigratória e mira como ameaça na América Latina.”

Durante muitos anos, García Márquez foi impedido de entrar nos Estados Unidos por causa de suas posições políticas, em especial o seu alinhamento com Cuba. No discurso que fez ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1982, ele explicitou o sentido mais amplo de sua obra-prima, dizendo que desejava “uma nova e abrangente utopia da vida, onde ninguém poderá decidir pelos outros como morrer, onde o amor se mostraria verdadeiro e a felicidade será possível, e onde as raças condenadas a cem anos de solidão terão, finalmente e para sempre, uma segunda oportunidade na Terra”. ☺

NAS BANCAS, LIVRARIAS
E EM CULTLOJA.COM.BR



APONTE A CÂMERA
DO CELULAR PARA O
QR CODE ACIMA E FAÇA
SUA ASSINATURA

Cult

A MAIS LONGEVA
REVISTA DE CULTURA
DO BRASIL

REVISTACULT.COM.BR @CULTREVISTA f REVISTACULT

Cult

assine | jornalismo cultural | revista | 100% digital | revistacult.com.br

OS MELHORES
LIVROS
DE 2025
40 ESPECIALISTAS
INDICAM SUAS
LEITURAS PREFERIDAS
DO ANO

MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

A PSIQUIATRIZAÇÃO DA VIDA É NATURALIZADA PARA ADMINISTRAR
EMOÇÕES E COMPORTAMENTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



ENTREVISTA

**MOHAMMED
EL-KURD**

“É PRECISO
CRIAR PODER
PARA OS
PALESTINOS”

HAŠEK E KAFKA, OU O MUNDO GROTESCO

Contemporâneos, os dois escritores de Praga refletiram sobre a coisificação dos seres humanos

KAREL KOSÍK

Em 1963, mesmo ano em que lançou *Dialética do concreto*, um clássico do pensamento marxista da segunda metade do século XX, o filósofo tcheco Karel Kosík (pronuncia-se Kárel Kóssik) publicou na extinta revista tcheca *Plamen* o ensaio *Hašek e Kafka*, ou o mundo grotesco. Nele, procurou estabelecer um diálogo entre os escritores Franz Kafka e Jaroslav Hašek (pronuncia-se Járslav Ráček), que, apesar das abordagens e estilos tão diferentes, se parecem na forma como enfrentaram, com os recursos da literatura, a crescente coisificação do ser humano pelo aparato burocrático-industrial-militar.

Kosík – cujo centenário de nascimento se comemora em 2026 – desloca sua atenção principalmente para a obra-prima de Hašek, o romance *As aventuras do bom soldado Švejk* (pronuncia-se *Chvěik*), publicado em 1921. Contrariando a leitura habitual que se faz desse livro como narrativa

humorística ou satírica, o filósofo resalta a dimensão crítica do personagem Josef Švejk em sua relação com os mecanismos de poder.

As aventuras do bom soldado Švejk é uma das obras mais traduzidas da literatura tcheca e já foi considerado um dos livros fundamentais do século XX pela Biblioteca Pública de Nova York. É da ordem da ironia histórica e da universalidade da literatura que nos últimos trinta anos tenha adquirido popularidade entre os americanos de ascendência africana, que veem na postura do soldado Švejk uma inspiração para sua resistência ao aparato de poder hegemônico.

O protagonista do romance é um soldado da Primeira Guerra Mundial que enfrenta a carnificina desse conflito com um comportamento peculiar, entre a ingenuidade e a expertise, o que o permite se desviar das mais diversas catástrofes e evitar as ordens mais absurdas que recebe do alto-comando militar. Na reflexão de Kosík, a idiotice real ou encenada de

Švejk tem a capacidade de desestabilizar as referências de poder das instituições. Em vez do registro humorístico que parte da crítica atribuiu ao romance, o que importa de fato, segundo o filósofo, é a visão do grotesco que Hašek elabora. O riso que o bom soldado Švejk provoca no leitor resulta, afinal, numa sensação de espanto e horror.

Por meio da figura de Švejk, que faz um grande esforço para vencer a gigantesca máquina militar, o escritor cria um anti-herói que, à sua maneira, enfrenta a coisificação desumana provocada pela guerra e a burocracia. É nesse ponto que Hašek (que escreveu seu romance em tcheco) encontra Kafka, com sua ficção de um mundo desumanizado, angustiante e incompreensível – ambos fortemente relacionados à identidade imaginária da cultura tcheca (mesmo que Kafka tenha escrito toda sua obra em alemão).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Kosík participou ativamente da resistência contra os invasores da Tche-

coslováquia, o que o levou à prisão pela Gestapo, a polícia política da Alemanha nazista. No pós-guerra, formou-se na Universidade Carolina, de Praga e estudou nas universidades soviéticas de Moscou e de Leningrado (hoje São Petersburgo). Afastou-se do marxismo ortodoxo no fim da década de 1950 e tornou-se mundialmente conhecido com *Dialética do concreto*, uma reflexão sobre o materialismo dialético e a práxis marxista, à luz das principais correntes do pensamento filosófico do século XX. Depois da invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, Kosík foi expulso do Partido Comunista e impedido de atuar como intelectual público. Só depois da Revolução de Veludo, em 1989, voltou a ensinar na universidade, pesquisar e publicar livremente. Morreu em 21 de fevereiro de 2003.

A seguir, a íntegra do ensaio de Kosík, pela primeira vez traduzido para o português.

Filip Vavřínek



OLDŘICH KULHANEK, 1983, COPISTA DE JIŘÍ KREJČA, DOANTHROPOMATIKI KREJČA, PRAGA

Ex libris do
artista gráfico e
ilustrador tcheco
Oldřich Kulhanek
retratando Hasek e
Kafka: na primeira
metade do século XX,
esses escritores
expressaram duas
visões do mundo
moderno, descrevendo
tipos humanos que,
à primeira vista,
são distantes e
contraditórios, mas
que na verdade se
complementam



Franz Kafka e Jaroslav Hašek nasceram, curiosamente, no mesmo ano (1883) e na mesma cidade. Ambos passaram a maior parte da vida em Praga, e suas obras conhecidas foram concebidas na esteira da Primeira Guerra Mundial. Eles também morreram no início da década de 1920, com a diferença de um ano – Hašek em 1923, Kafka em 1924. É evidente que esses são fatos superficiais e aleatórios que, por si só, não revelam muito sobre a relação entre os dois autores.

No entanto, essa questão pode ser vista sob outra perspectiva: qual foi a ambiência que deu origem a dois fenômenos literários tão distintos como Hašek e Kafka? Qual é a Praga de Kafka e qual é a de Hašek? Os dois tornaram sua cidade natal famosa, uma vez que suas obras são associadas à capital tcheca, que de certa maneira está presente em seus textos.

A odisséia literária do personagem Josef Švejk, narrada no romance *As aventuras do bom soldado Švejk*, de Jaroslav Hašek, começa “na honrável companhia de dois soldados com baionetas” na prisão de Hradčany, segue descendo pela Rua Nerudova e atravessa o bairro Malá Strana (também conhecido como Cidade Pequena ou Cidade Baixa) e a Ponte Carlos, em direção ao bairro Karlín. É um grupo bastante interessante: o delinquente Švejk entre dois guardas. Já o trio de *O processo*, de Kafka, envereda pelo sentido oposto: parte da Ponte Carlos e sobe até a pedreira do bairro Strahov, para onde dois senhores con-

duzem o “delinquente” Josef K., funcionário de um cargo elevado em um banco, com o intuito de que um deles lhe “enterrasse a faca no coração”.

Embora os dois grupos passem pelos mesmos lugares, jamais cruzariam um com o outro. Švejk, como era costume na época, foi libertado do cárcere pela manhã e percorreu o caminho com seus acompanhantes na primeira parte do dia. Josef K., ao contrário, foi levado “sob a luz do luar” por aqueles dois homens, que usam cartolas.

Mas podemos imaginar o encontro entre esses trios. Um passa ao lado do outro sem prestar atenção ao seu redor, porque Josef K. está ocupado em analisar a fisionomia e o comportamento de seus guias misteriosos, enquanto Švejk está completamente absorvido na conversa amigável com os guardas que o escoltam pela cidade. Todavia, é possível que trocassem olhares, caso se encontrassem. Seriam, portanto, olhares que veem, mas não reconhecem. É comum que as pessoas olhem umas às outras sem se reconhecerem. Afinal, quem são elas?

Josef K. veria os personagens de Hašek como demasiadamente cômicos e apenas isso, já que eles não apresentam o significado inesperado e profundo que, uma vez revelado, se abre para o mundo da farsa. Do mesmo modo, Josef Švejk consideraria o trio de Kafka uma aparição cômica que ofusca o destino verdadeiro e tragicamente grotesco de Josef K. Os dois grupos enxergam somente a aparência exterior e, por isso, são indiferentes um ao outro.

Esse é um primeiro encontro possível – ainda que superficial – entre Hašek e Kafka. Porém, depois de fazer uma aproximação entre os autores, podemos nos aprofundar sobre suas obras. Existe mesmo a possibilidade de compará-las ou relacioná-las?

À primeira vista, pode parecer que essa relação não exista, porque Kafka é lido para ser interpretado, enquanto o objetivo de Hašek seria fazer rir. Há centenas de interpretações em torno de Kafka. Sua obra é geralmente compreendida como repleta de problemas, além de ser ela mesma problemática, enigmática, codificada, semelhante a um quebra-cabeça, sendo, por isso, necessária decifrá-la, isto é, interpretá-la, a fim de facilitar o acesso do leitor a ela. No caso de Hašek, parece que tudo em sua obra é nítido e compreensível a todos; ela é cristalina, provoca risadas e nada mais. Mas essa naturalidade e transparência não seriam ilusórias e aparentes e, nesse sentido, enganosas e sedutoras?

Estudiosos de Kafka do chamado Ocidente utilizaram-se de diversos métodos para interpretar sua literatura. Recorreu-se à psicanálise, às pesquisas sociológicas e antropológicas, assim como à busca por aspectos religiosos e filosóficos, investigando suas relações com o judaísmo, o cristianismo, Kierkegaard e Dostoiévski, dentre outros – ou seja, em maior ou menor grau, esgotou-se o leque de perspectivas interpretativas sobre a obra de Kafka. Por outro lado, a obra de Hašek parece apresentar apenas uma única chave mestra para a pensarmos: o seu notável “princípio popular”.¹ No entanto, essa característica não abre novas perspectivas para sua leitura, antes a encerra em uma interpretação única, tanto mais pelo fato de não permitir a compreensão total dos problemas colocados por seus livros.

Qual é o significado de *As aventuras do bom soldado Švejk*? Será que essa obra de Hašek carece, de fato, de uma estrutura unificadora e sua trama seria mesmo fragmentada? Qual o sentido de todos os seus episódios anedóticos? Seria possível encontrar na obra de Hašek um conjunto de questões relacionadas ao tempo, ao cômico, ao trágico e ao grotesco?

E quem é Švejk?

QUEM NÃO É ŠVEJK

Švejk trabalha como ordenança do capelão militar Katz e, mais tarde, do tenente Lukáš. Os senhores dão ordens, enquanto os ordenanças as executam. Os primeiros representam a intenção, já os últimos simbolizam a realização dessa intenção. No entanto, quando a ordem é por demais genérica, ela só toma forma no ato da execução, e é nesse momento que pode se voltar contra o senhor: muitos eventos imprevisíveis podem ocorrer durante a realização da ordem, a ponto de o senhor não conseguir reconhecer sua intenção no resultado final.

O servo é apenas um instrumento para que a intenção do senhor seja concretizada, mas sendo um sujeito ativo, ao realizar o que o senhor ordena, ele pode desencadear situações que têm o potencial de desvirtuar os planos originais. O senhor precisa do serviçal, não consegue ficar sem ele. O senhor não consegue se alimentar sem a assistência do serviçal. O senhor não consegue se divertir sem a ajuda do serviçal. O senhor não consegue resolver seus assuntos íntimos sem a intervenção do serviçal. Dessa forma, o serviçal torna-se indispensável.

Ao exigir que o serviçal se ocupe exclusivamente de suas necessidades, o senhor acaba se expondo a ele: o serviçal o conhece bem, sabe de suas forças e fraquezas. O senhor se contenta com o poder e a autoridade, enquanto o criado precisa se manifestar por meio da criatividade e da ambição. Quem é o verdadeiro senhor e quem é o verdadeiro serviçal nessa intrínseca relação de dependência mútua? Quem impõe sua vontade a quem? E quem é o sujeito ativo da relação?

Em determinadas configurações da divisão do trabalho, o serviçal pode desempenhar uma função só: divertir o senhor. Ele, então, se torna um serviçal de uma espécie inabitual – o bobo da corte. Não trabalha manualmente, mas com a força do intelecto. O bobo é independente? Ele se comporta como se fosse. Fala com o soberano de modo impertinente e possui um privilégio incomum na cultura palaciana: o de “falar a verdade”. O bobo comenta os acontecimentos e cria chistes que divertem toda a corte. Todavia, é um funcionário do palácio e, por isso, precisa se submeter às regras do jogo: sua insolência deve ser apenas a impertinência do bobo, assim como sua verdade é sempre a verdade do bobo. Esse papel funciona apenas na medida que os outros o aceitam e o reconhecem como sendo o do bobo. Se ele vai além dos limites definidos, reconhecidos e tolerados, a corte não o leva mais a sério ou o leva a sério

1 O “princípio popular” foi uma ferramenta analítica elaborada na primeira metade da década de 1950 pela crítica literária para definir uma das características centrais da literatura tcheca. Com esse conceito, a crítica buscava destacar na representação do cotidiano e nas pequenas histórias de subgrupo popular uma potencialidade autêntica, crítica, criativa – estética – ou seja, o saber de um povo que ultrapassava a folclore ou a descrição meramente decorativa. *As aventuras do bom soldado Švejk* foi interpretado por parte da crítica nessa chave, como a expressão das tensões entre o pensamento popular e o idealismo dominante, da resistência do povo à guerra e do contraste entre a realidade desse povo e a ideologia oficial. (N. T.)

demais: o bobo passa a ser entediante e inútil, ou se torna um sem-vergonha, encrenqueiro, hipócrita e resmungão. "Os maiores monarcas", observa Erasmo de Roterda, "de tal forma concentraram nos bobos as suas delícias, que muitos não podem nem jantar [...] nem ficar longe deles por uma hora sequer, e têm mais estima pelos bobos do que pelos filósofos, que, às vezes, confiando no próprio saber, permitem-se ofender os delicados ouvidos com pungentes verdades."

Švejk é um serviçal, mas não é um bobo da corte. Por vezes, manifesta-se como um tolo maluco, mas um louco se torna similar a um bobo da corte somente ao colocar sua loucura a serviço do soberano. Quando Švejk profere impertinências ou verdades insanas, ele deixa de fazer seu papel de serviçal, e então aquele que melhor o complementa não é exatamente o seu senhor, mas um agente do Estado. O subtenente Dub, como agente estatal, não entende as brincadeiras e não sabe rir; sua única ambição é fazer Švejk chorar. O representante do poder se movimenta em um espaço sagrado, intocável e bem vigiado. Para ele, o riso causa uma desconfiança extrema: quem ousa rir, inevitavelmente ri dele. Com isso, Dub é melindroso e irritado. É ele quem decide sobre o que as pessoas podem rir e o que elas podem olhar:

Dirigiu-se para lá e, plantando-se diretamente diante de Švejk, alfinetou-o em tom severo:

- O que está acontecendo aqui?
- Humildemente, senhor — respondeu Švejk por todos —, estamos olhando.
- E o que estão olhando? — perguntou o subtenente Dub.
- Humildemente, senhor, estamos olhando a escarpa.
- E quem lhes deu permissão para fazê-lo?

Švejk não está a serviço desse agente. Sua relação com o subtenente Dub não se baseia em uma dependência imediata e pessoal, mas é definida pela complexa hierarquia de regulamentos jurídicos. Um emaranhado de hierarquias militares separa Švejk do subtenente Dub, impossibilitando o representante estatal de tratá-lo como um serviçal.

Os agentes do poder e Švejk representam dois universos distintos que não se toleram. A mera existência e a presença física de Švejk já provocam esses representantes, pois ele não olha para onde deve olhar; não fica parado, em posição de sentido, do jeito que se deve ficar; não fala o que se deve falar. Švejk não participa do jogo, não pretende ser promovido e, assim, assegurar uma carreira. Por isso, não segue as regras do jogo. Por não estar jogando, ele atrapalha a execução do jogo,

sem saber disso: ele é perigoso e suspeito à sua revelia.

Qual a relação que Švejk mantém com seus oponentes competidores e quem possui um papel que o complementa? Seria ele o serviçal na relação com o senhor, o bobo da corte na relação com o soberano, ou um idiota na relação com o agente estatal? Ou seria ele um Sancho Pança moderno, isto é, um serviçal sem um senhor?

O MUNDO GROTESCO

N o cárcere da circunscrição de Justiça Militar, Švejk afirma para seus companheiros de cela:

Não percam as esperanças, como disse um cigano de Pilsen, um tal de Janekček, pois tudo pode virar para melhor. Ele disse isso quando foi condenado à força em 1879 por ter cometido um duplo latrocínio. E tinha razão, porque o deixaram ir embora quando já estava com a corda no pescoço, pois não puderam pendurá-lo porque era o aniversário do imperador. [...] No entanto, o enforcaram um dia depois do aniversário, e o cigano teve ainda a sorte de ter sido indultado no terceiro dia [depois de sua morte], e foi necessário julgá-lo de novo, porque tudo indicava que quem havia cometido o crime não fora ele, mas outro Janekček. E assim tiveram que desenterrar-lo do cemitério de condenados e trasladá-lo ao cemitério católico de Pilsen, mas só depois se deram conta de que ele não era católico, e sim protestante, de modo que o trasladaram ao cemitério protestante.

Essa passagem, que não é casual nem única na obra, proporciona ao leitor sensações "conflitantes": provoca riso e, ao mesmo tempo, causa arrepio. É cômica, mas constrangedora. Evoca sentimentos que as pessoas preferem evitar ou não querem levar em consideração como algo sério, considerando-os apenas excepcionais ou lapsos da narrativa. O leitor quer se divertir e, em função disso, não se deixa perturbar pelos exageros e esquisitices da narrativa. No entanto, nesse breve episódio, não é a própria morte ou a execução que causam impressão gélida ou esquisita no leitor, mas, sim, a falta de sentido da morte e o absurdo da execução.

Não é da tristeza, da morte e das últimas coisas do ser humano que o leitor quer escapar, mas sim do absurdo. Não é possível se orientar adequadamente no universo do absurdo, pois nele se perde a autoconfiança e não se consegue perceber as relações causais entre os fatos. Porém, o episódio contado por Švejk causa ao mesmo tempo um efeito completamente oposto: suscita riso e alegria. A sensação de ridículo, de alegria e de hu-



mor jocosos desloca-se até o primeiro plano. O leitor movimenta os cantos da boca numa espécie de sorriso e pode até gargalhar; de chofre, o riso passa, o rosto fica imobilizado em uma careta, pois lhe parece inapropriado rir diante dessa situação. Ele ri de fato, mas, de repente, chega à conclusão de que a história não é engraçada. O que pareceu cômico e operou como tal, subitamente se mostra — em uma repentina alteração temporal cuja marca é a brusquidão — sob outra perspectiva, e o leitor se surpreende diante de seu próprio riso. Sente-se, por fim, constrangido por ter rido. Volta-se para si mesmo, a fim de prestar atenção não no que está diante de si, mas detém-se a olhar para seu interior. Então, ele se pergunta se o que fez foi indecente. Ri de algo engraçado. Mas, de repente, seu próprio riso lhe parece indecente, sendo interrompido de modo brusco. O leitor angustia-se e fica constrangido com sua atitude, buscando a culpa dentro de si, em vez de culpar o próprio objeto que lhe arrancou risadas e depois as transformou em arrepio.

Uma análise dessa sensação subjetiva nos aproxima do cerne do fenômeno, que se desenvolve precisamente no "tempo". O que o fenômeno revela em um primeiro momento sobre si mesmo e o que afetou o leitor (ou o espectador, ou o ouvinte) reverte-se de repente em seu contrário: o riso fica congelado e se transforma em arrepio e susto. O leitor desvia a atenção do objeto e volta-se para si mesmo: como

poderia rir de algo que não é divertido, mas sim esquisito, estranho e até mesmo terrível?

O horror arrepiante, a estranheza e o inabitual estariam presentes na obra de Harek? Se sim, como essas características aparecem? Seria esse apenas um único e excepcional episódio, um aspecto marginal do romance, ou tem relação mais intrínseca com toda a estrutura da obra? Até hoje, o livro de Harek tem sido lido (e compreendido) a partir de uma interpretação específica. Nas décadas de 1920 e 1930, o romance era visto como uma possibilidade de rir dos horrores vivenciados na Primeira Guerra Mundial, que pareciam pertencer a um passado que nunca mais se repetiria. Por essa razão, a experiência da guerra foi entendida em uma chave humorística em vez de grotesca, mais satírica do que trágica, tendo sido mais idealizada do que dramatizada. O desenhista Josef Lada² contribuiu de forma congenial para essa interpretação, com suas ilustrações que destacam tais aspectos de *As aventuras do bom soldado Švejk*, de acordo com o registro cômico-satírico (e poético) da narrativa. Outras leituras da obra foram e são possíveis, como se pode constatar nos desenhos do artista alemão George

² Josef Lada (1887-1957) foi um pintor, ilustrador, caricaturista e escritor checo. Além de livros para crianças, fez as primeiras ilustrações, hoje consagradas, de *As aventuras do bom soldado Švejk*, publicadas quando Harek ainda vivia. Seu estilo é caracterizado por linhas e contornos fortes e destacados, e pelo desenho raso e estereotipado. O imaginário da cultura tcheca acerca de Švejk foi bastante moldado pelos desenhos de Lada. (N. T.)



Grosz³ trazem apenas uma faceta da narrativa, como as ilustrações de Lada, mas destacam justamente os traços da obra que o ilustrador tcheco não percebeu: o terror, o horror, o grotesco e o esgar.⁴

Sob a influência dessa interpretação “idílica” de Lada, cenas importantes do livro foram deixadas de lado: um dos capítulos mais engraçados, que apresenta um sermão proferido pelo embriagado capelão Katz na capela da prisão, começa com uma descrição das práticas carcerárias do local: “Quando alguém protesta, o levamos para a solitária; quebramos suas costelas e o deixamos estrimado lá até que bata as botas. Temos todo direito de fazer isso.” A atmosfera da época surge em outra passagem: “Primeiro, um homem com as mãos acorrentadas, acompanhado de um cortejo de baionetas, seguido por um carro com um caixão.” O homem algemado anda a pé porque é um excluído. O objeto, o caixão que representa a ma-

jestade do mecanismo, é levado sobre um carro atrás do condenado.

Isso significa, então, que a obra de Hašek é entrelaçada por um humor ácido, no qual os horrores caminham ao lado do riso, e as anedotas se alternam com a tristeza? O absurdo emerge do horror e do terror, do cômico e do humor. Quer dizer, o horror não segue lado a lado com o riso, mas ambos surgem da mesma fonte: o mundo grotesco.

Em Hašek, o mundo grotesco se manifesta:

– nas reações humanas que procuram esconjuram o horror, na tentativa de escapar da morte, de se proteger do tédio e de se revoltar contra o absurdo;

– na magia da palavra (vulgaridades, obscenidades, piadas, orações): a palavra é mágica, e a força da palavra mordaz supera a fraqueza ou o enfraquecimento da alma; a anedota afasta o medo;

– na magia da atitude: a postura é um tipo de máscara ou um fingimento; a pessoa adota uma posição cínica porque sem o cinismo – sem a proteção de um disfarce – seria esmagada pela realidade;

– na magia do jogo: o jogo mata o tempo e gera um mundo novo e notável (“Os rostos dos quatro estavam impregnados de tranquilidade. Nem parecia que estavam participando de uma guerra e viajando em um trem que os levaria ao front, a enormes e sangrentas batalhas e matanças; davam a impressão de que estavam à mesa de jogo de algum café de Praga”);

– na magia da ação: um gesto súbito, desesperado e sem sentido, que protege contra o horror ou a morte (um soldado utiliza a portinhola do chiqueiro para se proteger de granadas).

Quem é o verdadeiro rival de Švejk? Seria apenas um ou existiriam múltiplos rivais? Essa questão está ligada a outra: qual é a estrutura da obra de Hašek? Somente ao desvendar esse aspecto do romance é que se pode compreender quem é Švejk.

A frase inaugural do romance de Hašek – “Então eles mataram o nosso Ferdinand” – não é somente o início da narrativa, mas também o anúncio de um acontecimento que principiou certa movimentação. “Algo” é posto em movimento. Esse “algo” se refere primeiro ao arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, porém mais tarde se configura no personagem Bretschneider – um policial à paisana –, depois no juiz de instrução e depois no capelão militar Katz e no subtenente Dub. Esse “algo” se apresenta como a prisão e os trens de guerra blindados, como o “cortejo de baionetas” no qual o homem de mãos algemadas anda à frente do carro com o caixão; como o general né na cova, o *Latrinengeneral* (general de latrinas, em alemão); como a lenta jornada de trem até o front que termina com “um quepe austríaco cheio de lama balançando sobre uma cruz branca”. Esse “algo” movimenta as pessoas, que cumprem suas ordens e são levadas por ele até à morte. Esse “algo” é oculto, anônimo, impalpável, sendo por vezes representado na forma de generais controladores que interpretam para os meros mortais a profunda sabedoria do Grande Mecanismo: “disciplina militar”, “organização”,

Schwarmweise unter Kommando (“enxames de soldados sob comando dos comandantes do enxame”, como no livro), *Latrinenschissen*, [dam] *partienweise [...] schlafen gehen* (“às latrinas cagar, depois todos dormir”). Sem o mecanismo, Švejk não é efetivamente Švejk, mas somente um sujeito alegre, gaiato e malandro. Ele se torna Švejk no momento em que o verdadeiro adversário surge: o Grande Mecanismo. Assim que o mecanismo entra em movimento (o que é anunciado pela frase inicial), Švejk entra em cena. Começa o jogo do homem contra o mecanismo, e do mecanismo contra o homem.

O mecanismo intenciona moldar o homem segundo suas necessidades, preservar sua lógica e impor determinado modo de comportamento. O mecanismo surge como uma força anônima que organiza pessoas em regimentos, batalhões e exércitos, transportando todos para o front. A disciplina rígida, a organização e a ordem são as características fundamentais do mecanismo, assim como o caos e a falta de sentido.

O grotesco assume a aparência de um colosso mecânico e de um zoológico humano. Para ser mais exato, a tragicomicidade da realidade, a monstruosidade e o ridículo, o assustador e o cômico são revelados continuamente pelos representantes do mecanismo, que vivem próximos de animais ou se utilizam de máscaras do universo das bestas: o dedo-duro Bretschneider é devorado por seus próprios cachorros; para o médico-chefe, todos os pacientes do hospital militar não são nada mais do que “uns néscios e uns porcos [...] todos acabariam na força”, e um indivíduo visto como suspeito pela polícia é investigado por “um homem com expressão gélida de funcionário público e traços de uma crueldade muito bestial”.

Além do movimento do mecanismo – absurdo e sem sentido –, há outro movimento: o dos destinos e encontros, das histórias e aventuras, cada uma com seu próprio significado e sentido, posto que formam o conteúdo da vida humana. O ser humano se locomove dentro do Grande Mecanismo: o movimento mecânico que leva as pessoas à perdição só funciona por causa do movimento mecanizado dessas mesmas pessoas. No entanto, elas se despendem incessantemente dessa maquinaria – ficam fora de seu alcance, escapam dela e existem independentemente do mecanismo. Nessa engrenagem intrincada em que todos os movimentos se encaixam e influenciam uns aos outros, somente “movimentos” individuais e particulares (destinos, encontros, histórias) fazem algum sentido, enquanto o movimento da máquina em sua totalidade não apresenta sentido nenhum; o movimento da maquinaria é o movimento do absurdo.

A discrepância entre o valor dos destinos humanos dentro e fora da maquinaria e a falta total de sentido do movimento do Grande Mecanismo é tão imensa e explosiva que essa visão de mundo não exige que a figura central (Švejk) passe por um desenvolvimento de acordo com os conselhos da crítica literária e da interpretação idílica: ver Švejk como uma figura “positiva” seria matá-lo. Esses dois movimentos reais recebem a interferência de um “elemento retardador”: a própria narração de Švejk, que, de certa maneira, sempre traz comentários sobre os dois movimen-

³ George Grosz (1893-1959) foi o autor dos cenários da montagem teatral baseada em *As aventuras do bom soldado Švejk*, de 1928, que aconteceu em Berlim, sob a direção de Erwin Piscator (1893-1966). Mais tarde, dezessete desses desenhos foram publicados no livro *Hintergrund* (Plano de fundo). Uma das imagens da peça de Piscator, que leva o título *Cristo com máscara de gás*, provocou uma onda de protestos na Alemanha, e o artista foi condenado a pagar uma multa por insulto à religião. Muitas das ilustrações de Grosz acompanharam a versão do ensaio de Kosik, publicado na revista *Plamen*, em 1963. (N. T.)
⁴ O processo de idealização do personagem de Švejk por Lada não é o único exemplo que distorce o sentido da obra original. A cultura tcheca possui uma tradição forte desse tipo de idealização. Basta mencionar a estátua do poeta Karel Hynek Mácha (1810-36), de autoria de Josef Václav Myslbek (1848-1922), situada no Monte Petřín, e que não tem absolutamente nada em comum com a obra genial do poeta tcheco, transmitindo, há décadas, uma imagem errada sobre Mácha. (Nota do Autor)

⁵ O anonimato e a infamidade podem se manifestar em inúmeras aparências. [O crítico literário alemão] Wilhelm Emrich (1909-98) caracteriza o personagem de Klamm, o alto funcionário do castelo, de Kefka, como a “força determinante de todos os encontros”. É notável que as interpretações ocidentais tenham deixado de lado um fato importante e bastante natural para o leitor tcheco: o burocrata Klamm está intrinsecamente relacionado com o significado da palavra tcheca *klam*, isto é, com incompreensão, ambiguidade, ilusão, engano. (Nota da edição crítica da obra de Kosik, publicada em 2019)

tos, revelando sua relação e contextualizando-os. Em diversos episódios do livro, o grotesco aparece como um elemento orgânico, visto que está presente na própria estrutura da obra.

QUEM É ŠVEJK?

O personagem literário de Švejk precisa ser analisado em um contexto mundial, porém não deve ser explicado só a partir das referências aos heróis de Diderot, Cervantes, Rabelais ou De Coster.⁶

No romance, Švejk é retratado como um homem bom, esperto, maluco e bobo, diagnosticado como idiota pelo Estado e visto como um rebelde suspeito pelas autoridades. Ele é, ao mesmo tempo, simulador e calculista, espião e sádito leal. Se aparenta ser por vezes bobo, esperto, servil, rebelde (apesar de sempre permanecer ele mesmo), sua mutabilidade, seu caráter evasivo e seu "mistério" decorrem do sistema do qual faz parte.

Esse sistema, que já está de cabeça para baixo e tem força para inverter situações, baseia-se na premissa generalizada de que os indivíduos simulam ser algo que não são (por isso, necessariamente, personagens impositores ou inspetores são figuras centrais desse sistema). Uma de suas características é a mistificação mútua e sistemática. Švejk se movimenta em um mecanismo cuja "força motriz" é a indefinição, o meio do caminho e a negligência: aqueles que levam as coisas a sério ou ao pé da letra acabam por expor a natureza absurda do sistema, enquanto o próprio sujeito em ação se torna absurdo e ridículo por causa dessa conduta.

Nesse sistema, as autoridades estão convencidas de que seus súditos são impostores, simuladores, queixosos e traidores da pátria. Enquanto isso, o povo reconhece seus superiores por trás da máscara de dignidade do funcionalismo público como figuras tolas e constrangedoras. É um sistema no qual as máscaras, o mascaramento e o desmascaramento são uma parte fundamental das relações humanas.

Quem é Švejk? A interpretação do mundo construído por Hašek indica que as pessoas, em suas trajetórias entre obstáculos, são sempre reduzidas a algo. No entanto, Švejk se mostra, no espaço romanesco, como alguém difícil de ser reduzido a um rótulo.

O momento-chave dessa característica é demonstrado na cena no hospício, em que o médico ordena que Švejk "de cinco passos para a frente e cinco passos atrás". Švejk dá dez passos. "Mas eu lhe disse para dar cinco", reitera o médico. "Eu não ligo para um par de passos [a mais]", retruca Švejk.

Essa passagem traz uma pista que ajuda a compreender Švejk: as pessoas devem estar, e de fato estão, sendo colocadas sempre dentro de um sistema racionalizado e calculado, no qual são arrastadas, jogadas e descartadas, reduzidas a algo não humano ou fora da esfera humana, isto é, a uma coisa que pode ser gasta, calculada ou expressa numericamente. No entanto, Švejk não se importa com um par de passos – ele não é objetificável, pois é imprevisível. Uma pessoa não é passível de ser reduzida a uma coisa: é sempre mais do que o sistema de relações factuais no qual se movimenta e é movimentada.

Será que por trás da máscara de idiota de Švejk encontra-se a face de uma humanidade ideal e generosa? Será que Švejk coloca em si a máscara de um soldado leal para esconder sua verdadeira face de revolucionário? A genialidade de Hašek advém do fato de criar um herói (e uma concepção do ser humano em geral) em terreno mais amplo, movimentando-se entre os extremos: entre a tolice e a esperteza; entre o cinismo e a generosidade, a sensibilidade; entre a lealdade e a rebeldia.

Na literatura de Hašek, os encontros acontecem em estações de trens, bordéis, bares, hospitais e manicômios – estes últimos sendo para Švejk os únicos lugares onde as pessoas são realmente livres. A questão é: em que sentido são livres? Isso significa que, para se tornar livre, é preciso enlouquecer? Ou só se é louco se for livre? Seria o hospício o último refúgio da liberdade, ou a liberdade deve ser enclausurada em um manicômio para que não prejudique as pessoas e não seja prejudicada por elas?

HAŠEK E KAFKA

Não se deve contrapor as qualidades complexas, enigmáticas e misteriosas da obra difícil de Kafka a uma simplicidade trivial e de fácil compreensão que se julga possível atribuir à literatura de Hašek. De um jeito próprio, a obra de Hašek também é carregada de mistérios e enigmas, podendo ser interpretada sob a ótica das análises científicas modernas. A teoria do "princípio popular", conservadora e patriarcal, falha plenamente nesse caso.

Assim como não é possível identificar Švejk com o švejkismo, Kafka também não pode ser igualado ao kaf-

kismo. Afinal, o que significa o kafkismo ou o mundo kafkiano? É um universo do absurdo do pensamento, da conduta e dos sonhos humanos; um mundo terrível que pode ser comparado a um labirinto sem sentido; um mundo de pessoas impotentes aprisionadas pela máquina burocrática; um mundo no qual o ser humano mira a própria impotência, em uma realidade coisificada e alienada.

O švejkismo, por sua vez, é um certo modo de agir diante do absurdo do mundo, da onipotência da máquina e das relações reificadas. O kafkismo e o švejkismo são fenômenos universais que existem independentemente da obra de Kafka e Hašek; os escritores pragueenses conseguiram emprestar seus nomes a esses fenômenos, e suas obras lhes deram uma forma bem definida. Isso, porém, não significa que a literatura de Hašek possa ser reduzida ao švejkismo, tampouco a de Kafka ao kafkismo. *As aventuras do bom soldado Švejk* é ao mesmo tempo uma crítica implícita ao švejkismo, como a obra de Kafka é crítica ao kafkismo. Ambos os escritores descreveram e destrincharam os mundos do kafkismo e do švejkismo como fenômenos de alcance universal, ao mesmo tempo que os criticaram.

Os personagens de Kafka são emparedados em um labirinto de possibilidades petrificadas, de relações alienadas e de um cotidiano reificado, e tudo isso adquire uma dimensão sobrenatural e fantasmagórica, enquanto eles se lançam, com insistente e inabalável paixão, na busca pelo que seria a verdade.



Esses personagens são condenados a viver em um mundo cujo único ato de dignidade consiste em tentar interpretar esse mesmo mundo, já que forças externas e independentes do indivíduo, apenas elas, decidem o curso e as mudanças do mundo. A obra de Hašek, por outro lado, põe em evidência que o ser humano, mesmo coisificado, continua sendo um ser humano, e que ele pode se tornar não somente uma coisa, mas também um agente dessa coisificação, estando, portanto, acima de sua própria reificação. O ser humano não pode ser reduzido a um objeto, ele é mais do que um sistema. Ainda não temos a denominação apropriada para o fato milagroso de que continue resguardado dentro de si a enorme e indestrutível força da humanidade.

Na primeira metade do século xx, esses dois escritores de Praga expressaram duas visões do mundo moderno, descrevendo dois tipos humanos que, à primeira vista, são distantes e contraditórios, mas que, na verdade, se complementam. Kafka representou a reificação do cotidiano e mostrou que o homem moderno precisava vivenciar e conhecer as formas elementares de sua alienação para, então, se tornar humano. Hašek demonstrou que o ser humano transcende qualquer resultado da coisificação, sendo irreduzível a uma coisa, a um produto ou às relações reificadas. ◉

Tradução de Filip Vavřínek.

7 A tradução deste ensaio para o *plaii* foi sugerida pelo serviço cultural da Embaixada da República Tcheca.

⁶ Provavelmente, Kosík se refere à obra satírica *O sobrinho de Rameau* e ao personagem-título de Jacques, o fatalista, e seu avô, ambos de Diderot (1713-84); ao personagem de Sancho Pança, da obra de Cervantes (1547-1616); a *Parangariri* e *Gargantua e Rabelais* (1534-3), e ao personagem medieval de *A lenda e as aventuras heróicas, joioses e gloriosos d'Ursenspiel* e de *Lamne Godeatz au pays de Flandres et ailleurs*, de Charles de Coster (1827-79). (Nota da edição de 2019)

OU ZUCK, OU NADA

A conversão ultradireitista de Mark Zuckerberg – e a interpretação implacável de sua irmã

VICTOR CALCAGNO

Poucas semanas antes do pleito que reelegera Donald Trump em 2024, Mark Zuckerberg, dono da Meta – empresa controladora do Facebook, WhatsApp e Instagram –, pisou no palco do Chase Center, arena acostumada a receber jogos do campeonato americano de basquete e grandes shows em São Francisco, na Califórnia. Sob os gritos de 6 mil espectadores que pagaram no mínimo 50 dólares por ingresso, o bilionário de 41 anos, uma das cinco pessoas mais ricas do mundo e a mais jovem entre elas, era a atração principal do podcast de tecnologia Acquired, que teria seu episódio gravado ao vivo naquela noite de setembro.

Visivelmente mais encorpado, com a pele bronzeada, cabelos mais longos, corrente de ouro, relógio de luxo e roupas largas, diferia ao extremo da imagem de frágil menino gênio que cultivou durante anos – pálido, magro e sempre usando uma mesma combinação sem graça de jeans e camiseta cinza. Logo na primeira intervenção da conversa que duraria pouco mais de uma hora, comentou sobre a participação de Jensen Huang, presidente da empresa de semicondutores Nvidia e último entrevistado do programa, que enviara um vídeo pedindo desculpas por declarações feitas no episódio anterior. “Talvez a gente já precise marcar outra conversa apenas para eu pedir

desculpa sobre o que vou falar hoje”, disse Zuckerberg, tirando risadas da plateia e da dupla de apresentadores. “Tô brincando”, emendou antes de dar o golpe que alvoroçaria de vez a arena: “Eu não peço mais desculpa.” No peito, arfando com as risadas em seguida, trazia na camiseta enormes caracteres gregos estampando o dito *pathēi mathos*, ou “aprender pelo sofrimento”.

A frase de *Agamêmnon*, peça de Ésquilo escrita no século V a.C., faz parte de um grande repertório de atitudes, referências, opiniões, roupas, esportes radicais e hobbies pretensamente masculinos aos quais o dono da Meta tem recorrido para se reinventar. Entre fazer exercícios para engrossar o pescoço e participar de torneios de jiu-jitsu, surfar com pranchas motorizadas, caçar javalis para comer e criar gado na sua propriedade no Havai, gravar com o rapper T-Pain e aderir à moda urbana junto de estilistas famosos, a transformação não veio só na estética, mas também no posicionamento político. Treinado para evitar o tema desde que criou o Facebook ainda na faculdade em 2004, aos 19 anos, a surpresa foi grande quando Zuckerberg abandonou toda a neutralidade cuidadosamente construída por duas décadas para se alinhar a Trump em dois grandes gestos no início de 2025.

Na primeira das atitudes que marcaram a virada, em 7 de janeiro do ano passado, anunciou em vídeo no Insta-

gram uma série de novas políticas para suas plataformas e seus mais de 3 bilhões de usuários ativos, segundo números do próprio dono. Em nome da “liberdade de expressão”, a Meta estava “se livrando” da parceria que firmara anos antes com chechedores para apurar conteúdos duvidosos. Esses profissionais, nas palavras do bilionário, eram “enviesados” e “tinham destruído mais confiança do que criaram”; além disso, os sistemas de moderação da plataforma eram responsáveis por enorme “censura”. No mesmo tom, opiniões sobre tópicos antes considerados sensíveis, como gênero e imigração, passariam a ter menos proteção na rede, uma vez que limitá-los estaria “desalinhado com o discurso em voga”, prática que já tinha “calado pessoas com ideias diferentes”. O segundo gesto de alinhamento às demandas da direita, este mais literal, veio na própria posse de Trump em 20 de janeiro do ano passado, quando Zuckerberg esteve na primeira fileira de convidados, ao lado de colegas bilionários da tecnologia como Elon Musk (Tesla, SpaceX), Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai (Google), Tim Cook (Apple) e Shou Zi Chew (TikTok).

Já não era mais o rapaz tímido que, depois da primeira eleição do magnata em 2016, pareceu constrangido ao receber uma enxurrada de críticas pela leniência de suas plataformas com a desinformação e o mau uso de dados pessoais, e passou os anos seguintes

cabisbaixo, pedindo desculpas e prometendo melhoras enquanto sua imagem se desgastava sem contra-ataques efetivos. No mesmo vídeo do dia 7 de janeiro, Zuckerberg afirmou que as restrições que haviam influenciado fortes políticas de moderação em sua rede, estratégia feita na tentativa de recuperar a credibilidade da plataforma, tinham ido “longe demais”.

Aguinada de Mark Zuckerberg pode ser dividida em dois pontos práticos: um ligado aos negócios, outro a uma reserva ideológica contra ideias progressistas. Primeiro está o anseio por alianças políticas que protejam as redes sociais de futuras regulações, impostos e “censura”, de modo a mantê-las como um lucrativo território sem lei. A capitulação a Trump tem especial importância num momento em que as gigantes da tecnologia são julgadas nos Estados Unidos por formação de trusts, em processos movidos por órgãos públicos como o Departamento de Justiça (em franco desmonte pelo governo do republicano) e a Comissão Federal de Comércio (da qual o presidente expurgou os membros vinculados ao Partido Democrata). Em meados de abril do ano passado, o próprio dono da Meta depôs durante mais de dez horas no processo que julga as aquisições de WhatsApp e Instagram, cujo desfecho judicial em novembro o desobrigou a vender os aplicativos.



Mark Zuckerberg, imperador e gladiador: fascinado pela Roma clássica, em 2024 ele presenteou sua mulher, Priscilla Chan, com uma enorme estátua em que a pediatra posa como deusa

Em paralelo, há o resgate de uma ideia conservadora de masculinidade para bancar as mudanças de discurso, como nos vídeos em que “Zuck” luta jiu-jitsu. O tipo do macho ligado à indústria da tecnologia ganhou o nome de *tech bro*, uma espécie de “parça tech”, alcunha que tem sido aplicada à versão renovada do empresário. Sua nova estética, mudança bastante consciente e brusca, não raramente também é rotulada pela imprensa americana como proveniente de uma atitude forçada, uma espécie de crise de meia-idade misturada à aflição tentativa de tornar sua imagem mais simpática ao público (uma pesquisa Reuters/Ipsos de fevereiro do ano passado apontou o bilionário como o mais impopular entre os dez americanos mais ricos).

Mas nessa equação ideológica há ainda lugar especial para um elemento que nos últimos anos ganhou destaque não só pelo dono da Meta, mas por parte considerável da direita extremista: a apropriação da herança cultural greco-romana, ou a utilização do período histórico e suas expressões estéticas como lastro de poder e superioridade. Com suas referências a imperadores, batalhas, filosofias, físico, arte e dizeres da Antiguidade clássica, as civilizações grega e romana têm sido recuperadas

por novos conservadores, desde meados dos anos 2010, como ideal de sucesso, virilidade, beleza, sagacidade e passado perfeito. Nos ambientes online, esses conceitos não raramente desembocam em racismo e misoginia.

Interessado na área ao menos desde que estudou latim no ensino médio, a admiração de Zuckerberg pela Antiguidade, no entanto, parece ter recrudescido desde que parou de se desculpar. A camista *pathei mathos*, por exemplo, faz parte de peças exclusivas criadas por ele em parceria com o estilista Mike Amiri em 2024. Antes, durante seu aniversário de 40 anos, já trazia estampada no peito a célebre frase de Catão contra o rival Cartago no contexto das Guerras Púnicas – *Carthago delenda est*, ou “Cartago deve ser destruída”. Outra peça mais célebre, agora na coleção estilizada, personaliza o ultimato *Aut Caesar, aut nihil* (Ou César, ou nada) para *Aut Zuck, aut nihil* (Ou Zuck, ou nada). Em agosto de 2024, o bilionário presenteou a sua mulher, Priscilla Chan, com uma enorme estátua em que a pediatra posa como deusa. A inspiração está na legenda da foto: “Trazendo de volta a tradição romana de fazer estátuas da sua esposa.” Os nomes das três filhas do casal, Maxima, August e Aurelia,

prestam homenagem direta aos imperadores Augusto, Máximo e Marco Aurélio. O fundador do Império Romano, Augusto Otaviano, também é o preferido de Zuckerberg, que em entrevista já revelou admirá-lo em especial porque “estabeleceu duzentos anos de paz mundial”. Esse processo, porém, também envolveu a destruição dos elementos democráticos da república romana e sua transformação em regime autocrático – algo que “Zuck” aparentemente prefere não mencionar.

Alguns anos antes de Zuckerberg literalmente vestir suas referências clássicas e gerar imagens de si mesmo como gladiador – como faz hoje para promover a inteligência artificial de sua empresa –, houve o lançamento nos Estados Unidos de uma obra que destrinchava o então recente movimento unindo a Antiguidade e sua cooptação masculinista nas redes atuais. O livro *Not all dead white men: classics and misogyny in the digital age* (“Nem todo homem branco morto: clássicos e misoginia na era digital”), ainda sem edição no Brasil, é um trabalho publicado pela editora da Universidade Harvard em que, com larga e corajosa pesquisa em ambientes de hostilidade e perseguição nas redes sociais, a autora descreve os diversos meios em que homens brancos se valem da herança cultural greco-romana para justificar a necessidade de “salvar o Ocidente” e “proteger a tradição, rejeitando a modernidade”. Seja pelo sentimento de “declínio da masculinidade”, pela apropriação da filosofia estoica ou mesmo pelo uso de Ovídio e sua *Arte de amar* como espécie de “primeiro guia da pegação”, o livro expõe e analisa as formas mais comuns que fizeram Grécia e Roma tornarem-se inspiração para a direita que fez Trump possível. A classicista e autora do estudo, Donna Zuckerberg, provavelmente não imaginava que em seu livro de 2018 descrevia certas tendências que anos depois seu irmão mais velho reproduziria com orgulho.

Donna Zuckerberg é a única dos quatro irmãos de origem judaica a não ter entrado na indústria da tecnologia (as outras duas irmãs também seguiram os passos do irmão famoso). Ao contrário de Mark, que abandonou Harvard ainda na graduação para se dedicar à sua nascente rede social, Donna concluiu os estudos e seguiu a carreira acadêmica, recebendo o título de doutora pela Universidade Princeton em 2014.

A opção pela área de estudos clássicos e seu posicionamento progressista levaram Donna a criar e manter de 2015 a 2020 o periódico *Eidolon*, publicação online que buscou, com certa repercussão, analisar conceitos da An-

tiguidade em contraposição crítica a temas atuais. Se não é novidade que o período é em grande parte dominado por homens brancos mortos, ou ideais machistas, racistas e violentos, coube à revista a tarefa de colocar esses temas em perspectiva, debatendo-os a partir de matérias como gênero e raça. Não demorou para Donna perceber que parte do tráfego de um dos artigos publicados vinha de uma discussão no Reddit sobre o então recente interesse da *alt-right* – a nova direita americana – pelo estoicismo, a filosofia grega conhecida, grosso modo, por pregar o comediamento e a contenção das emoções. Fuçando cada vez mais fundo no Reddit, rede social composta por fóruns de discussão, Donna tomou conhecimento de toda uma subcultura de argumentos, imagens, memes e frases em latim que usava sua área de pesquisa para justificar, dentre outros, a misoginia e a supremacia branca. O ano era 2015 e os sinais culturais para a primeira eleição de Trump, a acontecer no ano seguinte, começavam a furar a bolha da internet.

A apropriação online desses referenciais históricos, quase sempre rasa ou objetivamente errada, tornou-se assunto recorrente nos artigos da classicista para *Eidolon*, e outros veículos em que contribuiu, como *The Washington Post* e *BBC*. O interesse crescente levou-a a enxergar no assunto um tema apropriado para motivar um livro dedicado só a ele, o que fez logo em seguida. Nas quase trezentas páginas de *Not all dead white men*, a autora não está preocupada em indicar os erros práticos na interpretação online e conservadora da Antiguidade – uma tarefa inútil, afirma –, mas sim expor com diversos exemplos o funcionamento dessa cooptação, seu pretendido verniz de intelectualidade e o uso propositalmente indiscriminado e ignorante de contexto histórico. Mais ainda, interessa à autora apontar como essa captura está fundamentada numa frágil ideia de masculinidade viril acostumada a conquistar pela força e pela impostura, a materialização de “Ou César, ou nada”.

Não que o uso envasado de passados míticos pela direita fosse novidade. Nas primeiras páginas, a autora já indica que o problema atual é apenas a “última versão” na prática já milenar de usar a Antiguidade para basear ideias reacionárias. Ela escreve: “Movimentos políticos e sociais há muito se apropriam da história, literatura e mitologia do mundo antigo para seu proveito. Tomar os símbolos dessas culturas, como fez o Partido Nazista nos anos 1940, pode ser uma forma de afirmar-se como herdeiro da cultura e civilização ocidental.” A inspiração mais óbvia está na própria palavra “fascismo”, que se utilizou de uma nova

mam

O MAM São Paulo agradece às empresas e instituições que tornam possível nossa programação, exposições e ações educativas. Sem esse apoio, nada disso aconteceria.

mantenedores



prata



museu de arte moderna de são paulo
mam.org.br
@mamsaopaulo

apoie o mam

versão do *fascio*, o símbolo do feixe de varas usado como marca de poder no Império Romano, para batizar o movimento italiano no início do século XX.

A grande e clara diferença, escreve Donna Zuckerberg, está na potência que as atuais tecnologias de comunicação, sobretudo a internet das redes sociais, têm para agregar o ódio. Se as chamadas *big techs* construíram seus impérios em favor de “conexões humanas”, fórmula que o dono da Meta repete há anos, é porque essas ligações também foram motivadas pela hostilidade em escala inédita. O resultado da equação, afirma Donna, é que “as redes sociais elevaram a misoginia a níveis completamente novos de violência e virulência”, o que logo começou a beber em fontes clássicas. A combinação dos dois mundos, ou o encontro de gladiadores mortos e jovens online ressentidos, por si só, não é difícil de se fazer: “Muito da literatura que sobrou do antigo mundo mediterrâneo pode ser adaptada a suas ideologias e há um profundo poço de misoginia antiga para mergulharem”, aponta ela. Esses homens e suas redes de influência que promovem explícito ódio a minorias – a chamada machosfera –, veem em teóricos da Antiguidade “sua própria misoginia refletida, teorizada e cele-

brada”. Sobre tudo nas discussões de gênero, a apropriação clássica “apaga grande parte do progresso social alcançado nos últimos dois milênios” a partir da sacralização, mediocrização e perversão de conteúdos antigos. Daí para a ideia de que recuperar a tradição significa salvar o Ocidente de um progressismo ditador, que censura o presente e deseja apagar um glorioso passado, a distância não é grande. Essa mesma salvação, é claro, também tem contornos raciais bastante definidos. “Quando olham para homens brancos mortos do mundo antigo como fonte de conhecimento definitivo, a conclusão é de que homens brancos são superiores”, escreve Donna, referindo-se às apropriações da ultradireita. “Eles nos legaram os primórdios da nossa filosofia, cultura e arte. Eles – ou seja, seus descendentes homens e brancos – merecem estar no comando.”

Os exemplos de captura discutidos em *Not all dead white men* são variados e muitas vezes repugnantes. No primeiro dos quatro capítulos, Donna Zuckerberg faz um panorama das fontes misóginas da Antiguidade como é visto, por exemplo, na teoria aristotélica de escravidão natural e inferioridade feminina, ou no *Econômico* de Xenofonte e sua defesa da serventia

unicamente doméstica das mulheres. No segundo, detalha como o estoicismo de Zenão e Epiteto serviu à nova direita para justificar um modo frio e por isso “equilibrado” de tratar os próprios sentimentos, atitude pretensamente masculina em oposição ao desequilíbrio emocional que caracterizaria o gênio feminino. No terceiro, a autora descreve como a *Arte de amar*, obra do escritor romano Ovídio sobre sedução, é usada pela machosfera como inspiração para o “flerte” – ainda que o livro também possa ser hoje considerado um “guia do estupro” se levado ao pé da letra como fazem, escreve ela. No quarto capítulo, é a tragédia grega *Hipólito*, de Eurípides, que é usada para alardear a existência de falsas acusações de estupro, motivo da desgraça do herói que dá título à peça. Essas operações de apropriação, sublinha ela, são quase sempre levadas a cabo da mesma maneira: sem nuances, em interpretações seletivas que tomam o texto da forma mais rasteira possível. Para a obra satírica de Juvenal contra diversos aspectos de Roma – sobretudo seus integrantes masculinos –, a machosfera prefere focar no seu manifesto contra o casamento, por exemplo. Citado no livro, um autor num blog *alt-right* conclui, apoiando-se na

crítica às mulheres feita pelo escritor romano no texto, que “mesmo numa era em que o maldito patriarcado supostamente reinou com mão de ferro [...] mulheres ainda eram vagabundas”.

Se comparado aos conceitos e expressões mais discutidos pelo livro da irmã, mesmo o Mark Zuckerberg de hoje, encorpado e usando correntes de ouro, não parece exatamente o maior representante do ódio explícito que define a machosfera. O bilionário nunca deu sinal de acreditar que mulheres são intrinsecamente “vagabundas”, que a sociedade as privilegia via leis e seu “monopólio do sexo”, nem que, por causa delas, homens são sistematicamente prejudicados. Sua fixação pela Antiguidade também nunca serviu para embasar opiniões favoráveis à supremacia branca ou se apresentar como herdeiro eleito de uma tradição superior. Mas, ao reivindicar e defender padrões antigos de masculinidade, alinhar-se a demandas da ultradireita e se servir constantemente da iconografia clássica como fonte de poder, a ressonância com o estudo da irmã não só se torna possível, como bastante direta. Em seu livro, ela escreve que, na *alt-right*, a lógica entre poder político e masculinidade é clara:

bastidores, humor e contexto no seu e-mail

só o puro suco da piauí, nossa fonte natural de jornalismo



assine as nossas
newsletters





A BOLHA
EDITORA

LIVROS GOSTOSOS

www.abolhaeditora.com.br

SEBO DE DISCOS

Músicas brasileiras e internacionais

Em vendas CDs
LPs 12" 10" 7"
8" 3" VHS, LP
DVD, K-7, etc...

Sebo ProSP
www.sebo.com.br
pedidos@sebo.com.br

COMIDA CASEIRA DO SERTÃO

CARNE DE SOL (NA CHAPA, NA NATÁ E FEITO PADRÃO) - ARROZ DE LEITE - FEIJÃO DE CORUA - CUSCUIZ EM FLOCOS - MACAXEIRA COZIDA - PIÃO DE QUELHO - CAJUNIA DOCE - COMPOSTAS - QUEIJO-QUEIJO - MANTEIGA DE BANHA - MELADO DE CANA E UMA BODEGA - CHEINHA DE DELÍCIAS NORDESTINAS -

RUA ARRUDA ALVIM, 187

ACEITAMOS DÉBITO, CRÉDITO, SOLOXO E ALELO
DÚA, A DUA, 12H - 19H | 14H - 12H - 19H | (11) 2440-3812

JESUÍNO BRILHANTE

berinjela

COMPRA E VENDA DE LIVROS E CDs
Ciências Sociais e Literatura

Av. Rio Branco, 185, subsolo - Centro - RJ
Tels: (21) 2215-3528 e 2532-3646

A SENHORA DAS ESPECIARIAS

Geladas exóticas, chutneys, antepastos, temperos para alta gastronomia

Para paladares exigentes: geladas de rosas, abacaxi com pimenta, alface, chutneys de maçã com castanhas, manga, pasta de alho-poró etc.

Prça Monsenhor Duarte, 212 - Centro, Górcias - MG
Encomend em outros estados, ver lista no site
www.senhordas Especiarias.com.br
gourmet@senhordas Especiarias.com.br Tel: (31) 3454-1408

"Fraqueza política é igualada a emasculação figurativa. A linha entre impotência sexual e política é borrada." Ou, para citar Mark Aurélio nas *Meditações*, um dos autores estoicos preferidos do irmão, o adjetivo "feminino" pode ser usado como insulto para supostos homens de verdade.

As atitudes "sem desculpas" do dono da Meta vêm desde a demissão em massa de 4 mil funcionários de "pior desempenho" na empresa, até o encerramento dos programas de diversidade e remoção de absorventes nos banheiros masculinos, antes disponíveis para atender pessoas trans e não binárias. Também contratou para o conselho da *big tech* célebres executivos do Partido Republicano, além de Dana White, presidente do campeonato de artes marciais UFC e notório trumpista. Antes disso, em novembro de 2024, Mark Zuckerberg tinha visitado Trump para um jantar, além de ter doado 1 milhão de dólares para sua posse e dado uma festa depois do evento em Washington. Mas nenhum desses movimentos destacou tanto seu novo jeito de pensar quanto a conversa de quase três horas gravada para o podcast conservador de Joe Rogan, uma das figuras mais populares da machosfera online, a quem o próprio Trump, numa tentativa de angariar o voto de homens jovens antes da última eleição americana, deu uma entrevista em 2024.

No encontro com Rogan, Zuckerberg não se conteve: chamou de "brutal" a atitude do governo Joe Biden em pedir que a Meta retirasse do ar informações infundadas sobre a Covid; comparou a "censura" praticada por seus ex-checkadores à realidade totalitária de 1984, o romance clássico de George Orwell; afirmou que "olhando para trás, abaixei muito a cabeça" e disse estar confiante de que o governo Trump vá "defender" os interesses das *big techs* contra países que praticam maior regulação a elas. Durante quarenta minutos dedicados apenas a elogiar os benefícios das artes marciais e da caça ao lado do apresentador, também entusiasta de ambos, Zuckerberg nunca se aproximou tanto da machosfera: "Realmente acredito que muito da nossa sociedade se tornou neutra ou emasculada. [...] Acho que esse tipo de energia masculina é bom e o mundo corporativo tentou se afastar dela." O remédio que seria "realmente positivo em seus próprios méritos", segundo ele, envolve "ter uma cultura que celebre a agressão um pouco mais". Foi praticando artes marciais junto de executivos da Meta e se sentindo bem ao "bater e apanhar um pouco" entre amigos, afirma, que começou a pensar assim. Sentiu, ainda, que era essa masculinidade a "peça de quebra-cabeça" que faltava na sua trajetória. "Onde isso

esteve durante toda a minha vida?", se pergunta diante de um apresentador que elogia seu novo "peçoço mais grosso" – elemento essencial para dirigir bem uma empresa, diz também o convidado.

Na prática, a mesma energia masculina que defende Zuckerberg ao se apoiar na estética da Antiguidade agora permite que usuários da Meta chamem pessoas gays e transgênero de doentes mentais. Como escrito em suas novas diretrizes, a empresa agora permite "alegações de doença mental ou anomalia quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgeneridade e homossexualidade". Entre as novas orientações em nome da liberdade de expressão, também é possível relacionar a propagação do coronavírus a raças e nacionalidades específicas, ou ainda afirmar que postos em escolas ou nas Forças Armadas devem ser ocupados apenas por certos gêneros. Além disso, a empresa retirou do texto das diretrizes a afirmação de que discursos de ódio podem resultar em violência offline, como diziam seus documentos desde 2019. Não ainda em diretrizes oficiais, mas no vídeo de 7 de janeiro do ano passado, o bilionário também faz menção a "tribunais secretos" na América Latina que estariam censurando suas redes, no que foi visto como recado indireto para o Brasil e o combate à desinformação empreendido sobretudo nas eleições de 2022. Na mesma postagem, Zuckerberg diz querer trabalhar com o governo Trump para restaurar a liberdade de expressão e evitar que censuras aconteçam ao redor do mundo.

Tal como feito nos artigos de *Eidolon* e nos capítulos de *Not all dead white men*, Donna Zuckerberg continua escrevendo sobre a Antiguidade – com um tom progressista – na *newsletter* que mantém atualmente, a *Myth Takes*, ainda que tenha postado menos desde agosto de 2025, alegando "ambivalência crescente" com a plataforma Substack. Apesar de sua abordagem pouco erudita dos clássicos ter lhe valido críticas (alguns viram em seu livro uma preocupação excessiva com grupos online e um estilo pouco apurado), ela continua a discutir a apropriação que encontrou em 2015. Se é verdade que *Not all dead white men* dá importância a um nicho online que clama por atenção, também é certo que o faz numa época em que o ódio fermentado nesses grupos cresce para além de fóruns obscuros, povoa a internet cotidiana e anima figuras como Elon Musk, que ocupou cargo no governo Trump por cinco meses. O livro é cuidadoso ao fazer essa aproximação e não tem maiores pruridos em questionar os aspectos mais ultrapassados dos estudos clássicos no processo – afinal, o

interesse motivado pelos ideais escusos da machosfera parece ser o maior que essa área da história atraiu em vários anos. Com diversos exemplos atuais de misoginia e supremacia branca, a leitura pode ser bastante indigesta (a própria autora limitou sua pesquisa a uma hora diária enquanto escrevia o livro), mas nunca é reducionista. O trabalho não deve ser lido como estudo historiográfico tradicional, mas como uma obra de não ficção em que história, política e comportamento se juntam em análise apurada da cultura online atual.

Na *newsletter* que Donna Zuckerberg ainda mantém, há também textos mais pessoais, como o publicado no dia 29 de janeiro do ano passado. Em tom emocionado, Donna – que é mãe de uma criança trans e foi casada com uma pessoa que se assumiu transexual depois do divórcio – falava sobre novas leis que miravam direitos trans. "Não tenho palavras para expressar o tamanho do meu medo, raiva e náusea neste momento", afirma, completando que o assunto a toca especialmente "como mãe de uma criança trans". Sem citar as novas diretrizes da Meta ou de seu irmão, algo que claramente evita, ela diz: "Conservadores querem nos fazer acreditar que pessoas trans são mentalmente instáveis, mas ser trans não é exatamente o que faz as pessoas se suicidarem. Transfobia mata."

Enquanto isso, no perfil de Mark Zuckerberg no Instagram, é possível vê-lo apresentando uma das filhas, Maxima, com um capacete espartano feito em impressora 3D, outro de seus hobbies. Por mais intensa que seja, sua repaginação masculinista não o tem poupado de piadas feitas pela mesma machosfera com que deseja se enturmar – como das preferidas, o termo *cuck* (cornio) é usado para substituir as primeiras quatro letras de seu sobrenome. Se o passado criado pela apropriação conservadora é "pura fantasia" e a Antiguidade é "diversa, multicultural, gay à beça e claramente não tem só caras brincando de encenar 300", como diz Donna em outro texto de *Myth Takes*, seu irmão parece não estar ciente disso. Ele se mostra convicto de que não precisa mais se explicar e está cada vez menos propenso a prestar contas aos outros – algo que ficou claro num encontro de funcionários da Meta no início de 2025. Antes, Zuckerberg seguia um sistema de votação, em que as perguntas mais votadas pelos colaboradores lhe eram feitas durante sua fala. No ano passado, o sistema democrático desapareceu. Uma questão – "Como mulheres podem trazer energia masculina ao ambiente de trabalho?" – foi feita e fomentada por participantes do encontro, mas foi ignorada pelo bilionário – que por essa atitude tampouco pediu desculpa. ☛

XANGÔ ENTRE IRMÃOS

a vida
em qualquer circunstância
fica acesa.
convoca-se tanta força
para dar apenas um passo,
para cair, ficar parado.

nascemos prontos
para o que for.
estamos prontos
para o que quer que venha,
pois o que vem na hora
arranja uma forma nova
apta em nos caber.

às vezes um homem
ama, trabalha, bebe e come
realizando o campo formoso do universo.
mesmo assim
corações estão desesperados
à espera de um vulcão
quando se pode apenas
aguardar pelo chamado.

a vida química
revela soluções extraordinárias
ao fazer de uma pessoa
um composto de muito mato, cinza e águas.
as cartas embaralharam-se.

ainda assim um rapaz receia
que seu coração rache diante
do meu rapaz muito misturado.
mas é inevitável.
caso esteja na paz da guerra
ou na guerra pela paz,
inevitável.

nosso espírito preenhe
quer espalhar as notícias dos mundos
que se deslocaram no ar
e nós estamos no meio
e dessa vez
somos nós os chamados.

espíritos abrigam-se
na nudez de um rosto
mesmo quando
aniquilado pelo sol
e álcool.

espíritos nos veem
negando prazeres banais
e dizem: pelo menos a paixão, soldado!

you traz o medo da morte,
da idade, da desordem,
de ficar mais pobre,
o medo de sofrer.

mas sofrer é um pássaro
de carona na borda de um trem.
em algum instante
ele fará o que veio fazer.



DIANTE DO INCÊNDIO

para Alberto Pucheu

A paisagem é uma pele.

Neste espaço
tudo o que tem de aparecer
se organiza e então se acende
para que todos vejam.

A necessidade de uma forma.

Todos querem alguma coisa por perto
mas ninguém sabe o quê.

A pele é o cofre
e o couro onde suas veias escrevem
o que haverá de ocorrer.

Uma escrita desalarmante
a depender do estado das artérias.

É verdade que você tem medo
de seu próprio destino?
Por que temer
o que é seu?

Confie na viscosidade de seu sangue
seja o que for, o sangue saberá
dar notícias aos passados e ao que vem
e assim receber recomendações
para decompor a brutalidade de uma dor.

Mas bem aos poucos
para que você conheça
distintos estados de levar
tudo isso em pleno corpo.

Deuses têm fogo e ar, água e terra.
Estão nas veias, portanto,
tenha paciência.

Há terras estrangeiras
porque deuses são estrangeiros
onde quer que estejam.
Desconhecem o que fazer
em mundos alheios.

O que a dor faz,
só uma dor mais acentuada deslocará.
Dores guerriariam.

Mas fracassam diante de nossa carência.

Uma carência dá fome.
A fome pede pão e carne.
Pão e carne levantam.
Um levante é irrefreável.
Nada detém o bando.

la dizendo
a pele é o grande livro,
a floresta em revoadas, em chamas.

É sua pele que atrai os sonhos
para dentro de sua cabeça
e organiza uma cor só dela.
Própria. Que retornará no Egito
daqui a quatro décadas.

Todos podem ler a língua
incrustada nas linhas de sua testa.

Você já amou até atingir o escândalo
da entrega total, já amou até esse ponto?

É o que minhas linhas reconhecem
nas suas, você está viva
que eu sei.
Você já amou
até a agonia, é o que vejo.

Vamos, atenda o telefone,
é urgente, quero cantar pra você. ☉

VINTE ESTUDOS PARA UMA MITOLOGIA

CAIO BORGES, 2025



[1] O CIGARRO

Você pega o cigarro, desliza-o entre os dedos, tamborila com o maço sobre a mesa. Você testa o isqueiro, prolonga o silêncio da chama. Sempre se espera alguma coisa antes do primeiro trago. Você levanta a cabeça, solta a fumaça lentamente para o alto. O trago longo substitui um segredo. Você fuma um cigarro atrás do outro, enche o cinzeiro de guimbas. Vários cigarros são o roteiro de um assassinato. Você gosta de fumar no frio, encostado no poste da esquina, no muro do bar. Você esmaga um toco no asfalto, corre pela rua lateral. Você olha pela janela, segura a fumaça no peito, quer fugir sem falar. Você é arrogante quando fuma. Você sobe o penhasco à beira da praia – o mar traga junto com você. Você está deitado na rede, lança a fumaça em anéis, dispensa as cinzas na areia. Cada anel é o fantasma de uma fogueira. Você deixa o cigarro pela metade, o sexo tem gosto de tabaco. Você se torna mais inteligente quando fuma. Um cigarro pode conter momentos e décadas, pode mudar o ângulo de uma história, é a constante metáfora do abandono. Você apaga o cigarro, suspende a leitura. Na cruzada geral contra os fumantes, você pensa, ninguém previu esse efeito colateral. Junto com os cigarros, desaparece também uma forma de dominar o tempo.

[2] O PENTE

Seu propósito é alinhar os tempos. Começa com os dentes no futuro, o couro onde os fios prometem crescer. Deslizando, percorre o tecido dos dias, suas ondulações, sua arqueologia: traços de Sol e fumaça, camadas de insônia, restos de dor. Com cuidado, rompe os embaraços e desce, às vezes lentamente, às vezes com furor – respondendo à mão que conduz. Desembocha enfim na parte mais frágil, a ponta ameaçada pelo corte – e que carrega a história do fio inteiro. Alguém se penteia diante

do espelho: quer que o fim se pareça com o começo.

[3] O FOGÃO

Meu amigo me responde com o copo de uísque na mão que os pais dele apesar da idade estão lúcidos e agora moram no apartamento novo que acabaram de comprar em um bairro chique da Zona Sul. Quando éramos crianças, meu amigo me dava carona da escola para casa em um Galaxie com motorista. Eu chegava em casa na hora exata do almoço, e minha mãe, que nunca foi dona de apartamento e saía correndo todos os dias para dar aula em uma escola pública, servia a refeição sem demora. Punha na mesa o chuchu, a carne moída, o arroz e o feijão – feitos no fogão de quatro bocas de cor azul-claro comprado a prestação na tradicional loja de eletrodomésticos. Na minha memória, o Galaxie do meu amigo está amarrado ao fogão de quatro bocas da minha mãe.



[4] OS SAPATOS

A mulher de salto alto não se congela nas alturas. Ao contrário, sabe que nenhum ser rastejante pode aprisionar seu amor. Foi o que ela aprendeu na infância, quando a vendedora de calçados, que ia de porta em porta, esqueceu o par com saltos no tapete da sua casa. A menina rapidamente subiu na plataforma e disse: “É aqui que eu quero viver.” Como os pássaros, as rainhas e os servixes, percebeu que também o tempo era mais leve longe do chão, e andar um pouco acima era tudo o que ela precisava.

[5] O RÁDIO DE PILHA

O aparelho treme na janelinha da área de serviço. Ela abre a torneira e canta alto, rascando a melodia. A voz dos anjos se confunde com a que vem de dentro dela, e é por isso que se tornaram tão íntimos. Entre uma frequência e outra, ela ouve o ruído do universo primitivo.

[6] A GARRAFA DE VINHO

Tal como o latido de um cão no meio da noite é o latido de todos os cães, uma garrafa de vinho ao abrir-se é o grito de todas as garrafas de vinho. Livre da contenção, e respirando, o líquido exala a própria superfície – de onde se espera um tremor de vida. Na minha lembrança, a garrafa de vinho mais antiga é a dos piratas de um romance de aventuras de Robert Louis Stevenson, mas não era bem uma garrafa de vinho, e sim de rum.



[7] A BANHEIRA

A água, tal como o fogo, sempre foi incompatível com os livros. Entretanto, o banho e a leitura evoluíram da mesma forma para a solidão. No banho, as palavras se precipitam na velocidade da água, a linguagem líquida retorna. Banhar-se e imaginar são exercícios que acontecem juntos. Então, a regra para o viajante é simples: em uma cidade sem livros, mergulhe em uma banheira de água quente.

[8] A LÂMPADA

Quando Thomas Edison produziu a primeira lâmpada elétrica talvez não imaginasse que ela se converteria em um destino de peregrinação. Após séculos de tochas e lâmpadões, os insetos podiam enfim chegar à luz sem incendiarem-se e obter sua morte clara e lenta. Thomas Edison inventou a lâmpada e modificou a história de um mito.

[9] O HIDRANTE

Seu corpo é todo de bronze, um cilindro grosso e avermelhado, atarracado na calçada. Os braços curtos parecem amputados, e é dali que se projeta a sua força. Quase sem ser notado, vigia imóvel a cidade. Seu domínio é o das águas, tem a chave dos rios que se espalham sob a terra. Nenhuma verticalidade o faz parecer menor, todos sabem a fúria que ele esconde. É dessa maneira que

os deuses vivem entre nós, como Netuno, por exemplo.

[10] O VENTILADOR

Assim faria um deus dos ventos, com seus próprios pulmões. Mas o sopra é obra de outro mundo. De frente para a hélice, você sente os golpes de ar no rosto, nas páginas abertas do seu livro. As pás giram e continuam imóveis, em sua haste vertical e segura. Estão aqui e lá ao mesmo tempo, neste reino e em seus reinos invisíveis. Elas giram e se ausentam, desaparecem sem sair do lugar. Do outro lado, nos outros mundos, há alguém como você, detido em seu intervalo, alguém que também quer só se refrescar e ler uma boa história.

[11] A ASSINATURA

A mão no escuro não depende dos olhos – é ela quem pensa para o corpo. Abro outra vez o livro: lá está a assinatura na folha de rosto. O autor morreu faz tempo, mas a letra nunca perde seu movimento. Mil vezes a caneta riscou no papel o nome quase ilegível, a mesma caligrafia. Como a memória de infância que vai e volta, até que a criança sobreviva em uma única cena.



[12] O LIVRO

Seria uma história em que a mudança de ambiente contamina o livro e desse modo o leitor consegue percebê-la de uma perspectiva diferente. Assim levei *Moby Dick* para passar férias no litoral. À beira-mar, acordo cedo, caminho, deito-me na areia para ler. O livro molha e toma sol, a capa fica enrugada. Logo o miolo empena. Derramo cerveja no fim de um capítulo, a mancha atinge a lombada. Ao passar os dedos no papel, sinto a aspereza do sal. Certo dia, já no fim da temporada, uma notícia circula pela praia. Todo mundo corre para ver a baleia encalhada no pontal. Pela envergadura, dizem, é um

PEQUENA

É dessa maneira que os deuses vivem entre nós

MARCÍLIO FRANÇA CASTRO

macho, está ferido e ofegante. Interrompo a minha leitura. Nativos debatem com turistas, crianças derramam baldes de água no dorso do animal. Uma a uma, as canoas vão surgindo do mar – o arrastão terminou mais cedo. Os pescadores desembarcam e se aproximam. Em silêncio, assistem à agonia da baleia, sem saber como devolvê-la ao mar.

[13] A JANELA

Da janela do trem, um diante do outro, ela olha para o futuro, ele vê o passado. Do ponto de vista dela, ele se senta à esquerda. Do ponto de vista dele, ela se senta à direita. Entre os dois, nuvens, casas, silêncio. Compartilham por um segundo a superfície prateada do rio, sem saber para que lado as águas descem. No corredor, o fiscal caminha de um tempo a outro e verifica se todos pagaram pelo seu destino.



[14] O ANEL

A menina quer um anel de prata do mercado de pulgas. O anel que a menina quer é antigo – sabe-se lá a quem pertenceu, quantos dedos vestiu, se prendeu ou se traiu. A menina quer um anel de prata do mercado de pulgas. Nas bancas do mercado há relógios, brinco, pulseiras, há candelabros e punhais. O vendedor oferece à menina um anel dourado, adorna com ametista. Gentilmente, ele toma a mão da menina, faz o anel deslizar em seu dedo. “Está vendo”, ele diz, apontando a cápsula sob a pedra, “é aqui que se guarda o veneno”. A menina ergue a mão, examina o anel. Abre e fecha a tampa do minúsculo compartimento. Não há vestígio de pó lá dentro. “Mas o que eu quero”, a menina diz, olhando nos olhos do vendedor, “é um anel de prata”. Então retira a joia do dedo, devolve-a ao dono. Com o Sol baixando, de braço dado com a mãe, a

menina continua sua busca pela feira. Entre o ouro e a prata, ela pensa, sempre vai preferir a prata.



[15] A COLEÇÃO DE LÁPIS

Dois meninos se divertem com os lápis na sala de aula. Copiam uma frase, duas, forçam a mão – para a ponta da grafite quebrar. Cada um com seu apontador, desbastam a madeira, a grafite quebra de novo, e de novo, até o toco. Querem miniaturas que possam manipular com um par de dedos. Enfileiram em cima da carteira, os lápis formam um exército de pequenos adultos, desviados de sua função de escrever. Os meninos exibem orgulhosos seu arsenal. Instintivamente, exercitam a megalomania, tentando criar mundos perfeitos para o seu tamanho.

[16] A BAGAGEM DO TREM

O trem desliza para dentro da cidade. Corta os bairros distantes, o anel das fábricas, terrenos baldios. Deixa para trás os fugitivos e os cães sem dono. Vê passarem os viadutos, casas amontoadas, janelas corroidas. Surgem parques e crianças, os prédios se iluminam. O trem penetra sem resistência o interior da cidade. Na estação central, as pessoas esperam. Alguns esperam parentes, filhos, visitas. Outros esperam peças de automóvel, remédios, entorpecentes. Há os que, aparentemente, não esperam nada. Quando as portas do comboio se abrem, a vontade é a mesma. Todos querem ver o tempo que chega de outro lugar.

[17] O GUARDA-CHUVA

Na história do esquecimento, há um capítulo para o guarda-chuva. Poderia ser só um comentário sobre o destino desse objeto, invariavelmente perdido ou deixado para trás. No metrô, no mercado, no cinema. Na loja de roupas, no banco da praça, em lugar não

sabido. Entre os utensílios do cotidiano, o guarda-chuva parece ter sido programado para o extravio. No caso do meu avô, aconteceu na farmácia da esquina – em uma tarde distante. O episódio é banal, mas já o recontaram inúmeras vezes, nunca da mesma maneira. Depois de receber seu pacote de comprimidos, ouviu umas novidades do farmacêutico, fez o acerto no caixa. Já ia se precipitando para a rua quando uma desconhecida, que também sofria de enxaqueca e comprava naquela farmácia, apontou para o objeto que o outro ia deixando no balcão. Nenhum dos dois imaginava que seriam companheiros de uma vida. Na história do guarda-chuva, há um capítulo para o esquecimento. Décadas depois do encontro que gerou o casal, meu avô não vai mais à farmácia, seu mal não permanece sem cura. Confuso, flutuando no sofá, não reconhece a mulher, nem o guarda-chuva, talvez nem a própria chuva. Tornou-se incapaz de balbuciar a palavra com que se nomeia o artefato – que acabou vindo parar nas minhas mãos. A decisão foi da minha avó; ela preservou a peça como uma relíquia. Se o guarda-chuva é um agente disfarçado do acaso, não pode ficar preso no armário – foi o que ela me disse. Olho para o céu, está ameaçando chover. Algo de novo acontece quando saio com o guarda-chuva do meu avô e o abro no meio da tempestade outra vez.



[18] O CAFÉ

No meio da tarde ouvíamos dois toques na porta, e ela já entrava, em seu uniforme pardo. Logo se esgueirava para a pequena copa, recolhia as xícaras sujas, a garrafa. Coletava os papéis para reciclagem, esvaziava os cestos sob as mesas. Por último, fazia a limpeza do banheiro. Não olhava para ninguém, mal se virava para os lados.

Rapidamente ia embora, arrastando pelo corredor os sacos de lixo. Alguns minutos depois, ouvíamos de novo os dois toques na porta – era ela de volta. Dessa vez, para trazer a garrafa térmica renovada, que deixava com as xícaras em cima da bancada. Antes de desaparecer, ela se virava para a sala e dizia com voz firme: “Café.” E isso era tudo o que ela dizia.

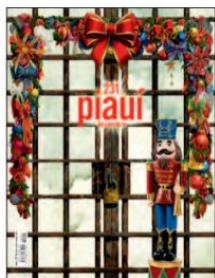


[19] A MOEDA DE PRATA

Enquanto a moeda sobe, as irmãs conversam, a cozinheira atravessa a sala, o avô cochila em sua poltrona. Ouvem-se os passos do convidado que entra pelo corredor. A moeda sobe, a criança tenta alcançá-la com os olhos. Por um segundo, a luz lateral da janela parece brilhar no metal. Os tios fizeram uma aposta, lançaram a moeda para o alto. O almoço vai ser servido. Sob cada pilar do sobrado, enterraram moedas de prata, alguém diz. São moedas centenárias, do tempo do imperador. A moeda de prata nunca pode ser tocada, nunca chega a cair.

[20] A CRISTALEIRA

Depois de muitos anos, ele retorna à cidade natal. Na casa dos pais, encontra primos que nunca partiram, a tia quase centenária, agregados. Vivem com tranquilidade, e com certa fartura. O sofá foi trocado, o quintal sobrevive, a mesa ainda está de pé. Em cima da antiga cristaleira, os retratos se amontoam. Se decidir ficar, pode escapular todo fim de semana – a estrada foi asfaltada, a internet funciona. Inauguraram até um hotel na praça, turistas começaram a aparecer. Se decidir ficar, precisará abrir mão de alguns planos, trocar de futuro. Talvez não seja assim tão difícil. Difícil mesmo vai ser apagar a memória que trouxe de fora, aderir ao passado unânime plantado naquela cristaleira. ☺



IRMÃS MACHADO

Nestes tempos pesados, deprimentes, preocupantes e estressantes em que vivemos, somos submetidos a um bombardeio de notícias ruins, que só nos trazem desalento e nos mostram como o viver, atualmente, é pesado. Não estou criticando aqui, as matérias que nos chegam com assuntos daninhos, digamos assim. A culpa não é delas, e sim do mundo em que vivemos.

Todo este preâmbulo com viés negativo é para realçar o prazer que me proporcionou a leitura, contida na **plauí**, 231, dezembro, da matéria de autoria do Armando Antenore, intitulada *Olhos emprestados*, que nos levou a conhecer as irmãs Rilda Machado Lorch, de 96 anos, e Ruth Machado Lousa-da Rocha, de 94 anos.

Há muito tempo não vejo um relato feito com tanta sensibilidade e absoluto respeito pelas duas senhoras, que nos deixa com uma ponta de otimismo (o que é bastante difícil nos dias de hoje), ao verificar que ainda existem sentimentos que fazem com que as pessoas atinjam um elevado nível de doação, carinho, amizade e possuam uma verdadeira relação de amor para com os outros.

Não há como não deixar de se emocionar com o relato tão cuidadoso do autor, que em momento algum

resvala na pieguice ou se distancia das linhas mestras do sentimento que se destaca no relacionamento das irmãs. Por fim, queria dizer que teria enorme prazer em conhecê-las, pois elas "encheriam" o meu tanque com boas notícias, digamos assim. Além do mais, queria parabenizar o Armando Antenore pela sensível matéria que fez, nos transportando para um lugar cada vez mais escasso, isto é, o das boas notícias.

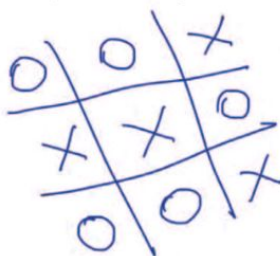
ANTONIO CARLOS DA FONSECA NETO, SALVADOR/BA

NOTA DEPRESSIVA DA REDAÇÃO: Uma mísera carta. É motim? Indireta? Vocês querem minha cabeça? Quê que eu faço com todo esse espaço em branco?

Conta do mês

~~7.832~~
 32x (contador)
 2.375 (aluguel)
 740 (condomínio)
 550 (agiotá)
~~1.000 (passagem Lambour)~~
 50 (jogar no cavalo)
 107,50 (Chesterfield - cx com 10)
 13,75 (Marlboro - 1 maço)
 382 (plano funerário)

~~4.530,25~~
 4.535,25





plaiuí

FUNDADOR

João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL

Dorrit Harazim, Flávia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO

André Petry

EDITORES EXECUTIVOS

Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA

Raquel Freire Zangrandi

EDITORES

Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Guilherme Henrique, Luigi Mazza

REPÓRTERES

Allan de Abreu, Amanda Gorziza, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Camille Lichoti, Consuelo Diegues, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Pedro Tavares, Tatiane de Assis, Thailys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE

Maria Cecília Marra

EDITORIA DE ARTE

Paula Cardoso

REDES SOCIAIS

Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM

Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO

Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Fábio Martins, Gilberto Porcincido, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADOR DIGITAL

Pieter Zalis

COORDENADORA DE ESTRATÉGIAS

Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS

Fernanda Catunda

ESTAGIÁRIOS

Danilo Marques, Felipe Fernandes

DIRETORA EXECUTIVA

Catarina Carvalho

DIRETOR DE ESTRATÉGIA

Vitório Carozzi

DIRETOR FINANCEIRO

Guilherme Terra

DIRETORA DE CRESCIMENTO

Heloisa Joly Prado
heloisa.joly@revistapiui.com.br

GERENTE COMERCIAL

Isabella Jagg
isabella.jagg@revistapiui.com.br

GERENTE DE PROJETOS

Bárbara Uchiyama

ESPECIALISTA DE NEGÓCIOS DIGITAIS

Felipe Poppe

ADMINISTRAÇÃO

André Albuquerque, Eleni Abramcheva, Elisângela Prado, Leonardo Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

COORDENADOR DE PUBLICIDADE

Tarcisio Perroni
tarcisio@revistapiui.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

comercial@revistapiui.com.br
Enio Santiago (RJ):
enio.santiago@revistapiui.com.br
João Fernandes (SP):
joao.fernandes@revistapiui.com.br
Sérgio Siqueira (SP):
sergio.siqueira@revistapiui.com.br
Tida Cunha (SP):
tida.cunha@revistapiui.com.br
Paulo Tamanaha (ISS):
paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

EDITORIA ALVINEIRA

Rua Anil de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel (21) 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel (11) 97410 3500 / (11) 3061 2122
e-mail: redacapiui@revistapiui.com.br



Associação Nacional dos Editores de Revistas



Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO

Antônio Rhoden



A plaiuí é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a plaiuí por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 33 800 exemplares

PARA ANUNCIAR

publicidade@revistapiui.com.br

PARA ASSINAR

revistapiui.com.br/assine
WhatsApp e SAC: (11) 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC (ATENDIMENTO AO CLIENTE)

site: minhaabril.com.br
atendimento: piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: (11) 3584 9200
Renovação: 0800 775 2112
Segunda a sexta, 9h às 17h30

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Abriel Assinaturas
assinaturas@revistapiui.com.br

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL EM BANCAS

Total Express
bancas@revistapiui.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES

colecione@revistapiui.com.br

www.revistapiui.com.br

NEM OS BICHOS, NEM AS ÁRVORES, NEM AS PEDRAS

Um veterinário morto na Faixa de Gaza

ROBERTO KAZ



Mu'ath Abu Rukbeh: ultimamente, trabalhava no único abrigo para bichos da Faixa de Gaza

Sob a ótica da barbárie, o assassinato de Mu'ath Abu Rukbeh foi apenas mais um entre os cerca de 68 mil cometidos pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza. Em 10 de outubro passado, uma sexta-feira, o rapaz de 30 anos decidiu voltar ao que restara de sua casa em Jabalia, cidade de onde havia partido às pressas, dois meses antes, por causa de um bombardeio. Com a assinatura de mais um acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas — agora sob a bênção do presidente americano Donald Trump —, Rukbeh acreditava ter um mínimo de segurança para resgatar alguns itens pessoais.

Ele deixou a cidade de Deir al-Balah, em que estava morando, e pedalou por 20 km até se aproximar de sua casa. Foi, então, alvejado durante um ataque aéreo. Seu paradeiro ficou desconhecido por nove dias, devido à impossibilidade de civis alcançarem o local, que continuava ocupado por tanques de guerra. Parentes e amigos começaram a publicar fotos de Rukbeh nas redes sociais, na esperança de receber alguma notícia, que acabou chegando sob a forma de uma ligação para seu irmão, Abdelrahman Abo. Na chamada, um homem dizia ter coberto Rukbeh com um pedaço de papelão, depois de vê-lo ser atingido. Abo se dirigiu ao ponto indicado pelo informante, onde encontrou apenas a mochila e o boné do irmão, ambos com estilhaços. O corpo já não estava lá nem foi localizado depois. Rukbeh era casado e pai de dois filhos pequenos, de 2 e 3 anos.

Esse seria o fim da história, a se levar em conta o que virou regra para os que morrem, a cada dia, na Faixa de Gaza. Mas Rukbeh tinha um ofício

que fez o caso alcançar repercussão internacional: era veterinário. Ele zelava por aqueles que não conseguem se cuidar num cenário de completa degradação. “A luta [de Rukbeh] era pela vida de cada ave machucada, de cada animal faminto e abandonado, de cada cachorro aterrorizado pelo caos da guerra”, noticiou a *Pink Story*, página de notícias no Facebook com sede em Ramallah, capital administrativa da Autoridade Palestina. “Ele virou um símbolo de compaixão num local sufocado pela crueldade.”

O perfil de Rukbeh no Instagram permite ter certa ideia do que é uma vida atravessada pela guerra. Em fevereiro de 2022, o veterinário postou um vídeo em que aparece de mãos dadas com sua mulher (ela trajava um enorme vestido de noiva). A postagem seguinte, de dezembro de 2024, mostra Jabalia em ruínas. “Essa é minha cidade”, escreveu Rukbeh. “Nem as árvores, nem as pedras, nem as pessoas foram poupadas da brutalidade da máquina de destruição israelense. Não há vestígios de vida aqui.”

Com a aniquilação de Jabalia, o veterinário e sua família passaram a viver em barracas nas cidades de Khan Yunis, Gaza e Deir al-Balah. Em maio de 2025, ele publicou um vídeo junto da mulher e dos dois filhos sobre uma charrete puxada por uma mula, numa rua enlameada onde havia inúmeros veículos repletos de refugiados. “Estamos migrando da montanha pela décima vez”, disse. Em 22 de julho, publicou mais duas fotos: na primeira, aparece rechonchudo; na segunda, bastante magro. “A fome comeu os nossos corpos”, lamentou. Foi sua última postagem.

Rukbeh se formou veterinário em 2019, na Universidade Zagazig, no Egito. Logo depois, voltou para Jabalia, onde exerceu a função de inspetor de alimentos. Vistoriava a qualidade do leite, do queijo e da carne em fazendas e matadouros. Em maio de 2023, inaugurou sua própria clínica, que seria bombardeada ainda naquele ano. Nos últimos tempos, o veterinário trabalhava no único abrigo para animais da Faixa de Gaza, o Sulala Animal Rescue.

Fundada em 2006 por Saeed Al-Err, a instituição ficava na cidade de Al Zahra, perto de Jabalia, até ser evacuada em 2023, devido aos bombardeios. Na impossibilidade de transportar todos os animais para a nova sede — improvisada em Nuseirat, um campo de refugiados —, Al-Err levou apenas os cachorros que não conseguiam caminhar e parte dos gatos. O antigo abrigo foi deixado com as portas abertas e vinte sacos de ração, que exibiam pequenos furos, para que os bichos pudessem comer e fugir ao longo dos dias seguintes.

Antes da guerra, o Sulala Animal Rescue cuidava de quinhentos animais. Hoje abriga 70 cachorros, 50 gatos e 2 mulas. “O número de bichos nas ruas da Faixa de Gaza agora é menor porque muitos morreram ou fugiram em razão dos ataques”, explicou Al-Err numa conversa pela internet mediada por Amelies Keuleers, belga que atua como porta-voz do abrigo e morou durante dois anos na Cisjordânia, território governado parcialmente pela Autoridade de Palestina. A maioria dos animais sob proteção recebe atendimento por desnutrição, mas também há casos de bichos atingidos por tiros e bombas. Cavalos e mulas, convertidos em meios de trans-

porte, vivem uma situação especialmente grave na região. “Estão esgotados, apanham muito, morrem de exaustão”, disse Keuleers.

Rukbeh já prestava serviços ao Sulala antes de outubro de 2023, quando começaram os ataques à Gaza. De início, atendia alguns bichos do abrigo em sua clínica. Depois, com a destruição dela, passou a trabalhar no próprio Sulala. Ganhava um valor fixo mensal, pago com doações que a instituição recebe via internet.

Às vezes, ele conversava pelo WhatsApp com Mariam Kamal, veterinária americana e muçulmana que criou a rede de Animal Healthcare Workers Against Genocide. Num mensagem de texto tornada pública pela médica, Rukbeh lamentava não ter conseguido reanimar um cachorro baleado. Em outra, relatava que bois, vacas, bezerros, coelhos e galinhas “havia deixado de existir” em Gaza. “No início da guerra o Exército [israelense] destruiu a maioria das fazendas, matando parte das vacas leiteiras”, escreveu. “As que sobram precisaram ser abatidas e transformadas em carne por falta de comida para alimentá-las.”

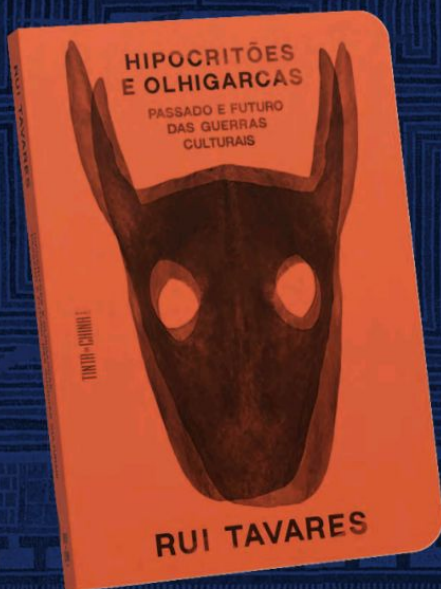
Um artigo publicado em agosto pela organização não governamental Euro-Mediterranean Human Rights Monitor informa que a Faixa de Gaza tinha 6,5 mil criações de galinha antes da guerra — 93% delas viraram pó. O texto afirma: “A destruição da riqueza animal coincide com a destruição de milhares de hectares de terras agrícolas, como parte de uma política deliberada para matar a população de fome, eliminar fontes de alimento e infligir severo sofrimento físico e psicológico aos palestinos.”

Conheça os novos lançamentos da Tinta-da-China Brasil



O livro reúne toda a poesia e toda a prosa de Ricardo Reis — o primeiro heterônimo de Fernando Pessoa — em capa dura, com edição rigorosa

Da invenção da imprensa às redes sociais, o historiador Rui Tavares nos ensina o que são as guerras culturais



Visite o nosso site e
garanta seu exemplar
tintadachina.com.br

@tintadachinabrasil

TINTA da CHINA BRASIL

**CHEGOU O
REFORMA
CASA BRASIL**

**É EMPRÉSTIMO
NA CAIXA PRA
GARANTIR SUA
REFORMA.**

**Agora a mudança é
da sua porta pra dentro**

- EMPRÉSTIMO A PARTIR DE R\$5 MIL
- JUROS BAIXOS
- ATÉ 60 PARCELAS PARA PAGAR



ACESSE

CAIXA.GOV.BR/REFORMACASABRASIL

E VEJA COMO CONTRATAR

CAIXA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO